



**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**CATIANE CINELLI**

***O EDUCATIVO NA EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO DE MULHERES  
CAMONESAS: RESISTÊNCIA, ENFRENTAMENTO E LIBERTAÇÃO***



**Porto Alegre**

**2016**

CATIANE CINELLI

***O EDUCATIVO NA EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO DE MULHERES  
CAMPONESAS: RESISTÊNCIA, ENFRENTAMENTO E LIBERTAÇÃO***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação, junto à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marlene Ribeiro.

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

CINELLI, CATIANE  
O EDUCATIVO NA EXPERIÊNCIA DO  
MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS:  
RESISTÊNCIA, ENFRENTAMENTO E  
LIBERTAÇÃO / CATIANE CINELLI. -- 2016.  
186 f.

Orientador: MARLENE RIBEIRO.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Experiência. 2. Mulheres camponesas. 3.  
Resistência. 4. Enfrentamento. 5. Educativo. I.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**CATIANE CINELLI**

**O EDUCATIVO NA EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO DE MULHERES  
CAMPONESAS: RESISTÊNCIA, ENFRENTAMENTO E LIBERTAÇÃO**

Tese de Doutorado em Educação para obtenção do título de Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU), da Faculdade de Educação (FACED).

Banca Examinadora:

---

Dra. Noeli Valentina Weschenfelder (UNIJUI)

---

Dra. Isaura Isabel Conte (UNEMAT)

---

Dr. Paulo Peixoto Albuquerque (UFRGS)

---

Dra. Carmen Lúcia Bezerra Machado (PPGEDU/UFRGS)

---

Dra. Marlene Ribeiro (UFRGS/Orientadora)

Porto Alegre, 25 de julho de 2016.



## ***DEDICATÓRIA***

*Ao Movimento de Mulheres Camponesas e a todas as mulheres que construíram sua história na luta pela vida, pela justiça e libertação, enfrentando o patriarcado e o capital.*

## AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer a quem me possibilitou chegar ao final desse ciclo de estudos, que se concretiza com esta Tese. Agradeço primeiramente à orientadora-mãe que me acolheu nesse Programa, com carinho, dedicação e exigência que possibilitou esse momento. Da mesma forma, ao Programa de Pós Graduação em Educação e todas as pessoas trabalhadoras na Secretaria e docentes, especialmente da Linha de Pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação, pela dedicação e atenção. A Capes, pela bolsa de estudos, que tornou possível a realização do Doutorado de uma camponesa, vinda de Santa Terezinha do Progresso, do estado de Santa Catarina. As professoras e ao professor que participaram da banca de qualificação, por todas as sugestões que apontaram para o andamento do trabalho. E às/o que participaram da banca final por apontarem sugestões para que o texto final correspondesse às exigências de uma Tese.

As/aos colegas, amigas/os que dividiram comigo momentos de dúvidas, angústias, conquistas e superação nesses quatro anos de doutoranda, em especial: à Isaura Conte por me incentivar a realizar a seleção de Doutorado, dividir momentos de vivência e ser companheira de tantas horas, nas teorias e nas lutas camponesas e feministas; Patrícia Bierhals e Fernanda Paulo, por todos os diálogos e apontamentos de caminho; Ingrid Wink por ser uma colega companheira dando força nos momentos de desânimo; Maria Ivonete pelos indicativos de estudo e luta; Juliana Silva por todas as conversas, traduções e aulas de inglês que contribuíram para a minha proficiência; Katiane Machado pelo companheirismo e reconhecimento; Elisiane Jahn e Vanderléia Pulga pelo companheirismo feminista de sempre; Chirlei Fischer, por ser a comadre, amiga, companheira e eterna colega que me amparou e animou nos momentos de fragilidade; Solange Engel, Kátia Schuster e Deise Bender por dividirem momentos de vivências. Destaco a atenção, compreensão, cuidado,

contribuição e paciência de sempre do meu companheiro Ricardo Costa de Sousa, a quem me sinto agradecida. Da mesma forma, as colegas, amigas e companheiras de longa data, Liamara Ubessi, Maria Helena, Noeli Taborda, Leticia Pereira e Geneci dos Santos, que mesmo longe contribuíram com indicações de leituras, palavras de ânimo, exemplos de luta e, Jaqueline da Conceição, que renovou minhas energias nos momentos de tensão.

Ao Movimento de Mulheres Camponesas, pela contribuição e disponibilidade para a realização da pesquisa e, também, pelas críticas e cobranças, que me ajudaram a crescer enquanto dirigente e estudante. Em especial às mulheres participantes da pesquisa pela acolhida e carinho em suas casas, sempre com um cuidado e atenção especial, tanto na Bahia quanto em Santa Catarina, me recebendo como uma companheira e dispondo de seus tempos e experiências para que essa Tese fosse possível.

A minha família, pela solidariedade e força que me deram em todos os momentos e sempre, pelas orações, exemplo, conversas, confiança, caronas, momentos de alegria e lazer: minha mãe, Teresinha Tonin Cinelli, pai Nelso Cinelli, irmã Tania Mara e sobrinha Antonella que participaram do momento maravilhoso de apresentação dessa Tese, também os irmãos Itamar e Juliano Cinelli, cunhadas Andreia e Jeisiclei, cunhado Juscemar, sobrinhos Jhony e Vinicius e sobrinha Estefafany.

Enfim, a todas e a todos, amigas e amigos, companheiras e companheiros, familiares, mestras e mestres, de longe e de perto, que confiaram em mim, me deram força e me desafiaram, ou, de uma forma ou outra contribuíram para que esse caminho de pesquisa e construção da Tese fosse possível. A quem contribuiu para chegar até aqui, muito obrigada!



*Afetividade e sexualidade*

*Consuelo Lins*

*Tentaram nos convencer que éramos divinas  
E nos negaram os bens da terra  
Tentaram nos convencer que éramos santas  
E nos negaram o prazer da vida  
Tentaram nos convencer que éramos escravas  
E nos negaram a liberdade'  
Agora nos falam que somos mais competentes  
E ganhamos menos por trabalho igual  
Insistem que devemos ser poderosas  
E brigamos com os companheiros  
Somos simplesmente mulheres  
E só isto já é uma imensidão  
Mulheres do ventre à mente, unidas e conscientes  
Juntando nossa luta, à luta da gente.*



## RESUMO

A presente Tese de Doutorado intitulada *O educativo na experiência do Movimento de Mulheres Camponesas: Resistência, Enfrentamento e Libertação* discute educação a partir dos movimentos populares, em especial, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). A pesquisa é fruto de experiência vivida e estudos sobre mulheres camponesas. Dessa forma, utilizou-se o materialismo histórico dialético enquanto método que busca pensar as relações entre as experiências práticas e a tomada de consciência, gerando novos modos de vida, em meio às contradições e resistências ao modelo capitalista de produção e à cultura patriarcal, construindo formas alternativas de viver. Assim, a metodologia é orientada pela pesquisa participante com elementos da pesquisa-ação. Os instrumentos utilizados se deram com observações participantes ou militantes, registradas no Diário de Campo, e entrevistas semiestruturadas com oito mulheres camponesas que desenvolvem experiências agroecológicas nos estados de Santa Catarina e da Bahia, sendo estas entrevistas gravadas e posteriormente transcritas. Para o delineamento da tese, foram utilizadas ainda, fontes documentais, como cartilhas, relatórios e panfletos escritos pelo MMC, além dos referenciais teóricos e metodológicos. As categorias analíticas se encontram no decorrer do texto: o campesinato, a experiência, a cultura, a resistência, o enfrentamento, o feminismo camponês e popular e o educativo. A pesquisa realizada revelou que as mulheres camponesas constroem alternativas para sair de uma situação de exploração capitalista, consolidada no campo através do agronegócio, e, ao fazer isso, também buscam sair da opressão causada pelo sistema patriarcal revelada nas relações de gênero desiguais. Com a tomada de consciência de que vivem nessa situação, as camponesas partem para uma reflexão pessoal e coletiva sobre a necessidade de construir formas de autonomia e libertação, assumindo-se como protagonistas de uma história de luta, organização e formação, através do feminismo camponês e popular. Trabalha-se sobre cultura, no sentido de compreender que as camponesas constroem uma cultura a partir de suas vivências de mulheres, incluindo seus aprendizados nas lutas enquanto camponesas. A partir de sua experiência, as mulheres camponesas constroem outras formas de viver na sociedade, resistindo e enfrentando o sistema capitalista e patriarcal. Com suas produções agroecológicas mostram que há outras formas de estar e de viver no mundo e no campo, para além do que é ditado pelo agronegócio, experienciando outras relações com a terra, com a natureza, com as pessoas e com todos os seres vivos. Com isso, demonstram que a agroecologia pode também ser considerada como um modo de vida. Mostra-se, na resistência e enfrentamento em meio às contradições vivenciadas, que há um processo pedagógico-cultural, portanto educativo e gerador de culturas, no qual as mulheres aprendem e ensinam, simultaneamente, a produção do viver no envolvimento com o Movimento de Mulheres Camponesas. Por fim, evidencia-se a tese de que “as experiências de resistência e de enfrentamento das mulheres camponesas do MMC, diante do sistema capitalista e patriarcal, para além de serem constituidoras de novos aprendizados, indicam também, as possibilidades de construir outros modos de vida”.

**Palavras-chave:** Experiência. Mulheres camponesas. Resistência. Enfrentamento. Educativo.

## ABSTRACT

The present doctoral dissertation untitled *The educative in the experience of the Rural Women's Movement: resistance, confrontation and release* discusses education since the popular movement mainly the Peasant Women Movement (MMC). The research arises from the lived experience and previous studies about peasant women. Thus, it was utilized the historical dialectical materialism as method that searches to think the relationship between practical experience and the awareness taken, generating new ways of life in the midst of contradictions and resistance to the capitalist model of production and the patriarchal culture, building then alternative forms of living. The methodology is oriented by the participant research with elements of research–action. The utilized instruments were participant or militant observation, notes in the field diary and semi structured interview with eight peasant women that develop agro ecologic experiences, in the states of Santa Catarina and Bahia, being the interviews recorded and then transcript. The layout of the doctoral dissertation counted on document sources such as didactic books, reports and folders written by MMC, besides theoretical and methodological references. The analytical categories are found in the text: peasantry, experience, culture, resistance, confronting, popular peasant feminism and education. The research revealed that the peasant women build alternatives to quit an exploring capitalist situation consolidated in the countryside through the agro business and doing that, also search to leave off the oppression caused by the patriarchal system revealed in the unequal gender relationship. Taking awareness of the lived situation, the peasant women reach a personal and collective reflection about the necessity to build autonomy and freedom, assuming themselves as protagonists of their history of struggle, organization and formation through the peasant and popular feminism. Culture is seen in order to comprehend that the peasant produce culture since their experiences of women including their learning in the struggle as peasants. Since their lived experience, the peasant women build other ways of living in society, resisting and confronting the capitalist and patriarchal system. Their agro ecologic productions demonstrate that there are other ways to be and to live in the world and in the countryside, besides what is established by the agro business, having other relationship with the land, the nature, the people and every living being. Along with that, they demonstrate that the agro ecology may also be considered as a way of living. And it is shown in the resistance and confronts in the midst of living contradictions that there is a cultural and pedagogical process, therefore educational and generator of culture, in which the women learn and teach simultaneously the production of living involved with Peasant Women Movement. Finally, it is highlighted the thesis that “the experiences of resistance and confront of peasant women from MMC, since the capitalist and patriarchal system, besides constitute new learning indicate possibilities to build other ways of living as well.

**Keywords:** Experience. Peasant women. Resistance. Confront. Education.

## LISTA DE SIGLAS

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva  
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia  
ANMTR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais  
BA – Bahia  
CARITAS – Entidade da Igreja Católica  
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base  
CEPIS – Centro de Educação Popular Instituto Sedes Sapientiae  
CNA – Confederação Nacional da Agricultura  
CNPAS – Campanha Nacional de Produção de Alimentos Saudáveis  
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CONAB – Companhia Nacional de Desenvolvimento  
EFA – Escola Família Agrícola  
ELAM – Escola Latino-Americana de Medicina  
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina  
FIESP – Federação das Indústrias de São Paulo  
FSM – Fórum Social Mundial  
IAs – Ingredientes Ativos  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza  
ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária  
LMRs – Limites Máximos Recomendáveis  
MMA/SC – Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina  
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas  
MMC/BA – Movimento de Mulheres Camponesas na Bahia  
MMC/SC – Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina  
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais  
MMUC – Movimento de Mulheres Unidas na Caminhada  
MSP – Movimentos Sociais Populares  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
OMA – Organização de Mulheres Agricultoras  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PET – Polietileno Tereftalato

PIB – Produto Interno Bruto

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPGEDU – Programa de Pós-Graduação em Educação

PRF – Partido Republicano Feminino

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

REDA – Regime Especial de Direito Administrativo

RS – Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUS – Sistema Único de Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TRAMSE – Linha/Grupo de pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação

UDR – União Democrática Ruralista

UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

## SUMÁRIO

<b>PREPARANDO O <i>BERÇO</i> PARA A SEMEADURA .....</b>	<b>13</b>
<b>1 MULHERES CAMPONESAS E O CICLO DE PESQUISA .....</b>	<b>17</b>
1. 1 O PROCESSO DE PESQUISA OU A SEMEADURA .....	18
1. 2 O CAMINHO PERCORRIDO NO CICLO DE PRODUÇÃO .....	26
<b>1.2.1 As sementes escolhidas ou as sujeitas da pesquisa.....</b>	<b>32</b>
1. 3 EM QUE SOLO CULTIVAMOS? .....	41
1. 4 O QUE SIGNIFICA SER CAMPONESA? .....	52
<b>2 FALANDO DA ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES .....</b>	<b>61</b>
2. 1 O DESENROLAR DA SITUAÇÃO DAS MULHERES .....	63
2. 2 A LUTA FEMINISTA: UMA FORMA DE LIBERTAÇÃO .....	71
2. 3 A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS .....	81
<b>2.3.1 Movimento de Mulheres Camponesas: história, organização e conquistas .....</b>	<b>85</b>
2. 4 O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR .....	98
<b>3 CULTURA, EXPERIÊNCIA E MODOS DE VIDA CAMPONESA .....</b>	<b>108</b>
3. 1 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE CULTURA.....	110
3. 2 REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA EM EDWARD THOMPSON .....	123
3. 3 A EXPERIÊNCIA E OS MODOS DE VIDA DAS MULHERES CAMPONESAS .....	130
3.4 A EDUCAÇÃO NA EXPERIÊNCIA: FORMAÇÃO E APRENDIZADOS NA LUTA	160
<b>A COLHEITA DESSA PLANTAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>170</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>176</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>184</b>

## **PREPARANDO O BERÇO PARA A SEMEADURA**

Utilizamos a metáfora do *berço*, pois nos momentos de observação participante as mulheres afirmam que, a partir do trabalho com agroecologia deixam de fazer “cova” para plantar a semente, pois essa lembra morte; elas optam, então, pelo *berço* que lembra nascimento, vida, sendo o que queremos trazer para o trabalho. *O educativo na experiência do Movimento de Mulheres Camponesas: Resistência, Enfrentamento e Libertação*, título que damos a esta Tese, se insere no campo de estudo da educação a partir dos movimentos populares, em especial, no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Pesquisamos sobre e com as mulheres camponesas, que desenvolvem experiências agroecológicas e com sementes crioulas, nos estados de Santa Catarina e da Bahia. Abordamos a constituição de novos modos de vida, a partir da experiência das sujeitas<sup>1</sup> da pesquisa, experiência essa que se dá em meio a luta política pela transformação social, pela libertação de todas as formas de opressão, compartilhando e muitas vezes forçando a divisão de tarefas e trabalhos cotidianos no campo.

Cheguei à pesquisa com mulheres camponesas, pois estou profundamente envolvida com o tema, ou melhor, é a minha vida. Nasci, vivi e me constituí, enquanto ser humano, trabalhadora no e do campo. As estradas da vida me conduziram a refletir sobre o meu fazer no campo, oportunizando repensar a ação e através dessa, acerca do meu papel no mundo, a partir da militância no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), em Santa Catarina. Neste Movimento iniciei a caminhada na educação superior, através da Pedagogia da Terra – formação iniciada na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), vivenciando os primeiros passos na pesquisa, que se deu no sujeito coletivo do qual estava inserida. Tomando consciência do ser pesquisadora, no Mestrado em Educação nas Ciências, realizado na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), desenvolvi a investigação numa experiência concreta do MMC/SC, sobre o trabalho com sementes crioulas de hortaliças e como o mesmo constitui identidades.

Com a Dissertação de Mestrado constatamos que as mulheres são capazes de construir novas identidades de projeto e feminista, a partir do trabalho com sementes. No entanto, muitas indagações foram surgindo, com a verificação de que não eram apenas identidades, mas que as constituições das mulheres, nesse processo, iam para além, fornecendo elementos

---

<sup>1</sup> No desenvolvimento do trabalho será explicado o uso da palavra “sujeitas” para identificar as mulheres camponesas que estão organizadas no MMC e que se recusam a serem vistas como subordinadas ou em segundo plano, no que se refere à relação entre mulheres e homens.

para uma nova pesquisa. Esta é a que se materializa no Doutorado, na Linha de Pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação (TRAMSE), mais propriamente, nesta que identificamos como Tese, focalizando o problema a partir da seguinte questão geradora: Há enfrentamento, resistência e saberes nas experiências agroecológicas desenvolvidas por mulheres camponesas que lutam e se organizam no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), e como as experiências se desenvolvem? Até chegar a esse problema, passamos por um processo, formulamos e reformulamos o projeto de pesquisa adequando nossa questão orientadora, além dos espaços que são os estados de Santa Catarina e Bahia.

Os objetivos que nos propomos foram: analisar os elementos educativos e culturais presentes na vida e na experiência das camponesas que desenvolvem práticas agroecológicas na região Sul e Nordeste do Brasil; identificar o educativo na tomada de consciência das mulheres, em que se destaca a necessidade e, ao mesmo tempo, a importância da produção agroecológica em meio a uma luta pela própria libertação como mulheres, e emancipação enquanto seres humanos que vivem do seu trabalho em harmonia com a natureza, cuidando da vida do/no Planeta Terra. Objetivamos também: elencar os principais elementos constituidores do modo de vida das camponesas presentes na experiência agroecológica desenvolvida no MMC; desvelar as contradições e as resistências ao modelo capitalista no desenvolvimento da experiência com sementes crioulas, captando os elementos educativos do Movimento Popular em questão. E, por fim, nos propusemos a observar e elucidar o papel das mulheres camponesas na produção de sementes crioulas, identificando elementos da cultura patriarcal que inibem sua autonomia, bem como as mudanças introduzidas e as alternativas construídas nesse processo.

Em busca de alcançar esses objetivos, optamos pelo materialismo histórico-dialético enquanto método. A pesquisa participante orienta a metodologia, com algumas características da pesquisa-ação, da observação participante ou militante, recorrendo à entrevistas semiestruturadas com oito mulheres, sendo quatro catarinenses e quatro baianas. Assim, chegamos a tese de que as experiências de resistência e de enfrentamento das mulheres camponesas do MMC, diante do sistema capitalista e patriarcal, para além de serem constituidoras de novos aprendizados, indicam, também, as possibilidades de construir outros modos de vida.

Veremos no texto, que a pesquisa que realizamos para chegar a presente tese revela que as mulheres camponesas constroem alternativas para sair de uma situação de exploração capitalista, que se consolida no campo através da revolução verde e que conflui no

agronegócio e, ao fazer isso, também buscam sair da opressão causada pelo sistema patriarcal, opressão essa que é revelada nas relações de gênero.

É necessária uma tomada de consciência das mulheres de que elas vivem nessa situação, e, ao dar-se conta da realidade vivida, as camponesas partem para uma reflexão pessoal e coletiva sobre a necessidade de construir formas de autonomia e libertação. Assim, temos uma realidade contraditória, onde as mulheres buscam, por meio do espaço que “sobrou” a elas, e do cuidado, a sua valorização e reconhecimento – o ser gente. A partir disso, constroem sua autonomia e reconhecimento, passando a opinar no todo da Unidade de Produção.

As categorias analíticas se “misturam” no texto: o campesinato, a experiência, a cultura, a resistência, o enfrentamento, o feminismo camponês e popular, o educativo e as mulheres camponesas. Ao desenvolver e fundamentar nossa tese, esta foi organizada em três capítulos. No primeiro descrevemos sobre a trajetória da pesquisa, o objeto, os objetivos e a justificativa que nos levaram a realizar tal investigação. Com a contribuição de autoras e autores que comungam da nossa escolha metodológica, em especial: Augusto Nivaldo Silva Triviños, Marcela Gajardo, Maria Cecília de Souza Minayo, Antônio Carlos Gil e Marlene Ribeiro, discorremos sobre o método e a metodologia, justificando a nossa opção por esse caminho percorrido, com sustentação em Paulo Freire. Posteriormente, apresentamos o contexto do campo brasileiro, onde as pesquisadas se inserem, com autores como Osvaldo Aly Junior (et alii.) e Jacob Gorender. Ainda nesta seção, tratamos com algumas autoras e autores como: Márcia Motta, Paulo Afonso Zarth, Manuel Correia de Andrade e Maria Isaura Pereira de Queiroz, um pouco da história e teorização sobre o campesinato, além da compreensão das entrevistadas sobre ser camponesa e sua relação com a experiência vivida.

No segundo capítulo, discorremos sobre a organização das mulheres, trazendo elementos de como surgiu a opressão contra as mesmas, com base no sistema patriarcal de dominação, e como este está atrelado ao modelo capitalista de produção. Autoras como: Rose Marie Muraro, Riane Eisler, Ivone Gebara e Heleieth Iara B. Saffioti nos ajudam a compreender a mulher nas diferentes modalidades de organização social e qual seu papel na sociedade de classes. Ao colocar as mulheres em evidência, discutimos as empobrecidas e camponesas, sendo estas vítimas do agronegócio<sup>2</sup>, com uma visão de que o sexo masculino

---

<sup>2</sup> É importante para situar o MMC na realidade brasileira e captar os enormes desafios colocados às mulheres, organizadas neste Movimento, compreender o significado do agronegócio. “O chamado agronegócio constitui-se numa articulação empresarial para produção/financiamento/comércio/exportação de produtos agrícolas. [...] fazem parte: grandes proprietários de terras, empresários da indústria, comércio e serviços, associados aos bancos, que emprega setores de máquinas, produção agrícola, industrialização, distribuição e serviços. [...] associa a produção agrícola e industrial, os setores comercial, bancário e de serviços, gerando, portanto, poucas vagas para trabalhadores assalariados. [...] a face oculta do agronegócio é a de ser uma modalidade histórica de



“vale mais”, ao mesmo tempo, como protagonistas de uma história de luta, organização e formação, através do feminismo, fundamentado nas pesquisas realizadas pelas mesmas autoras, além de Zuleika Alambert, Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy. Em meio a esse contextualizar a compreensão do ser mulher numa sociedade de classes, temos o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), apresentado a partir de nossas fontes documentais e pesquisa de campo, além de estudos já realizados sobre o mesmo<sup>3</sup>. Tal construção está sintetizada no feminismo camponês e popular, sobre o qual fizemos um esforço para teorizá-lo, a partir das falas tímidas das entrevistadas, mas presente nos discursos em atividades observadas e materiais escritos pelo MMC.

No terceiro capítulo, trouxemos a teorização a partir das mulheres, demos voz às entrevistadas e trabalhamos alguns elementos sobre cultura, a partir de Raymond Williams, a fim de compreender que as camponesas produzem cultura, não uma cultura pura e hegemônica, mas uma cultura construída a partir das suas experiências de mulheres, de mães e filhas, incluindo seus aprendizados nas lutas enquanto camponesas. A partir de suas experiências vividas, ressaltadas por Edward P. Thompson, as mulheres camponesas constroem outras formas de viver na sociedade, resistindo e enfrentando ao sistema capitalista e patriarcal.

Com suas produções agroecológicas mostram que há outras formas de estar e de viver no mundo e no campo, para além do ditado pelo agronegócio, experienciando outras relações com a terra, com a natureza, com as pessoas e com todos os seres vivos. Com isso, demonstram que a agroecologia é um modo de vida. Finalizamos essa seção, mostrando que, nessa caminhada de resistência e enfrentamento, em meio às contradições vivenciadas, há um processo educativo e gerador de culturas, onde, simultaneamente, as mulheres aprendem e ensinam a produção do viver, no envolvimento com a luta, participação, organização e formação no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Por fim fica evidente a tese que aqui defendemos, as experiências de resistência e de enfrentamento das mulheres camponesas do MMC, diante do sistema capitalista e patriarcal, para, além de serem constituidoras de novos aprendizados, indicam também, as possibilidades de construir outros modos de vida.

---

(re) produção e acumulação do capital, tendo, na concentração fundiária e na violência, dois dos pilares que estruturam as relações sociais de produção e de poder na sociedade brasileira” (RIBEIRO, 2011, p. 28).

<sup>3</sup> Estudos sobre o MMC realizados por Isaura Isabel Conte, Elisiane Jahn, Vanderléia Pulga, Tereza Cruz, Sirlei Kroth Gaspareto, pela autora dessa Tese Catiane Cinelli, entre outras.

## 1 MULHERES CAMPONESAS E O CICLO DE PESQUISA

*... como camponesas defendemos*  
*A missão de produzir*  
*Acabar com os venenos e os transgênicos destruir*  
*Promover a saúde e uma vida*  
*Mais feliz...*  
*(Justina Inês Cima)*

As mulheres camponesas afirmam sua missão de produzir, como diz Justina, pois no campesinato, a agricultura não se reduz ao lucro, mas se concretiza, por outros caminhos como produzir alimentos saudáveis e confeccionar artesanatos. A partir de suas experiências, elas vão avançando na tomada de consciência da realidade em que vivem, resistem e enfrentam diariamente o sistema capitalista e patriarcal. Nesse processo de organização das mulheres camponesas há uma dimensão educativa, tanto no que diz respeito à conquista de sua autonomia enquanto capazes de se autossustentarem, quanto no que se refere ao seu papel no processo de transformação social, enquanto organizadas, produzindo em harmonia com a natureza e em sintonia com o meio ambiente e, desta forma, contrapondo-se ao agronegócio e à destruição da fauna e da flora que este vem provocando no campo brasileiro.

Estudos e pesquisas<sup>4</sup>, despertam nosso interesse para a formulação desta Tese, estes foram realizados sobre as mulheres camponesas, relacionando Trabalho, Movimentos Sociais e Educação (TRAMSE), que dá título a um Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS), ao qual estamos vinculadas. Destacamos o fato de focalizar o trabalho camponês e, mais especificamente, a vida das mulheres, pois essa é uma inquietação que se afirma na militância do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), fortalecida por reflexões e estudos realizados sobre esta temática, como pesquisadora.

Para uma melhor organização e compreensão, subdividimos o primeiro capítulo em quatro partes, sendo que, na primeira, descrevemos sobre a trajetória de pesquisa, o objeto, os objetivos e a justificativa que nos levaram a realizar tal investigação, resultando nesta Tese. No segundo item, traremos autores que conceituam o método e a metodologia, bem como justificando a nossa opção por esse caminho percorrido. Posteriormente, apresentamos o contexto do campo brasileiro, no qual as pesquisadas se inserem. Por fim, abordaremos, com o auxílio de algumas autoras e autores, um pouco da história, efetuando uma teorização sobre

---

<sup>4</sup> Embora sendo ainda iniciantes (CINELLI, JAHN, 2011; CINELLI, WESCHENFELDER, 2013).

o tema, além da compreensão das entrevistadas sobre ser camponesa e sua relação com a experiência vivida.

Para contribuir com a discussão, reflexão e teorização nesse primeiro capítulo, contamos com as (os) autoras (os) Marlene Ribeiro, Horácio Martins de Carvalho, Augusto Nivaldo Triviños, Maria Cecília de Souza Minayo, Marco Raul Mejía, Marcela Gajardo, Maria Cristina Maneschy, Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão, Raiane Patrícia Severino Assumpção, Márcia Motta e Paulo Zarth, entre outros.

## 1. 1 O PROCESSO DE PESQUISA OU A SEMEADURA

Escolhemos focalizar o tema das mulheres camponesas, assim como se prepara o solo e as sementes para a sementeira, pois, em primeiro lugar, mantemos relações com o campo, pela nossa origem enquanto camponesa e, em segundo, por ser militante de um movimento camponês constituído por mulheres, o MMC, e, ao mesmo tempo, estudante-pesquisadora envolvida com tal debate. A pesquisa realizada no Mestrado, não só nos estimulou como também nos possibilitou constatar que as mulheres camponesas, em processo de luta e produção, constroem novas identidades como feministas, delineando projetos que parecem apontar para uma sociedade democrática.

Minayo (2011, p. 16) afirma que “toda investigação se inicia por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma dúvida. A resposta a esse movimento do pensamento geralmente se vincula a conhecimentos anteriores ou demanda a criação de novos referenciais”. Nesse sentido, primeiramente, o problema de pesquisa, apresentado para a qualificação da proposta de tese, se configurava na indagação: Quais as contribuições pedagógico-culturais das mulheres camponesas do Brasil e Moçambique, presentes na experiência agroecológica desenvolvida com sementes crioulas pelos Movimentos Sociais Populares, nesses dois países?

A partir das sugestões e da indagação suscitada pela banca de qualificação, da pesquisa de campo e das leituras realizadas, percebemos que o objeto de pesquisa se dá em torno da problematização de como ocorre o enfrentamento e a resistência das mulheres camponesas, que lutam e praticam o projeto de agricultura camponesa agroecológica e feminista<sup>5</sup>, com a

---

<sup>5</sup> Nota-se fortemente, nas falas das dirigentes e nos escritos do MMC, a construção do projeto de agricultura camponesa agroecológica feminista e socialista, sendo possível perceber uma evolução de adjetivos no decorrer dos anos, observando-se que, no início dos anos 2000, via-se a expressão “projeto popular de agricultura”, e, aos poucos, com o avanço da discussão, vai acrescentando as qualificações: agroecológica, em seguida, feminista, e recentemente em alguns materiais, socialista. A linguagem é do sujeito (MMC) pesquisado e adotamos a mesma.

produção de alimentos saudáveis e sementes crioulas, em contraponto ao modelo do agronegócio<sup>6</sup>, o qual se caracteriza pela defesa do lucro acima de tudo. Sem perder o foco, nossa questão de pesquisa foi redirecionada para: Há enfrentamento, resistência e saberes nas experiências agroecológicas desenvolvidas por mulheres camponesas, que lutam e se organizam no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)? E no caso de haver, como as suas experiências se desenvolvem?

É importante explicar que, no projeto inicial e cronograma da tese, pretendíamos realizar estágio de doutorado-sanduíche em Moçambique, o que possibilitaria a coleta de dados referentes à produção das mulheres camponesas naquele país<sup>7</sup>. No entanto, o pedido para o mesmo foi indeferido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Diante disso, foi necessário ajustar o projeto de modo a torná-lo exequível, com modificações envolvendo o tempo e o espaço.

Modificou-se o que se referia àquele país, pois o contato estabelecido com as (os) pesquisadoras (es) não nos proporcionou dados suficientes para a construção da tese e, além disso, não iríamos contar com o apoio do CNPq. Precisaríamos tomar uma decisão, a qual, em conversa com a Professora Orientadora, Dra. Marlene Ribeiro, nos sugeriu a de pesquisar outra região brasileira, mantendo o foco nas mulheres camponesas, de modo a ampliar o espaço, incluindo, além de Santa Catarina, na região Sul, outro estado e região brasileira. Com isso, seria possível aprofundar a análise, considerando as formas e culturas geradas no processo de organização e participação das mulheres camponesas. Em diálogo com as camponesas e com o MMC, decidimos que seria o estado da Bahia, o qual cumpria com os requisitos propostos na pesquisa, onde existem experiências de trabalho feminino com a agroecologia.

Primeiramente, cumprimos o que havíamos nos proposto a pesquisar no território brasileiro, conforme o cronograma anterior. Para isso, entramos em contato com o Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC) e, coletivamente, com esse sujeito, atentando-nos para o rigor científico da pesquisa envolvendo seres humanos, apresentamos previamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Desse modo, escolhemos, como protagonistas desta pesquisa, mulheres engajadas e que desenvolvem práticas agroecológicas. Em reunião da pesquisadora juntamente com a direção estadual do

---

<sup>6</sup> Sobre o significado do agronegócio este se encontra na nota nº 2 e, no decorrer da escrita da Tese, esta compreensão será ampliada, no confronto que se estabelece entre os grandes proprietários de terras, os quais representam e incorporam o movimento do capital no campo, e os movimentos sociais populares, dos quais focalizamos o MMC, no qual as camponesas que o constituem representam a classe trabalhadora do/no campo.

<sup>7</sup> O projeto anterior tinha por título: *O educativo a partir do trabalho com sementes crioulas das mulheres camponesas do Brasil e Moçambique.*

MMC, sendo que na época a mesma fazia parte desta direção, foram sugeridas algumas camponesas, com as quais logo entramos em contato, apresentamos a proposta de pesquisa para a tese e as camponesas se dispuseram a participar.

Como já havíamos planejado no projeto apresentado durante a qualificação, chegamos a quatro mulheres camponesas em Santa Catarina, número sugerido pela orientadora, e que consideramos um bom número para não ficar com muitos dados e depois não conseguir trabalhá-los. Ao mesmo tempo, havia a preocupação de que, sendo menos que isso, poderia ocorrer que as mesmas não oferecessem dados suficientes. Assim, traçamos diretamente com as camponesas um cronograma e, respeitando seus tempos e espaços de vida e trabalho, nos colocamos à disposição para ir até suas residências, sendo que também fazia parte da metodologia, a observação nas Unidades de Produção. Assim, conforme planejado, de outubro a dezembro de 2014, realizamos as quatro entrevistas e respectivas observações in loco, no estado de Santa Catarina.

A partir da decisão anteriormente apresentada, de realizar a pesquisa com o MMC existente em outra região brasileira, e tendo escolhido o estado da Bahia, entramos em contato com camponesas e adaptamos o nosso caminho de pesquisa a percorrer. Em planejamento com as mesmas, decidimos realizar as entrevistas e observações num tempo condensado, combinando com a participação em uma atividade da coordenação estadual do MMC/BA. Dessa forma, realizamos as quatro entrevistas e respectivas observações no mês de março de 2015. Posteriormente, construímos juntamente com o MMC, mais duas visitas ao estado da Bahia, uma com um grupo reduzido envolvendo uma das entrevistadas para a preparação e articulação do I Encontro Estadual do MMC/BA e, uma segunda, para participação no referido Encontro. Essas duas idas àquele estado/BA contribuiriam para conhecer melhor a organicidade local e acrescentar elementos para a escrita da Tese.

Os objetivos foram se redefinindo no decorrer da pesquisa. Eles resultam das indagações iniciais construídas no processo e apontam para análise de elementos pedagógicos e culturais, presentes na vida e na experiência das camponesas que desenvolvem práticas agroecológicas nas regiões Sul e Nordeste do Brasil. Numa síntese, pode-se afirmar que estes objetivos estão voltados para o educativo na tomada de consciência das mulheres, em que se destaca a necessidade e, ao mesmo tempo, a importância da produção agroecológica em meio a uma luta pela sua própria libertação, como mulheres, e emancipação, enquanto seres humanos que vivem do seu trabalho, em harmonia com a natureza, cuidando da vida do/no Planeta Terra.

Objetivamos, também, elencar os principais elementos constituidores do modo de vida das camponesas, presentes na experiência agroecológica desenvolvida no MMC, sobre a qual trataremos no decorrer da escrita, principalmente no capítulo terceiro. No que se refere a desvelar as contradições e as resistências ao modelo capitalista, no desenvolvimento da experiência com sementes crioulas, captando os elementos educativos do Movimento Popular em questão, abordaremos também nos capítulos seguintes. Em toda esta escrita trabalharemos com o propósito de observar e elucidar o papel das mulheres camponesas na produção de sementes crioulas e a relação com a soberania alimentar, identificando elementos da cultura patriarcal que inibem sua autonomia, bem como as mudanças introduzidas e as alternativas construídas.

A pesquisa, alcançando nossos objetivos, vai indicar que as mulheres estão construindo alternativas para sair de uma situação de opressão e exploração, vinculadas à produção do viver, ao trabalho produtivo e à militância. Segundo as entrevistadas, é necessária uma tomada de consciência de que vivem nessa situação e, desde essa dar-se conta da realidade vivida, partir para uma reflexão pessoal e coletiva sobre a necessidade de construir formas de autonomia, conforme podemos ver na fala de Calêndula<sup>8</sup>,

Tinha numa comunidade um grupo que fazia a discussão do Movimento, muitas mulheres iam pra luta e pra discussões do Movimento, começaram a discutir a produção muito local, ver que era possível produzir. O Movimento que proporcionou essa consciência de que as mulheres precisavam ser autônomas e a consciência sobre a necessidade da alimentação saudável, essas duas coisas eram fortes pra esse grupo, aí elas começaram a se encontrar no grupo de base da comunidade, discutindo e diversificando a produção com a troca de sementes. ‘Bom, agora nós precisamos comercializar isso’, elas viram que tinham condições de ir além e começaram a vender na rua, colocaram uma mesa e foram vender.

Este olhar que pode ser captado na fala de Calêndula aponta como se constroem experiências de produção agroecológica com o uso de sementes crioulas de hortaliças, experiências estas que estão relacionadas a justificativa da escolha do tema e das sujeitas<sup>9</sup> desta pesquisa. A relevância consiste em investigar como se dá e como se revela a experiência do trabalho e da cultura através de práticas agroecológicas a partir de Movimentos Sociais Populares (MSP), nesse caso, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Como afirma

---

<sup>8</sup> Em seguida, na Metodologia, apresentaremos as entrevistadas.

<sup>9</sup> A palavra sujeito guarda uma interpretação contraditória, a de autor/a da ação e, ao mesmo tempo, a de submisso/a, ou submetido à ação de outro/a, sendo que, ao se identificar as mulheres enquanto sujeitos, estaremos fortalecendo o papel da sujeição, da submissão, tendo em vista que ainda vigora, na sociedade, uma concepção que sobrepõe o homem à mulher, portanto, uma visão machista. Por isso, nesta Tese estamos usando a expressão “sujeitas” com o sentido de a mulher ser a protagonista de sua vida e de sua história individual e coletiva.

Maneschy (2013, p. 42) essa ação das mulheres lutarem por seus espaços vem no contraponto ao que as leis constitucionais permitiam antes de 1988, sendo que eram fortemente patriarcais. Podemos relacionar tal ação ou fazer, no campo da educação popular, ainda que esta, como afirma Mejía (2003), para muitos, esteja em descrédito nos dias atuais. No trecho a seguir, Brandão e Assumpção nos ajudam a compreender o desenvolvimento dessa prática de educação no Brasil, ligadas às organizações sociais.

Uma primeira experiência de educação com as classes populares (com essa concepção), a que se deu sucessivamente o nome de *educação de base*, *educação libertadora* e, mais tarde, *educação popular*, surgiu no Brasil no começo da década de 1960, no interior de grupos e movimentos da sociedade civil, alguns deles associados a setores de governos municipais, estaduais ou da federação. Surgiu como um *movimento de educadores*, que trouxeram, para o seu âmbito de atuação profissional e militante, teorias e práticas do que então se chamou *cultura popular* e se considerou como uma base simbólico-ideológica (BRANDÃO, ASSUMPÇÃO, 2009, p. 27, com grifos dos autores).

Com esse excerto podemos perceber que, ao falarmos em educação popular<sup>10</sup>, não podemos esquecer a cultura popular e vice-versa. É nessa perspectiva que tratamos dos modos de vida das mulheres camponesas, as quais desenvolvem suas experiências práticas de produção agroecológica, ligadas à sua sobrevivência. Como defendem Machado e Machado Filho (2014), a agroecologia necessariamente precisa respeitar e conhecer a cultura camponesa, ou seja, de quem a está praticando.

No caso das mulheres, essa cultura, além de ser respeitada, em alguns aspectos carece ser transformada, como é o caso da cultura patriarcal, conforme observamos em Maneschy (2013, p. 43), para quem, “mesmo que os padrões culturais efetivamente se alterem na sociedade, o gênero, acoplado a outras desigualdades, tais como étnicas, geracionais, de classe, continua fonte de poderes e desigualdades específicos”. Assim, também Brandão e Assumpção (2009, p.8), recuperando outros autores, como Marilena Chauí e Karl Marx<sup>11</sup>, nos lembram de que “as ideias dominantes de uma sociedade são as ideias da classe dominante”. Como vivemos em uma sociedade capitalista e patriarcal<sup>12</sup>, criar formas de socialização que não sigam esses padrões, como afirmam as sujeitas da pesquisa, é uma tarefa difícil, ou seja, um grande desafio.

<sup>10</sup> Concebemos aqui a Educação Popular a partir da prática das mulheres, compreendendo os processos de formação do MMC como sendo Educação Popular.

<sup>11</sup> Karl Marx é um dos autores que tem sustentado as obras de Marilena Chauí. No livro *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*, que foi organizado por Boron e outros autores (2007), a autora desenvolve um estudo sobre a história no pensamento de Marx (CHAUÍ, 2007, p. 152-184).

<sup>12</sup> Essa discussão será retomada e aprofundada no segundo capítulo.

Em se tratando das camponesas pode ser ainda mais difícil, pois, conforme Conte (2014), as mesmas são aquelas esquecidas na história oficial da sociedade. Assim, incluímos a cultura em nossa análise, tanto no sentido de que as camponesas estão construindo seus modos de vida, quanto no sentido de que elas estão questionando uma cultura patriarcal imposta e, com isso, desnaturalizando a cultura de que a mulher deve permanecer à margem da história, com um papel secundário na sociedade. Tendo por referência as obras de Thompson (1981; 2012) e Williams (1979; 2011a), e considerando as contradições da sociedade de classes em que vivemos, cultura compreende o estar ligada aos modos de vida das pessoas, ou seja, àqueles modos de vida que podem e devem ser problematizados. Mas esta compreensão pode ser ampliada com as experiências de vida, das quais emergem os saberes incorporados ao cotidiano das populações trabalhadoras.

É desafiador tratar de questões relacionadas à cultura, à experiência e a vida das mulheres, sendo que o trabalho muitas vezes é visto como serviço, como “obrigação” de mulher, e, por tratar desse emaranhado complexo, foi difícil chegar à Tese. Também, devido ao fato de que a pesquisadora está envolvida com o MMC, nesse quesito foi necessário o afastamento da Direção do Movimento, tanto nacional quanto estadual, no período de escrita propriamente dita. Por outro lado, consideramos uma pesquisa relevante no âmbito acadêmico, onde pode contribuir para a reflexão teórica desde o campo das lutas das mulheres pelo seu reconhecimento enquanto sujeitas de produção, de autonomia e de luta por emancipação. Pode contribuir, também, com o Movimento Popular no qual estou<sup>13</sup> envolvida – o MMC – pois consigo refletir deste outro lugar – o da pesquisa universitária – o que enriquece a crítica e autocrítica da organização, da escrita e da pesquisadora, possibilitando mesclar saberes do campo da luta popular com os conhecimentos acadêmicos enriquecidos com leituras e pesquisas.

Penso que seja importante socializar esse envolvimento da pesquisadora com o MMC em Santa Catarina, desde 2001, num primeiro momento, como participante de algumas manifestações e, aos poucos, de maneira mais efetiva e consistente. Participei de programas de formação para as dirigentes e militantes em 2003 e 2004, e esse processo formativo contribuiu para conhecer e aprofundar minha própria cultura camponesa, bem como, para constituir minha identidade de classe, a partir da experiência vivida. Tal processo possibilitou-

---

<sup>13</sup> No capítulo 1, assim como o fiz na introdução, quando estou me referindo especificamente a mim, Catiane Cinelli, pesquisadora, utilizo a primeira pessoa do singular. Em outros momentos utilizamos a primeira pessoa do plural, por compreender que essa tese é uma construção coletiva da pesquisadora, orientadora e sujeitas da pesquisa. No entanto, qualquer erro ou lacuna, a responsabilidade é inteiramente minha, a autora.



me compreender a educação libertadora<sup>14</sup>, como aquela que acontece quando assumida por pessoas que percebem sua opressão e tentam superá-la em busca da libertação, no caso, como mulher e, ao mesmo tempo, como classe. A Educação Popular se constitui como possibilidade de emancipação humana, neste caso, das mulheres engajadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), no coletivo, conforme afirma Paulo Freire (1978; 2005), o que ocorre quando as pessoas percebem sua inconclusão e buscam assumir-se como sujeitos, ou almejam o ser mais, no sentido do propriamente humano.

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, 2005, p. 46).

Entre os processos formativos e os momentos mais tensos nas lutas e enfrentamentos proporcionados pelo MMC, como já pontuado na introdução, fui cativada e, desta inserção, como jovem, fui desafiada a cursar Pedagogia da Terra, através do convênio entre o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), em Veranópolis, no estado do Rio Grande do Sul, Turma Margarida Alves, de outubro de 2003 a junho de 2007. Em meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pesquisei o Programa de Formação do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. Continuei atuando como militante e, em 2010, ingressei no Curso de Mestrado em Educação nas Ciências, na Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), onde a pesquisa para a Dissertação de Mestrado focou o Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças do MMC/SC<sup>15</sup>.

No período de realização da pesquisa para a Dissertação, continuei a militância no MMC, a qual me desafiou a fazer parte da coordenação brasileira deste Movimento, no *Projeto de Implantação de Bancos Comunitários de Sementes em áreas de Agricultura Familiar*, entre Moçambique, Brasil e África do Sul (2010-2014). Este Projeto estendeu-se até quando formulei meu projeto de Tese de doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU/UFRGS), sendo que a experiência me inspirou na elaboração da primeira proposta de pesquisa, com o entendimento de que os Movimentos Sociais Populares (MSP)

---

<sup>14</sup> A Educação Libertadora atravessa a ação e a produção de Paulo Freire, que também subsidia esta pesquisa e como um dos conceitos/práticas que orientam as ações do MMC.

<sup>15</sup> Título: *Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiências e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)*. Ano de obtenção: 2012.

são sujeitos educadores e que a educação, no caso, a Educação Popular associada ao processo de emancipação humana, ocorre para além do âmbito restrito da família, das salas de aulas e das academias.

Com a necessidade de modificar o local, o foco e os objetivos da pesquisa fui instigada a investigar a relação do trabalho das mulheres camponesas, a partir da agroecologia com a cultura gerada pela experiência, pois na dissertação não foi possível realizar um aprofundamento desta questão. Nesse sentido, com a opção por modos de vida das mulheres camponesas, senti-me desafiada a conhecer um pouco mais o Brasil, focalizando outra região, nesse caso, o Nordeste. Na dissertação (CINELLI, 2012), constatamos que, com o Programa de Sementes<sup>16</sup>, se aprofunda a reflexão sobre ser trabalhadora rural, como profissão, ser camponesa, como modo de vida e ser mulher, como sujeita de ação e de libertação. Nesse sentido, conforme já exposto, a construção da Tese justifica-se pela necessidade de investigação, avaliação e teorização das práticas das mulheres camponesas desenvolvidas no campo da Educação Popular, a qual Brandão e Assumpção (2009) caracterizam como possibilidade de geração de uma cultura rebelde.

Pensamos que nossa Tese, estando no campo da educação, situa-se, parafraseando Freire (2005, p. 34), na pedagogia do oprimido ou, no caso, da mulher oprimida e da sua necessidade de libertação. “O grande problema está em como poderão os oprimidos, que ‘hospedam’ o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubra hospedeiro do opressor”, em nosso caso, quando as mulheres se descobrirem como hospedeiras do opressor “poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora”. Esse dar-se conta acontece num processo, não é um estalo, um momento único que tem essa percepção, mas durante a luta, formação, organização e produção.

Nas práticas cotidianas que são contraditórias e, muitas vezes, dualistas em hospedar o opressor e se libertar do mesmo, as mulheres coletivamente buscam construir a pedagogia libertadora. De modo que, ao nos propormos analisar nuances desse fazer e na construção do ser mais, percorremos um caminho que nos permitiu a vivência deste ciclo de pesquisa, de vida, de produção.

---

<sup>16</sup> Trata-se do Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças do MMC/SC.

## 1. 2 O CAMINHO PERCORRIDO NO CICLO DE PRODUÇÃO

Para a vivência deste ciclo de produção, ou, a construção e elaboração da presente Tese, foi necessário seguir um caminho teórico-metodológico, desde a construção do projeto, com a definição do tema, problema, objetivos e justificativa da pesquisa, conforme já descrevemos. Assim, optamos pelo método do materialismo-histórico-dialético com base no marxismo, compreendendo que temos três principais métodos de análise em ciências sociais, nas quais se incluem os estudos e pesquisas no campo da educação, sendo eles o positivismo, a fenomenologia e o marxismo (RIBEIRO, 1991; TRIVIÑOS, 1987).

Triviños pontua que o *método materialismo dialético* ou *marxismo* inicia-se com dificuldade, mas também entusiasmo. Nesse enfoque de pesquisa, os principais pensadores são Karl Marx, que revolucionou o pensamento filosófico/sociológico/histórico e econômico, contando, mais tarde com Friedrich Engels e, posteriormente, com Vladimir Lênin e Antonio Gramsci. Enfatiza aquele autor (TRIVIÑOS, 1987), como também Ribeiro (1991; 2013), que não seria possível esquecer algumas ideias com respeito à dialética, suas categorias e leis. Os aspectos relevantes nessa abordagem de pesquisa são o materialismo dialético, o materialismo histórico e a economia política. O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e, como tal, realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento.

O marxismo enquanto abordagem que considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais é outra teoria sociológica importante. Enquanto método, ele propõe a abordagem dialética que teoricamente faria um desempate entre o positivismo e o compreensivismo, pois junta à proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação, com a compreensão das representações sociais (MINAYO, 2011, p. 24).

Triviños (1987) afirma, ainda, que o materialismo dialético não só tem como base de seus princípios a matéria, a dialética e a prática social como critério da verdade, mas também aspira ser a teoria orientadora da revolução do proletariado (MARX, 1982). Suas características são: a materialidade do mundo e o fato de a matéria ser anterior à consciência, por isso é necessário conhecer a realidade. A dialética marxista investiga as formas universais do movimento e as conexões que se observam entre elas. A categoria essencial que sustenta a lei do materialismo histórico dialético é a contradição (CURY, 1989).

Elegemos o materialismo histórico dialético como método para o trabalho de investigação e construção da tese, pois estamos tratando da realidade social e trazemos contradições existentes em uma sociedade capitalista e patriarcal, com exploração de classe e opressão de gênero. Na investigação social, a relação entre o pesquisador e seu campo de estudos se estabelece definitivamente. Como afirma Minayo (2011, p.13-14): “A visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto aos resultados do trabalho e sua aplicação”.

Em meio a realidade contraditória é que as mulheres se organizam lutando por justiça social. Pesquisamos sobre o trabalho das mulheres camponesas, que se mostram contraditórias, quando afirmam, nas entrevistas, que não encontram dificuldades, enquanto mulheres, para a construção da agroecologia na unidade de produção. Mas a incongruência desta afirmação fica nítida quando, ao chegar a casa da mulher a ser entrevistada, vejo o homem deitado no sofá e esta mulher fazendo queijo para depois lavar a louça. Essa foi uma das contradições observadas, outras serão trabalhadas no decorrer da escrita.

Quanto à metodologia, a escolha se deu no decorrer da escrita do projeto de tese, ao mesmo tempo em que cursava as disciplinas no PPGEDU/UFRGS. Os encontros semanais no Seminário: Metodologia da Pesquisa Aplicada à Educação<sup>17</sup> foram esclarecedores das diferenças entre métodos e metodologias, estas das quais passo a trazer presentes alguns pontos. Conforme o estudado, autores têm pontos de vista diferenciados sobre metodologias e técnicas de pesquisa, das quais optamos por algumas. Conforme o apresentado nesses encontros, Ribeiro, afirma: “precisamos estar atentos aos caminhos tão difíceis da pesquisa que pretendemos realizar”<sup>18</sup>. Pelo fato destes caminhos serem difíceis e por considerar também essas teorizações complexas, corre-se o risco de cometer algumas confusões teóricas e práticas, as quais, com a ajuda da professora Orientadora e da banca examinadora da proposta, foram sendo esclarecidas no processo de construção da tese. Assim, concordamos com a autora na definição sobre metodologia:

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). A metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas (MINAYO, 2011, p.14).

<sup>17</sup> Seminário ministrado no primeiro semestre de 2013, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da UFRGS, pela Orientadora desta tese, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marlene Ribeiro. Ver em Ribeiro (2013).

<sup>18</sup> Afirmação feita no Seminário realizado dia 25 de março de 2013.

No Seminário já identificado, constatamos a existência de diferentes metodologias de pesquisa, com suas diferentes características, algumas das quais podem ser combinadas. Deteremo-nos na pesquisa participante e na pesquisa-ação, que foram escolhidas por serem as metodologias que se entrelaçaram nesse caminho percorrido para a realização da pesquisa e a construção da Tese. De acordo com Gil (2011), tanto a pesquisa-ação quanto a pesquisa participante se caracterizam pelo envolvimento das (os) pesquisadoras (os) e das (os) pesquisadas (os) no processo de pesquisa. No entanto, conforme Jara (2011), não é comum o reconhecimento da complexidade do metodológico em seu sentido mais profundo, que implica sustentar teoricamente e organizar de forma rigorosa uma determinada sequência de momentos, que seja coerente com uma fundamentação teórico-filosófica e que se execute de forma criadora. Essa organização rigorosa da sequência aqui utilizada só foi possível a partir dos estudos realizados antes da qualificação, vindo a amadurecê-los na finalização deste trabalho.

Assim, delineado a sequência de escrita, precisamos compreender histórica e teoricamente os procedimentos metodológicos. Segundo Gajardo (1999, p.39), a pesquisa participante surgiu quando a realidade de um número expressivo de sociedades latino-americanas se caracterizava pela presença de regimes autoritários e modelos de desenvolvimento manifestamente excludentes, no aspecto político, e concentradores de renda, no aspecto econômico. Desse modo, essa modalidade de pesquisa está diretamente ligada aos processos de democratização, de organização e lutas, o que justifica a escolha dessa metodologia, pois a pesquisa se desenvolveu com um movimento popular feminista, que luta pela transformação da sociedade e suas sujeitas enfrentam diferentes formas de opressão.

De acordo com Brandão (1999, p. 12), a pesquisa participante surgiu como compromisso de participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem a pesquisa, mais do que conhecer para explicar, pretendia conhecer para servir. Foi a partir daí que se instalou uma nova coerência de trabalho científico, capaz de permitir que o serviço do método que o constituiu fizesse com que diferentes técnicas fossem viáveis, tais como: o relato e sistematização de outras observações, mesmo quando não científicas; a leitura de documentos; a aplicação de questionários e a observação da vida e do trabalho dos sujeitos, no caso, as sujeitas.

A pesquisa-ação, de acordo com Barbier (2007), define-se como ação deliberada para a transformação da realidade e a produção de conhecimentos acerca dessa transformação. Essa forma de pesquisa é pedagógica e política; ela serve à educação da (o) cidadã (o) preocupada

(o) em organizar a existência coletiva, e mais, pertence à categoria da formação e do processo de criação estimulado pelo desenvolvimento do potencial humano.

Reforçamos que a escolha pela pesquisa-ação, juntamente com a pesquisa participante, se deu por se aproximarem com a proposta de pesquisa para a construção da Tese, utilizando-nos das diferentes técnicas, com características de observação participante ou observação militante. A pesquisa esteve relacionada à educação/conscientização de camponesas organizadas no MMC, preocupadas com a existência coletiva. E, como afirma Barbier (2007), a pesquisa-ação nunca se realiza sobre os outros, mas sempre com os outros, neste caso, com as outras.

Em diversas leituras sobre a pesquisa participante, o pesquisador pode ser de fora do grupo a ser pesquisado, mas acompanha o desenrolar do processo. Brandão (1999) fala em “outro lado”, constituído também de pessoas, posto que os sujeitos sociais, de modo geral, quase sempre são diferentes do/a pesquisador/a. No caso desta, a pesquisadora também é camponesa e militante e compõe a coordenação do MMC, por isso, a observação participante e militante mescla-se com a pesquisa-ação, onde percebe que sua própria vida social e afetiva está presente na pesquisa sociológica e “que o imprevisto está no coração da sua prática” (BARBIER, 2007, p. 14). Esse imprevisto se deu, por exemplo, quando da mudança de local, o que, com muita cautela, observando os princípios da metodologia e da ética da pesquisa, desloquei o foco para a Bahia como campo fértil de pesquisa.

Brandão explicita a dificuldade em tratar de uma relação de alteridade antecedente, o que, para ele, é quase sempre a condição da pesquisa. “Ora, também para o pesquisador social, a existência do diferente é a condição da prática” (BRANDÃO, 1999, p. 9). Concordamos com o autor, ao falar do cientista político, pois, ao mesmo tempo em que eu pesquisadora sou igual, também sou diferente, sou camponesa e participo do Movimento pesquisado, no entanto, há diferenças, pois as mulheres pesquisadas não são pesquisadoras acadêmicas, conforme foi explicado anteriormente.

Como assegura Gajardo (1999, p. 18), a pesquisa participante surgiu juntamente com:

[...] aqueles camponeses que viviam na condição de arrendatários, uma das formas mais clássicas de exercício da dominação no meio rural. Junto a eles surgiram as primeiras propostas de trabalho participativo. Com eles foi gerada a investigação da temática cultural camponesa, conhecida genericamente como investigação temática.

A partir desta citação, podemos perceber que a pesquisa participante ou os métodos participativos, se ramificam, dentre eles, a pesquisa temática e a observação participante. A

mesma autora afirma que as primeiras experiências a desenvolverem esse método ocorreram num período em que as contradições nos processos de socialização se referiam a situações familiares: “na participação escassa ou nula da mulher<sup>19</sup> nas atividades do estabelecimento, as altas taxas de natalidade, o problema da educação como alternativa da migração, as relações entre os conhecimentos práticos do camponês e a assistência técnica” (GAJARDO, 1999, p. 21, nota de rodapé nossa).

No que se refere à relação dos conhecimentos empíricos, ou populares e dos conhecimentos científicos, ou muitas vezes identificados como técnicos, isto será observado no decorrer da escrita. As (os) autoras (es) aqui utilizadas (os) para descrever os procedimentos metodológicos têm posições concordantes no sentido de que a pesquisa participante, em seus diferentes modos, se dá de forma particular com movimentos sociais; as diferenças estão na estratégia, nos objetivos e nas características do grupo pesquisado. Outro ponto dessa proposta metodológica também contribuiu para o desenvolvimento desta pesquisa:

Suas origens provêm tanto do campo das ciências sociais como da educação, recebendo até agora duas denominações: investigação militante e observação militante. A primeira proposta foi impulsionada por um grupo de intelectuais venezuelanos e a segunda, baseada em um enfoque socioeducativo (GAJARDO, 1999, p.37).

A pesquisa militante ou investigação militante foi se dando em nosso caminho percorrido para chegar a presente Tese, primeiramente com uma discussão com as companheiras do MMC acerca da proposta da pesquisa. Em seguida, passamos à definição ou sugestão das pesquisadas coletivamente, seguindo os objetivos propostos, para depois entrarmos em contato com as mulheres e combinar a nossa visita, entrevista e observação militante. Estas ações no caminho da pesquisa e das entrevistas sempre ocorreram de um modo no qual eu adotava uma postura de companheira, que chegava à casa das mulheres camponesas, não como uma pesquisadora estranha ou que aparece só nesse momento, mas como alguém que já esteve junto com elas em muitas ações, mobilizações, encontros e reuniões.

A partir das leituras realizadas, notamos que se confunde pesquisa participante com observação participante ou ainda militante, sendo que alguns autores tratam somente da observação participante, como um instrumento de coleta de dados na pesquisa qualitativa.

---

<sup>19</sup> No capítulo segundo, traremos reflexões que nos ajudam a compreender a questão da mulher para além do familiar, sendo esta uma questão social e política.

Assim conceitua Chizzotti (1991, p. 90), ao afirmar que a observação pode ser participante, por “experienciar e compreender a dinâmica dos atos e eventos e recolher as informações a partir da compreensão e sentido que os atores atribuem a seus atos”.

Consideramos importante destacar, nas metodologias e técnicas de pesquisa que visam o contato direto com a realidade pesquisada, que o mundo social não é uma objetividade pura porque, além das contradições peculiares as relações sociais de produção, considerando a sociedade capitalista em que vivemos, envolve a cultura e as experiências construídas pelas (os) participantes da pesquisa e pela (o) própria (o) pesquisadora. Por isso, os papéis desempenhados dentro do campo das relações entre a pesquisadora e as mulheres camponesas – sujeitas/objetos de pesquisa – são constantemente negociados e modificados.

Brandão (1999), afirma que o primeiro fio da lógica do pesquisador deve ser – não o seu ou o de sua ciência –, mas o da própria cultura que investiga, tal como a expressam os próprios sujeitos que a vivem. Ainda, segundo o autor, assim é que surge a observação participante, a qual é definida por Minayo (2011, p. 70) como:

um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. Por isso o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente.

A autora também afirma a importância da observação participante, através do contato direto da pesquisadora (o) com o fenômeno observado, para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. A (o) observadora (o) estabelece uma relação face a face com as (os) observadas (os). Assim, várias (os) autoras (es) mostram que na observação participante a (o) investigadora (o) é o principal instrumento da investigação social. Consideram-se vantagens colher os dados nos contextos naturais onde ocorrem, sendo estes mais ricos e pormenorizados; diante disso, preferimos realizar as entrevistas na Unidade de Produção de cada entrevistada, pois, assim, foi possível observar a realidade experienciada pelas camponesas.

Quivy e Campenhoudt (1998) afirmam que a observação é uma forma de testar o modelo de análise, mas é também uma etapa para a construção dos conceitos. Estes autores chamam a atenção para coletar apenas dados úteis. Sobre isso, ficamos atentas e vigilantes aos objetivos propostos na pesquisa. Os autores também ressaltam a importância de precisar os limites do campo de análise, além de estarmos atentas (os) aos prazos e aos recursos



disponíveis. E ainda acrescentam que, com a observação, é possível captar os comportamentos no momento em que os mesmos acontecem, e, além disso, a observação participante – como diz o nome – visa participar da vida coletiva, por isso é adequada para estudar modos de vida e, para esta pesquisa, a formação exigida é a prática.

As observações se desenvolveram nas Unidades de Produção das camponesas entrevistadas, o que possibilitou ter uma visão do relato das mulheres sobre sua produção e experiências agroecológicas. Estabelecendo relações com as atividades formativas e práticas, estive presente e fiz observações em reuniões e encontros realizados pelo MMC, envolvendo as camponesas participantes da pesquisa. Pesquisas documentais foram realizadas, em especial, nos materiais produzidos pelo MMC que tratam da questão agroecológica e da produção de sementes, tratando-se, mais propriamente, de cartilhas, relatórios e panfletos.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, “em que o entrevistado tem possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2011, p. 64). Estas entrevistas foram desenvolvidas com oito mulheres camponesas militantes do MMC, sendo quatro catarinenses e quatro baianas, como afirmado anteriormente. O número de entrevistadas seguiu o que foi proposto no projeto de Tese, pesquisando mulheres camponesas ligadas ao MMC do estado de Santa Catarina e do estado da Bahia. Conforme o planejado, as entrevistadas foram selecionadas juntamente com o Movimento, sendo feito o debate sobre o caráter e os objetivos da pesquisa em cada estado pesquisado; o critério estabelecido para a escolha das camponesas a serem entrevistadas foi o de que estivessem relacionadas à experiência com sementes crioulas e com a agroecologia. Assim, as sujeitas da pesquisa, que contribuíram no tecer desta Tese, são mulheres camponesas inseridas na produção de sementes crioulas e comprometidas com uma produção agroecológica.

### **1.2.1 As sementes escolhidas ou as sujeitas da pesquisa**

No momento em que se faz uma plantação é necessário escolher sementes, assim também para a nossa Tese foi preciso selecionar as entrevistadas. As mulheres camponesas pesquisadas são<sup>20</sup>, as de Santa Catarina: Melissa, Margarida, Joana D’Arc e Calêndula. Na Bahia entrevistamos: Girassol, Dália, Açucena e Rosa. Todas as entrevistas foram realizadas em suas respectivas Unidades de Produção. Vamos descrever cada uma de acordo como elas se apresentaram nas entrevistas semiabertas, ou semiestruturadas, realizadas no período de

---

<sup>20</sup> Todos os nomes são fictícios, preservando a identidade das entrevistadas.

outubro de 2014 a março de 2015. Optamos por trazê-las na sequência em que foram realizadas as entrevistas.

Melissa<sup>21</sup>, com 65 anos, mora no município de Descanso, na região oeste catarinense. É militante do MMC desde seu surgimento no município e iniciou o trabalho com sementes crioulas de hortaliças quando o Movimento assumiu essa proposta em 2002. É uma mulher que se coloca em constante aprendizagem, inclusive no momento da entrevista estava cursando o primeiro semestre de Pedagogia, estudo este que não lhe esteve acessível em anos anteriores. Segundo ela, está envolvida “praticamente desde o começo, mas não assídua, às vezes a gente ia, às vezes não, mas praticamente mesmo uns 15, 20 anos por aí”. Sobre o processo de militância relata:

É um caminho que desde o nascer a gente vai descobrindo as coisas, e no Movimento não foi diferente. Na época a gente era professora, na comunidade procuram quem tem um pouquinho de instrução pra ser ministra [na igreja], ser catequista, essas coisas. Na época tinha uma Irmã [religiosa] em nosso município, ela incentivava muito isso, dizia que nós mulheres não devia ficar simplesmente na igreja, na casa, devia ir além, praticamente isso. A gente começou na comunidade, no município, hoje a gente está mais na região, no estado, entende mais o que é o Movimento. Na época era como se fosse outra atividade qualquer, mas depois a gente descobriu o valor, os objetivos, aí foi se aprofundando, descobrindo mais, assumindo e continuei e vou continuar sempre.

Consideramos pertinente trazer a caminhada de educação dessa camponesa, pois é uma história de persistência e superação. Melissa conta que sempre gostou muito de estudar desde criança, no entanto, sua mãe ficou viúva e ela não conseguiu concluir os estudos na Comunidade. Como na escola era exigido, fez o supletivo de férias, normal incompleto de férias e, nos últimos anos com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), “consegui uma nota mais ou menos e terminei o Ensino Médio”. Além disso, fala que seu estudo era o Movimento, “claro, lia também e continuo lendo; como a libertação da mulher também se dá com o estudo, ter uma faculdade um dia era um sonho. Esses são os sonhos. Os demais vão aparecendo, mas também que esse mundo, esse Brasil, essa terra seja mais digna, mais igual”.

É importante apontar alguns elementos que nos fazem pensar sobre a educação no Brasil e como essa tem sido negada às mulheres camponesas. Por exemplo, sobre seu ensino fundamental ela relata que cursou “na Comunidade, aulas que fazia em casa, escutava pelo rádio”. Ainda, fala: “O ENEM pra matrícula da faculdade não valeu, porque fiz nos anos anteriores, foi uma boa experiência, em todas as matérias tirei quinhentos, na redação e todas

---

<sup>21</sup> Entrevista realizada em sua residência no dia 24 de outubro de 2014. O nome utilizado foi escolhido pela entrevistada em conversa após a entrevista, a mesma quis ter o nome de uma planta medicinal “feminina”.

outras quinhentos e pouco”, mostrando satisfação em seu rosto como sinal de superação uma camponesa idosa conseguir essa média no Exame.

Sobre sua atuação no MMC, Melissa relata que sua maior atuação é nas sementes, nas plantas aromáticas, na coordenação ampliada, direção regional, coordenação municipal e é monitora<sup>22</sup>. Na Comunidade tem grupo de base, mas são outras mulheres na coordenação, “as mulheres é mais difícil de sair de casa, a questão do transporte, depende do marido pra levar”. Melissa conseguiu avançar e construir sua autonomia enquanto mulher se envolvendo politicamente na sociedade, através da participação ativa na direção do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), juntamente com seu envolvimento com a produção diversificada e de sementes crioulas.

Margarida<sup>23</sup> tem 58 anos e mora na Comunidade de Faxinal dos Rosas, em Chapecó, a maior cidade do oeste catarinense. Apresenta-se como camponesa, agricultora, que trabalhou sempre na roça e participa do MMC, no momento atuando como membro da direção. No período da entrevista atuava como coordenadora do trabalho com sementes crioulas junto às mulheres do MMC/SC, em seguida, ainda no período de construção da tese, assumiu a responsabilidade de participar da coordenação nacional<sup>24</sup> pelo estado de Santa Catarina. Sobre como se deu o seu envolvimento com o MMC, Margarida fala:

Eu sempre participava das CEBs, sou igreja, através das CEBs foi se abrindo diálogo, abertura, fomos vendo que existia uma exploração muito forte em cima da agricultura camponesa e principalmente das mulheres, a partir daí começamos nos organizar. Eu casei no ano de 1977, e ano 1978 já estava nas CEBs, assim foi até os anos 1980, quando iniciou o Movimento eu atuava mais nos eventos mais gerais no Movimento, não atuei muito como liderança por conta que naquela época eu tinha as crianças pequenas, daí eu participei do Movimento mais tarde, quando as crianças estavam grandes, no primeiro momento eu participava em algumas assembleias, mobilizações, abaixo-assinados, que foi feito muita mobilização.

Sobre sua educação, Margarida conta que terminou o Ensino Fundamental vinculado ao projeto *Terra Solidária*, que era coordenado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais que atendia a Agricultura Familiar e Camponesa, depois cursou o Ensino Médio no estado do

<sup>22</sup> No Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças do MMC/SC, que abrange também o trabalho com plantas aromáticas e medicinais, as monitoras são as mulheres que recebem uma formação a mais tanto técnica quanto política e desenvolvem o trabalho com as mulheres dos municípios, envolvendo a base do MMC/SC.

<sup>23</sup> Entrevista realizada em sua residência no dia 05 de novembro de 2014. O nome utilizado na escrita foi escolhido pela entrevistada em contato posterior a entrevista.

<sup>24</sup> Importante observar como meu trabalho de pesquisa se entrelaça a vida do Movimento, pois a entrevistada assumiu a coordenação nacional, no momento em que pedi afastamento para a escrita da tese.

Paraná, na Escola da CUT<sup>25</sup>. “Faculdade não dava do jeito que a escola precisava que a gente ficava lá, como se organizava, achei bem difícil daí parei, mas eu tenho vários cursos na área da agroecologia que me ajudaram”. Na opinião dela, as universidades deveriam priorizar essa questão da agroecologia na formação dos agrônomos e técnicos. Relata, ainda, sobre como foi seu envolvimento político, desde o sindicato até a opção pelas sementes crioulas.

Fiquei na direção do sindicato por dois períodos, seis anos, dessa vez que eu saí do sindicato, as mulheres me procuraram para ser direção do Movimento, assumir as sementes, então veio aqui em casa as dirigentes<sup>26</sup> [...] elas conversaram comigo, eu fiquei de pensar e dar a resposta. Eu pensei e vi que era por aí mesmo que tinha que ser, dei a resposta e já comecei a participar da direção do Movimento, era um coletivo das sementes [...] ajudar nas elaborações e tal, dali pra cá parece que foi onde me achei mais, foi a questão das sementes [...] Quando eu entrei já tinha iniciado, foi em 2003, já estava o trabalho iniciado, já tinha proposta de uma equipe técnica, tinham acontecido os seminários, inclusive eu já tinha participado junto dos seminários, a partir de então comecei a participar pra organizar os grupos que iam produzir sementes (de referência), um período tínhamos até dois grupos de referência, pra manter a banca sempre com semente.

Margarida tem um envolvimento muito forte com a coordenação do processo de trabalho com as sementes crioulas de hortaliças, diferente de outras que apenas produzem ou participam das formações realizadas nos municípios.

Joana D’Arc<sup>27</sup> tem 45 anos, é casada, tem dois filhos e uma filha. Mora na Linha Parda, município de Descanso, desde que casou, mas sua militância se dá no município de São Miguel do Oeste, pois é mais perto pelo fato de morar muito próximo da divisa territorial desses municípios. Desenvolve trabalhos agroecológicos há aproximadamente 12 anos, desde o processo de transição para ter uma Unidade de Produção com certificado orgânico. Sobre seu envolvimento com o MMC, ela afirma:

Quando começou o Movimento em São Miguel, o Movimento organizado, eu não participava. Em 2003 quando o Padre [...] rearticulou o Movimento, porque tinha dado uma parada, aí eu comecei participar, em outubro ou novembro. Eu tinha sido ministra daí eu tinha desistido, aí quando ele me chamou pro Movimento eu pensei que seria uma oportunidade de participar, de atuar, desde 2003 eu participo do MMC, fazem 11 anos, alguns períodos mais envolvida outros menos.

<sup>25</sup> Central Única dos Trabalhadores (CUT), entidade que reúne sindicatos de diferentes categorias de trabalhadores, incluindo os trabalhadores rurais. A formação sistemática e planejada inicia na CUT em 1987. O programa Terra Solidária iniciou em 1999 e visa construir uma experiência de educação integral articulando a formação profissional, a elevação da escolaridade e a educação para a cidadania que já beneficiou em torno de cinco mil agricultores familiares nos três estados do Sul. Fonte: <http://www.cut.org.br/noticias/santa-catarina-forma-mais-uma-turma-no-terra-solidaria-90c3/> Acesso em: 30/07/2016.

<sup>26</sup> Sempre que as entrevistadas citarem nomes de pessoas, os mesmos serão suprimidos para manter o anonimato.

<sup>27</sup> Entrevista realizada em sua residência no dia 09 de dezembro de 2014. O nome utilizado foi escolhido pela entrevistada em conversa posterior à entrevista; a mesma quis ter o nome de uma lutadora, dizendo que era o que mais que combina com ela.

Joana D’Arc relata que foi monitora das oficinas de sementes em 2008; afirma que nesse processo se ensina e se aprende com elas, se faz uma troca. Sua atuação no MMC, no momento, é a coordenação do município de São Miguel do Oeste. Sobre sua formação, realizou o Curso Técnico em Agroecologia, pelo Instituto Federal de Santa Catarina, em São Miguel do Oeste. Afirma que essa decisão ocorreu pela necessidade que, “a partir da produção, a gente sentia a falta de ter a formação. Mas com a participação no Movimento a gente aprende que é possível sair de casa... Se não tivesse o Movimento ia ser bem mais difícil, não o curso em si, mas eu conseguir me desligar da casa pra estudar”. Relata, ainda, que foi um ano e meio todas as noites, “não é fácil pra quem é mãe, então a partir do Movimento que ajuda a gente a sair de casa e conseguir estudar, também estar numa sala de aula, a maioria juvenzinho, estar lá, conseguir se integrar e dar conta das tarefas”.

Joana D’Arc tem sua atuação maior na regional e com o trabalho agroecológico na Unidade de Produção, sendo que é o que garante o autossustento da família, onde todos os membros que moram ali se envolvem nesse trabalho. Sua experiência é tida como um espaço pedagógico recebendo muitos grupos visitantes que desejam conhecer o trabalho agroecológico no MMC.

Calêndula<sup>28</sup>, a entrevistada mais jovem, assim respondeu às questões sobre sua identidade e participação no MMC:

Meu nome é ‘Calêndula’, tenho 25 anos, nasci e moro em Curitiba com os meus pais, na Comunidade Fazenda do Butiá; nasci e me criei nesse mesmo lugar, onde a mãe nasceu e se criou também. Desde pequena fui convivendo com essa coisa de sindicato, movimento social, reunião, outra dinâmica de vida, por meus pais estarem envolvidos, eu fui indo junto e aprendendo que aquilo era uma forma de ver e viver a vida. Conheci o Movimento de Mulheres desde antes de nascer - a mãe sempre diz que é desde antes de nascer - e fui aprendendo, gostando do que eu fui vendo e gostando do Movimento cada vez mais, até que chegou um momento que eu não me via mais sem aquilo. Fui me construindo enquanto pessoa dentro do Movimento, construindo a consciência junto com o Movimento, é difícil falar quem sou eu sem falar do Movimento, porque tudo faz parte, está junto.

Quando a entrevistada se refere ao local de vivência, em outro momento de sua fala, ela relata: “Na verdade saímos daqui tão pouco tempo, que eu considero que sempre morei aqui no Butiá. Moramos em uma cidade tão pequenininha e nós morávamos na cidade e trabalhava na roça”. Em relação a sua participação no Movimento, Calêndula comenta que houve um momento que deixou de ser a que participava com a mãe e passou a ser ela mesma, como

---

<sup>28</sup> Entrevista realizada em sua residência no dia 20 de dezembro de 2014. O nome utilizado na escrita foi escolhido pela entrevistada em conversa posterior.

participante do MMC, afirma: “até 2006 que eu terminei o Ensino Médio, eu participava do Movimento em tarefas pontuais, participava com ela, sempre acompanhando, só quando era atividade das jovens eu ia sozinha. A partir do momento que terminei o Ensino Médio comecei a ir sozinha pras coisas...” Afirma que naquele momento viu que estava se tornando uma pessoa do Movimento, não era mais uma criança que participava junto, mas que tinha pernas pra isso também.

Calêndula segue relatando: “É interessante que eu sempre ia pras atividades de formação com alguém mais velha e teve um dia que ia eu e mais uma mulher aqui de Curitiba pra uma atividade em Chapecó, a gente ia de ônibus e até no dia estava certo que ia nós duas juntas”. Conta que foi para a rodoviária e a mulher não apareceu, “e eu fui sozinha. Aquela foi a primeira vez que eu fui sozinha, eu me senti uma pessoa grande de ir sozinha, mas eu não lembro quantos anos eu tinha, não lembro se eu já estava estudando”.

Em 2006 concluiu o Ensino Médio e, em 2007, surgiu a oportunidade de cursar Licenciatura em Educação do Campo, “eu fui em agosto de 2007 fazer o vestibular, recém tinha feito 18 anos. Eles sempre falavam que eu podia estudar pelo Movimento, mas eu tinha que fazer 18 anos primeiro, porque tinha que morar em outro lugar, com pessoas estranhas”. Relata que uns 20 dias após completar 18 anos foi para Veranópolis/RS prestar o vestibular. “Aí fiz, passei e no final de 2007 comecei a estudar, aí sim também foi um momento importante de me ver como Movimento e dizer eu sou o Movimento e comecei a assumir outras responsabilidades com o Movimento e com as mulheres”.

Com Calêndula percebemos outra construção, enquanto Movimento. Ela é uma menina que participa com a mãe, estuda numa turma de Movimentos Sociais Populares e passa a ser dirigente do MMC em nível estadual, fazendo uma opção por viver e trabalhar no campo, com a agroecologia.

Na Bahia iniciamos as entrevistas com Girassol<sup>29</sup>, residente em Tabocas do Brejo Velho, a mesma se apresenta como filha de agricultor. Assim se identifica:

Somos 10 filhos, 5 homens, 5 mulheres, viveu 8, e depois de adulto um homem faleceu e hoje somos 7, sendo 5 mulheres e 2 homens. Sempre vivi na Comunidade rural “Negra Mina”. Vim estudar em Tabocas e fiquei por aqui; sou mãe de dois filhos, [nomes] sou divorciada [...] a “Girassol” do Movimento de Mulheres, “Girassol” de várias ações, como fala na cidade, “Girassol” de um monte de coisa, movimento sindical, trabalhei no sindicato dos trabalhadores rurais 12 anos, na diretoria e na secretaria. Sou essa “Girassol” aqui.

<sup>29</sup> Entrevista realizada em sua residência no dia 24 de março 2015. Nome escolhido pela entrevistada.

Sobre sua educação formal, afirma que cursou as séries iniciais na comunidade onde vivia com a família e para a continuidade dos estudos, cursar a quinta série, foi morar na cidade de Tabocas do Brejo Velho. Sempre manteve uma relação com o campo e a produção de sua família, mas continuou na cidade estudando, onde concluiu o Ensino Fundamental, Ensino Médio e cursou Licenciatura em História, tornando-se professora de profissão. Sendo que no momento da entrevista desempenhava outra atividade como funcionária pública, mas não na Educação Básica.

Atualmente, Girassol está na coordenação municipal, no conselho fiscal da Associação Municipal do MMC, sendo apoio para as mulheres, pois, como afirma: “tenho um trabalho no estado – REDA<sup>30</sup> – que é Agente de Desenvolvimento Territorial” e não pode dispor de todo seu tempo para o Movimento. Considera-se coordenação estadual e nacional, pois está no apoio e contribui em todas as atividades, mesmo que não tenha sido escolhida como coordenadora pelas mulheres. A entrevistada afirma ser a única da família que participa das lutas sociais.

Sou a única. Assim, às vezes tem a [nome da irmã] que me acompanha, mas não é muito de ir pra luta, a [nome de outra irmã] morava aqui ela ia junto, mas aí ela foi pra Rondônia, casou com um rapaz de lá, ele é um pequeno comerciante de lá e tal, não vê mais que a luta compensa. E a [nome da terceira irmã] ela acompanha um pouco o Movimento, mas o marido dela é muito difícil de convivência, então ela vai mais devagar, participa, mas ainda a voz dela é meio parada, claro que ela não deixa ele explorar, judiar.

Girassol participa das reuniões da coordenação e algumas vezes da direção nacional. O seu emprego no estado/BA não tem uma carga horária fechada, o que possibilita seu envolvimento com o MMC. Seu grupo no município trabalha com artesanato, principalmente com sementes e plantas nativas.

Outra depoente foi Dália<sup>31</sup>, de 59 anos, que mora na Comunidade de Pedra Grande, município de Pindaí, Bahia, e se apresenta como mãe de família:

Moro aqui desde que nasci, tenho esse orgulho de ser pindaiense, faço parte do Movimento de Mulheres Camponesas, do qual a gente tem um grupo aqui na Comunidade, trabalha com associação, o grupo de mulheres é grupo de produção, o mesmo trabalha com produtos nativos da região, frutas, fazendo bolos e doces.

<sup>30</sup> Regime Especial de Direito Administrativo (REDA).

<sup>31</sup> Entrevista realizada em sua residência no dia 26 de março de 2015.

Dália afirma que participava do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR anteriormente ao MMC e: “em 2000 é que fomos para Brasília, onde vários grupos foram; já houve a necessidade de uma representação em nível nacional, aí eu comecei a participar, veio o convite para outras reuniões que já era a discussão do MMC, aí eu fui participando e continuo até hoje”. A entrevistada foi por um tempo membro da coordenação nacional do MMC, representando a Bahia, sendo que a coordenação nacional é composta por duas coordenadoras por estado onde o Movimento se organiza, mais a direção nacional.

Com Dália, vemos uma camponesa dirigente, que se desafia para a luta em vários espaços, uma avó que construiu uma casa grande para ter lugar para todos os netos e a família. Constrói diariamente com o companheiro a divisão do trabalho doméstico e partilha do trabalho com a terra. Faz parte do grupo de mulheres que fornece alimentação escolar na escola próxima, participa do grupo de moradores da Comunidade, realiza encontros formativos no município e o representa na região e no estado. Atualmente não faz parte da coordenação nacional, mas participa de algumas atividades maiores.

A depoente seguinte é Açucena<sup>32</sup>, residente na Comunidade Barreiro Vermelho, município de Riacho de Santana, na Bahia; é dirigente do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), e assim se apresenta: “eu sou camponesa, tenho cinquenta anos, sou casada, tenho duas filhas, uma tem 14 anos, a outra tem 23 anos, moro com meu esposo e uma das minhas filhas”. Açucena diz que já estava envolvida com trabalho na comunidade e na Igreja antes de fazer parte do MMC; gostava dessa atividade e foi convidada para participar de reuniões do Movimento, “as companheiras convidando e a gente foi gostando, sabe que é um trabalho muito bom, valioso”.

Ela conta que seu envolvimento era com a Pastoral da Criança, realizando trabalhos que envolviam a comunidade. “Desde minha juventude trabalho no grupo de jovens, então com uns 15 a 18 anos já comecei com esse trabalho, porque comecei com grupo de jovens a participar da comunidade e foi seguindo, vem um vem outro e a gente sempre tá”. Quanto a sua inserção no MMC começou em nível local, “quando surgiu a associação aparecia as viagens pra gente ir, aí a gente foi saindo”, e desde 2013 ela faz parte da coordenação nacional, sendo que nesse processo participou de cursos de formação na Bahia.

Açucena é uma mulher como todas que trabalham muito, sempre está envolvida com um trabalho, o trabalho a realiza, ressignifica esse trabalho como transformador, dando importância ao que se faz de diferente. Ela participa da igreja da Comunidade, com papel de

---

<sup>32</sup> Entrevista realizada em sua residência no dia 28 de março de 2015. O nome utilizado foi escolhido pela entrevistada em conversa posterior a entrevista, quis escolher o nome de uma flor.



liderança, participa da Associação do Movimento de Mulheres Camponesas de Riacho de Santana. Produz agroecologicamente, vende nas feiras no município, além de fazer a alimentação escolar de acordo com a escala estabelecida pela associação. Como coordenação nacional se coloca como alguém em constante aprendizagem e multiplicadora de saberes e fazeres com as mulheres da Bahia.

A última entrevistada, Rosa<sup>33</sup>, reside também no município de Riacho de Santana, na Bahia. Em poucas palavras ela mesma se apresenta. “Meu nome é “Rosa” [se apresentou com o nome completo], moro em Alagoinhas [interior do município], tenho 53 anos, três filhos, sou casada”. Relata que fazem dois anos que se envolveu no trabalho com sementes crioulas e, a partir daí, entrou na Associação do Movimento de Mulheres Camponesas de Riacho de Santana. De todas as entrevistadas ela é a que tem menos tempo de envolvimento com o MMC, não tem uma identidade militante, mas traz muito forte os aprendizados da produção, mesmo não conseguindo transmitir teoricamente, ou em palavras muito organizadas, na prática percebe-se que ela vivenciou muitas mudanças desde o seu envolvimento com o projeto das sementes crioulas.

Veremos no decorrer do trabalho a transformação que Rosa teve em sua vida nesses dois anos de envolvimento com o MMC. Inicia com um trabalho de sementes crioulas na Associação das mulheres no município, com isso também foi envolvida com o projeto de captação de águas com a construção de cisternas, coordenado pelo MMC a nível nacional. Com a possibilidade de produção orgânica com a água para regar as plantas, passa a fazer essa produção, essa que de acordo com a organização da Associação vai para o PNAE ou PAA. Ela relata que antes de participar com as mulheres não tinha acesso a água nem para beber, pois a água que se tinha não era própria para o consumo e tinha de andar quilômetros para pegar água e as vezes a mesma tinha acabado, então tinha de comprar, para lavar roupa tinha de ir longe. Relata que atualmente pode beber a água, produzir hortaliças e ter a renda para comprar geladeira, televisão e outros produtos que antes não era possível. Além de que “hoje eu saio de cabeça erguida”.

Logo na apresentação de cada uma das entrevistadas foi possível observar as diferenças de envolvimento com o trabalho agroecológico, umas com mais tempo, outras com menos, umas já se apresentam como camponesas com o discernimento político que o termo significa, outras estão se inserindo no debate durante as reuniões de mulheres. Percebe-se, também, que

---

<sup>33</sup> Entrevista realizada em sua residência no dia 28 de março 2015.

as que desempenharam ou desempenham o papel dirigente têm mais facilidade em falar, se apresentam com mais detalhes.

Como afirmamos anteriormente, observando as características da pesquisa participante e, sobre o quesito de, como pesquisadora, participar da vida social das camponesas, visitamos todas as entrevistadas e, além das entrevistas gravadas, conversamos informalmente, o que nos possibilitou conhecer suas realidades. Também conversamos com as mulheres nos espaços em que nos encontramos nas atividades do Movimento, ocorrendo em Santa Catarina os encontros mais frequentes, pois, no período da pesquisa de campo, a pesquisadora fazia parte da direção estadual, participando da vida do MMC.

Já na Bahia, estivemos naquele estado no mês de março de 2015, sendo que nesse período havia solicitado o afastamento da direção do MMC. Foi quando visitei as mulheres e participei de algumas atividades que aconteceram no período, realizando as observações e fazendo as anotações no diário de campo. Voltei à Bahia no mês de agosto com uma tarefa específica do MMC, para contribuir na organização do Encontro Estadual, mas obtive contato apenas com algumas mulheres que estavam nessa articulação, o que proporcionou tirar algumas dúvidas sobre a história da organização do Movimento naquele estado/BA. Participei também do I Encontro Estadual do MMC/Bahia, no mês de Outubro de 2015, na cidade de Riacho de Santana, onde tivemos a oportunidade de encontrar todas as entrevistadas e dialogar sobre o processo de pesquisa e organização neste estado.

Temos consciência de que não utilizamos técnicas únicas e “puras”, mas uma mescla de características da pesquisa participante, da pesquisa-ação, atentando para as experiências vividas pelas pesquisadoras e pelas pesquisadas. Assim, se construiu o caminho da pesquisa, que possibilitou a construção desta tese e que se insere na realidade do campo brasileiro, num contexto contraditório entre os interesses do agronegócio, sistema escolhido pelo capitalismo e, de outro lado, a busca por construir um espaço de cuidado com a natureza e com a vida.

### 1.3 EM QUE SOLO CULTIVAMOS?

Ao situar as “sujeitas” e o método da pesquisa, faz-se necessário elencar pontos que permitam caracterizar e identificar o contexto no qual estão os Movimentos Sociais Populares (MSP), na sociedade atual. Com isso, traremos alguns elementos da realidade brasileira, em especial da agricultura na qual predomina ideologicamente e nas políticas, o agronegócio, com uso abusivo de agrotóxicos, causando problemas de saúde e desastres ambientais. Em seguida, trataremos como as camponesas lutam para enfrentar e resistir a esse sistema

capitalista de produção, do ponto de vista da produção de alimentos e da sustentabilidade. Esse pequeno esboço possibilita compreendermos melhor o contexto em que se encontram as pesquisadas, integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), com destaque para os espaços de vida, trabalho e luta dessas mulheres, o campo.

Em se tratando da questão agrária brasileira, vivemos em tempos de modernização que, de acordo com Aly Junior (et ali, 2008, p. 326), “surge como poupadora de mão-de-obra, principalmente buscando aumentar a competitividade da produção, visando o mercado internacional”, ou, na fala de uma das entrevistadas (Margarida), “[...] por causa da indústria faraônica que está aí [...]” perde-se soberania alimentar. O que podemos perceber é que a conjuntura brasileira não está deslocada da internacional e que o Brasil faz a opção de participar do mercado mundial. Os autores citados afirmam estar ocorrendo:

Um “re-ordenamento” da estrutura produtiva, combinada com uma política de controle inflacionário, adotada em especial a partir do Plano Real, acabou por gerar uma contínua redução dos postos de trabalho, tanto nas cidades quanto no campo. Este movimento atinge de forma distinta a cidade e o campo. Cidades industrializadas, com uma economia local mais dinâmica se permitem uma migração de parte dos trabalhadores para outros setores da economia (comércio, serviços, construção civil e setores informais). No campo, as poucas alternativas de emprego, a sazonalidade e informalidade de muitas atividades transformam os trabalhadores rurais e os pequenos produtores (os sem-terra ou com pouca terra), em importantes atores sociais que colocam a questão agrária e a questão agrícola como expressão de uma luta, de um conflito social (ALY JUNIOR, et al, 2008, p. 326, grifos dos autores).

Essa expressão de uma luta ou conflito social se dá com os Movimentos Sociais Populares (MSP) organizados, questionando a estrutura social capitalista que trata o campo, a terra, os bens naturais e as próprias pessoas como mercadorias. Como afirma a entrevistada Margarida, “a gente vive rodeada de todo sistema, sofre as influências desse sistemão, as influências vêm de fora, é na escola, na igreja”.

No que tange às oportunidades de trabalho, a produção de estoques (de massa) é substituída pela produção instantânea, variedade do produto segundo o cliente sob a influência japonesa, com a passagem do regime taylorismo/fordismo (rígido) para o toyotismo ou acumulação flexível.

A ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, a começar pela produtividade do trabalho. Tal aumento baseia-se no recurso combinado às modalidades clássicas de apropriação da mais valia, tanto absoluta como relativa, utilizadas sem nenhuma preocupação com as consequências sobre o nível de emprego, ou seja, o aumento brutal do desemprego, ou com os mecanismos viciosos da conjuntura ditada pelas altas taxas de juros (CHESNAIS, 1996, p. 16-17).

A acumulação flexível entra em confronto com a rigidez do fordismo, provocando a flexibilização dos processos produtivos e organizativos do trabalho e dos mercados. Porém, os riscos à vida não tolhem a competição. Nesse contexto, a estrutura histórica do Estado brasileiro é fortalecida pelo privilegiamento do espaço privado e daqueles que já exercem seu poder associando economia e política, pois, como afirma Chauí (2004, p. 94) tem-se:

[...] do lado da economia, uma acumulação do capital que não necessita incorporar mais pessoas ao mercado de trabalho e de consumo, operando com o desemprego estrutural; do lado da política, a privatização do público, isto é, não só o abandono das políticas sociais por parte do Estado e a ‘opção preferencial’ pelo capital nos investimentos estatais.

A tendência geral da industrialização foi substituir a capacidade humana pela capacidade das máquinas, o trabalho humano por forças mecânicas, “jogando com isso pessoas fora dos empregos” (HOBSBAWM, 1995, p. 402). A privatização das empresas nacionais trouxe enorme incremento ao capital, abrindo-se novos mercados nas áreas de telecomunicações e serviços. Isto significou uma nova forma de acumulação primitiva.

O campesinato, que formara a maioria da raça humana em toda a história registrada, fora tornado supérfluo pela revolução agrícola, mas os milhões não mais necessários na terra eram, no passado, prontamente absorvidos por ocupações necessitadas de mão-de-obra em outros lugares, que exigiam apenas disposição para trabalhar, adaptação de habilidades rurais, como cavar e erguer paredes, ou capacidade de aprender no trabalho. Que aconteceria aos trabalhadores nessas ocupações quando por sua vez se tornassem desnecessários? Que aconteceria, aliás, aos camponeses do Terceiro Mundo, que ainda fugiam em massa de suas aldeias? (HOBSBAWM, 1995, p. 404).

Como denuncia Hobsbawm (1995), o domínio do capital financeiro também promove a desruralização do mundo, ignorando os limites dos recursos naturais não renováveis. Já neste século XXI há poucas populações para serem expulsas do campo (expropriadas).

Com efeito, para resolverem as dificuldades recorrentes das estagnações cíclicas, os capitalistas fomentam em cada ocasião uma desruralização parcial do mundo. Ora, e se não restarem mais populações para desruralizar? Hoje nos aproximamos desta situação. As populações rurais, ainda há pouco fortes na própria Europa, desapareceram totalmente de muitas regiões do mundo e diminuem em toda a parte. (...) A consequência é clara. Não haverá mais populações de baixa renda para compensar os salários altos dos setores previamente proletarizados. Com efeito, o custo do trabalho aumentará no mundo inteiro sem que os capitalistas possam evitar (HOBSBAWM, 1995, p. 246).

Reformas graduais feitas para diminuir a diferença entre países ricos e pobres (desenvolvidos e subdesenvolvidos) não convencem mais e se tornam impossíveis. Capitalismo dependente não significa apenas uma dominação externa, mas envolve uma parceria entre as burguesias nacionais e internacionais, que articulam as periferias com o centro. “O triunfo da teologia neoliberal na década de 1980, na verdade, traduziu-se em políticas de privatização sistemática e capitalismo de livre mercado impostas a governos demasiado falidos para resistir-lhes...” (HOBSBAWM, 1995, p. 420).

Assim, segundo Florestan Fernandes (1980, p. 77), já não se trata,

apenas de defender a ‘liberdade’ e a ‘democracia’. Porém de pôr em evidência que a sociedade de classes engendrada pelo capitalismo na periferia é incompatível com a universalidade dos direitos humanos: ela desemboca em uma democracia restrita e em um Estado autocrático-burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente.

Para contestar esta realidade, os Movimentos Sociais Populares, enquanto sujeitos político-coletivos (RIBEIRO, 2010), investigam e procuram aprofundar o conhecimento deste contexto em que estão inseridos para, além de protestarem, construírem alternativas para essa situação, embora enfrentando, conforme acabamos de ver nos estudos dos autores citados, as enormes cercas que precisam derrubar e ultrapassar.

Em se tratando da conjuntura em que se situam as (os) camponesas (es) brasileiras (os), Aly Junior et alii (2008) relata que, em todas as regiões do país, têm-se muitos problemas como: latifúndios improdutivos, terras públicas federais e estaduais griladas, posseiros não titulados, pequenos proprietários e trabalhadores expulsos do campo pelo processo de concentração de capital na agricultura, o que ocorre também com as populações indígenas e as comunidades quilombolas expulsas de terras que ocupam há mais de um século. Um exemplo dessa problemática é a expansão do agronegócio da cana, que se expressa “em um acúmulo de terras que satisfaçam as condições edafoclimáticas e físicas de aproveitamento de um maquinário e de uma dada planta industrial” (ALY JUNIOR et alii, 2008, p. 327). Na fala de Margarida: “há um mito na sociedade que o agronegócio produz alimento, mas na verdade fica muito pouco no Brasil, a maioria é pra exportação e pra tratar animais”.

Um exemplo dessa agricultura para o capital, é a Proposta de Emenda à Constituição<sup>34</sup> que transfere ao Poder Legislativo o que seria uma atribuição do Executivo, a de homologar a

---

<sup>34</sup> Com a aprovação do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 12/05/2016 e, em 31/08/16 aprovação do afastamento definitivo, pelo Senado, uma vez que na Câmara o mesmo já havia sido, em um domingo, 17/04/2016, provavelmente a PEC será aprovada, pois ao novo governo, assumido pelo vice-presidente

demarcação de áreas indígenas e quilombolas. “O texto aprovado por uma comissão especial da Câmara incorporou propostas de vários outros projetos em tramitação. Essas iniciativas, reunidas num substitutivo [...] praticamente inviabilizam novas demarcações” (MARTINS, 2015, p. 30). Gorender (2002) aprofunda a compreensão desta realidade onde vivem as (os) camponesas (es) brasileiras (os), ao refletir sobre a “Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro”. Afirma esse autor que:

No modo de produção capitalista constituído, a agricultura não é simplesmente agricultura, ela é também um ramo industrial como a siderurgia, a tecelagem, o ramo mecânico, como o ramo químico ou qualquer outro. Mas, se isso acontece, há uma peculiaridade que na agricultura é impossível de eliminar, que é o problema da terra, uma vez que esta constitui um recurso limitado e insubstituível. A propriedade da terra, entretanto, se for historicamente herdada de formações sociais anteriores, por exemplo, do feudalismo, ou se já tiver sido transformada, como o fez a revolução burguesa, digamos, na França, não deve representar empecilho à aplicação de capital na exploração agrícola, porém constitui título a recepção de uma renda fundiária de tipo capitalista (GORENDER, 2002, p.17).

Nesse contexto, no qual estão imersas e em luta as mulheres camponesas, há necessidade de destacar a opção hierárquica dos países, como o Brasil, cuja economia se sustenta na produção de artigos primários, oriundos do trabalho da/com/na terra, ou que agregam pouca tecnologia, pois se destinam à exportação. Trata-se do agronegócio, o qual já foi caracterizado. Ele inclui as máquinas, como: ceifadeiras, colheitadeiras e tratores, no que concerne à maquinaria, e ainda, “a produção agrícola, as tecnologias associadas a esta produção, a industrialização dos produtos, o setor de distribuição e serviços e o setor bancário, responsável pelo financiamento da produção” (RIBEIRO, 2013, p. 674).

O agronegócio é o caminho definido pelo e para o Brasil no plano econômico nacional e internacional, e que está associado ao poder e à propriedade de grandes extensões de terra (latifúndios), poder este que, além de econômico, se amplia para a política, mais propriamente nas Câmaras Estaduais e no Congresso Nacional, quando se observa, na atuação de deputados e senadores, o comprometimento com as empresas que lhes forneceram recursos para se elegerem. “A pressão sobre os mecanismos de legitimação política, a incapacidade de conter o dilema da legitimação política, está levando à desintegração da fé no progresso” (WALLERSTEIN, 2001, p. 139).

---

Michel Temer, apoiado por uma maioria de deputados e senadores com denúncias de recebimento de “propinas”, não interessa a Reforma Agrária. Além disso, em seu primeiro discurso, na sexta-feira, dia 12/05/2016, defendeu a necessidade de (des)estatizar instituições para liberar a economia e atingir o objetivo de “aliviar” o país de seus gastos. Nesse sentido, afirmou: “Teremos de incentivar de maneira significativa as parcerias público-privadas na medida em que esse instrumento pode gerar emprego no país. Sabemos que o Estado não pode tudo fazer. Depende da atuação dos setores produtivos.” (KUHN; FONTOURA, 13/05/2016, p. 6-7).

Além disso, na participação em organizações como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a União Democrática Ruralista (UDR), além da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), a qual deu apoio ao processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Tais organizações estão sempre a postos para bloquear leis que venham a beneficiar tanto as trabalhadoras (es) urbanas (os) quanto as (os) trabalhadoras (es) do campo, agricultores, os indígenas, os ribeirinhos e os quilombolas. Essa opção pelo latifúndio associado ao agronegócio exclui a agricultura camponesa, ou seja, nesse modelo, as mulheres camponesas estão fora, como podemos ver na fala da entrevistada ao afirmar que a quantidade de terra em que trabalham é pouca e muitas vezes sem documentação.

A maioria que tem documentos é difícil passar de 50 hectares, e quem tem 100 hectares, tem 10 filhos, 8 filhos, então aí se torna quase sem terra, a gente fez esse debate dentro do sindicato, junto com o Movimento, quem tem 100 hectares e 8 filhos, vai dar 10 ou 20 hectares pra cada um, é quase sem terra no nordeste. A produção, e aqui o que sempre fez o histórico é trabalhar o gado, nessa região é mais forte, nesses projetos do Banco do Nordeste, o Pronaf, o povo não sabe comprar outra coisa a não ser o gado. Aí com a seca tem que vender tudo, tinha gente com 10 hectares e 20 cabeças de gado, aí teve que se desfazer, até porque é sempre 8 meses de seca, só tem 4 meses de chuva. A chuva aqui começa de outubro a fevereiro ou novembro a março, agora está encerrando o período de chuva, esse ano deu pouca chuva, pouca água, então quem tem criação é um ano de sofrimento (Girassol).

As (os) camponesas (es) e pequenas (os) agricultoras (es) são vítimas desse sistema, onde não se pensa nas condições reais de produção. Por desconhecimento e pela necessidade de sobrevivência, ou de ter a quem vender seus produtos, acabam entrando na lógica da grande propriedade, produzindo sementes como soja e milho, e criando gado numa realidade onde tem pouca água, além de poucas possibilidades de guardar alimentos. Nesse sentido, a entrevistada continua afirmando:

Essa dinâmica, pouca gente tem de guardar forrageira que chama, de guardar alimento pro gado, o que vem ajudando foi alguns tanques, a maioria vive de poço artesiano na seca mesmo, se ver a fila de gado pra tomar água num poço artesiano, daí o poço quebra a bomba.

Explica que isso acontece, pois o poço foi feito na estrutura do município, para beber. E ainda afirma que:

Isso é complicado, as pessoas não conseguem se convencer que o gado não é o mais rentável ou que poderia mudar. Muitos já criaram ovelha ou cabra, mas sempre fala que cabra é divisão de família, porque a cerca precisa ser mais forte, o alimento, ela precisa de alimento, as cabras na roça seca sem muito alimento vão pra outro lugar, então tem essa dificuldade de ver que há outra alternativa além do gado pra criar (Girassol).

Na fala da entrevistada Margarida, “o capital nunca pensou na alimentação, sempre pensou no dinheiro e por isso que não tem sustentabilidade, então há uma contradição muito grande em falar de produzir alimentos e produzir de forma orgânica adequada, de forma que nosso organismo precisa”. Pinheiro (2005, p. 10, grifos no original) relata que o vínculo de poder determinou compromisso para a obtenção de alimentos, “logo a *terra* passa a compor uma necessidade para o exercício do mesmo, o que gera cobiça e a necessidade de defendê-la, pois ela, quando abundante e fértil, propicia a criação de *riqueza*, através do *trabalho* do homem (livre ou escravo)”.

Desta forma, com esse modelo capitalista, em que agricultura significa apenas lucro a qualquer custo, vivemos em tempos de perda da biodiversidade e de recursos naturais. Tem-se um alto investimento em maquinários pesados, um uso abusivo de agrotóxicos e de sementes transgênicas que, além de tirarem a vida da terra, trazem doenças aos seres humanos. Há um *alto índice de câncer* em várias regiões do mundo e também no Brasil, além de outras doenças, pois *ingerimos agrotóxicos* nos alimentos e na água, além de produtos tóxicos para conservação e aumento da quantidade do leite entregue nos supermercados. De acordo com o *Dossiê ABRASCO* (CARNEIRO, 2015, p. 68):

A ampliação do número de substâncias químicas listadas na portaria que define os critérios de qualidade da água para o consumo humano reflete, ao longo do tempo, a crescente poluição do processo produtivo industrial que utiliza metais pesados e solventes, do processo agrícola que usa dezenas de agrotóxicos e fertilizantes químicos, e do processo de desinfecção doméstica, que utiliza muitos produtos poluentes. Essa ampliação pode levar à naturalização, e consequente banalização, da contaminação, como se essa grave forma de poluição fosse legalizada. Além disso, por que monitorar menos de 10% dos IAs [ingredientes ativos] oficialmente registrados no país? Se seria inviável incluir na legislação o monitoramento de todos eles – cerca de seiscentos, é razoável aprovar o registro destes biocidas, abrigados no paradigma do “uso seguro”? Mesmo aqueles que já deveriam ser objeto de monitoramento, de acordo com a legislação atual, têm sido precariamente acompanhados, dada a insuficiência da rede pública de laboratórios de análises toxicológicas para atender ao uso massivo e crescente dos agrotóxicos no país [...] Há ainda um quarto problema a considerar, que é o estabelecimento de LMRs [limites máximos recomendáveis] aceitáveis para cada um dos IAs, sem estabelecer um número máximo de ingredientes por amostra, a soma de suas concentrações ou seus efeitos combinados.

Todavia, a propaganda do agronegócio profere que o uso dos agrotóxicos e das sementes transgênicas resulta em uma maior produtividade, justificando ainda que, em muitos lugares do mundo, milhões de pessoas passam fome e vivem em precaríssimas condições de higiene e infraestrutura. Assim, em notícias e propagandas veiculadas pela imprensa falada, escrita e televisionada, há divulgação de ideias e propostas que apontam para um suposto



“desenvolvimento”. Contudo, a proposta do agronegócio exclui a maior parte da população brasileira, constituída pela classe trabalhadora, sendo atingida, na atualidade, por altos índices de desemprego, baixos salários e contratos de trabalho terceirizados. A partir do discurso difundido no Brasil de que a implementação da revolução verde<sup>35</sup> traria desenvolvimento/progresso, muitos setores foram influenciados, pois, segundo Pinheiro (2005, p. 33),

nas universidades e faculdades por toda parte, ensinava-se que o solo era inerte e que necessitava de maciças quantidades de sais químicos de alta solubilidade e patenteados, para produzir, e os agrotóxicos eram santos, milagrosos, pois iam acabar com a Fome do Mundo. Assim foi-se matando lentamente os solos, a biodiversidade, os homens em todos os continentes e novas doenças surgindo.

Economia, política e educação, associadas, voltam-se para os interesses de grandes empresas que lucram com esse modelo, usando, inclusive, os órgãos públicos para legitimar tal sistema, pois se, conforme o excerto acima da *Abrasco* (CARNEIRO, 2015, p. 68), oficialmente apenas 10% dos ingredientes ativos são monitorados; a explicação lógica é que tem uma convivência com os outros 90%, independente dos prejuízos e das doenças que possam causar. Nas falas das entrevistadas, conseguimos apreender essa visão de que vivemos numa sociedade capitalista que nos tira a autonomia enquanto seres humanos trabalhadores. E esta situação se agrava a partir dos anos de 1970, quando ocorre a crise de superprodução do sistema taylorista-fordista, agravada com a crise de 2008, nas bolsas de valores, permitindo que o capital passe a controlar e administrar o Estado, no que é chamado de neoliberalismo, eliminando os espaços de participação e, conseqüentemente, a força dos movimentos sociais populares.

Esse é o contexto em que as mulheres camponesas vivem, numa sociedade em que se impõe o capitalismo sem controle, pois a perspectiva de revolução no modelo adotado pelos partidos comunistas foi desmistificada e desvalorizada, com a experiência russa, cuja revolução efetuada em 1917 resultou na desagregação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1991, e, do mesmo modo, com o caminho tomado pela China onde também houve revolução, em 1949. Além do mais, com referência às camponesas brasileiras, sujeitas desta pesquisa, a reforma agrária não acontece no país de forma a atender as demandas de

---

<sup>35</sup> A chamada “revolução verde” é o nome colocado em um processo iniciado no Pós-Guerra, em que, articulada à educação rural, estão os métodos de cultivo para os quais são introduzidos máquinas e insumos, que criam a dependência do modelo agrícola imposto pelos Estados Unidos da América (EUA). Com o tempo, já nos anos de 1970 e seguintes, além dos adubos químicos, são acrescentados os agrotóxicos e as sementes transgênicas, que hoje invadem o cultivo dos camponeses e os tornam dependentes destes insumos (RIBEIRO, 2012).

produção de alimentos (RIBEIRO, 2010). E agora, com o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff, tendo assumido o vice-presidente Michel Temer, assessorado por ministros associados a grandes empresas e a grandes proprietários de terras, a reforma agrária se torna quase impossível. Isto se comprova com a escolha do Sr. Blairo Maggi, Ministro da Agricultura e um dos maiores latifundiários e exportadores de soja do país.

A esse dado, o do modelo capitalista brasileiro com base de sustentação no agronegócio, acrescenta-se o de que ainda é uma sociedade patriarcal, que nega a história das mulheres, o seu trabalho e o direito de serem elas mesmas, na maioria das vezes definindo suas vidas<sup>36</sup>. Segundo Margarida, temos uma “agricultura que já vem tomando conta na nossa região, que vem pesada, com grande uso de agrotóxicos – os venenos, assim por diante, e também, de plantar só uma produção né, quem planta fumo só planta fumo, quem planta milho só planta milho”. A fala desta camponesa pode ser confirmada no excerto a seguir.

Há muito tempo, havia equilíbrio (felicidade) na agricultura, e um menino, filho de agricultores despertava sabendo que tinha de trabalhar duro, além da escola, mas era feliz e tinha uma gama de brincadeiras que realizava no resto do dia. Hoje, as crianças, filhas de agricultores, fazem parte do ritual moderno da Revolução Verde, sendo tratadas contra a depressão com remédios faixa preta. Mas isto não é visto, pois aumenta o PIB. De que importa a felicidade, a saúde, a qualidade de vida? (PINHEIRO, 2005, p. 61).

A monocultura, temos aí um dos princípios da chamada revolução verde e do agronegócio, plantando em grandes extensões de terra uma única espécie vegetal, sendo árvores e arbustos (eucaliptos, pinus, acácia, algodão, tabaco), ou grãos (soja, milho). Pode haver interesse e até investimentos em outros produtos desde que gerem lucros e possam abastecer o mercado mundial, sem o propósito de produzir alimentos saudáveis e garantir a autonomia econômico-política para o país, muito menos garantir a saúde e felicidade da classe trabalhadora. A revolução verde, já antes denunciada, é uma opção política e traz mudanças na forma de produção, como podemos ver na compreensão de Pinheiro (2005, p. 8).

Após a Segunda Guerra Mundial, a discussão mundial é que a luta de classes permitirá a revolução onde elas estivessem organizadas. Mas só os operários estavam organizados e eles eram urbanos, o que ocorria em poucas nações industriais. [...] Contudo, o sucesso da revolução chinesa em 1949 aponta para um novo futuro para a grande maioria de países agrícolas. Os capitalistas imediatamente o pressentem e antecipam-se. Assim surgem as guerras da Coreia, de libertação da Indochina, Indonésia e todos os movimentos africanos e latino-americanos. [...] A

---

<sup>36</sup> Isso fica mais claro quando se observa o conjunto dos ministros escolhidos pelo vice-presidente Temer, que assumiu o poder, e do qual não faz parte nenhuma mulher, o que é matéria de destaque na capa do Jornal *Zero Hora* (“UM PRIMEIRO ESCALÃO SEM MULHERES” - *Zero Hora*, 13/05/2016, capa), ao noticiar a posse e o discurso de Michel Temer, ao assumir o governo, com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.

resposta é uma “contra-revolução capitalista” denominada de Revolução Verde. [...] Ela vai ser implantada para impedir a (r)evolução modernista, mas vai usar o modernismo como um sujeito e transformar o homem em objeto do mesmo, pois assim poucos dar-se-ão conta da dominação, o que pode ser inibido com uma boa dose de autoritarismo e repressão (grifos do autor).

A partir de então, as (os) trabalhadoras (es) na agricultura são reduzidas (os) a objetos dessa dita “revolução”. Lembramos que esta tese trata de mulheres camponesas em luta e elas fazem parte de Movimento Social Popular – o MMC – que busca a transformação da sociedade. Mesmo assim, essas camponesas convivem com as contradições diárias, tanto internas quanto externas à Unidade de Produção. Podemos citar, por exemplo, a produção da camponesa Melissa, sua experiência com plantas medicinais e hortaliças que ainda é muito inicial, pois fez mudança de casa há aproximadamente um ano. Apenas uma estrada separa a sua produção de hortaliças e plantas medicinais e a plantação de milho transgênico do filho; ela tem consciência de que a sua experiência pode ser contaminada e tenta estabelecer algum tipo de barreira vegetal, mas observamos a falta de compreensão do filho, que não deixa um espaço ou ao menos alguns metros de distância para não contaminar a produção que se pretende agroecológica. Como a camponesa relata, são realizados diálogos sobre a importância da agroecologia para a continuidade do Planeta, mas, apesar disso, outros fatores da sociedade convencem seu filho de que a transgenia e o uso dos agrotóxicos ampliam a produção e rendem mais lucros, por isso são as “mais adequadas”.

Para que aconteça a superação dessas contradições é necessário dar continuidade à luta pela transformação de modo a se construir uma outra globalização, estabelecendo mecanismos de superação dessa sociedade que, hegemonicamente, faz uso dos agrotóxicos e/ou de sementes transgênicas, assim como afirma Santos (2010, p. 166) que “uma outra história a partir dos vetores ‘de baixo’ é tornada possível”. Essa possibilidade pode ser observada a partir de organizações que se encontram e refletem sobre as possibilidades e os caminhos para a mudança dos paradigmas da sociedade. Mas, para isso as mulheres vão responder que é necessário um processo de construção. E para ilustrar esta afirmação, apresentamos a fala de Margarida:

Muita consciência, mesmo assim às vezes a gente facilita, tem que ser bem teimosa pra gente garantir a agroecologia, muitas vezes a gente balança um pouco. Nós aqui em casa não temos a propriedade inteira agroecológica, temos a planta só do consumo, mas milho estão plantando no convencional com veneno, então não é toda a terra ainda, eles estão plantando com veneno, os vizinhos plantam com veneno, as águas vem do ‘micro bacia’ que usam muito veneno, nossa água também não é mais pura, então não é fácil pra segurar esse modelo de agricultura.

A partir da narração de Margarida, entendemos que a mesma não assume como sua a produção de milho com veneno, ela explica “eles estão plantando”, pois não concorda com essa produção, mas, como ela mesma afirma, em outra fala, “não vivemos em uma ilha”. Na experiência de Joana D’Arc, ela relata que demorou 10 anos para uma mudança na unidade de produção, de uma produção convencional para outra agroecológica. Ela afirma não ser “uma coisa rápida”, mas possível, mesmo enfrentando todas as adversidades desse modelo de produção. As entrevistadas, no geral, afirmam que é preciso mudar muito para chegar à agroecologia, inclusive o modo de pensar, pois “agroecologia é um modo de vida, é muito mais do que um modo de produção, mas o todo é uma agroecologia” (Joana D’Arc). Sobre o questionamento de quais as mudanças que aconteceram, a mesma responde que:

[...] mudou a questão da saúde, da família ver as coisas, a questão do cuidado com o lixo, com a natureza. Se a gente comprar a gente está produzindo lixo, se a gente produz aqui não depende de comprar e nem de produzir lixo. O cuidado com o ambiente, com a água, o cuidado com a vida (Joana D’Arc).

E finaliza ressaltando que mudou “não só a minha vida, mas a vida como um todo”. A respeito das mudanças ocorridas nas unidades de produção e na vida das mulheres, trataremos também nos próximos capítulos.

Ainda sobre o contexto da pesquisa, salientamos que a mesma acontece no campo, onde é um lugar e um espaço de vida e trabalho, com muitas contradições evidentes. De acordo com Pérez (2001, p. 17), o meio rural é um conjunto de regiões ou um território, cuja população desenvolve diversas atividades, em diferentes setores como: agricultura, pequenas e médias empresas, comércio, serviços, pesca, extração de recursos naturais, artesanato, entre outras. Em nossa pesquisa pudemos encontrar essa diversidade, onde a maioria das mulheres desenvolve algum tipo de artesanato (como será exposto no texto); todas realizam atividades agrícolas desde a produção de sementes crioulas até grãos para comercializar, juntamente com a família; trabalham com a venda direta ao consumidor (a) ou através de programas de governo, nesse caso, principalmente da produção de alimentos. Na fala a seguir, esse processo contribui com a mudança e a autonomia nas famílias e também para a organização social, construindo grupos e participando de movimentos populares.

Conseguimos um espaço mais ou menos adequado pra comercializar o produto, aí veio outras coisas que são os programas pra comercializar, que é o PAA<sup>37</sup>, PNAE<sup>38</sup> e se agregou mais famílias nessa produção, famílias que nós nem conhecia, que

<sup>37</sup> Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

<sup>38</sup> Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

trabalharam a vida inteira com convencional, de empregados também, famílias jovens, do marido estar intoxicado, “doente, doente”, por causa do veneno, que formaram um grupo pra vender pro PNAE, aí a gente ficou conhecendo outras mulheres, também começaram a participar do Movimento, o sindicato ajudou a organizar o grupo do PNAE, aí a gente conheceu essas mulheres. Quando a gente foi fazer as reuniões foi pedido pra vir famílias pras reuniões, pra participar do todo também (Calêndula).

A partir do relato de Calêndula, observa-se que as mulheres camponesas procuram formas de melhorar a vida no campo. Como veremos no item a seguir, as camponesas e os camponeses são identificados com diferentes atividades produtivas, integradas às forças sociais contemporâneas e a diferentes formas de mercados. Também percebemos que a luta faz parte da constituição do campesinato, assim como os Programas citados por Calêndula, não surgiram por acaso, mas por muita mobilização e pressão dos movimentos e organizações populares que buscam tanto uma produção, quanto um consumo de qualidade/saudável. Todavia, com o governo golpista, não se tem a mesma certeza de que tais Programas terão continuidade. O que temos convicção é que a luta e a organização que estiveram presentes em momentos muito difíceis da história, continuam nesse momento e continuarão exigindo direito a uma vida digna e a transformação da sociedade, tanto na cidade quanto no campo.

Sabemos da importância de políticas públicas para a produção de alimentos e garantia de mercados diretos. Nesse sentido defendemos que o PAA e o PNAE não só precisam continuar como também necessitam serem ampliados, para que essas iniciativas possam dar prosseguimento a uma autonomia camponesa.

#### 1. 4 O QUE SIGNIFICA SER CAMPONESA?

Vemos, com a descrição do contexto da pesquisa, ou do meio rural brasileiro, que as camponesas não podem ser identificadas como produtoras de uma única forma de produzir ou único produto, mas estão envolvidas (os) com diferentes atividades. Sobre isso, na apresentação a coleção *História Social do Campesinato no Brasil*, Motta e Zarth (2008, p. 7) afirmam que “o campesinato, como categoria analítica e histórica, é constituído por poliprodutores integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. Para a construção da história social do campesinato no Brasil, a categoria será reconhecida pela produção”. A foto a seguir mostra a biodiversidade ou a diversidade da produção na agroecologia.



Unidade de Produção de Joana D'Arc. Foto: Catiane Cinelli.

A produção pode ser em “modo e graus variáveis, para o mercado, termo que guarda as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em rede, os nacionais e os internacionais” (MOTTA; ZARTH, p. 7-8). Na mesma coleção Welch (et. al, p. 10) afirmam que a mão de obra é familiar. Com essa linha de reflexão, de acordo com Guimarães (2009, p. 45):

Foram necessários três séculos de ásperas e contínuas lutas, sangrentas muitas delas, sustentadas pelas populações pobres do campo contra os todo-poderosos senhores da terra, para que, por fim, a despeito de tantos insucessos, despontassem, na vida brasileira, os embriões da classe camponesa.

Guimarães (2009)<sup>39</sup>, ao discutir sobre a formação da pequena propriedade na década de 1960, pontua que, somente no século XIX, começaram a surgir os frutos dessa árdua batalha, abrindo brechas no latifúndio e, principalmente, no sul do Brasil, surgem outras formas menos agigantadas de propriedade agrária. O autor lembra que não se pode deixar de lado a história de mais de 300 anos, de muita luta e resistência dos povos que buscavam se fixar na terra, distantes dos núcleos agrícolas principais, porque eram expulsos devido aos investimentos em extensas plantações e na criação de gado, por parte dos grandes senhores. Ainda destaca: “a

<sup>39</sup>A obra original de Alberto Passos Guimarães foi publicada em 1963.

pequena propriedade camponesa somente vai surgir muito tempo depois, quando o rígido sistema latifundiário começa a decompor-se” (Op. Cit., p. 48).

Guimarães, no mesmo artigo, fala da crise da agricultura, da migração em massa para a mineração, dos posseiros e intrusos, um processo evolutivo da pequena propriedade, mas que regride com as áreas canavieiras e a expansão do café. Além disso, ressalta que alguns posseiros viraram latifundiários nesse processo, uma vez que ocuparam terras já com esse propósito. Com isso, podemos afirmar que o Brasil tem uma história marcada pelo latifúndio, sendo que esse sustenta um determinado modelo de economia com base na agricultura praticada em grandes propriedades de terra, o que ainda se mantém. Confirmando esta análise, afirma Queiroz<sup>40</sup> (2009, p. 58):

A economia da sociedade global [...] é uma economia de mercado, e sempre o foi; as grandes plantações produziram sempre para a exportação, e sua organização exigiu elementos muito diferentes, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista da mentalidade dos próprios indivíduos envolvidos. À sombra dessa economia predominante – porque era a que aparecia como mais importante –, desenvolveu-se a outra, que permitiu que sobrevivessem famílias destituídas dos haveres necessários para formar os grandes latifúndios produtivos; e, como é regra geral, aquelas foram muito mais numerosas que as abastadas... As comunidades em questão levam uma existência rude, grosseira, em que, como já salientamos, o dinheiro é pouco utilizado.

Queiroz (2009) relata sobre as formas de solidariedade existentes nos sítios, diferentemente do que se observa nas fazendas. Conta que, nestes sítios, o trabalho era realizado em coletividade, de diferentes formas, como mutirão, muxirão, batalhão, ou qualquer outro nome. Pudemos observar essa característica do trabalho coletivo em nossa pesquisa, a exemplo da fala de Girassol, a qual relata que o trabalho de coletar as sementes para o artesanato é um dos trabalhos realizados pelo grupo de mulheres. Relacionando com a argumentação da autora, o trabalho agrícola era desenvolvido pelos braços familiares, inclusive femininos, sendo mais livres do que a rigidez das casas nas fazendas, porque “a vida era levada em comum pelos vizinhos, em tal continuidade de relações que um magistrado mineiro fala até em ‘promiscuidade’” (QUEIROZ, 2009, p. 59). A autora descreve que, embora algumas famílias herdassem alqueires de terras nas sesmarias, não tinham as condições necessárias para render economicamente, o que pode explicar a necessidade desse trabalho coletivo.

---

<sup>40</sup> O artigo de Maria Isaura Pereira Queiroz também foi publicado pela primeira vez em 1963.

A economia fechada não é particular a determinadas regiões mais atrasadas do país; por toda parte se encontra, de mistura com as grandes propriedades de agricultura comercial, chegando até a beira das grandes cidades, numa distribuição inteiramente irregular. Ainda há meia dúzia de anos, às portas da metrópole que é São Paulo, caboclos viviam praticamente em economia fechada em Santana do Parnaíba, no Embu, em Guarulhos. Nos vales do Paraitinga e do Paraibuna, na região da serra do Botucatu, na zona de Itapetininga e municípios vizinhos, por toda parte é forte ainda o índice da agricultura de subsistência [...] e o estilo de vida segue o mesmo esquema básico – salvo peculiaridades regionais –, do que encontramos no Nordeste seco, no médio São Francisco, na região serrana do Paraná e de Santa Catarina, e assim por diante (QUEIROZ, 2009, p. 61).

Podemos problematizar sobre a economia, talvez poderia não ser exclusivamente fechada, pois existia uma relação com as cidades até mesmo pela proximidade e o sustento de filhos e filhas que fossem estudar na cidade. No entanto, na cidade não há um reconhecimento dessas comunidades agrícolas como parte daquele território, como Queiroz registra, a maioria dessas populações sequer era conhecida oficialmente no país. Ela relata sobre a dificuldade organizativa dessas comunidades com a economia fechada e que, mesmo tendo uma relação de trabalho coletiva, apresentavam dificuldades associadas à pobreza extrema, de modo que, com uma organização diferenciada, poderiam aumentar sua produção e ampliar o mercado interno do país. Em Andrade (2009)<sup>41</sup>, vemos esta organização acontecendo a partir das Ligas Camponesas do Nordeste do país.

A difícil situação em que se encontram os trabalhadores sem terra no Nordeste, constantemente a agravar-se, sobretudo a partir de 1950, faz que a massa camponesa procurasse por si mesma uma solução e afastasse a possibilidade de resolução do problema agrário regional pela colonização. Esta, tal como é concebida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e pela CRC, e em face dos meios que uma e outra dispõem, seria, se bem sucedida, uma solução a longo prazo e beneficiaria apenas um pequeno número, ao passo que a maioria absoluta dos camponeses continuaria a vegetar, como ocorre até hoje, em condições subumanas de vida (ANDRADE, 2009, p. 73).

O autor descreve como foi se dando a organização das Ligas Camponesas, a partir do Engenho da Galileia, que foi um estopim para que a organização ocorresse também em outros lugares e, em 1960, as Ligas já possuíam associados em 26 municípios pernambucanos da Mata, do Sertão e Agreste, alastrando-se rapidamente pela Paraíba, O núcleo de Sapé contava com perto de 7 mil associados. Ainda pontua que esta experiência passou a ter grande influência em todo o Nordeste, com núcleos numerosos, encontrando séria reação por parte dos grandes proprietários de terras s Ligas Camponesas tiveram, como um dos grandes líderes, Francisco Julião, que se utilizava nos discursos parlamentares, da palavra do Papa

---

<sup>41</sup> O artigo de Manuel Correia Andrade também foi publicado em 1963.



João XXIII para defender as Ligas, usando a Bíblia como um livro revolucionário (ANDRADE, 2009, p. 77). Ainda registra que, para aqueles que tinham a posse da terra, também tinham mais facilidade para se associar nas Ligas, pois:

[...] tendo lavouras próprias, ficam fixados a seus sítios – casos há de foreiros e moradores que ocupam os sítios em que nasceram, tendo substituído nestes os pais – e são mais facilmente alistados nas Ligas. Quanto aos trabalhadores assalariados, são verdadeiros nômades que estão constantemente a mudar-se de um lugar para outro. No engenho em que trabalham alojam-se nos ‘castelos’, que muitas vezes são antigas senzalas, e aí permanecem apenas alguns dias, partindo sempre para outro lugar. Em geral, nada possuem a não ser alguns ‘molambos’ que, enrolados, formam as ‘trouxas’ quando partem de uma usina para outra. Difícil é, assim, filia-los a um núcleo da Liga, pois não se fixam em parte alguma. Também grande parte se afasta das Ligas temendo a reação dos proprietários e de seus prepostos que quase sempre é violenta (ANDRADE, 2009, p. 78).

No entanto, mesmo com as dificuldades, muitos enfrentaram o poder dos senhores e resistiram até a morte. Além de Francisco Julião, para quem a terra deveria ser distribuída aos camponeses, outras lideranças se destacaram à frente das Ligas Camponesas, entre as quais, alguns sacerdotes como Antônio Melo, que incentivavam a criação de associações e sindicatos dos camponeses. E assim, muitos sindicatos foram criados e reconhecidos em todo o Nordeste do país. O autor conclui: “ou as reivindicações populares justas são atendidas e são dadas ao homem do campo condições de vida compatíveis com a dignidade humana, ou a revolução [...] será inevitável e a estrutura fundiária arcaica que aí temos ruirá” (ANDRADE, 2009, p. 85).

Sabemos que, desde as Ligas Camponesas, passamos por tempos difíceis na luta de classes no Brasil, com a imposição de uma ditadura civil-militar sangrenta. Mesmo nesse período, houve a luta dos camponeses, “como as ações coletivas da greve ocorreram no período da ditadura militar, a resistência dos trabalhadores podia sempre ser minimizada ou liquidada, algumas vezes pela imposição da legislação trabalhista, o que assegurava legitimidade aos patrões” (NEVES; SILVA, 2008, p. 31). As autoras ainda falam que outra forma de liquidar as resistências era a expulsão sob a violência, inclusive excluía os trabalhadores, do campo e da cidade, que faziam greve, do mercado local de trabalho, provocando um desenraizamento espacial e cultural. No entanto, a resistência continua e aquelas batalhas inspiram as lutas camponesas nos dias de hoje, inclusive na utilização do termo camponês, muito inspirado nesse período histórico que nos deixou exemplos de luta pela terra, por igualdade de direitos e por justiça. Com isso, afirmamos também o caráter político de ser camponesa/ês:

[...] o revolucionário sem vaidade acatará terem sido os fatores já assinalados a causa do sucesso das Ligas Camponesas, e nunca o esforço, a obstinação, o sacrifício, a declinação com que, no curso de todos esses anos, nos atiramos à luta para arrancá-los do silêncio em que viviam, mobilizá-los, uni-los e organizá-los. As coisas não acontecem por acaso. Nem dependem da vontade de um homem. Mas do povo, quando o povo desperta e toma a decisão de se libertar (JULIÃO, 2009, p. 297).

Destacamos, nesse excerto, a importância da decisão de lutar em grupos. Assim é que acontecem as lutas camponesas e, como tema do nosso trabalho, as lutas das mulheres camponesas, porque, quando essas decidem coletivamente lutar, resgatar e ressignificar “o ser camponesa”, são capazes de enfrentar os preconceitos da sociedade capitalista na agricultura, onde o latifundiário é que tem valor, e da sociedade patriarcal, onde o homem é considerado superior e a mulher é considerada simples objeto, sem autonomia nem para tomar decisões acerca da sua vida.

As mulheres, na luta diária pela transformação social e pela libertação, estabelecem relações entre os diferentes aspectos dessa vivência. Assim, vão estabelecendo e modificando os significados, como responde Margarida, quando questionada sobre o que é ser camponesa: “uma vez eu não sabia bem essa palavra, aí eu queria mais ser agricultora, agora eu entendo que o MMC trabalha de forma diferenciada, no momento que trabalhamos, junto com a palavra camponesa vem o feminismo”<sup>42</sup>. Assim podemos trazer a importância do protagonismo, como argumenta Motta e Zarth (2008, p. 10):

[...] o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob as modalidades e intensidades distintas, um ator da história do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição, ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais.

Podemos destacar o protagonismo também na fala de Melissa, a qual ao perguntarmos sobre o significado e diferença entre o ser agricultora e ser camponesa, nos deu a seguinte resposta: “Não tem diferença, agricultora é trabalhar na roça, já camponesa envolve a questão do feminismo, a libertação a gente vai colocando em prática, pra mim é uma mistura para se aprofundar”. Então, como estamos vendo, trata-se de um conceito social e político diferente, construído na luta do MMC, pois os homens camponeses de outros movimentos trariam outras conceituações e até mesmo contribuições. Ao mesmo tempo em que a camponesa diz não haver diferença, em seguida aponta um diferencial considerável, ou seja, que ser

---

<sup>42</sup> Trataremos novamente sobre esta questão no capítulo 2, onde trataremos o feminismo camponês e popular.

camponesa vai além do simples cultivar a terra porque tem um caráter político, também aparente no excerto acima, que se dá na organização. Outra definição sobre o que é ser camponesa é apresentada por Girassol:

É ter uma identidade daquilo que você nasceu e criou, da família. Eu já tive a oportunidade de morar em Brasília ou outras cidades, mas eu não quis. Pra mim essa convivência com a terra, com as pessoas mais humildes, saber quem é o vizinho, é o maior presente que tenho, pois morar numa cidade grande que você tem medo de olhar até do lado sem saber quem é que está ali... Eu vou ficar um mês ou 15 dias, mas a vontade é voltar pra minha casa, pra minha cidade, ainda mais hoje, eu vim passear aqui, passar na casa de um, tomar um café, comer um beiju, pra mim é uma alegria.

Nesse sentido, ser camponesa está muito ligado à cultura e identidade, não somente a produção. O que vem ao encontro da pesquisa efetuada por Ribeiro (2010, p. 74-77), a qual conclui que o campesinato brasileiro, com origens africana e indígena, tem a tradição do trabalho cooperativo e da ajuda mútua. Também a autora afirma que aqueles que lutam por reformas estruturais buscam alternativas de vida, de trabalho e de participação política. Ribeiro (2010), assim como Carvalho (2005), afirmam que o desenvolvimento do campesinato brasileiro está baseado em dois eixos, sendo estes: a diversidade de formas que assume gerando cultura, e, a biodiversidade que inclui a cultura dos povos gerada na relação com o ambiente. Assim, ser camponesa está relacionado ao viver no campo e ter uma relação harmoniosa com a terra, além de constituir uma identidade, como vemos na fala de Calêndula.

O que é camponesa eu não consigo pensar separado do Movimento, porque a própria identidade de camponesa foi uma coisa que eu descobri no Movimento que a gente vai criando. Me assumo como camponesa, porque além de viver no campo, de buscar trabalho, a sustentação, a relação, tendo alimentação saudável e autonomia, tem a militância do Movimento camponês e feminista. Ser camponesa pra mim é morar, viver, gostar do campo, porque assumir uma identidade de camponesa é uma coisa que a gente aprendeu no Movimento. A palavra usada hoje é agricultora ou uma jovem é filha de agricultor, não se identifica como agricultora, então ser camponesa é assumir uma identidade de camponesa.

Segundo Cinelli (2012) a identidade camponesa perpassa desde o jeito de produzir até o modo de vida, envolvendo a cultura, o lazer, as festas, os mutirões. Dália, ao responder sobre a diferença de ser camponesa e agricultora diz: “Eu acho que é a mesma coisa, porque, na região aqui, camponesa e agricultora não têm muita diferença não”. E ao definir camponesa: “Ser camponesa é você lidar com a terra, produzir seu próprio alimento, isso é ser camponesa, lidar e tratar a terra como ela precisa ser tratada, através da agroecologia, de respeitar”, e reforça: “então essa lida da terra de você produzir seu próprio alimento, isso é ser

camponesa”. Quando pergunto: E você se assume como camponesa? A resposta é direta e convicta: “Eu sim!”. Aqui também vemos um diferencial, pois não é tratar a terra de qualquer modo, tal como uma agricultora que não estivesse organizada em um movimento social popular, como é o caso do MMC, poderia responder.

Quando perguntamos a Açucena o que é ser camponesa, ela fica na dúvida: “Agora me pegou”. Mas, em seguida responde: “Ser camponesa eu entendo que é trabalhar no campo, com agricultura familiar, com a agroecologia”. E a questão “você se assume como camponesa?” é respondida também com convicção: “Assumo”. Quanto a ser camponesa e agricultora tem diferença? Ela respondeu: “tem o mesmo valor, tenho muito orgulho de ser camponesa e trabalhar com agricultura”. Então, a diferença se dá em termos políticos, nisso está a negação do agronegócio que uma agricultora que não participasse de um movimento como o MMC, não saberia definir, ou pelo menos captar a diferença.

As vivências são das mais diversas, pois quando perguntamos, por exemplo, à camponesa Rosa, ela se mostra muito tímida ao responder as questões sobre o ser camponesa: “Eu acho que eu sou, eu sou. Porque gosto muito. Ser camponesa é estar no Movimento, a gente está, todas estão ali”. Essa é uma construção política que se dá no Movimento, no qual se constrói outra identidade e também outra cultura. Percebe-se que, para quem está há menos tempo no Movimento, onde se faz essa discussão do que é ser camponesa, esse termo parece mais confuso, mas, ao mesmo tempo, faz parte da vida dela. No entanto, com todas as respostas das entrevistadas refletimos sobre o que Motta e Zarth (2008, p. 13) falam sobre a contradição que o campesinato representa nessa sociedade capitalista.

O campesinato representa um polo de uma das mais importantes contradições do capital no Brasil, que consiste em sua incapacidade de se ‘libertar’ da propriedade fundiária. O significado que a propriedade da terra tem até hoje, como um elemento que ao mesmo tempo torna viável e fragiliza a reprodução do capital, gera uma polarização (de classe) entre o proprietário concentrador de terras (terras improdutivas) e aquele que não tem terras suficientes. Desse fato decorrem duas consequências principais. Por um lado, essa contradição não é residual na sociedade brasileira, constituindo-se um dos pilares de sua estrutura social; por outro, a principal luta dos camponeses é pela construção de seu patrimônio, condição *sine qua non* de sua existência. Essa luta foi e continua sendo muito forte em diversos momentos e sob as mais variadas formas. Ela tem um caráter eminentemente político e corresponde ao que se costuma chamar o ‘movimento camponês’ (grifos do original).

É no Movimento Camponês<sup>43</sup> que se ressignifica a palavra camponesa. Na Via Campesina, onde vários movimentos fazem parte, inclusive o MMC, se discute, se vive e se aprofunda o ser camponês e camponesa. As mulheres do movimento autônomo, conforme vimos na pesquisa, se fazem e se reafirmam enquanto camponesas e feministas nesse espaço misto, pois estão nesse ambiente onde há semelhanças na luta de classe e camponesa. Mas também há diferenças quanto a discussão e opção por ser um movimento feminista, assim refazem-se identitariamente e afirmam seu modo de vida e seus saberes que vemos em vários momentos do texto, o MMC tem uma forma diferente de trabalhar a agroecologia, o ser camponesa e feminista.

No espaço misto as mulheres questionam o discurso hegemônico masculino, agroecologia não é apenas um modelo de produção e também não é apenas para a renda. Se assume na Via Campesina que o termo camponês/a é construir uma outra agricultura, diferentemente da agricultura familiar que não necessariamente se transforma o modelo de produção. Mas para além disso, as pesquisadas afirmam que nesse afirmar-se camponesa, afirmam-se feminista, que também é diferente de um feminismo da cidade, mas um feminismo que se constrói na produção.

Nas entrevistas, obtivemos compreensões de que “camponesa é quem produz o alimento para o sustento e pra vender também, se precisar” (Melissa), o que se relaciona com Carvalho (2005), quando argumenta sobre a relação da biodiversidade com os solos, a terra, as águas, os ecossistemas e as plantas. Para uma das entrevistadas: “Camponesa é um nome que eu percebo que não é só trabalhar pro autossustento, mas é também trabalhar a consciência das pessoas pra nossa realidade, é mais aprofundado, se dar conta dessa consciência” (Margarida).

Todas as mulheres entrevistadas se assumem enquanto camponesas e essa identidade foi construída a partir do MMC. Ao chegar ao final desse item, afirmamos que camponesa é quem constrói coletivamente a luta no campo, quem produz o próprio alimento, quem trabalha com agroecologia e tem uma profunda relação de solidariedade entre as pessoas e com a natureza. Isso exige uma luta que vai além, que problematiza a realidade do campo, discute o feminismo a partir da realidade de quem trabalha na e com a terra e luta por ela. É uma luta que visa, também, construir e afirmar o lugar da mulher, como protagonista e não como submissa. Nesse sentido, sentimos necessidade de trabalhar sobre a história de luta e organização das mulheres, saindo do lugar de vítima para o lugar de protagonista, de ser mais.

---

<sup>43</sup> O Movimento Camponês reúne organizações e sindicatos de trabalhadores rurais/do campo e, como estes são representados por diferentes entidades, estas se articulam numa organização maior e mais potente, a Via Campesina do Brasil (GUZMÁN; MOLINA, 2005). Ver, também, Ribeiro (2010).

## 2 FALANDO DA ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES

*A libertação há de chegar pela luta.  
 Pela nossa esperança.  
 Esta esperança que é partilhada  
 Quando nos reunimos  
 Quando conversamos e vemos  
 Que os problemas são os mesmos.  
 As saídas devem ser buscadas  
 Em conjunto e em harmonia.  
 Esta harmonia que reconstruirá o mundo  
 E apontará uma nova mulher.  
 (Autora desconhecida)*

Neste capítulo, tratamos do processo dessa libertação das mulheres que chega pela luta e pela esperança, que é partilhada, quando se reúnem para conversar sobre os problemas comuns e buscam as saídas na organização, formação e lutas. Optamos<sup>44</sup> por evidenciar a história da organização, buscando ser coerentes com o método que adotamos, elucidando as histórias das mulheres, porém, sabemos que não seria possível tratá-las todas nessa escrita. Contudo, é importante correr os riscos necessários para evidenciar alguns pontos que marcam o silenciamento da história oficial, quanto ao protagonismo feminino. Logo, queremos nos deter em elementos que influenciam a vida delas, tomando nessa escrita alguns acontecimentos em diferentes tempos e diferentes países.

Baseadas em Muraro<sup>45</sup>, em seus escritos *Um mundo novo em gestação* (2003) e *A mulher no terceiro milênio* (2002), constatamos que vivemos em uma sociedade capitalista com características patriarcais, e Heleieth Saffioti, na obra *A mulher na sociedade de classes* (2013) acrescenta que se trata de uma sociedade competitiva. Com tal compreensão, pretendemos discorrer sobre essa realidade injusta, bem como evidenciar possíveis formas de superá-la, ou de construir novas modalidades de viver nesse mundo, através da organização em Movimentos Sociais Populares, dentre os quais aqueles que são organizados pelas mulheres, como o MMC, e que contribuem para a sua emancipação, em níveis mais amplos, nesta sociedade de classes.

---

<sup>44</sup> Vamos usar o verbo na 3ª pessoa do plural porque assumimos que as compreensões e aprendizados que realizamos, articulando as nossas experiências como camponesa e como integrante do MMC, com os conhecimentos adquiridos na escola e na universidade, são construções coletivas, que envolvem tanto as companheiras deste Movimento, bem como de outros com os quais trabalhamos, quanto as/os colegas do Grupo de Pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação (TRAMSE), do qual fazemos parte, no PPGEDU/UFRGS.

<sup>45</sup> Rose Marie Muraro, intelectual, escritora e feminista que deu enorme contribuição às pesquisas sobre organização e história das mulheres – principalmente das mulheres brasileiras – questões que estamos abordando neste Capítulo, faleceu em 21/06/2014, no Rio de Janeiro.

Ao colocarmos as mulheres em evidência, dirigimos o foco para as camponesas empobrecidas, sujeitas desta pesquisa, em luta organizada, valorizando racionalidades não hegemônicas. Para isso, assumimos uma posição de luta feminista numa sociedade de classes, compreendendo, na perspectiva de Saffioti (2013), que não existe um feminismo autônomo desvinculado de uma perspectiva de classe. No entanto, nem sempre e nem todos os teóricos marxistas discutiram a questão da mulher na sociedade capitalista, pois, para alguns, falar em classe resolve todos os problemas. Todavia, as experiências históricas mostram que é necessário ver as especificidades das questões de gênero dentro da classe. Assim, se nem todas as perspectivas feministas consideram a questão de classe, aqui traremos a discussão do feminismo ligado à questão de classe.

Assumimos assim, trazer presente em uma mesma análise, dois sujeitos que historicamente foram deixados de lado, a mulher e o camponês, nesse caso em apenas um, sendo, a camponesa. Ribeiro (2010), conforme discutimos no primeiro Capítulo, nos fornece elementos para compreender que os camponeses têm sido historicamente desacreditados, sendo considerados “ignorantes” porque não se submetem facilmente às imposições do capital à terra. No entanto, contrariando análises sobre os sujeitos históricos com potencial de transformar a sociedade, vários estudos evidenciam que as revoluções feitas em diferentes períodos da história “tiveram uma base camponesa e já não se tem a mesma certeza, a de que o sujeito histórico seja constituído apenas de uma categoria de trabalhadores” (Op. Cit., p. 135).

Com essa afirmação a autora questiona muitas análises nas quais apenas o operário de fábrica tem potencial para liderar uma organização política revolucionária, até porque, nessa segunda década do século XXI, a produção industrial não é mais o que define a reprodução/acumulação de capital. E com essa apreciação a autora se contrapõe à ideia de que os sujeitos do campo seriam incapazes de revolucionar a sociedade. Sendo assim, focalizamos nossa pesquisa na organização do MMC, como sujeito político coletivo (RIBEIRO, 2010) que aponta possibilidades de superação da sociedade capitalista e patriarcal na qual estamos inseridas.

Trazemos algumas autoras que escrevem sobre a história das mulheres, mostrando as contradições que vivemos em nossa sociedade e as construções feitas por mulheres e homens, abordando também momentos históricos em que ocorreram outras formas de viver a relação entre os sexos. Para trazermos elementos e estudos a serem aprofundados sobre o feminismo e as organizações de mulheres, contamos com a contribuição, além de Rose Marie Muraro e de

Heleieth Saffioti, já citadas, de autoras como: Riane Eisler, Ivone Gebara, Zuleika Alambert, Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy, entre outras.

## 2. 1 O DESENVOLVER DA SITUAÇÃO DAS MULHERES

Atualmente, vivemos em uma sociedade capitalista e patriarcal, segundo Muraro (2003), essa é a razão pela qual a nossa sociedade se desenvolve com discriminação e exploração social, racial e de gênero, colocando o lucro acima da vida dos seres humanos e da natureza. Algumas perguntas emergem dessa afirmação, tais como: Será que “desde sempre” vivemos em uma sociedade patriarcal, opressora, injusta e competitiva? A mulher sempre foi submissa ao homem?

Autoras como Eisler (1996), Muraro (2002; 2003), Saffioti (2013), que nos sustentam teoricamente, asseguram que houve momentos na história, e ainda há grupos sociais, nos quais as pessoas se orientavam/orientam pelos princípios de solidariedade e da partilha, com os quais buscavam/buscam, coletivamente, formas de suprir suas necessidades como: alimentação, vestimenta e proteção em vista da sobrevivência e da reprodução da espécie. Segundo Eisler (1996), é possível dizer que, em outros tempos e realidades, se tratava de uma sociedade de parceria, com um nível de desigualdade e violência incomparavelmente menor que nos dias atuais. Ainda de acordo com essa autora, a cooperação era uma necessidade que se destacava entre as demais e, neste sentido, as mulheres desempenhavam papéis centrais e reverenciáveis nos grupos humanos. Inclusive seu corpo era considerado uma fonte sagrada de vida e alimento, como aponta Eisler, (1996, p. 27-28):

Longe de ser visto como uma ‘vagina obscena’, o triângulo púbico da mulher era a manifestação sagrada do poder sexual criativo. E longe de ser de uma ordem inferior, abjeta ou lasciva, era um símbolo primordial da figura poderosa, conhecida mais tarde na história ocidental como a Grande Deusa: a fonte divina de vida, prazer e amor.

Tanto Eisler (1996), quanto Muraro (2002; 2003) confirmam que a relação entre os sexos era de complementariedade e não de violência. Eisler, na obra citada, se refere à forma de organização familiar matrilocal e matrifocal e escreve sobre o comportamento dos animais em diferentes grupos, quando em diversas situações lutava-se pela sobrevivência. Sobre as variadas formas de socialização nas sociedades primitivas e atuais, Muraro (2003) trata do período em que a entreatjada era praticada, baseando-se em estudos das sociedades matrilocais



e matrilineares. Essa autora ainda expõe sobre o papel essencial da solidariedade, lembrando que a espécie humana tem, aproximadamente, dois milhões de anos de existência, sendo que a supremacia masculina, como a conhecemos, existe há apenas dez mil anos. Eisler (1996), por sua vez, afirma que o *homo sapiens*, com 250 mil anos, promoveu uma extraordinária mudança na evolução da vida, do sexo e da consciência. Muraro (2002, p. 13-14) acrescenta que, nas primeiras organizações da humanidade, o “princípio” masculino e o “princípio” feminino, juntos governavam o mundo.

Provavelmente, nunca deve ter existido uma organização social matriarcal, seja ela animal, humana ou proto-humana. Porque matriarcal, por analogia à patriarcal, a organização social que veio depois, seria uma sociedade governada por mulheres da mesma maneira que os homens governam as nossas sociedades atuais, isto é, de maneira autoritária, de cima para baixo, os chefes determinando o comportamento e o modo de pensar dos outros elementos do grupo. Ao contrário, as sociedades matricêntricas e matrilocais, como as conhecemos, apresentam entre seus membros relações não tão cerradas quanto nas sociedades patriarcais.

Comparando as argumentações das autoras, podemos encontrar semelhanças no que diz respeito à necessidade da cooperação, partilha e solidariedade. Muraro (2002; 2003) enfatiza que, nas sociedades matrilocais e matrilineares, consideradas primitivas, as imagens brutais e violentas em que os homens trocavam as mulheres como mercadorias, não passam de fruto do imaginário patriarcal. Em algumas sociedades havia a divisão sexual do trabalho, enquanto em outras não, e a dupla jornada, a qual nunca foi conhecida pelos homens, também existia para as mulheres em apenas algumas sociedades consideradas “mais avançadas”.

Eisler (1996) enfatiza que as imagens encontradas nas sociedades que considera de parceria, são de solidariedade e cooperação e não de violência, como já afirmado. As relações desiguais passam a existir na sociedade, nomeada pela autora, de dominação. Se trabalharmos com essas formas de organização da sociedade numa visão de diferentes modos de produção, quem sabe poderíamos, numa leitura marxista, situar a sociedade de parceria, matrilinear ou matrilocal nas comunidades primitivas. Segundo o CEPIS (2004, p.11), essa foi a primeira forma de sociedade organizada, também nomeada de comunismo primitivo, onde tudo o que era produzido pertencia a todas e a todos, ou seja, os bens eram comuns e a divisão de tarefas não causava desigualdades entre os membros da tribo. Muraro (2002, p. 52) faz algumas observações sobre o surgimento da desigualdade:

Nas sociedades horticultoras mais avançadas, há um embrião de hereditariedade e um começo de trabalho escravo. Uma casta de nobres guerreiros muitas vezes pode isentar-se dos trabalhos pesados do campo. Algumas sociedades horticultoras avançadas, como os incas, os astecas e os maias, por exemplo, controlavam vastos

impérios, sem, contudo, terem as características das sociedades plenamente agrárias.

Muraro (2002) continua sua escrita, afirmando que a supremacia masculina surge aos poucos, juntamente com o descobrimento do homem no papel reprodutivo associado ao excedente de produção, quando as desigualdades internas passam a existir. O trabalho dos homens foi sendo cada vez mais valorizado, enquanto o da mulher se torna inferior por restringir-se, progressivamente, à esfera privada da vida. Há, porém, em alguns pontos, quem pense diferente. Eisler (1996) é uma das autoras que não concorda que a dominação masculina tenha início quando os homens “descobrem” seu papel na reprodução. A autora afirma que eles, desde sempre sabiam disso, pois conviviam com animais e tinham conhecimento prático, partindo da observação sobre sexualidade dos animais, entendendo que esses precisam se acasalar para se reproduzir.

O que sabemos é que houve relações diferenciadas e que, em algum momento da história, foram modificadas. Sobre as relações de trabalho e a transformação das mulheres, Muraro (2002, p. 63) afirma que “o patriarcado teve uma origem gradual e lenta. No começo, as sociedades possuíam laços fracos de dominação e se criaram através de laços fortes entre mães e filhos, principalmente filhas, sendo os machos elementos periféricos”. Nas sociedades em que predomina a caça voltada à alimentação e à defesa, é que começa a existir uma divisão de trabalhos, quando se pode observar que as mulheres passam a trabalhar mais do que os homens. Com isso, para os homens começava a sobrar mais tempo livre, o que lhes possibilitava desenvolver “suas armas e inventar cultos específicos para o sexo masculino, dos quais excluía as mulheres” (Op. Cit. p. 63).

“Junto com a sociedade escravista, teve início o patriarcado” (MURARO, 2003, p.24). A partir da obra dessa autora, podemos afirmar que, com o surgimento da propriedade privada e do trabalho escravo, também surge a opressão contra as mulheres.

A honestidade para os escravos, e para os senhores a capacidade de infringir as regras sem punição nem culpa, então se desenvolve uma moral dupla controladora para as mulheres e sem controle para os homens. Regras criadas pelos próprios dominantes e que serviam como braço privilegiado desta classe para manter os dominados internamente oprimidos, enquanto os dominadores podiam romper sem qualquer culpa as regras inventadas por eles próprios. Aparece assim o reverso dos princípios que regulavam o matricentrismo (MURARO, 2002, p. 64).

A resistência resultou na diminuição da escravidão, o que levou a um longo processo de reorganização de diferentes relações sociais de produção, passando ao feudalismo. “E à medida em que o poder ia sendo deslocado do setor doméstico dos castelos para o domínio

público dos palácios, as mulheres iam perdendo o poder que ainda lhes restava” (MURARO, 2002, p. 105). Ainda ressalta a mesma autora, que as abadessas vão perdendo lugar para os padres e, nesse período, também se instaura o papado na Igreja Católica, uma das maiores representações do patriarcado. A dominação dos servos se dá pelas ideias, com a Igreja desempenhando um papel fundamental nesse período, ao pregar que era necessário sofrer na terra para obter a alegria no céu. O clero, aliado à classe dominante, recebia terras dos reis e senhores e foi se tornando proprietário de imensas áreas de terras. Criou-se e infundiu-se, também, a ideia de pecado, ao que a Igreja teve muita influência pela educação patriarcal, porque nos fez cultivar a dor e o sentimento de culpa, como afirma Eisler (1996, p. 12):

Não é uma coincidência grande parte de nossas imagens religiosas tradicionais sacralizarem a dor, em vez do prazer, ou que a capacidade de infligir dor, e não de dar prazer, tenha sido idealizada em tantos épicos e clássicos. Ajudou-me a entender como e por que nossas vidas são contaminadas por noções tais como ‘a dor e o prazer são as duas faces da mesma moeda’, ‘a espiritualidade e a sexualidade são polos opostos’, e ‘a guerra dos sexos é inevitável’. O mais importante é que comecei a compreender que a superação da dor e da culpa, da exploração e da alienação, dos obstáculos trágicos e, muitas vezes, cômicos, que tanto atormentam a vida de homens e mulheres, requer mudanças fundamentais não apenas do modo como vemos o sexo, a espiritualidade e a sociedade, como também do modo como vemos o corpo humano, o poder, o prazer e o sagrado.

Essa cultura da dor, do sofrimento e da purgação de pecados perpassa vários séculos, estando presente nos discursos religiosos e filosóficos, que nos acompanham nos dias atuais. Segundo Muraro, na transição do feudalismo para o capitalismo, o conhecimento, principalmente a teologia, foi se tornando mais sistematizado e sua “ortodoxia” passou a ser da maior importância política. Quando se trata de regras, dor e culpas impostas às mulheres, não são poucas as formas de perceber isso, através das instituições sociais que sempre ressaltam a superioridade do homem, como o responsável pela família, incluindo a mulher.

Ainda, de acordo com Muraro (2002, p.65), a relação homem/mulher se transforma desde o surgimento das sociedades de classes. Ela afirma que Marx e Engels foram os mais importantes autores a analisarem o tema do patriarcado, pois a divisão sexual do trabalho provocou, por sua vez, uma divisão social do trabalho que levou à especialização das tarefas a serem desempenhadas na linha de produção. Por sua vez, esta forma de organização dos operários e das operárias na produção passou a gerar um excedente, ou o lucro, quando o que sobrava poderia ser usado como valor de troca, resultando numa forma de escravizar, brutalmente, uma boa parte da população. Aqui podemos fazer um comentário amparando-nos em outras fontes, como Perrot (2005), embora Muraro, na obra citada, faça essa afirmação. O problema é que Marx não conseguiu trabalhar a questão do patriarcado, porque ainda culpava

as mulheres por sua responsabilidade no rebaixamento do preço dos salários. Engels, até compreende um pouco melhor a situação das mulheres, mas as mulheres precisavam fazer um grande esforço para provarem que a luta específica não dividia a luta de classes (ÁLVAREZ GONZÁLEZ, 2010), o que, em muitos momentos, é necessário provar ainda hoje que não somos divisoras da luta como classe.

Saffioti (2013, p. 64-66) ao descrever sobre o trabalho da mulher nas diferentes sociedades, afirma:

Nas sociedades pré-capitalistas, embora jurídica, social e politicamente seja a mulher inferior ao homem, ela participa do sistema produtivo; desempenha, portanto, um relevante papel econômico. Este papel, entretanto, na medida em que é menos relevante que o do homem define-se como subsidiário no conjunto das funções econômicas da família. Enquanto a produtividade do trabalho é baixa [...] não se impõe à sociedade a necessidade de excluir as mulheres do sistema produtivo. Seu trabalho é ainda necessário para garantir a ociosidade das camadas dominantes. Todavia, o processo de sua expulsão do sistema produtivo já está esboçado na forma subsidiária assumida pelo seu trabalho [...] O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas a mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção.

Saffioti, ainda nessa mesma obra, afirma que a mulher sempre trabalhou, porém, esse trabalho nem sempre foi valorizado. Em pesquisas anteriores realizadas por Cinelli (2012), torna-se visível que uma das maiores dificuldades para implantar um projeto de agricultura camponesa ecológica, com produção de sementes crioulas de hortaliças, é a aceitação da família, principalmente do “companheiro”.

Nesta Tese vemos que a mulher assume o trabalho agroecológico como protagonista e aos poucos conquista os demais membros da família a praticarem também essa proposta, assim “Eles me ajudam, me dão força, isso sempre teve” (Melissa). Então há uma entre-ajuda na Unidade de Produção, o que mostra que aos poucos os espaços deixam de ser sexualmente divididos, a horta não é mais somente responsabilidade da mulher, mas no momento que compreendem que esse é o caminho, todos os envolvidos na produção assumem esse fazer. No entanto, nem todos os obstáculos foram vencidos, na observação feita na Unidade de Produção da camponesa acima mencionada, foi possível constatar que a plantação convencional com agrotóxicos, da própria família, está muito próxima da produção orgânica. Temos aí mais uma contradição que as mulheres enfrentam na luta diária pela sua

transformação como mulher, no sentido da emancipação. Em outro relato onde a entrevistada Girassol fala da discussão sobre a valorização do trabalho da mulher que realizam na Bahia, é possível observar:

A gente faz, elas não aprenderam a somar, mas que faz ‘faz’, até com o homem, quanto gastaria se fosse pagar pra mulher lavar sua roupa, fazer isso, fazer aquilo, vencer o dia dava quanto a semana, o mês dava quanto, aí a sua mulher trabalha ou não? Porque as vezes o homem não valoriza, ‘essa mulher é muito da preguiçosa’ e as vezes a mulher mantém mais a casa que o homem que tá lá que nunca traz pra casa o salário e ainda diz que mulher é gastadora.

Nas leituras, observações e entrevistas, se faz necessário o enfrentamento à cultura patriarcal e machista, porque uma grande parte das mulheres continua pedindo licença ao homem para agir, uma vez que acredita ser dependente do “chefe de família”, o que é uma violência. Isso fica comprovado quando observamos essa violência e o quanto as mulheres ainda a sofrem (CINELLI, 2012). Sobre a condição da mulher em diversas estruturas sociais. Saffioti (2013, p. 45), diz que:

O recurso à comparação da condição da mulher em estruturas sociais de tipo diverso [...] até que ponto a inferiorização social da mulher decorre de uma necessidade estrutural do sistema capitalista de produção ou da mera persistência de uma tradição cultural, na qual a mulher representava um ser submisso, ou ainda de uma redefinição dessa tradição, tendo-se em vista seu emprego racional como meio para a consecução de fins como o confinamento, no lar, de uma mão de obra que o sistema produtivo dominante não tem capacidade de absorver.

Eisler (1996, p. 13) afirma que, “como o sexo e as relações sexuais são definidos é, por sua vez, extremamente influenciado pela estrutura econômica, religiosa e política da sociedade”. Com isso percebemos que a realidade social dos dias atuais carrega características de quando o capitalismo foi se instalando, inclusive com a normatização dos corpos das mulheres<sup>46</sup>. Um exemplo dessa normatização é o que ficou conhecido como a “caça às bruxas”. Isso explica, segundo Muraro (2002), porque 85% das pessoas queimadas nas fogueiras em praças públicas eram mulheres. Atualmente, a literatura disponível nos mostra que essas mulheres viviam sua sexualidade sem normatizações, além de serem conhecedoras e manipuladoras de ervas para tratamentos diversos como intervenção em machucaduras e partos, além de moléstias comuns apresentadas, principalmente, mas não só, pelas crianças, o

---

<sup>46</sup> Sobre isso, podemos ampliar a nossa compreensão com a leitura de FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984 e também: FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1980.

que dificultava a aceitação das novas descobertas científicas e a compra/venda de novos remédios.

A perseguição às cirurgiãs e curadoras tradicionais ia aumentando à medida que ia se solidificando o poder médico. Ao menos centenas de milhares de mulheres morreram em quatro séculos. Muitos creem que este número atinja a casa dos milhões. Hoje os historiadores e principalmente as historiadoras se aplicam em resgatar a memória das bruxas. Sua destruição foi um dos maiores genocídios da história da humanidade (MURARO, 2002, p. 109).

Essa cruel realidade registrada na história das mulheres é um fardo ou quem sabe um estigma que elas carregam, e que muito influenciou e ainda influencia a educação e a formação. Por outro lado, as mulheres do MMC, segundo pudemos observar e experienciar, querem resgatar o “ser bruxa”, pois passam a ter a perceptibilidade de que tiveram um direito roubado, o de praticar seus conhecimentos medicinais e de viver sua sexualidade. Atualmente, as mulheres continuam dominando essas práticas, como formas de resistência a um sistema normatizador. Girassol, ao relatar sobre as linhas de atuação de seu grupo fala: “os remédios caseiros, conhecer o corpo [...] medicina alternativa, até hoje tem muita gente que sabe fazer os primeiros socorros e salvou muita gente”. Sobre a caça às bruxas podemos conferir em Eisler (1996, p. 47):

Por que a Igreja julgou necessário difamar tanto a mulher, ao ponto de o papa dar sua bênção à alegação feita no *Malleus Maleficarum* (o manual usado pela Igreja para seus caçadores de bruxas) de que a mulher é por natureza mais pecadora porque é mais lasciva que o homem. E ainda mais, nos ajuda a compreender melhor porque os papas abençoariam a tortura e a fogueira para mulheres por crimes sexuais imaginários, inclusive a ‘convivência com o Diabo’. Embora existissem outros fatores por trás dos caçadores de bruxas, inclusive a substituição das tradicionais curandeiras por médicos treinados pela Igreja, justamente o poder sexual da mulher era o venerado e santificado na religião mais antiga (grifos do original).

Ressaltamos que foi a Igreja Cristã<sup>47</sup> que comandou a caça às bruxas, sendo que toda a maldição e a pecaminosidade, comparando-as à figura bíblica de Eva, eram relacionadas às mulheres. Segundo Alves e Pitanguy (2007), mulheres eram queimadas, simplesmente, por serem do sexo feminino e se dizia que era através do sexo, considerado impuro e maléfico,

---

<sup>47</sup> Pouco se sabe a respeito das condições em que vivem as mulheres nos países da África e da Ásia, onde hoje elas começam a ser conhecidas, através dos meios de comunicação de massa, como portadoras de uma cultura que se mostra pelo uso de roupas cobrindo o rosto e o corpo, pela proibição de frequentar a escola e até pela circuncisão ou intervenção cirúrgica no sexo destas mulheres, para evitar que elas experimentem o prazer. Não vamos tratar disso nesta tese, porque nos estenderíamos para além dos nossos objetivos, mas julgamos importante registrar isso nesta nota.

que se tornavam bruxas. Joana d'Arc<sup>48</sup>, uma camponesa pobre, foi considerada uma das maiores bruxas da história e, embora ela tenha salvado a França do jugo dos ingleses, também foi condenada à morte e queimada viva, pois os homens não aceitaram ser comandados por uma mulher e, muito menos, por uma jovem.

Com a instituição do capitalismo, segundo Muraro (2002, p.113), fez-se necessário erradicar tudo o que fosse feminino para que o masculino pudesse construir a mais violenta máquina de dominação e destruição que a história humana já sofrera. Nesse sistema, a família passa apenas a ser a reprodutora da força de trabalho. Como o mercado ficou insuficiente para empregar todos os homens, em épocas de desemprego, elas foram incentivadas a ficarem em casa. As mulheres tinham muitos filhos, porém, as mais abastadas, logo que as crianças nasciam, mandavam-nas às áreas rurais para serem amamentadas pelas amas-de-leite; faziam isso para não prejudicarem seus corpos com a amamentação, mesmo que muitas crianças não sobrevivessem (MURARO, 2002, p.123).

O capitalismo, visando apenas à exploração/acumulação para a obtenção do lucro, como demonstra a obra de Marx<sup>49</sup>, também se apropria dos “princípios patriarcais” e assim o patriarcado continua “reinando”. É comum ouvirmos piadas difamatórias sobre as mulheres e isso não é por acaso, pois é instalada, no mundo feminino, a impossibilidade de atuarem em conjunto quando se trata dos afetos; passa-se a ideia de que todas competem entre si pelos casamentos mais ricos. “Enquanto as mulheres se dividem entre si, os homens continuam capazes de fazer alianças e muitas vezes de viver em grupos solidários, o que reforça então a sua superioridade construída sobre a divisão das mulheres” (MURARO, 2002, p.67).

Associada ao capitalismo porque reforça os seus propósitos, a cultura patriarcal é de desrespeito à vida, onde também não se respeitam os seres humanos e, principalmente, as mulheres. Se o homem não respeita o ser que convive com ele a maior parte de seu tempo, que concebe, tem e cuida dos seus filhos, como respeitará os outros? E, assim, o desrespeito começa desde criança, quando na família, se vê o pai maltratar a mãe e se acredita que isso é “natural”, até porque, na cultura patriarcal, considerar a mulher inferior ao homem é normal, principalmente quando ela ainda não conseguiu lutar por sua autonomia e liberdade.

Contudo, olhando para a história, na transição de um modelo de sociedade para outro, a mulher foi perdendo sua condição de igualdade perante os homens, mesmo que não tenha sido

---

<sup>48</sup> Trata-se aqui da lutadora francesa e não de nossa entrevistada.

<sup>49</sup> Consultar a obra de MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1. Volumes I e II. 8. ed. São Paulo: DIFEL, 1982, especialmente os capítulos: VIII. A jornada de trabalho (V. 1, p. 260-245); XIII. A maquinaria e a indústria moderna (V. 1, p. 423-576) e a apropriação da terra pela expulsão do camponês que se transforma em operário (V. II, p. 828-879).

na mesma proporção, nas diferentes regiões do mundo. Da mesma forma, na atualidade o patriarcado se revela de maneiras diferenciadas, nas diferentes culturas e tradições, mas ainda predomina a ideia de que os homens são superiores. Foram muitos os que contribuíram para a naturalização da opressão contra a mulher e, conseqüentemente, sua submissão. Schopenhauer contribuiu para essa inferiorização da mulher, quando diz que ela é uma armadilha da natureza, e foi feita para enganar o homem, cegá-lo, fazê-lo sair de seu caminho e conduzi-lo ao casamento e à cópula (ALAMBERT, 1986, p. 3-4).

Apesar da submissão e imposição, historicamente houve a resistência, tanto de forma organizada como isolada. Ainda de acordo com Alambert (1986), essa condição da mulher, em todos os tempos, comoveu inúmeros pensadores que se dedicaram a pesquisar as origens de sua opressão, com o intuito de traçar os caminhos da sua libertação. Há avanços significativos no que diz respeito à igualdade entre homens e mulheres na sociedade, muito a partir dos movimentos feministas. No entanto, organizadas em Movimentos Sociais Populares (MSP), como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), entre outros, as mulheres continuam afirmando que é necessária a continuidade da luta, pelo fato de não haver se efetuado uma igualdade substantiva. Assim, o feminismo se configura como uma forma de organização e luta, embora saibamos que não é a única, mas por captar na pesquisa que as mulheres vão se assumindo feministas, consideramos relevante trazer alguns elementos sobre essa forma de luta.

## 2. 2 A LUTA FEMINISTA: UMA FORMA DE LIBERTAÇÃO

A organização dos movimentos feministas se dá em meio as lutas organizadas, com reivindicações específicas, ao mesmo tempo em que existem contradições por dentro dessa mesma sociedade. Sabemos de diversos preconceitos existentes a respeito da palavra feminismo, fazendo com que, muitas vezes, as mulheres, mesmo estando organizadas, tenham receio de assumirem tal identidade. Como afirma Álvarez González (2010, p. 56), o feminismo burguês foi responsável por boa parte dessa confusão.

O feminismo e o socialismo tinham a mesma aspiração: estabelecer um novo sistema de relações humanas em que homens e mulheres desfrutassem os mesmos direitos. É certo, por outro lado, que as feministas burguesas aspiravam alcançar esse novo sistema de relações humanas introduzindo transformações apenas na ordem social vigente (acesso à educação, direito ao voto, igualdade perante a lei, direito de controlar suas propriedades e riquezas) e não realizando uma revolução, como propunham as socialistas. Esta diferença de posturas criaria um abismo entre elas e acabaria impedindo sua colaboração.



As entrevistas mostram que, somente após o envolvimento, com formação e luta, é que as militantes do MMC se assumem feministas, mesmo que suas ações sejam feministas bem antes de formarem o MMC, como veremos no subitem sobre “O Feminismo Camponês e Popular”. Com isso, afirmamos, que a partir da formação e conscientização, alguns mitos são desconstruídos, por isso pretendemos trazer alguns elementos que nos ajudem a compreender o sentido do feminismo. Silva e Camurça (2010, p. 9), explicam o feminismo com origem na palavra francesa *femme* que significa mulher. Nesse sentido, assumindo a forma de Movimento, pode ser compreendido como tudo aquilo que diz respeito à libertação da mulher, incorporando também, no seu processo de construção e afirmação, uma teoria que analisa criticamente o mundo e a situação das mulheres, um movimento social e popular que luta pela transformação e uma atitude pessoal diante da vida e, nesse processo incorpora, também, a luta pela emancipação humana.

O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” ou “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade. Que a afetividade, a emoção, a ternura possam aflorar sem constrangimentos nos homens e serem vivenciadas, nas mulheres, como atributos não desvalorizados. Que as diferenças entre os sexos não se traduzam em relações de poder que permeiam a vida de homens e mulheres em todas as suas dimensões: no trabalho, na participação política, na esfera familiar, etc. (ALVES; PITANGUY, 2007, p. 9-10).

Muraro (2002) e Gebara (2002) nos levam a incorporar a história como uma construção humana, ao refletirem sobre novas relações de gênero e o feminismo, história essa carregada de relações de poder, numa sociedade em que tudo o que envolve o mundo feminino, durante milênios foi subjugado e desvalorizado. O feminismo é proposto, portanto, como algo novo, por isso, se ainda não existe é utopia, com a reapropriação do poder roubado, pois “não se rouba só casa, não se rouba só terra, se rouba poder, quando se convence outros que eles não têm o mesmo poder. Isto é roubo, diminuição. Nós, mulheres, não queremos entrar na estrutura da diminuição, queremos reapropriar-nos de um poder que nos constitui” (GEBARA, 2002, p. 67). Em nossa pesquisa e experiência, foi possível observar que nesse processo de construção, enquanto MMC, organizado e constituído por mulheres, nele sempre esteve presente a igualdade de direitos, mesmo quando ainda não se assumia como feminista,

Mas fomos construindo com mais força num processo de 2000 a 2004, quando aconteceu o Congresso Nacional, afirmando a identidade camponesa e feminista. Nos estados houve um processo de como construir identidade nacional, nossa

missão: libertação de todas as mulheres, construindo novas relações entre as pessoas e com a natureza, muito forte o debate da construção do projeto de agricultura camponesa, sementes crioulas, plantas medicinais, alimentação saudável. Vem toda a questão dos transgênicos por volta de 2000-2001, **ressignificação do que restou pra nós mulheres camponesas**, como fazer com isso a luta política contra o modelo. Aí vem a discussão e luta pelo Crédito Especial para as Mulheres, diferenciado para a produção de alimentos, importância para a autonomia econômica, política, luta pelo fim da violência contra as mulheres, muitos dados entre 2000-2005, como a violência doméstica nos afeta (MEZADRI, 2015, p. 5, em negrito no original)<sup>50</sup>.

Com essa observação conseguimos visibilizar o Movimento, elaborando concepções feministas, socialistas, camponesas, através da luta, da experiência e das práticas. Desse modo, asseguramos que o feminismo é um pensamento crítico, um movimento político, um movimento que tem se afirmado como sujeito político ao enfrentar a opressão e a exploração das mulheres e construir novos direitos. Gebara (2002, p. 12) afirma que o feminismo é “um movimento, uma orientação, uma perspectiva dentro dos diferentes movimentos sociais presentes em quase todos os países e particularmente, na América Latina. O feminismo, nesse sentido, tem influenciado a cultura latino-americana”.

Ainda, Gebara, (2002) registra que o feminismo, enquanto Movimento de afirmação do direito das mulheres, é novo no Brasil, começando a adentrar nos Movimentos Sociais Populares na década de 1980. Ainda é necessário percorrer um longo caminho, para a compreensão, aceitação e incorporação do feminismo enquanto emancipação da mulher e da humanidade, superando aquele preconceito de que o feminismo e a luta das mulheres são divisores de classe. Tanto que Clara Zetkin, em seus discursos, chamava a atenção para essa questão, conforme registra Álvarez González (2010, p. 61).

Fazendo um chamado àqueles setores socialistas que acreditavam que o trabalho feminino fora de casa devia ser proibido, pois concorria com o trabalho dos homens e provocava uma redução no salário dos mesmos. Os socialistas, que aspiravam à libertação de toda humanidade, não podiam condenar a metade dela à escravidão política e social, derivada da dependência econômica. Portanto, as mulheres não seriam capazes de alcançar sua libertação até que fossem economicamente independentes e para isso, deviam ter direito ao trabalho, que só deveria ser limitado em casos especiais.

Essa ideia de divisoras da luta, que foi predominante nas lutas revolucionárias, ainda perdura nos dias atuais, onde os movimentos autônomos de mulheres são questionados sobre as razões de sua existência. Esses questionamentos são frutos da confusão referente ao movimento feminista, no entanto, Gebara (2002, p. 10) esclarece que “a importância das

---

<sup>50</sup> Retomaremos essa discussão no item Feminismo Camponês e Popular.

relações de gênero a partir do feminismo é o fato de denunciar a produção de injustiça”. Assim, é necessário compreendermos, que:

Quando falamos de feminina e de feminista as conotações são diferentes, sobretudo para os homens. Quando falamos o Movimento das mulheres ou movimento feminino não implica em mudança de comportamento, não implica em mudança de padrões, de estruturas, de cultura. Quando falamos de movimento feminista estamos falando de um movimento social, político, econômico, de direitos humanos femininos. Mas, falar dos direitos femininos nunca pode representar a exclusão dos direitos masculinos. [...] quando falamos de movimento feminista, significa o movimento social e político, uma postura em relação aos direitos das mulheres. Estou falando do direito ao voto, do direito ao estudo, do direito a um salário igual, do direito à aposentadoria igual ao homem, o direito de possuir terra, do direito a creche (GEBARA, 2002, p. 14).

Com essa análise entendemos que os direitos são concretos, o que diz respeito à vida diária, ao direito a uma vida digna, de políticas efetivas, isso tudo constitui uma postura feminista, e, em nosso caso, falamos especificamente dos direitos relacionados às mulheres camponesas. Dessa forma, é diferente ser apenas “feminina”, que “significa deixar as coisas como estão, que as mulheres são apenas colaboradoras do mesmo sistema que não favorece a dignidade feminina, que não favorece a luta por igualdade entre as mulheres” (Op. Cit., p.14). Desse modo, o feminismo está estreitamente relacionado à mudança, e, assumir-se feminista é assumir a luta por transformações na sociedade e nas relações de gênero.

Para as entrevistadas, ser feminista se constrói na vida e na luta. E para confirmar, quando perguntamos para Melissa se ela é feminista e o que é ser feminista, obtivemos a resposta: “Totalmente não, porque ainda não sei bem. Alguma coisa eu tenho, pra dirigir dirijo há muito tempo”. E então tornamos a perguntar: “O que é ser totalmente feminista?”, ao que ela respondeu: “É a gente se conhecer enquanto pessoa, ter os direitos, exigir, não se deixar levar pra qualquer coisa. Ter um jeito de ser, debater, discutir”.

O depoimento de Melissa mostra que ela se coloca como uma feminista em construção, mas que ser “totalmente feminista” é difícil, pois o feminismo visa “fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, a toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram” (CASTELLS, 1999, p. 24). Assumir-se feminista diz respeito a assumir outra forma de viver a vida, mudar as concepções de mundo, olhar com outra ótica, ser solidária às mulheres que sofrem violência e injustiça. Diante do questionamento: você acha que na sociedade é fácil se assumir como feminista? Melissa se coloca da seguinte forma:

Claro que não. Na sociedade que a gente vive nunca é fácil, acho que isso vai levar

muitos anos, mas não podemos dizer que não vamos fazer porque não chegamos, temos que fazer a nossa parte e até onde nós pudermos temos que fazer, porque não é uma pessoa ou algumas, mas toda a sociedade tem que perceber o porquê do feminismo, até onde fomos esbarradas, escravizadas e assim por diante, então não é pro bem de uma pessoa, mas é pro bem da sociedade, de todos.

O depoimento aponta alguns elementos que nos fazem pensar os princípios do feminismo, a perspectiva da transformação, a solidariedade entre as mulheres, enfrentando a sociedade patriarcal, onde fomos educadas enquanto mulheres para a competição entre nós, para o estímulo ao ódio à outras mulheres, para culpar individualmente as mulheres por serem violentadas. A solidariedade exige mudança de perspectiva, de padrões, de mentalidade, ou seja, exige uma consciência feminista para olhar as mulheres no conjunto, enfrentar a violência como estrutural, social e cultural.

Então, quando se conscientizam e lutam pela mudança, as mulheres são solidárias umas com as outras. Assim, também, Silva e Camurça (2010), destacam como princípios nas organizações feministas, a autonomia e a horizontalidade. Percebemos a autonomia presente na fala das entrevistadas, quando se relacionam à identidade, por exemplo, na fala de Margarida: “Sim, com certeza sou feminista. E tenho a preocupação que a sociedade no geral diz que tem igualdade, mas a gente vê que não tem, então temos muito que lutar e ir atrás dessa *autonomia* feminista também, além da agroecologia, a luta pela vida saudável”. Sobre isso, no tocante a autonomia feminista, Gebara (2002), trabalha com princípios éticos orientadores das ações humanas, a partir do século XX, em que vai se basear o feminismo, sendo que, nenhuma vida humana vale mais do que a outra, e nenhuma vida humana pode ter uma existência diminuída ou miserável por sua nacionalidade, etnia, cultura, classe, religião, sexo ou orientação sexual.

As autoras já citadas buscam resgatar o papel das mulheres na história e, mesmo havendo muita repressão em sua época, muitas mulheres se destacaram na defesa do sexo feminino em vários períodos históricos. Alves e Pitanguy (2007) evidenciam as que denunciaram a desigualdade entre os sexos, afirmando que, já no século XVII, surgem indicativos os quais apontam para mudanças concretas na organização da sociedade e, ao mesmo tempo, tem-se o início do capitalismo com um marco ideológico impregnado por princípios religiosos do puritanismo. Nesse contexto, surge Ann Hutchinson<sup>51</sup>, uma mulher profundamente religiosa a qual, pode-se afirmar com base em Alves e Pitanguy (2007, p. 30), que foi a primeira voz pela insurreição feminina registrada na história americana, pregando

---

<sup>51</sup> Conforme Alves e Pitanguy (2007), Anne Hutchinson foi uma pregadora e dissidente religiosa puritana, que viveu no começo da era colonial inglesa na América do Norte, tendo sido expulsa da Massachusetts Bay Colony, onde vivia.

que homem e mulher nasceram iguais perante Deus. Assim como ela, outras mulheres na história foram condenadas ao banimento por defenderem seu próprio sexo, pois naquele período, a igualdade de direitos era inadmissível.

Gebara (2002) chama a atenção ao fato de que as mulheres precisaram viver como homens para que fossem reconhecidas na História, e cita o exemplo de Joana D'Arc, que se vestiu de homem, mas quando foi queimada na fogueira a vestiram de mulher (Op. Cit., p. 24). Alves e Pitanguy (2007, p. 31) citam a luta pela libertação da mulher, nos Estados Unidos, trazendo como princípio a expressão do seu direito à igualdade, com Abigail Adams, a qual escreve uma carta a seu marido, líder da Guerra da Independência americana, reivindicando que sejam estendidos às mulheres os direitos de que “Todos os homens foram criados iguais”. No entanto, a resposta que recebeu foi sarcástica, onde John Adams afirma serem lúcidos o suficiente para não abrir mão do sistema masculino.

As mulheres participaram ativamente do processo revolucionário ocorrido no século XVIII, na França; no entanto, no momento de fazerem valer seus direitos – liberdade, igualdade e fraternidade, que foram tomados como bandeira da Revolução Francesa, esses direitos já não incluem a liberdade entre homens e mulheres, permanecendo estas subordinadas àqueles. Essa prática é denunciada por muitas mulheres, dizendo que são contraditórios aos princípios daquela Revolução. Nesse momento histórico, “o feminismo adquire características de uma prática política organizada” (ALVES e PITANGUY, 2007, p. 32). As mulheres reivindicam mudança na legislação sobre o casamento, entre outras questões, sendo que uma escritora se destaca na França, Olympe de Gouges, já reconhecida em seu tempo, e que escreve *Os Direitos da Mulher e da Cidadã*, questionando a opressão sobre o sexo feminino.

De acordo com Saffioti (2013), a mulher se distancia do lar, podendo desenvolver uma atividade ocupacional, no entanto, continua impedida de participar da vida pública. A mesma autora destaca que,

Em 1789, Olympe de Gouges imprime às reivindicações femininas um caráter eminentemente político: propõe a Declaração dos Direitos da Mulher, análoga à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, votada pela Assembleia constituinte francesa no mesmo ano. É a abolição dos privilégios masculinos que ela pretende. Todavia, a revolução foi dirigida pela burguesia em ascensão, cujos interesses residiam, de um lado, na eliminação dos privilégios feudais e, de outro, na manutenção das regalias masculinas. Em outros termos, a palavra de ordem da revolução não era apenas burguesa; era burguesa e masculina. Frustram-se, pois, os esforços de Olympe de Gouges e ela encontra a morte no cadafalso. Outras mulheres tentariam romper as barreiras que se lhes opunham, combatendo através de jornais e clubes. Os primeiros, porém, têm existência efêmera, e os segundos são absorvidos pelos clubes masculinos, consolidando-se uma ordem social na qual as mulheres

continuariam marginalizadas da vida política, inferiorizadas socialmente, em posição subalterna no grupo familiar e teriam de competir em desigualdade de condições com os homens pelas oportunidades econômicas (SAFFIOTI, 2013, p. 161).

Na Inglaterra, temos Mary Wollstonecraft, defensora dos princípios expressos nas obras de Rousseau, com respeito aos “direitos naturais” do indivíduo, porém, levando essas ideias de libertação às suas últimas consequências. Essa autora se destaca como uma das mais relevantes vozes da história do feminismo. De acordo com Alves e Pitanguy (2007), Mary Wollstonecraft, “denunciando as ideias de Rousseau com relação à mulher, escreve, em 1792, um livro intitulado *Defesa dos Direitos da Mulher*. Nele, contesta que existam diferenças ‘naturais’ no caráter ou na inteligência de meninos e meninas. A ‘inferioridade da mulher’, segundo ela, sucederia unicamente de sua educação, por isso propõe que “se ofereçam às meninas idênticas oportunidades de formação intelectual e desenvolvimento físico que as existentes para os meninos” (Op. Cit., p. 35-36, com grifos das autoras). Na Alemanha, segundo Saffioti (2013), entre outros manifestos feministas, se destacam os de Clara Zetkin e os de Rosa Luxemburgo.

Rosa Luxemburgo, que reúne características associadas à opressão e à dominação – mulher, judia, polonesa, socialista e portadora de deficiência física – não se abateu, tendo atuado diretamente na linha de frente dos movimentos de esquerda ocorridos na Europa, nas duas primeiras décadas do século XX, sendo questionadora do movimento bolchevique decorrente da Revolução Russa de 1917. A Alemanha vivia, em 1918/19, um processo revolucionário com a formação de conselhos operários em várias partes do país. Mas, segundo pensava Rosa Luxemburgo, referindo-se à construção do socialismo na Rússia, após a revolução havia uma necessidade urgente de educação política das massas que não seria possível se não gozassem de liberdade política, pois:

Liberdade somente para os partidários do governo, para os membros de um partido, por numerosos que sejam não é liberdade. *Liberdade é sempre a liberdade daquele que pensa de modo diferente*. Não por fanatismo da ‘justiça’, mas porque tudo quanto há de instrutivo, de salutar e purificante na liberdade política prende-se a isto e perde sua eficácia quando a ‘liberdade torna-se um privilégio’ (LUXEMBURGO, 1988, p. 2018-19, em itálico no original).

Entendemos que a revolução alemã era urgente, que dava prosseguimento à mobilização dos trabalhadores. Porém a classe dominante também se organizava para não ser surpreendida, como ocorreu na Rússia, e conseguiu cooptar lideranças para bloquear a greve geral de janeiro de 1919. Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, não quiseram fugir e foram

presos, sendo que essa socialista militante foi assassinada e teve seu corpo jogado nas águas de um canal. Loureiro ao se referir a Rosa Luxemburgo:

Foi também uma ousada dirigente política, sempre fiel e coerente às suas ideias. Não hesitou em combater os desvios do partido social-democrata alemão, que tinha uma origem operária e de luta, mas caiu no reformismo e no oportunismo ao apoiar o governo alemão na primeira guerra mundial. Rosa preferiu desligar-se deles e uniu-se a outros revolucionários na Liga Spartacus, que só pelo nome já refletia sua inquietude revolucionária. Combateu a guerra com todas as forças: “Não necessitamos de catástrofes. Hoje, a Alemanha é um exemplo clássico de que as classes dominantes são sempre as fabricantes de catástrofes.” (1914) Quando, em 4 de agosto de 1915, o partido social-democrata aderiu à guerra, disse inconformada: “Com essa decisão, a social-democracia alemã, além de se calar, acaba de assumir uma nova função histórica: ser escudeira do imperialismo, na atual guerra, e contra os interesses da classe trabalhadora em nível universal” (LOUREIRO, 2005, p. 8).

Assim, muitas mulheres se rebelaram no sentido do conhecimento, como a operária Jeanne Deroin que escreveu, em 1848, um *Curso de Direito Social para as Mulheres*. Flora Tristan, antes de Marx, vinculou teórica e praticamente a libertação da mulher e a causa do proletariado, compreendendo que a libertação das mulheres e do proletariado é obra dos próprios interessados. Sua obra foi inspiradora para as mulheres ao participarem da Revolução de 1848. Engels, no final do século XIX, com o livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* contribui para a reflexão de que o patriarcalismo corresponde à forma familiar mais adequada para a reprodução da humanidade na sociedade de classes, própria do capitalismo (ENGELS, 2012).

A luta constante pelos direitos das mulheres dá origem a data de “8 de março” definida como Dia Internacional da Mulher, sendo que ocorreram muitas lutas as quais marcaram essa data. Destacamos o ano de 1908, em que as mulheres vão às ruas, com uma pauta definida, exigindo uma legislação protetora do trabalho do menor e o direito ao voto da mulher, entre outros pontos. De acordo com Álvarez González (2010), é na Segunda Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, realizada na Dinamarca, mais propriamente em Copenhague, em 1910, que Clara Zetkin apresenta a proposta dessa data internacionalmente – o 8 de março como Dia Internacional da Mulher. Nos Estados Unidos, passou a comemorar-se o Dia da Mulher desde 1908, quando o Movimento feminista e a luta da classe trabalhadora foram muito marcados pela campanha do sufrágio universal, ou seja, pelo direito ao voto estendido a todas (os), demanda que já estava presente desde o século XIX, sendo que, para as mulheres, a luta estende-se ao século XX e se mantém, ainda no século XXI, ou atual.

O sufrágio feminino como luta durou quarenta anos no Brasil, estendendo-se por mais de sete décadas em vários países do mundo. Em alguns países, foram realizadas muitas

mobilizações, abaixo-assinados, e outras formas de expressão e resistência, como nos Estados Unidos, quando os princípios de cidadania começam a se expandir, abrangendo os homens negros e àqueles destituídos de renda, o que foi alcançado em 1920. Na Inglaterra, em 1865, John Stuart Mill apresenta ao Parlamento inglês um projeto de lei garantindo o voto às mulheres, não sendo ouvido pelos legisladores de então, e tendo que percorrer um longo processo para somente ser alcançado em 1928 (ALVES; PITANGUY, 2007).

As mesmas autoras afirmam que, no Brasil, a luta pelo voto das mulheres não iniciou como um movimento de massas, como em outros países. Após a Assembleia Constituinte de 1891, em que não houve aprovação da demanda, a luta foi retomada somente em 1910, ocasião em que foi fundado o Partido Republicano Feminino (PRF), pela professora Deolinda Daltro. Em 1919, Bertha Lutz fundou a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, posterior Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Quando em 1932, o presidente Getúlio Vargas anuncia o direito de voto às mulheres, em alguns estados o mesmo já tinha sido garantido em lei, como por exemplo, no Rio Grande do Norte. Assim, o movimento sufragista foi um movimento feminista de denúncia a exclusão da mulher da esfera política.

Nas décadas de 1930 e 1940, temos como conquistas dos direitos formais das mulheres, poder votar e ser votada, frequentar instituições de ensino, participar do mercado de trabalho, ou seja, as mulheres tinham sua cidadania reconhecida. Ao mesmo tempo, há um refluxo da luta organizada que marcara as décadas anteriores, ao passo que, com a preparação para a II Guerra Mundial, se valoriza a força de trabalho feminina, pois era preciso liberar os homens para as frentes de batalha. No entanto, com o final da guerra e o retorno da força de trabalho masculina, mais uma vez as mulheres voltam a serem supervalorizadas como rainhas do lar, mães e esposas, para que retomem suas atividades de cuidado com a casa e a família.

“O exemplo da Alemanha de Hitler atesta como as conquistas femininas são frágeis nas sociedades de classes; esfumam-se ao sabor dos ventos ideológicos, das crises econômicas, das políticas demográficas” (SAFFIOTI, 2013, p. 188). Com o nazismo as mulheres voltam a serem valorizadas como simples reprodutoras de força de trabalho, tanto casadas como solteiras, esse é o valor que lhes é concedido pela campanha de Hitler. Situação em que vivemos também no Brasil, na conjuntura atual, em que se destitui o Ministério que atende a questão das mulheres, o que mostra que em momentos de crise política, as mulheres deixam de serem atendidas por políticas públicas.

Fica evidente mais uma vez que a luta feminista nunca pode estar descolada das questões políticas, pois nas sociedades de classe, as mulheres são usadas para a efetivação do sistema de exploração e opressão, com a apropriação e aplicação de uma tradição que é



patriarcal. Simone de Beauvoir, em 1940, com a publicação do livro *O segundo sexo* (1980), denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual, estudando a fundo o desenvolvimento psicológico da mulher, que é educada para ser apenas apêndice do homem, ficando alheia ao seu sexo.

A partir da década de 60, o feminismo incorpora, portanto outras frentes de luta, pois, além das reivindicações voltadas para a desigualdade no exercício de direitos – políticos, trabalhistas, civis –, questiona também as raízes culturais destas desigualdades. Denuncia, desta forma, a mística de um “eterno feminino”, ou seja, a crença na inferioridade “natural” da mulher, calcada em fatores biológicos. Questiona assim a ideia de que homens e mulheres estariam predeterminados, por sua própria natureza, a cumprir papéis opostos na sociedade: ao homem, o mundo externo; a mulher, por sua função procriadora, o mundo interno. Essa diferenciação de papéis na verdade mascara uma hierarquia, que delega ao homem a posição de mando (ALVES; PITANGUY, 2007, p. 54-55).

Por esse lugar de mando, o patriarcado nega aos homens o direito aos cuidados, e a manifestar seus sentimentos, tornando-os “insensíveis”. No entanto, não podemos nos colocar no mesmo nível, pois a eles não foi negado o direito “de ser gente”, ser sujeito, de pensar, o que para as mulheres o patriarcado fez, e ainda faz muito mal, porque nós, mulheres, somos consideradas menos capacitadas para refletir e pensar, portanto, de sermos seres capazes de ações autônomas. Todavia, as relações que precisamos construir são de complementariedade e não de dominação. É necessário superar o modelo de violência em todos os seus níveis e meios, seja contra os negros/as, contra os/as índios/as, contra os/as pobres, contra os/as homossexuais, contra os/as deficientes, contra as crianças e contra as mulheres. A violência contra as mulheres, a partir dos moldes do sistema patriarcal, controla o corpo e a sexualidade das mesmas.

A segurança da paternidade depende do controle da atividade sexual da mulher. Esse controle se atualiza em tabus e proibições sexuais que cercam o corpo feminino, impregnando a experiência concreta de vida da mulher. Sua referência, seu modelo, não é a liberdade e sim a contenção. Em nome da “honra” da mulher estabelece-se um duplo modelo de moral, pelo qual se define sua sexualidade através da limitação, enquanto que a do homem é definida pelo desempenho. A virgindade, a castidade, a passividade sexual, a carga de tabus e preconceitos, constituem os principais elementos socializadores da sexualidade feminina. Vê-se esta ainda submetida a orientações governamentais, que decidem sobre o corpo da mulher, restringindo ou expandindo a sua reprodução através de políticas demográficas (ALVES; PITANGUY, 2007, p. 60).

Há diferentes formas de coisificar o corpo da mulher para determinados interesses, submetendo a esses, sendo essa uma denúncia do movimento feminista. Portella (2009, p.11) também constata que a subordinação e a opressão ocorrem, em grande medida, através do

controle do corpo das mulheres. “É através da posse, do domínio e do controle do corpo das mulheres pelos homens que se ordenam muito das práticas socioculturais em nossa sociedade, como, por exemplo, o casamento e a herança”. Assim, entendemos que os corpos das mulheres vêm sendo controlados pela religião, pela ciência e, em especial, pela medicina. A repressão é apenas um dos mecanismos de controle, mas não é o único. Conforme afirmava Beauvoir (1980, p. 9) “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” e, nesse sentido, as relações de poder e controle foram historicamente construídas, portanto, podem ser desconstruídas, reconstruídas e construídas novas relações sociais e de gênero, de acordo com a realidade vivida nos movimentos feministas.

As mulheres do MMC discutem sobre as relações de poder e, assim, sobre a sexualidade e o próprio corpo, como a igreja, a medicina e a cultura na sociedade foi educando-as para que não vivessem sua sexualidade, para que alguém decidisse sobre seus prazeres e aceitarem as relações sexuais. Quando elas discutem e se dão conta de que isso é imposto e que não é natural, também vão decidindo sobre seus corpos, aprendem a dizer não quando não estão dispostas a uma determinada relação, não aceitam mais que alguém diga quando devem ter um relacionamento, quando e com quem devem casar ou ter filhos. Elas decidem sobre suas vontades, seus prazeres, sua vida sexual e reprodutiva. É importante ressaltar que isso também é um aprendizado, pois as mulheres na sociedade patriarcal aprendem a obedecer, serem submissas a determinados padrões e não a decidirem sobre si mesmas. Dessa forma, libertação para as pesquisadas significa decidir sobre sua vida, onde, quando, com quem, o que fazer, o que plantar e com quem se relacionar.

### 2.3 A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

Nessa subseção, afirmamos, a partir de Milton Santos (2010), que vivemos em uma sociedade globalizada, com algumas formas de organização contra hegemônicas. Como o próprio autor afirma, “apesar das dificuldades da era presente, é necessário, ser uma mensagem portadora de razões objetivas para prosseguir vivendo e lutando” (Op. Cit., p. 11). Esse mundo globalizado também é capitalista, como já descrevemos, com a exploração e a expropriação do produto do trabalho associadas a apropriação privada da terra, visando à reprodução e acumulação do capital, além da opressão de gênero.

Os Movimentos Sociais Populares (MSP) organizados constroem *uma outra globalização* possível, na linguagem de Santos (2010), em contraponto à globalização perversa à qual estamos submetidas. Uma das formas dessa construção é através da cultura,

porque, segundo o autor, vivemos cada vez mais uma possibilidade de revanche da cultura popular sobre uma cultura hegemônica e imposta, materializada na cultura de massas, que produz símbolos fixos. Já o que o autor nomeia como cultura de vizinhança produz a solidariedade, a experiência da convivência que se torna a política dos pobres e, conseqüentemente, que supera os partidos políticos e a ordem imposta.

Entendemos que o mundo de hoje deve ser visto como um conjunto presente de possibilidades reais, concretas, todas possíveis em determinadas condições. A partir dessa constatação, torna-se possível retomar a ideia de projeto, de emancipação e de utopia. As atuais relações instáveis no trabalho, a expansão do desemprego e o rebaixamento do salário médio, em todos os países, constituem um contraste em relação à multiplicação dos objetos e serviços, dos quais se torna improvável o acesso até mesmo a consumos tradicionais, ressalta o autor, ao afirmar que “é como se o feitiço virasse contra o feiticeiro” (SANTOS, 2010, p. 162).

Ainda segundo Santos (2010), a rapidez dos processos conduz a rapidez das mudanças, pois jamais houve na história sistemas tão propícios a facilitar a vida e a proporcionar felicidade, mesmo que aparente, às pessoas. O computador, símbolo das novas técnicas e tecnologias, pode ser utilizado em diversos meios e pode-se falar até em um artesanato, com instrumentos de produção e distribuição. A partir dos efeitos de vizinhança torna-se possível aos indivíduos passar de consumistas à cidadãos. E, para isso, segundo Santos (2010, p. 166-167):

Contribuirão, em todos os países, a mistura de povos, raças, culturas, religiões, gostos, etc., a aglomeração das pessoas em espaços reduzidos, com o fenômeno de urbanização concentrada, típico do último quartel do século XX, e as próprias mutações nas relações de trabalho, junto ao desemprego crescente e à depressão dos salários, mostram aspectos que poderão se mostrar positivos em um futuro próximo, quando as metamorfoses do trabalho informal serão vividas também como expansão do trabalho livre, assegurando a seus portadores novas possibilidades de interpretação do mundo, do lugar e da respectiva posição de cada um, no mundo e no lugar.

Discutir a possibilidade de mudanças a partir do aglomerado urbano, devido às transformações que estão ocorrendo nesse espaço, podemos afirmar que essas mudanças ocorrem também para a vida no campo. E, diante das possibilidades de transformação, como tema de nossa pesquisa, trazemos a experiência desenvolvida por mulheres camponesas com sementes crioulas e agroecologia. As teias construídas por elas são muitas, o que nos aponta a necessidade de estudar as ações do MMC e a buscar condições de aprofundar essa luta.

As experiências pesquisadas, tanto na Bahia quanto em Santa Catarina, estão nesse emaranhado de lutas pela transformação social e pela libertação. Com isso:

As nossas predisposições éticas tendem a ser influenciadas pelas nossas identidades, por mais diversificadas e incipientes que estas sejam. As escolhas que fazemos tendem a apresentar as marcas de nossa ligação a coletivos definíveis [...] fazendo escolhas que são não apenas técnicas ou racionais, mas também morais e políticas (MAMA, 2010, p. 608-609).

Relacionamos o que Mama (2010) expõe sobre as pesquisas com a nossa experiência, onde prevalecem escolhas políticas e racionais, por tratar-se de um movimento social popular que discute politicamente as necessidades e realidades dos povos, em especial, das mulheres, na construção de *Uma outra globalização*, conforme Santos (2010) expõe em sua obra. Esse Movimento é também construtor de uma nova epistemologia, como afirmam Santos e Meneses (2010, p. 15-16, com grifos dos autores).

Toda a experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias *epistemologias*. Epistemologia é toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem práticas e atores sociais. E como umas e outros não existem senão no interior de relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes *epistemologias* [...] as relações sociais são sempre culturais [...] e políticas (representam distribuições desiguais de poder) [...] as experiências sociais são construídas por vários conhecimentos.

Seguindo o pensamento de Santos e Meneses (2010), existem epistemologias alternativas, como são os casos das camponesas e feministas, pois essas constroem novas formas de ver e estar no mundo não hegemônicas. Partindo desse pressuposto, as epistemologias, os conhecimentos e as práticas sociais estão em constante transformação, pois são históricas; é nessa perspectiva que se organiza o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Esse Movimento se caracteriza como um sujeito político, social e coletivo que construiu, em mais de trinta anos, uma história de luta, organização e formação. Ribeiro (2010, p. 136) destaca que os MSP são capazes de construir uma unidade de interesses comuns, em sua diversidade de interesses específicos e “retomam questões que orientaram as lutas dos movimentos sociais populares históricos, nacionais e internacionais, do ponto de onde esses ficaram, porque foram sufocados ou desarticulados”.

O MMC é um dos movimentos que busca, nas lutas históricas dos povos e das mulheres, a capacidade de construir uma linha de atuação sintonizada com seus objetivos e interesses. Ressaltamos que o MMC surge numa situação de consequências da chamada

revolução verde e, em consequência disso, houve a mobilização dessas sujeitas em vista de buscar alternativas. A década de 1970 é marcada, na agricultura brasileira, por mudanças profundas no modo de vida camponês. Além dessa situação de endividamento das/os camponesas/es, as mulheres vivem em meio à cultura patriarcal, onde o homem é o “chefe de família”, o provedor e, portanto, quem toma as decisões pelo grupo familiar e social. Os seres humanos do sexo feminino, por isso, vivem numa invisibilidade quase total, num mundo em que lhes foi permitido apenas ocupar o espaço privado, ou doméstico, com a responsabilidade do cuidado da família, da casa e da alimentação, além de “ajudar o marido”. Na revolução verde essas barreiras se fortalecem.

Sobre a revolução verde, Pinheiro (2005, p. 58) aborda que a mesma “foi feita em nome da fome e ela não só aumentou exponencialmente, como fez alastrar uma epidemia de miséria por todo o mundo”. As consequências são: solo degradado; biodiversidade sendo destruída; hábitos alimentares modificados de acordo com a lógica do mercado; e o endividamento das famílias camponesas porque não tiveram condições de pagar os financiamentos da produção. Como afirma Margarida, “a gente vem agora duma tecnologia da revolução verde, que a gente não pode perder nem um pedacinho de terra, assim como vai estando pronta a salada já tem que desocupar pra plantar outra coisa, não deixa a planta ficar lá”.

Santos (2007), alerta que, nesse modelo de produção, está presente uma razão indolente que produz monoculturas, nesse caso, a *monocultura do produtivismo capitalista*, tendo como central a ideia de que o crescimento econômico e a produtividade em um ciclo de produção determinam a produtividade do trabalho humano ou da natureza. O mesmo autor, propõe substituir as monoculturas por ecologias, aqui sugere a *ecologia das produtividades*. Assegura que, na ecologia dos saberes, a busca de credibilidade para os conhecimentos considerados não científicos não implica no descrédito do conhecimento científico, implica, simplesmente, na sua utilização contra hegemônica. Trata-se de explorar a pluralidade interna da ciência, as práticas científicas alternativas que se têm tornado visíveis através das epistemologias feministas, e, promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não científicos. Sobre os saberes e conhecimento, Pinheiro (2005, p. 11) firma que são alavancas que alteram a ordem e importância dos três fatores, trabalho, terra, capital, através dos tempos e evolução das sociedades.

As mulheres camponesas compreendem a relevância do saber, do conhecimento e a proposta de uma utilização contra hegemônica da ciência e, assim, vêm recuperando esses saberes e essa forma de produção. Elas constroem um projeto de agricultura, no qual fica evidente, quando escrevem com convicção, que a “tal revolução verde” é uma invenção de

guerra e, em contraponto a essa que gera morte, propõem e praticam um projeto de vida com a agroecologia (MMC, 2005). Consideramos importante descrever um pouco mais sobre o Movimento de Mulheres Camponesas, trazendo sua história, sua organização e suas conquistas, para que possamos compreender como se dá essa relação entre a agroecologia e o feminismo.

### **2.3.1 Movimento de Mulheres Camponesas: história, organização e conquistas**

Evidenciamos, nos escritos do MMC, que sua origem se deu em formas distintas nas diferentes regiões, no entanto, com o mesmo impulsionar. No contexto de consequência do modelo capitalista de produção, em meados da década de 1970, agricultoras (es) de Chapecó, no estado de Santa Catarina, organizaram uma oposição sindical, com ingresso e participação das/os camponesas/es e as mulheres participavam das reuniões de discussões, porém não eram reconhecidas (MMC, 2008). Nesse período, também se tem uma grande organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), através das igrejas cristãs, sustentadas na Teologia da Libertação<sup>52</sup>, que utilizava o trabalho de base como método de organização. De acordo com Marcon (2003), a fé e a religiosidade se articulam ao ambiente mais amplo de vivência.

Para isso, foram influenciadas pelas conferências gerais do episcopado latino-americano, em especial pelas que ocorreram em Medellín, na Colômbia, em 1968, e em Puebla, no México, em 1979, em que os debates lá ocorridos vieram a sustentar a Teologia da Libertação e a “opção preferencial pelos pobres”, principalmente inspiradas na atuação do Papa João XXIII. Nesse novo jeito de organizar as comunidades, que ia para além de um deus único e onipotente, estudavam as mulheres na Bíblia, e qual o seu papel nas lutas dos povos<sup>53</sup>. Em paralelo, tornavam presentes as organizações históricas, as lutadoras e a situação vivida pelas agricultoras naquele momento, com a exploração do trabalho articulada à expropriação/apropriação desse trabalho e da terra, o que instaurava e fortalecia a dominação/opressão das trabalhadoras/es.

Ao pesquisar a região nordeste vemos que a motivação e necessidade de criação de um movimento autônomo de mulheres são muito próximas. Nos documentos que trazem a

<sup>52</sup> Sobre o assunto, consultar obras do teólogo brasileiro Leonardo Boff, como: BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo Libertador*. Ensaio de Cristologia – Crítica para o nosso tempo. São Paulo: Vozes, 1972.

<sup>53</sup> O Papa João XXIII pregava a “opção preferencial pelos pobres” e, ao morrer, foi substituído pelo Papa João Paulo I, que se propunha a dar continuidade a essa opção, mas sua proposta encerrou-se nos trinta e três dias pelos quais se estendeu seu Pontificado (26/08/78 a 28/09/78). Com a morte de João Paulo I, seu lugar ocupado por João Paulo II, polonês que retoma a dimensão conservadora da Igreja. Com isso, a evangelização, no Brasil segue outra direção, mais próxima da política adotada pela ditadura civil-militar, que se estendeu de 1964 a 1985 (BOFF, 1972).

história da organização das mulheres camponesas, no entanto, na Bahia, é diferente do que ocorre em Santa Catarina. Na Bahia, temos vários movimentos regionais, e como exemplo, na região de Santa Maria da Vitória, há o Movimento de Mulheres Unidas na Caminhada, que é parte do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Bahia (MMTR/BA), onde pudemos ver: “Um movimento que teve suas fases, sempre obedecendo ao ritmo da caminhada. Um grupo que aprendeu com as Comunidades Eclesiais de Base – as CEBs. Da reza à luta, motivadas pelas questões de terra e saúde” (MMUC, 2003, p. 9). Como nos mostra a entrevistada, contando um pouco desse princípio:

Nos anos de 1980 a gente ajudava na comunidade, tinha o grupo de jovens, grupo de base, que chamava CEB - Comunidade Eclesial de Base. Eu fui do grupo jovem, nós fomos um dos primeiros, da primeira paróquia a ajudar construir a Primeira Assembleia Diocesana, na época aqui não tinha ônibus, nós levamos 3 caminhões de jovens pra Barreiras, eu ajudava na coordenação, depois desse grupo jovem nós criamos um grupo chamado “jovem na luta”. Nós estudava direito, o que era a ditadura militar, o que era o capitalismo, a questão sindical, como se organizava a questão sindical, a questão partidária. Aí nessa luta, nesse grupo nós definimos participar mais na organização política, criamos o PT nessa época nos municípios, em 87, 88, e fomos também pro sindicato de trabalhadores rurais. Nessa época também o sindicato estava fazendo uma luta contra uma grilagem de uma área de oito mil hectares e os trabalhadores conseguiram garantir a terra, até hoje a gente chama a Larga, que aqui em Tabocas é adorada e a gente faz lá uma Romaria todo 16 de maio, nós celebramos, refletimos o que é a Larga. O padre ajudou muito a gente nessa luta, quem é a gente, então nós fizemos muito estudo sobre saúde, havia um grupo chamava agentes comunitários de saúde. Antes do SUS ter agente comunitário, a gente tinha agente comunitário voluntário, primeiros socorros, aprender a fazer o soro caseiro, foi através daí que salvei meu filho da desidratação (Girassol).

Nesse ambiente de igreja, em muitos momentos, as mulheres preservavam – e ainda preservam – um comportamento de servir, devido à herança da educação em uma sociedade patriarcal (KROTH, 1999). Autoras que sustentaram o segundo capítulo, como Muraro (2002; 2003) e Gebara (2002), afirmam que o patriarcado é a consolidação da dominação masculina sobre as mulheres. Com o processo de organização e formação, as mulheres foram se conscientizando da necessidade da libertação. Vivendo a nova igreja, que também tem espaço para a organização, assim relacionando religiosidade, festas e atividades produtivas (MARCON, 2003). Nascia assim, a indignação, na medida em que iam percebendo o condicionamento pelo fato de serem mulheres, camponesas e pobres. Podemos ver os primeiros momentos dessa conscientização, a partir de documentos de pesquisa.

Sentimos, então, nós mulheres, a necessidade de “dar uma virada”, pois não podíamos ficar de fora. Começamos a participar, mas havia algo de que não se falava: os problemas pessoais. O machismo era muito forte. Surgiu a necessidade de um encontro exclusivamente feminino para, num ambiente de igualdade de

situações, as mulheres poderem se abrir e falar da sua vida, da sua importância na família, no trabalho (MMUC, 2003, p. 19-20).

Quando as mulheres escrevem em falar dos problemas pessoais, elas se referem a falar da sexualidade e violência sofrida, mesmo tendo dificuldade de tratar o tema, mas falam da vizinha, da irmã para relacionar aos seus problemas e poder superá-los, espaço não proporcionado na organização mista. É importante ressaltar que, na oposição sindical, as mulheres também participavam das mobilizações (KROTH, 1999) e, aos poucos, elas foram questionando a autoridade masculina expressa pelo pai, marido, sogro, irmão, filho, namorado e também por quem representa as instituições sociais, como o padre na igreja, por exemplo. Segundo o MMC (2008), quando as agricultoras e agricultores, juntos, conquistaram a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Chapecó, com uma proposta em favor dos camponeses, para as mulheres nem todos os problemas estavam resolvidos. Como podemos observar na fala de Margarida.

Quebramos aquela questão de dizer que uma mulher não podia ser direção do sindicato, porque pra ser direção do sindicato que dizia que a mulher só participava se fosse viúva ou solteira, depois que foi renovado o estatuto, depois que foi resolvido o estatuto, a mulher pode participar do sindicato. Outra questão foi uma vitória quando veio a resposta que nós éramos trabalhadoras rurais, foi muito emocionante, nós não sabia por onde começar, pra pegar o nome das mulheres que tinham idade pra se aposentar. A maioria não tinha documento, foi feito campanha e arrumar documento pra todo mundo, nem eu não tinha documento, a partir daquilo as mulheres começaram a pensar.

O depoimento dessa dirigente é preciso quando diz que não havia documento, logo, se com documentos não lhes foram concedidos muitos direitos, imaginemos sem eles. Assim, Kroth (1999), ao fazer uma retomada do processo histórico do atual MMC/SC, descreve que, no decorrer da luta, as mulheres foram se impondo, enfrentando desafios, no desejo de garantir espaços no seu Sindicato e efetuar uma mudança de vida, o que trouxe novos sonhos e novas expectativas. Os referenciais que trazem o surgimento do Movimento em Santa Catarina, conforme Kroth, na obra citada, e o próprio MMC, situam-se no dia primeiro de maio de 1983, quando houve um encontro considerado como marco da organização, decidindo pela criação da Organização das Mulheres Agricultoras (OMA). As reuniões e as discussões foram se ampliando e, por volta dos anos 1985 e 1986, houve a ampliação do Movimento para outras regiões do estado/SC com processos formativos e organizativos, em que se fazia a discussão da situação das agricultoras e dos agricultores. De igual modo isso era feito na Bahia,



Desde a década de 1980 a gente já participava de grupos, de movimentos, inclusive era o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, que a gente participava aqui na região de Caetité, eu tinha pouca participação, mas já tinha alguma participação, em eventos de mulheres participava nessa época (Dália).

Segundo pesquisa documental, as mulheres escrevem sobre o início do Movimento: “Começamos a luta para participar do STR, em todos os sentidos: filiação, direção, organização, tudo isto em 1982. Foi uma longa caminhada, mas conseguimos muitas vitórias” (MMTR/BA, 1996, p. 12-13), sendo essa uma data possível de surgimento do movimento autônomo de mulheres. Em outro registro encontramos a data de 1984, o que fica evidente é que, nesse período e com processos diferentes nas várias regiões, as mulheres vão se organizando e, em 1988, acontece o “1º Encontro Estadual em Salvador - Itapuã, 80 mulheres representando 44 municípios do estado da Bahia e havia ainda duas representantes do Movimento do Brejo Paraibano” (MMUC, 2003, p. 21).

Em 1986, [...], as mulheres camponesas do RS e SC, em caravana, foram a Brasília exigir o reconhecimento da mulher camponesa como agricultora com benefícios iguais às trabalhadoras urbanas. Nessa luta por direitos, as mulheres começaram a sentir necessidade de ter a sua representação política (MMA/SC, 2000, p.23).

A partir da pesquisa, podemos ver que, nos anos de 1980, havia uma forte discussão sobre a participação política da mulher na sociedade, inclusive de política partidária, e a necessidade de ocupar os espaços institucionais para a garantia e a conquista de direitos. Porém, por vivermos numa sociedade patriarcal e preconceituosa, não foi fácil aceitar e acreditar que uma mulher camponesa fosse capaz de assumir um cargo político de decisão, como ser senadora, deputada, vereadora, mas as mulheres enfrentaram esses preconceitos e elegeram vereadoras e deputada camponesas. Ao mesmo tempo em que traçaram a luta pela documentação.

Com a noção clara de cidadania a ser conquistada, o Movimento das Mulheres Unidas na Caminhada juntou-se a um movimento pela documentação da mulher, que ganhava expressão nacional, e se afirmou naquelas comunidades do Oeste baiano. Era a caminhada pelo reconhecimento de sua identidade enquanto pessoa, como trabalhadora rural, como produtora, enfim, enquanto cidadã (MMUC, 2003, p. 10).

Conforme afirma Conte (2011), ao estudar o MMC/RS, mesmo que a maioria da historiografia considerada oficial tenha escondido, por muito tempo, a participação e as ações das mulheres, elas não ficaram alheias aos processos de luta e resistência no campo e tampouco foram totalmente submissas, apesar de todas as proibições que lhes eram colocadas.

A mesma autora afirma que as mulheres decidiram criar um Movimento autônomo devido ao fato de não terem espaços em estruturas mistas, além de que, nas primeiras experiências de organização das mulheres, os homens queriam conduzir as suas lutas. Como nos aponta Girassol, “em meio à luta do povo, há necessidade de uma organização específica”.

Também criamos o Grupo de Mulheres aqui, na época fomos na Romaria da Terra em Bom Jesus da Lapa, já faz uns 30 e poucos anos que tem, a gente ia de caminhão, até de carreta nós já fomos pra Romaria da Terra. E tinha um grupo de mulheres de Correntina apresentou lá, e nós achamos bonito então a gente veio, chamou um grupo de mulheres da diocese que tinha experiência, e criamos um grupo de mulheres aqui em 1986. Esse encontro de 1986 a gente já começou a definir trabalho, saúde da mulher, corpo da mulher, fizemos a dinâmica do espelho, você já olhou no espelho? Tinha mulher que tinha vergonha de olhar no espelho o rosto, imagina o corpo (Girassol).

Nos primeiros anos de reflexão, em Santa Catarina, as mulheres perceberam que suas características organizativas eram de um Movimento Social Popular, então, em 1986, passam a denominar-se como Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC). Nesse período, também a formação se alastrou junto com outras organizações e, aos poucos, as mulheres foram sentindo a necessidade de serem independentes, tendo um movimento autônomo. Com a certeza da importância da autonomia, construíram-se os grupos de base específicos do MMA/SC, só de mulheres, onde elas passaram a decidir sobre os rumos do Movimento, sendo a construção da autonomia um objetivo desta organização, conforme pudemos ver também na Bahia, nesse mesmo período. Em meio ao fortalecimento do Movimento vão acontecendo as lutas e as conquistas, as quais podem ser vistas na fala da entrevistada, quando expõe os pontos fortes de sua militância.

A luta pela documentação, quando a gente ganhou a luta pelos direitos da aposentadoria das mulheres aos 55 anos foi muito forte essa conquista, a luta pelo salário maternidade. Pra dizer a verdade aqui na Bahia foi a mulher que primeiro conseguiu salário maternidade, as mães lavradoras em 1994. Inclusive teve grandes lutas no INSS, porque abriu o decreto na sexta e na segunda nós já tava no INSS, pegamos a lei na gaveta, o INSS da região nem tinha ainda essa lei ou medida provisória, o INSS quase caíram duro porque não sabiam o que era isso. Então marcou muito isso. A documentação também, a primeira vez que nós conseguimos trazer o caminhão pra fazer o documento e nós mulheres fomos pra Salvador, acampamos lá. Teve vários momentos fortes. [...] E aqui o Movimento de mulheres me marcou muito, me ajudou muito no divórcio, porque assim quando eu falo do divórcio é que a minha vida era muito dependente, o Movimento de Mulheres me ajudou a erguer a cabeça, a seguir firme e isso marcou muito pra mim, eu tenho ele como uma base sólida, base firme pra mim. E isso me ajuda a dar exemplo, a falar disso nos grupos, ajudar as mulheres a serem mais elas né, porque quando você é muito dependente, sofre muito. Toda a minha família, todo mundo sabe que eu fui uma guerreira nesse sentido de ter essa base, esse ponto de apoio (Girassol).

A autonomia foi importante para a luta, onde as mulheres assumem a responsabilidade e, a partir disso, os Movimentos buscaram novas articulações. Segundo o MMC (2008), em 1995 é formada, junto com outras organizações, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR)<sup>54</sup>, na qual se reuniram trabalhadoras rurais de todo Brasil. Cada mulher identificava-se com sua organização no estado; em Santa Catarina tratava-se do MMA; na Bahia, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR/BA). Além das organizações autônomas de mulheres, participavam mulheres dos movimentos mistos do campo. É importante lembrar que essa Articulação foi possível após discussões das necessidades percebidas pelas mulheres organizadas. As mulheres dos Movimentos autônomos da época foram consolidando bandeiras de lutas específicas<sup>55</sup>. Como podemos ver na fala de Girassol, há uma relação direta entre a ANMTR e os estados.

Então, nós tínhamos uma parceria com a Articulação Nacional de Mulheres, principalmente nordeste com Santa Maria e região, através desse grupo a gente participou da formação do Movimento de Mulheres Camponesas em 2004, participamos primeiro do acampamento em 2002 e 2004 ajudamos nessa organização e fundação do MMC. Depois a gente teve uma dificuldade porque na Bahia nós pertencíamos à região Santa Maria e algumas lideranças não aceitaram o MMC, como articulação nacional, então a gente quebrou um período, inclusive algumas tiveram que sair porque a regional tomou essa posição. A gente só conseguiu retornar ao MMC em uns três ou quatro anos, que voltamos a conversar com o MMC nacional, esse período ficou desarticulado, os municípios continuaram, mas sem uma articulação nacional [...] Era Articulação Nacional de Mulheres, que tinha no nordeste, na Bahia e a gente tinha a Articulação em outras regiões para além do que tem o MMC hoje de Brumado pra cá, tinha em Feira de Santana e outros.

Assim, a luta é realizada apesar das contradições que também atravessam os MSP, uma vez que, todos nós vivemos e fazemos parte de uma sociedade construída com a diversidade e nem todas em todos os momentos são obrigadas a aderirem a uma determinada organização. Enquanto uma região esteve afastada, conforme registra a entrevistada, outras no estado da Bahia assumiram o MMC e continuaram firmes na luta. As sujeitas entrevistadas abordam que tinha uma dinâmica de assessoras em cada região e foram essas assessoras que não aceitaram fazer parte do MMC: “Nós aqui em Tabocas nunca tivemos, quem tinha mais era Santa Maria, por isso que quebrou mais, porque era Colíder, São Felix, era uma região que fazia a articulação, acabou a articuladora, o Movimento teve dificuldade” (Girassol). Dália

<sup>54</sup> Faziam parte desta, além de vários movimentos autônomos, mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e mais tarde do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

<sup>55</sup> A partir da ANMTR foi se fortalecendo a Articulação Sul, já existente, que envolvia os movimentos autônomos de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul.

também afirma em seu depoimento: “Eu já participava do MMTR. Nas duas regiões que estamos trabalhando é MMC, porém no nordeste o MMTR continua existindo”. Girassol também afirma que alguns grupos continuam, “desarticulados, mas continuam, eu conheço, tem um que a deputada [nome] acompanha que é um grupo grande no Sisal<sup>56</sup>, tem muitos grupos que ainda se organizam como associação municipal, associação territorial e tudo”.

Começamos a participar mais frequentemente de 2000 pra cá, quando fiquei representante junto com a companheira de Santa Maria, da Bahia a nível nacional, aí a gente começou a participar um pouco da história, do início do MMC, a gente participou dessa construção de 2000 a 2004 quando foi a consolidação do MMC, eu participei mais frequentemente, depois [a companheira] teve uns problemas e eu continuei sendo a representante estadual na nacional, foi um aprendizado muito bom a participação. Aí a gente começou o grupo aqui na comunidade, com muitas dificuldades, tinha algumas comunidades que já faziam parte do sindicato, de comunidades rurais, a gente começou conversar com esses grupos, alguns só de mulheres que tem até hoje no município, então foi a semente do Movimento de Mulheres aqui em Pindaí, aí continuamos em nível de região de Caetitê, aí assim são muitas as dificuldades que a gente enfrentou, mas nunca desistiu de estar unidas às mulheres pra discutir os seus problemas, a nível nacional, estadual, regional e municipal, isso a gente sempre teve (Dália).

A Articulação Nacional (ANMTR) foi um contraponto à visão machista e patriarcal, mostrando que mulheres camponesas são capazes de se organizarem (GEBARA, 2002), contribuindo para a consolidação do MMC/Brasil. Após várias atividades nos grupos de base, nos municípios, nos estados, ocorreu a realização de um curso nacional, em setembro de 2003, que contou com a presença de cinquenta mulheres, representando os Movimentos autônomos de quatorze estados brasileiros, dentre eles, os de Santa Catarina e Bahia. Nesse curso foram apontados os rumos concretos do MMC/Brasil, como também a decisão de consolidar essa organização social em março de 2004, com a realização do I Congresso Nacional. Tanto Santa Catarina quanto a Bahia participaram desse importante momento do Movimento Nacional. “Sei que no acampamento do Congresso nós éramos um grupo grande da Bahia, não lembro bem os municípios, mas era um grupo grande” (Girassol).

O I Congresso Nacional do MMC aconteceu em Brasília/DF, entre os dias 05 a 08 de março de 2004, com a participação de vários movimentos autônomos de mulheres vindas de 23 estados brasileiros. Porém, apesar da força e visibilidade conquistada pelo MMC, em todo o país, algumas camponesas desanimaram, mas ainda prosseguem as que continuam fortes na organização desse Movimento e que consideram o I Congresso Nacional um marco importante, conforme podemos ver na fala de Dália.

---

<sup>56</sup> O território do Sisal, mais conhecido como região Sisaleira da Bahia, está localizado no semiárido nordeste do estado (a pouco mais de 200 km de Salvador). São quase 800 mil habitantes na região sisaleira, distribuídos em 20 municípios. O MMC atualmente não está organizado nessa região.

Pra mim 2004 foi um momento muito forte, a participação e a consolidação do Movimento a nível nacional, ali nascia uma identidade das mulheres, porque até então viviam grupos isolados e naquele momento a gente sentiu que estava nascendo a identidade das mulheres a nível nacional e internacional também, então pra mim foi um momento muito forte, inesquecível.

Essa construção da denominação – MMC – se deu, para além de toda a questão da luta, também pelo significado de ser camponesa e de todo um debate que se realizava naquele momento sobre o que é ser camponesa. Destaca-se que o termo camponês já fora ressignificado pelos Movimentos Sociais Populares, os que compõem a Via Campesina – Brasil. Essa organização ocorreu por volta dos anos 2000, muito pautada pelo seu significado político a partir das Ligas Camponesas, sobre o qual descrevemos no capítulo primeiro. Com essa discussão é que se constitui o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), em nível nacional, em 2004. Desde então, as atividades são realizadas para além dos estados, mesmo continuando com as especificidades estaduais, com os grupos de base, nos municípios, em 14 regionais no estado de Santa Catarina e na Bahia:

Região de Brumado, Riacho, Caetitê, Pindaí. Estamos em duas sub-regiões e nós na Bahia reunimos nessas duas sub-regiões. Na verdade são três territórios, o Chico que é lá pra Serra do Ramalho e Riacho; depois vem Caetitê, Brumado, Pindaí é outro Território; Corrente que é Santa Maria e Tabocas, que a associação aqui é Tabocas e Brejolândia não é só Tabocas, até porque a Paróquia sempre foi os dois municípios, então a gente juntou (Girassol).

Desse modo, na Bahia, continua uma proximidade com a organização da igreja católica, das paróquias, bem como a organização dos territórios, que é conforme o governo estadual trabalha. Em nível nacional, o MMC está presente em 23 estados, alguns com mais organização, outros com apenas algumas articulações. Além de uma relação com outras organizações em nível nacional e internacional, como percebemos na fala da entrevistada Melissa sobre os momentos fortes que a militância lhe trouxe.

Dentro, assumi a executiva do Movimento de Mulheres Camponesas, na época Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, teve vários cursos fora de SC. Por exemplo, eu participei em Minas Gerais da CLOC internacional, aí teve a marcha do Rio de Janeiro até Brasília, 40 dias de caminhada, os encontros do MMC, I Encontro Nacional do MMC, as assembleias que sempre trazem marco forte e a Concentração dos 30 anos do MMC/SC, que foi uma marca em nível de estado e de região, a região muito se envolveu e participou mesmo a questão das mulheres, se esforçaram para realizar as tarefas da gincana [na ocasião dessa atividade] e assim foi um marco bem forte.

Nessa fala fica evidente como a articulação com as demais organizações é importante no fazer-se das mulheres, além de toda a história de organização autônoma. A forma de organização do MMA/SC e do MMTR/BA tem suas características, que vieram se constituindo no processo histórico de sua construção. Essa organização se dá através do Grupo de Base nas comunidades rurais; da coordenação municipal; da coordenação regional; da coordenação estadual e, a partir de 2004, com a consolidação do MMC/Brasil, com uma coordenação e direção nacional.

Todas as mulheres integrantes do MMC, têm o papel de articular, coordenar e executar tarefas em sua respectiva instância. Na Bahia, os Grupos de Base se dão a partir das associações ou grupo de produção, sendo que “cada associação tem reunião mensal ou trimestral, nós aqui é mensal e nessas reuniões a gente faz estudo de um tema, busca estudar algum tema do Movimento refletido na sociedade, sempre temos alguma reflexão” (Girassol). Em alguns casos a Associação é anterior ao MMC, mas as mulheres organizam um grupo específico, como ressalta Dália,

A associação existe desde os anos 1980, que é uma associação de moradores, que é do povo da comunidade, não é uma associação só das mulheres, a gente faz o trabalho das mulheres quando a gente precisa da associação, graças a deus nunca teve nenhum problema, a gente consegue a documentação. Na comunidade mesmo é o grupo de mulheres dentro da associação, mas a gente faz o trabalho individual.

Além das direções e coordenações, nos diferentes níveis, o MMC/SC se organiza através de coletivos, que trabalham com uma divisão de tarefas para que todas desempenhem suas responsabilidades específicas de trabalho, cujos principais são os coletivos: de lutas, formação, finanças, organização, comunicação e projeto de agricultura camponesa agroecológica. A instância máxima de decisão é a Assembleia, que acontece de três em três anos. Os congressos acontecem de acordo com necessidades ou definição do Movimento (MMC, 2008). No estado da Bahia, não conseguimos perceber os coletivos, mas sim as coordenações locais e estaduais, além das associações e grupos que se reúnem semanalmente.

Aqui na comunidade o trabalho mesmo com as mulheres começou de 2011 pra cá, a gente conversava, sempre que chegava 8 de março, os dias da agenda de lutas das mulheres a gente sempre tinha os materiais e sentava pra conversar com as mulheres. De 2011 pra cá pela decisão de trabalhar com a produção, isso teve mais animação pras mulheres, aí a gente tem mais frequência, algumas já se propõe a participar em evento fora quando a gente sai. Antigamente elas não saíam e hoje já com esse grupo de produção o aprendizado delas se tornou mais forte através do trabalho e aí a gente consegue estar passando essa mensagem pra cada uma. Isso está trazendo pra cada uma o despertar do ser mulher, que não é só cuidar do trabalho, da casa e da família, mas também participar da vida da sociedade, isso está trazendo

muita animação pras mulheres (Dália).

A pesquisa mostrou que as mulheres têm seu próprio jeito de lutar, considerado menos competitivo, mais coletivo e mais ligado ao cotidiano. Esse cotidiano, pode-se dizer, que é o modo de vida das mulheres, que vai se transformando a partir da organização e militância. Tomando essa posição, não encontramos hierarquias nas formas de direção e comando do Movimento; quando há uma coordenadora geral, essa também é coordenada, por exemplo, no grupo de base, pela responsável do mesmo; assim, a liderança é compartilhada, pois não existe uma “chefe”, mas sim decisões tomadas coletivamente (CINELLI, 2012). De acordo com os escritos consultados, essa parece ser uma forma de parceria, como diria Eisler (1996), onde o poder é compartilhado, *com* as outras e não *sobre* as outras, pois há confiança entre as mulheres e as suas lideranças.

Eu sempre gostei de trabalho social, da comunidade, aí fui me envolvendo, Dona [nome] me convidou pra participar da associação e aí eu comecei participando e continuo participando e acho que sempre [...]. Já tinha o trabalho do Movimento, aí depois surgiu a associação, porque assim, devido a necessidade das pessoas, das companheiras surgiu, pra desenvolver projetos aí nós criamos a associação [...] Quando eu comecei na nacional eu gostei, foi assim difícil por ser a primeira vez, mas eu gostei, a aprendizagem é grande, então ajuda a desenvolver uma aprendizagem assim, bem bom [...] Esse encontro que teve agora em Brasília de 9 a 11 foi muito marcante, gostei muito, porque a gente está descobrindo, buscando os nossos direitos, não deixando de lado, buscando cada vez mais nossos direitos na sociedade (Açucena).

As entrevistadas trazem suas experiências de participação e papel dirigente como momentos fortes de suas militâncias.

O curso Realidade Brasileira, da Via Campesina, que acabou em 2007, com 4 etapas, convênio com a Unochapecó; Teatro, participei de três peças, Grupo Teatral Arte e Resistência, de 2008 tinha mais gente, da história dos 25 anos de luta, 2009 foi mais na linha da agroecologia, 2010 foi mais a história das Assembleias, os três ligados a Unochapecó; Fórum Social Mundial; CLOC em Asunción; Marcha da Marcha Mundial das Mulheres (Joana D’Arc).

É visível que em alguns momentos se confunde a história do Movimento com a história de inserção nessa luta das dirigentes, bem como com a articulação mais ampla numa luta internacional. Calêndula afirma que sua militância começou cedo, “eu fui conhecendo o que era o MMC a partir de duas assembleias que eu participei, em Concórdia e Itapiranga. Ainda fui acompanhando a mãe; a de Concórdia eu lembro que eu fui porque quis ir, eu poderia ter ficado, mas eu quis ir”. Complementa que naqueles momentos foi compreendendo a dimensão do Movimento, “porque de tudo as coisas que a gente pegava lá a gente via o que era o

Movimento e também o que as pessoas falavam, ia mostrando o que era o Movimento”. E continua:

Acho que ainda não era militância, eu era uma criança, adolescente, mas foi forte porque eu conheci o que era o Movimento. Aí fui participando de momentos pras jovens, que foi muito importante pra mim, aí sim, fui mesmo pra conhecer o que era o Movimento, o que o Movimento fazia, o que tinha, acho que participei de uns 3 encontros maiores. E a outra coisa, também foi importante quando comecei estudar, quando cheguei no Iterra eu já conhecia o Movimento, mas eu me vi dentro de uma escola do MST sozinha naquele espaço, foi um momento forte, porque você se reafirma enquanto MMC, porque se não tem essa convicção do que é o Movimento, você vai pra outras bandas e a todo momento tem gente querendo te colocar em outros movimentos em tarefas, isso aconteceu muito comigo, por isso foi importante eu me reafirmar enquanto Movimento. Depois um momento forte e que fez pensar se é isso mesmo, foi quando foi pra entrar na executiva, pra coordenar a comunicação, “agora é isso, não tem pra onde correr” (Calêndula).

A fala da dirigente mostra a organicidade do MMC, a importância das assembleias, a responsabilidade de uma direção coletiva e como a militância vai se dando em meio às histórias de vida e de organização individual e coletiva, bem como a participação em outros espaços com outras organizações. Se olharmos para as associações na Bahia, também há uma relação entre o coletivo e o pessoal.

A gente trabalha diversificado, mas o aqui de Tabocas, a gente fez a parte mais artesanal, artesanato, então a gente trabalha sementes. Tivemos um projeto, que é um pequeno projeto Eco Social do ISPN<sup>57</sup>, um Instituto que tem em Brasília, então eles tem vários recursos da ONU e outros, que financiam projetos. Nós fizemos das sementes que é colher a semente, arrumar, polir e fazer o artesanato, nesses cursos a gente conseguiu uma parceria com a prefeitura de Barreiras e eles ensinaram a gente a mexer com as sementes, a palha e outros trabalhos que fizemos nessa parceria. Fomos em 6 mulheres e ficamos uma semana aprendendo, eu mexo com a semente, ajudo a polir, a furar, a fazer o colar e eu tenho um papel mais de coordenar, mexer com as sementes e produzir o colar. Hoje já tem uma dinâmica de várias mulheres mexer com a semente (Girassol).

A dirigente explica que nos encontros de terças e quartas, quando necessário, ou seja, quando elas têm algum ponto a ser discutido, realizam formação também, “para os colares e zoada das máquinas e vai debater. Mas é mais no terceiro sábado, que é reunião da associação, aí a gente faz a formação do Movimento. Não faz artesanato no terceiro sábado, a gente expõe, faz o estudo de alguns assuntos que tem e faz a formação de um tema” (idem). A associação, além de ser o espaço de discussão do MMC, também tem o objetivo de buscar renda para o desenvolvimento do trabalho com artesanato de sementes.

---

<sup>57</sup> Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).



Também tem o objetivo de buscar recursos, estamos com esse projeto do ISPN e estamos com um projeto pequeno que é com a justiça. Quando as pessoas cometem um crime e pagam uma multa, então a justiça tem um recurso que é como se eles devolvessem à sociedade, ano passado a justiça baixou um edital, foi a primeira vez que a gente viu, estamos pleiteando, é cinco mil reais. Se a associação mostrar serviço pode ser liberado outras etapas, a ideia é que a gente faça um grupo de ginástica de mulheres, já tivemos a física nesse grupo, algumas não vinham pra produção, mas vinham por causa da física, mas mesmo lá a gente fazia algumas reflexões e não só a física. Então, têm muitas mulheres na expectativa desse projeto que precisamos comprar um som e outras coisas.

Essa fala evidencia que muitas são as formas de conquistar as mulheres a participarem do Movimento. Assim, Dália também explica que se reúnem com o grupo de mulheres para organizar os produtos da merenda escolar, mas também “a gente senta, não é frequente, mas a gente marca e senta pra conversar sobre os assuntos políticos do Movimento”. Ainda sobre os trabalhos na Associação.

A gente trabalha formação, formação pras nossas companheiras, trabalhamos também os projetos, já trabalhamos com o PRONAF Mulher pra algumas companheiras do grupo. Hoje trabalhamos com o PAA, já trabalhamos com o PNAE que duas vezes conquistamos o projeto. Hoje nós trabalhamos com o PAA (Açucena)<sup>58</sup>.

Sobre as bandeiras de lutas do MMC ou as lutas que o Movimento trava, ao consultar documentos internos verificamos que a luta central do MMC é pela libertação das mulheres e transformação da sociedade. Nesse sentido, assume a centralidade com a implantação do que nomeiam Projeto de Agricultura Camponesa Agroecológica e Feminista, o qual se concretiza, em nível nacional, com a Campanha Nacional de Produção de Alimentos Saudáveis (CNPAS), lançada em 2007, a partir dos princípios da agroecologia. Nas entrevistas, a referida campanha apareceu como uma forma de as mulheres mostrarem-se capazes de lutar, de socializar aprendizados e de obter conquistas a partir da produção de alimentos saudáveis, não qualquer alimento. É importante ressaltar que os Programas como PAA e PNAE, já citados, não “vieram de graça”, mas que custaram muita luta, mobilização e articulação dos movimentos do campo para uma alimentação de qualidade, tanto na produção quanto no consumo e que em se tratando de alimentação escolar e produção em pequena escala, as mulheres são as maiores responsáveis por essa produção.

De acordo com a pesquisa realizada, o Projeto de agricultura descrito nas cartilhas e materiais faz parte das lutas do MMC, tanto da luta central, quanto das lutas pela ampliação dos direitos sociais, que se concretizam, por exemplo, quando se reivindica uma previdência

---

<sup>58</sup> Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

pública, universal e solidária, a qual também é condição para a permanência das famílias no campo. Ainda na década de 1980, estava presente essa bandeira de luta com o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, como já anunciamos nas falas anteriores, e a conquista do bloco de notas de produtora rural, o qual ainda continua nas pautas de reivindicações por ter se concretizado apenas em alguns estados brasileiros.

Algumas conquistas foram: o direito de seguradas/os especiais na Constituição Federal após dez anos de luta e mobilização; o salário-maternidade para as trabalhadoras rurais, que continua como luta para todas as trabalhadoras; e a ampliação de quatro para seis meses às que tem o direito garantido.

Aparecem, nas falas e documentos do MMC: a saúde pública integral, que envolve promoção, proteção e recuperação, de qualidade e com atendimento humanizado, para todas as pessoas, pelo SUS; documentação pessoal, porque as mulheres compreendem a importância dessa documentação em suas vidas, por garantir sua identidade de “ser gente”, como ouvimos em muitos espaços, e não mais ser a sombra de alguém; acesso a uma educação libertadora e não sexista, que não seja um meio de dominação e submissão, mas sim que seja voltada à realidade do campo, que tenha unidades de ensino com educação infantil, fundamental, média e superior nas localidades, ou seja, por uma Educação do Campo integral, em todos os níveis.

Juntamente com a luta pelo fim da violência praticada contra as mulheres, está a participação política da mulher na sociedade, mobilizando-se no sentido de garantir a participação ativa em todos os espaços, principalmente nos ambientes de luta, que são significativos nos MSP. O enfrentamento a violência se dá com a discussão da autonomia, com cursos formativos, com a luta e mobilização denunciando situações de violência e na organização, construindo novas formas de viver em sociedade.

A luta autônoma das mulheres não se dá numa ilha, o Movimento de Mulheres Camponesas mantém relações com outras organizações de mulheres, a exemplo da Marcha Mundial de Mulheres, Articulação de Mulheres Brasileiras, entre outras no Brasil e no mundo. Além de articulações com organizações camponesas, como todas que fazem parte da Via Campesina, e movimentos populares da classe trabalhadora. Isso não significa que deixa suas lutas específicas, mas para além da luta das mulheres camponesas há uma luta global, de transformação da sociedade, de construção de uma sociedade justa no campo e na cidade.

Enfim, a luta e a organização autônoma das mulheres tiveram um papel fundamental na vida dessas camponesas que eram invisibilizadas, como afirma Eggert (2002), bem mais ocultadas do que ocultas, quando se tentava convencê-las, com atitudes e leis em que teriam

de se sentir contempladas na generalidade de homem, permanecendo na ocultação de si mesmas enquanto sujeitas de ações autônomas. A partir da organização, formação e lutas, participando de mobilizações, fóruns, seminários, escolas, elas se conscientizam e saem desse lugar de inferioridade; passam a ser donas da própria vida, assumindo-se como camponesas e feministas, protestando contra a sociedade patriarcal e capitalista em que vivem. É no amadurecimento histórico da luta que começam a também forjar novos conceitos, experimentar a linguagem e construir suas teorias a partir da experiência, assim é que discutem e vivenciam o feminismo camponês e popular.

## 2. 4 O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), esteve preocupado com as questões das mulheres desde o seu surgimento, por essa razão, está relacionado com a conquista de direitos que foram historicamente negados, no conjunto das lutas pela redemocratização do país. Desde os anos 1980, em Santa Catarina, as discussões se davam em torno das novas relações de gênero e classe, com o sonho da construção de uma sociedade justa e igualitária (MMC, 2008). De acordo com Cinelli (2012) e Conte (2011) observa-se que esse sonho esteve presente desde o início do MMC, em 1983. Se por um lado, discutiam o reino de deus e o papel das mulheres na Bíblia, a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), por outro, estavam ligadas à teoria revolucionária marxista e à construção de novas relações entre homens e mulheres. O que encontramos também na Bahia, o estudo e discussão das relações de gênero (MMTR, 1996), “começou assim, pra estudar gênero, pra esse trabalho, aí ela começou... eu não me lembro da data certa” (Açucena); a entrevistada se refere ao início da Associação.

A partir de suas realidades concretas discutem o papel da mulher na sociedade, e com isso resgatam a história da humanidade, de como a supremacia masculina, na linguagem de Muraro (2002; 2003), foi se dando com os diferentes modelos de produção e, aos poucos, passando de uma relação de parceria para a dominação, como afirma Eisler (1996). Nas entrevistas realizadas pudemos identificar que, desde a luta por direitos, como o salário maternidade e a aposentadoria aos 55 anos, a luta se relaciona com o reconhecimento do trabalho das mulheres do/no campo, conforme elas afirmam “que estão mais valorizadas” (Açucena). Sobre isso, poderíamos dizer que faz parte de um discurso feminista, no entanto, Cinelli e Mezadri (2014), comentam: “Nesse período não se dizia feminista, mas um debate

colado à construção do movimento autônomo e novas relações de gênero”. Ou seja, as relações de gênero não eram separadas da luta de classes.

Conte, Weschenfelder e Cinelli (2010) afirmam que, se por um lado há muitas mulheres subjugadas, há também uma grande parcela dessas mulheres organizadas, que ousaram e ainda ousam questionar os papéis que lhes são preestabelecidos. Ao citarem o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), como um exemplo dessa organização, as autoras apontam que o debate do campesinato e o do feminismo, que podem ser vistos como divergentes, aqui estabelecem relações bem fortalecidas. Assim, o feminismo se concretiza ao mesmo tempo em que é incluído no debate sobre novas relações sociais e de gênero, nas quais é também incluído o papel da mulher na produção, em diferentes momentos.

Cada estado prioriza uma ação, como em Santa Catarina no início dos anos 2000, se inicia o Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças, ao passo que, na Bahia, as experiências concretas com sementes crioulas se dão mais tarde. No entanto, os prejuízos da chamada revolução verde são menos percebidos nas Unidades de Produção das camponesas baianas entrevistadas. Nas entrevistas, pudemos observar que a atitude feminista é importante para a produção de sementes crioulas, como afirma Melissa “pra decidir onde, o que e quando produzir. As formas de enfrentar as dificuldades também exige postura feminista”. A foto nos mostra um pouco da produção de sementes, enfrentando as dificuldades e escolhendo o melhor terreno para a produção.



Unidade de Produção de Açucena. Foto: Débora Murielle.

Cinelli e Mezadri (2014) abordam que, por trabalharem com hortas, sementes, plantas medicinais, muitas vezes as camponesas são acusadas de essencialistas, mas é o que sobra na

Unidade de Produção, pois a mulher não tem poder de decisão na área mais ampla, que é para a venda da produção. Essa situação se deve ao patriarcado que ainda se mantém, como vimos anteriormente, sendo que, no caso das camponesas, o privado se estende ao redor da casa, aos pequenos animais, à produção e preparação da alimentação, às tarefas que também estão ligadas à mulher, relacionada aos cuidados. A discussão no âmbito das questões que se colocam as mulheres se dá em relação ao como ressignificar esse lugar imposto a elas. Como afirma Conte (2014) se há um trabalho de mulher, esse precisa ser valorizado, pois garante inclusive o trabalho dos demais membros da família. Assim, esse fazer gera pautas específicas para as mulheres, como a valorização do trabalho.

Esse trabalho que a gente fala que as mulheres começaram a despertar, o trabalho dividido que não é só o trabalho em si, não é só eu vou fazer, mas é eu vou fazer, vou valorizar e fazer um esforço pra dividir esse trabalho. Por exemplo, com meu companheiro e filhos, eu vou fazer esse trabalho, mas tu tem que fazer aquilo, não posso fazer sozinha, mas sim dividir o trabalho. Mesmo que a mulher tem a capacidade de fazer tudo, eu digo assim pras mulheres, se vocês têm dúvidas do que vocês fazem, peguem um pedaço de papel e anote tudo o que faz desde a hora que levanta até a hora que vai dormir, depois que você vê o que fez tudo, é capaz de enxergar o que você faz, é capaz de ver que faz muito, e vê que é capaz de dividir (Dália).

A pesquisa mostrou que, para o MMC, a autonomia econômica, política e social é importante para a autonomia das mulheres, além de ser fundamental para o feminismo, precisando ter uma política diferenciada que reconheça a necessidade do acesso à terra pelas mulheres, pois o trabalho define a identidade de ser camponesa, e, com isso, a necessidade de as mulheres continuarem na agroecologia, contabilizando seu trabalho e construindo o feminismo dia a dia. Assim, pudemos ver as dificuldades específicas, enquanto mulher, na produção de sementes crioulas, por outro lado, “essa barreira eu já consegui passar” (Margarida). Joana D’Arc relata que iniciaram o trabalho agroecológico em família, e acrescenta que, por ser mulher “talvez até facilita, porque se preocupa mais com os detalhes, vê as coisas menores, não vejo como dificuldade”. Também Calêndula: “acho que não tem muito, porque encarou e encara de fato a produção agroecológica foram nós as mulheres, aqui em casa”. A realidade mostra um diferencial com algumas dificuldades que as mulheres enfrentam.

Às vezes tem, não só por ser mulher, mas também porque aqui muitas mulheres ficam viúvas de marido vivo como falam, de final de março até abril vai muitos ônibus de homens pro Mato Grosso ou Goiás pro corte de cana. Então sai e elas têm que cuidar da horta, do gado, da família, dos filhos, alguns voltam, outros nem voltam. Elas ficam geralmente com as filhas mulheres e filhos mais novos. Isso dá

um peso pra elas; a horta então é um hábito, não de vender todo mês, o período mais forte aqui da hortaliça é maio, aí todo mundo tem o alho, coentro, a cebola pra sobrevivência. Época da seca, a horta é o que salva, o que não colheu no período da chuva, a horta vem pra ajudar na sobrevivência. Até no período que íamos pro INSS: o que você faz na época que não está na roça? Aí a mulher diz: fazendo a hortaliça; planta o alho, o coentro, a cebola, também faz a farinha, período de maio a agosto é o melhor período pra farinha, período também que a mandioca sequeira está boa pra fazer isso, principalmente maio a julho. A farinha é mais pra comer, quem colhe dois sacos, um vende; tem uns até nem consegue guardar muito pra sobrevivência, por necessidade acaba vendendo, vende barato e compra caro logo em seguida (Girassol).

A entrevistada traz para o debate a responsabilidade do sustento da família como da mulher, sendo que há necessidade de uma organização para garantir o autossustento. Ao mesmo tempo, este debate está articulado em nível mundial, onde a Via Campesina Internacional lança a Campanha “Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade”, uma luta de resistência contra a liberação de sementes transgênicas controladas pelas empresas transnacionais que, ao difundirem seu uso, tornam os agricultores dependentes dessas empresas porque precisam comprá-las a cada período de plantio. O MMC trabalha de uma forma diferenciada em relação às outras organizações, conforme Joana D’Arc.

Tem diferença porque a mulher se preocupa mais com a vida, com a saúde, com a alimentação da família. Os movimentos onde mais homens participam se preocupam mais com as sementes no geral, enxergam mais a parte econômica, sobrar dinheiro, não tanto com alimentação da família. O que eu vejo com outras entidades que trabalham com a agroecologia é ter o milho, o feijão pra comercialização.

As mulheres camponesas organizadas assumem esse desafio e passam a construir um feminismo próprio, camponês e popular. As ações foram se dando nesse sentido, o de um Movimento que luta pela vida, pela justiça e pela transformação social. Com essa clareza, em 2006, mais de 1500 mulheres da Via Campesina, com o MMC também na coordenação, realizam uma ação de enfrentamento direto ao sistema capitalista de produção, que repercutiu no mundo inteiro. Trata-se da ação contra o deserto verde, a monocultura de eucaliptos, pinus e outras espécies exóticas da empresa Aracruz Celulose, no município de Barra do Ribeiro, estado do Rio Grande do Sul.

Essa ação também pode ser considerada de muita coragem, por parte das mulheres camponesas, pois questionam o modelo e mostram a capacidade delas em pensar, organizar e mobilizar. Elas rompem com barreiras e provam que a luta das mulheres é fundamental para o avanço da luta de classes. Mas, para isso, precisaram quebrar com preconceitos e crenças existentes “dentro delas mesmas”, pelo fato de muitas terem uma formação religiosa “de

servir” e, com isso, movem-se no sentido de avançar na luta feminista e socialista (CINELLI; RIBEIRO DOS SANTOS, 2015).

Acho que uma vez eu ouvi alguém falando, “eu jamais culpo as mulheres por qualquer coisa que seja”, e pra mim isso ficou muito forte. O ser feminista é estar do lado das mulheres sempre e procurar olhar, nunca julgar e entender a vida da mulher por ela mesma, mas entender essa sociedade. Então o ser feminista pra mim é essa luta pelas mulheres, pela vida, pelos direitos, pela libertação, pela autonomia e sempre buscar entender as mulheres como um todo nessa sociedade, não de forma individual. E, eu sou feminista! (Calêndula).

As mulheres camponesas ressignificam essa luta feminista; elas têm um jeito próprio de lutar e se organizar. Não são as grandes teorias que as movem, mas sim o seu cotidiano, para chegarem à teoria, com o trabalho e o cuidado que a elas foram delegados, elas mostram que esse não é menos importante, mas sim é o que garante o sustento de toda a família e a continuidade da vida no Planeta. O projeto de agricultura camponesa agroecológica e feminista gera vida, com sementes, plantas, terra, água e biodiversidade, enquanto, por sua vez, o agronegócio gera morte, a dependência dos agricultores e, por fim, a perda de suas terras pelos endividamentos com a compra de sementes transgênicas, adubos químicos e venenos constituintes dos agrotóxicos. Pinheiro (2005, p.12) nos fala dessa dependência:

A Ordem Mercantil (violência do dinheiro) sobre a pequena propriedade rural familiar, nos países periféricos, as impeliu para a inviabilização econômica, ao sabor da tecnologia e políticas públicas dos bancos internacionais, de favorecimento às empresas transnacionais, onde a concentração das mesmas é um mecanismo para baixar custos de produção.

Devido a essas questões que acabam gerando dependência das famílias, as mulheres afirmam que esse modelo gera dificuldades, como vemos na fala de Margarida, “a dificuldade vem de fora, pra mim sim, mas talvez tenha uma mulher que não, que ainda tenha problema, desde escolher o pedaço pra plantar”. Rosa, superando essa dificuldade diz: “primeiro não saía quase de casa, agora não, eu vou”. Assim, algumas já conseguiram dar o passo dentro do próprio grupo familiar, outras ainda estão no processo, ao passo que, se queremos continuar vivendo nesse Planeta precisamos cuidar dos bens da natureza e, com isso, forjar e fortalecer a consciência de que fazemos parte dela também.

Ser feminista pra mim é tudo isso, essa valorização do ser mulher, a ligação com a terra, com a agroecologia, a participação no movimento, essa identidade do ser mulher, você se reconhecer, debater junto a questão do trabalho e tudo mais, são questões que caminham juntas. Não podemos falar do feminismo separado, sem falar dessas outras questões juntas [...] sim, eu sou (Dália).

Quando as mulheres discutem o reconhecimento do trabalho da mulher e a avaliação desse trabalho sob a forma de valores, ou valoração, essas mulheres estão discutindo o ser feminista, não aceitando o lugar de ser menos, mas mostrando que esse é um fazer fundamental para a continuidade da vida. Ao mesmo tempo, buscam o ser mais, na compreensão de Freire (2005), ocupando espaços antes negados. É o que podemos ver na fala das entrevistadas sobre as dificuldades que tiveram para construir sua autonomia, o que pode ser confirmado numa fala específica, a de Margarida.

Sim, tive, por causa que sempre [...] como agora tem um pedaço que não vai máquina, mas o veneno passa ribeirinho, não é o lugar pra plantar, tenho que plantar onde não vem outros venenos de fora, aí eu escolhi aqui, onde não tem outras roças que faça confronto, mas teve que haver esse diálogo dentro da família (Margarida).

Em 2004, no documento final do Congresso Nacional, onde se consolida o MMC, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Bahia (MMTR/BA), entre outros que passam a unificar o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), esse se assume como feminista. No entanto, se analisarmos os relatórios de cursos de formação anteriores já conseguimos ver uma formação na qual se inclui esse debate, culminando com esse momento, onde se amadurece e sistematiza uma identidade, com a construção que prossegue até os dias atuais, pois assumir-se feminista numa sociedade patriarcal, onde direta ou indiretamente se diz que “mulher camponesa não pensa, não é sujeito de sua própria história, não é capaz” (CINELLI; RIBEIRO DOS SANTOS, 2015), é um enorme desafio.

Esse desafio é assumido individual e coletivamente, onde as mulheres expressam sua satisfação em fazer parte desse Movimento. Para ilustrar mostramos a fala de Rosa: “Eu gosto de estar no Movimento, é muito bom”. Por sua vez, Girassol vai relatar sobre o ser feminista como tendo muitos outros elementos.

Sou. É muita coisa, primeiro quando a gente debate eu sou feminista ou não me vejo como feminista. É lutar pelos sonhos, ideais, minha convicção, mas gosto de um companheiro do lado, mesmo que ele não comungue com todos os meus princípios, mas ser feminista é lutar pelos direitos, dizer um basta dessa sociedade aí, que vê as mulheres como produto, como objeto que usa e joga fora. Eu acho que a mulher tem que comungar uma forma de vida.



Diante disso, identificar-se feminista, individual e coletivamente, se insere na perspectiva da construção, em que se pensa sobre a questão da terra, ao mesmo tempo, sobre o corpo e a construção social do que é ser mulher, assumindo os desafios de construir um Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), popular e feminista, único no Brasil e “a primeira das organizações da Via Campesina Internacional que se assume feminista” (CINELLI; MEZADRI, 2014). Quando falamos do feminismo ligado ao corpo, com as camponesas, procuramos deixar claro que esse é um corpo que trabalha muito, mas também tem sensibilidades, tem sentimentos. Trabalha-se, assim, a sexualidade, ressaltando que o feminino não significa ser um objeto, mas que significa ser um corpo sujeito nas relações. Com isso, merece que sejam aceitas e respeitadas as suas vontades, e, pelo contrário, não merece e não quer sofrer nenhum tipo de violência, trata-se de um corpo que quer viver a liberdade e o prazer, como é próprio do ser humano.

As mulheres assumirem-se numa organização camponesa e feminista é uma afronta direta ao sistema capitalista e patriarcal, porém, não sem contradições, pois os homens organizados em movimentos mistos nem sempre compreendem a organização autônoma das mulheres, como consta no documento do MMC (2004). Mesmo sendo companheiros de luta, eles não vão assumir a luta pela libertação das mulheres e pelo fim da violência contra as mulheres. No Movimento, se assumindo com autonomia, as mulheres afirmam que suas vidas mudaram.

Mudou muito, eu me sinto mais feliz, mais realizada, sinto que já conquistei muito. Pra mim é um trabalho muito gratificante, sou feliz por estar no Movimento de Mulheres Camponesas, fazendo parte, trabalhando junto com as companheiras sou muito feliz. Sou apaixonada pelo Movimento (Açucena).

As mulheres vão construindo o feminismo, a partir da discussão sobre a importância do movimento autônomo, ao mesmo tempo em que buscam a autonomia na sua produção e renda. Dialogam e, muitas vezes, enfrentam a família sobre a importância de ter o melhor solo para a produção dos alimentos, em meio à divisão sexual do trabalho.

Mudou, mas não é tão coletivo, se eu estou, é difícil eles virem fazer almoço, se eu não estou eles fazem, mas se eu estou sou eu. Não sei se é o jeito de eu lidar, eu sinto que nesse ponto tem que avançar ainda, a cozinha, a roupa ainda parece que é minha responsabilidade. Mas na lavoura eu sempre disse que não uso e não gosto de usar a motosserra, coisa de motor não gosto muito de ocupar, mais eles, como a roçadeira também, nunca usei (Joana D'Arc).

Como nos ensina Paulo Freire (2005) num processo de humanização, os seres humanos vão se colocando perguntas, assim podemos ver na fala de Joana D'Arc que ela não tem certeza de tudo, ao mesmo tempo que não é tão coletivo, mas se pergunta se não é o jeito dela lidar. Em meio a esse processo do fazer-se, perguntar-se e construir-se, vão mudando a lógica de produção e do viver na e da família, percebem as dificuldades, ao mesmo tempo em que vão deixando de praticar o monocultivo exclusivamente destinado à venda, para focalizar o autossustento como central. Sendo que o excedente pode ser comercializado e transformado em renda para as mulheres, as quais, na maioria das vezes, não participam da administração financeira da Unidade de Produção.

Elas vão gerando outros espaços na família e na sociedade, se valorizando e exigindo a sua valorização enquanto mulheres, por parte dos companheiros de luta e dos membros de suas famílias. Algumas mulheres precisam de muito tempo para essa valorização, outras, nem tanto, como explica Margarida ao dizer: “Eu aqui não tenho muito problema”. Por sua vez, para Açucena: “Tem que ter um processo pra convencer mesmo, convencer as pessoas, até a gente mesmo, porque mesmo que eu já trabalhava um pouco, mas a gente sabe tem uma dificuldade até as pessoas mesmo tem dificuldade”. Consideramos relevante essa afirmação da camponesa, que a gente precisa se convencer, pois assumir-se feminista, mexe com nossos sentimentos, com nossos medos, com nossas culpas, com o jeito que aprendemos a “nos comportar”.

A discussão sobre o feminismo se deu com mais força no movimento autônomo nacional, pois quando da existência da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), se realizava o debate da importância da participação das mulheres nas lutas, gênero e classe. Após a consolidação do MMC em 2004, é organizada a Escola da Mulher, específica para a formação das dirigentes e militantes, onde se realizou o estudo sobre o surgimento do movimento feminista e as diferentes correntes que o sustentam. Esse debate era necessário para decidir que feminismo se pretende praticar nessa organização. Para algumas mulheres, o ser feminista ainda “não está tão fácil”, como podemos ver quando perguntamos à Açucena, o que é ser feminista, num primeiro momento ela diz “O mais difícil é esse aí, viu”. Mas na continuidade afirma: “Eu acho que ser feminista é um trabalho pra se libertar [...] é ter aquele diálogo, ajudando a outra, conseguir seu espaço na sociedade” e, por fim, “Sim, sou feminista”.

O MMC compreende, defende e vivencia o feminismo camponês e popular, que podemos definir como organização das mulheres, construindo possibilidades de vida digna para todas, lutando pelos direitos. Nesse caso, pelo direito de poder organizar as trabalhadoras

do campo, tanto no que concerne ao projeto de agricultura camponesa numa perspectiva agroecológica, com todas as suas características, quanto com todas as formas de denúncias do patriarcado, na perspectiva da construção e libertação das mulheres. É importante observar que essa construção do feminismo só é possível a partir do primeiro debate que o Movimento enfrenta, ainda no início da década de 1980, que é o sair de casa. Somente com as mulheres saindo de casa, se reunindo, se organizando, discutindo, lutando, é possível a construção do feminismo.

As mulheres camponesas entrevistadas se assumem como feministas e compreendem o significado dessa identidade, como podemos ver nos seus relatos: “Eu sou feminista e acho que dentro do MMC está mais que na hora de nos afirmar bem nessa luta nossa, camponesa e feminista. Ser feminista; exista igualdade entre homens e mulheres, isso é ser feminista” (Melissa). “Sim, com certeza sou feminista. E a preocupação que a sociedade no geral diz que tem igualdade, mas a gente vê que não tem, então temos muito que lutar e ir atrás dessa autonomia feminista também, além, da agroecologia, a luta pela vida saudável” (Joana D’Arc). Essa autonomia feminista passa por diversas questões, sendo que uma delas é ter a própria renda, “Eu consigo enxergar isso e tenho convicção, que as mulheres no grupo mesmo falam isso, com o dinheiro elas têm mais liberdade” (Dália).

Percebemos nos depoimentos que as dificuldades encontradas pelas camponesas são tanto externas, por exemplo, o corte da cana-de-açúcar, quanto internas na família, como, o homem sai para trabalhar e a “abandona”. No grupo familiar, algumas relatam que conseguiram construir relações diferenciadas no sentido do trabalho doméstico e das diferentes tarefas. Vejamos:

Eu nunca tive problema de dividir depois que casei, porém eu vejo na família e com outras pessoas que não é bem assim. A gente sempre dividiu os trabalhos, a gente ia pra roça, quando vinha pra casa um ia dar banho nos meninos, outro pegar água. Mas eu vejo muitos casos que o marido não toma banho se a mulher não vai colocar a toalha no banheiro (Dália).

Calêndula aborda a questão que as relações de gênero na família são difíceis, até quando trabalhavam com agrotóxicos, pois essa forma de produção relacionada ao pacote verde/tecnológico trazia muitas dívidas para a família. Assim, coloca as tensões na convivência, onde alguém – o homem – toma as decisões pelo grupo e não há diálogo. Mas acrescenta que a agroecologia contribuiu para as mudanças nas relações. Esse é um elemento chave quando trabalhamos o conceito de feminismo camponês e popular, porque é um feminismo que se promove juntamente com a construção de uma agricultura sem

transgênicos, sem agrotóxicos e pela vida. Quando questionamos sobre as mudanças, ela se expressa da seguinte forma:

Teve uma mudança drástica nas relações, porque essa coisa das dívidas gerou muito conflito dentro de casa, muita briga. Teve épocas que eu pensei que ia dar separação, mas eles não conseguiam abrir pra nós, ficava entre eles e ela culpando ele pelas dívidas, não tinha a noção de que a dívida é nossa, a dívida é tua, você que fez se vire, porque não teve diálogo antes pra fazer a dívida, então ela não tava errada de culpar (Calêndula).

Tratar da organização de mulheres e do feminismo nesta Tese implica trazer o feminismo camponês e popular, construído pelas camponesas participantes do MMC, sujeitas desta pesquisa. O feminismo camponês e popular está presente na luta e construção diária pela libertação e mudança nas relações entre as pessoas e destas com a natureza, na resistência e enfrentamento ao agronegócio, que desafia a todo dia praticar e socializar o cuidado. A ação contra a Aracruz, a qual citamos acima, é o que melhor exemplifica essa construção. Além de ser o caminho para a transformação social, de uma sociedade capitalista e patriarcal para uma sociedade humana, justa, igualitária e solidária entre todos os seres vivos. É com muito esforço e luta, mas o caminho é este...

### 3 CULTURA, EXPERIÊNCIA E MODOS DE VIDA CAMPONESA

*Sempre que penso nas mulheres,  
 Me vem a imagem de um rio enorme e caudaloso  
 Que temos que atravessar.  
 Umhas apenas molham os pés e desistem,  
 Outras nadam até a metade e voltam,  
 Temendo que lhe faltem as forças.  
 Mas há aquelas que resolvem  
 Alcançar a outra margem custe o que custar.  
 Da travessia, vão largando pedaços de carne,  
 Pedaço delas mesmas.  
 E pode parecer aos outros  
 Que do lado de lá vai chegar um trapo humano,  
 Uma mulher estraçalhada.  
 Mas o que ficou pelo caminho é tão somente a pele velha.  
 Na outra margem chega uma nova mulher.  
 (Zuleica Alambert)*

Pensamos que este capítulo traz, com relação à cultura, experiência e modos de vida das camponesas, a imagem dessa mulher que Alambert descreve, que se move na luta enfrentando as dificuldades, tanto na família quanto na sociedade, algumas desistem, outras querem chegar a libertação custe o que custar e se tornam novas mulheres. Escrevemos sobre a relação cultura, experiência e modos de vida nos Movimentos Sociais Populares (MSP), sendo com mais atenção ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), por ser o sujeito desta pesquisa.

Como afirmamos nos capítulos primeiro e segundo, esta pesquisa exige que se olhe para elementos culturais da exploração capitalista e opressão patriarcal, que diferentemente colocou e ainda coloca as mulheres como seres inferiores, apesar dos direitos conquistados. Por outro lado, há uma cultura de resistência e enfrentamento que merece ser observada e teorizada. Como nos mostra Williams (2011b, p. 351), “a cultura da classe trabalhadora [...] Quando considerada em contexto, ela pode ser considerada uma façanha criativa extraordinária”.

Diante do exposto, a cultura se mostra nos modos de vida das camponesas, praticando valores coletivos, em busca de uma transformação social. Essa busca se dá de diferentes formas e realidades, como no Nordeste é evidenciada a importância das casas de farinha, no Sul, em todas as casas fomos recebidas com um bom chimarrão. Assim, o estar junto, o grupo, o coletivo fazem parte da cultura dessas camponesas. Na fala de Girassol podemos ver esta “façanha criativa extraordinária”.

As mulheres nunca fazem a farinha sozinha, se hoje ela vai fazer a farinha ela avisa,

tem muita gente que vai tirar a tapioca, ali sai com a raspa, outro sai com um prato de farinha. Então aqui tem muito ainda essa cultura de trabalho voluntário, de juntar; tem muito a cultura do mutirão. Com os homens também tem essa cultura no roçar, quando não joga veneno, roça. Até nem chama de mutirão, falam ‘vamos fazer um galo cego hoje’, que é assim: à tarde - chega pro almoço e segue, alguns chegam as 10h e sai as três, mas foi. Tem o lado ruim que tem a pinga, mas acaba fazendo uma festa, ainda tem muito esse mutirão. Principalmente se tem a família doente, ou viúva, ‘a fulana ali tá com a roça, bora lá’, tem muito ainda isso (Girassol).

Evidenciamos, na fala de Girassol, uma forma de viver e trabalhar, onde há entreatada e festa. Falar em cultura e experiência implica em compreender os modos de vida das mulheres camponesas, por isso discutiremos esses conceitos nesse capítulo. Raymond Williams (1979; 2011a e 2011b), precursor de uma corrente que relaciona a cultura à experiência, ao conceituar a cultura como sendo todo conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida, nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e do nosso mundo. Assim, entendemos que cultura pode ser um sistema vivido de significados e valores, constitutivo e constituidor, que, ao serem experimentados tais significados e valores, como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. Ao mesmo tempo em que trata a cultura como um conceito em construção, com parte despercebida, como podemos ver no excerto.

Uma cultura, enquanto está sendo vivenciada, é sempre em parte desconhecida e em parte não percebida. A construção de uma comunidade é sempre uma exploração porque a consciência não pode preceder à criação, e não existe nenhuma fórmula para a experiência desconhecida. Uma boa comunidade, uma cultura viva, irá, por causa disso, não só dar espaço para que todos e cada um possam contribuir para o avanço da consciência que é a necessidade comum, mas também irá lhes encorajar para que isso ocorra. Seja por onde começarmos, precisaremos ouvir os demais que começaram de uma posição diferente. Precisamos considerar todas as ligações, todos os valores, com toda nossa atenção; pois não conhecemos o futuro, nunca podemos saber exatamente o que poderá enriquecê-lo; podemos apenas, hoje, ouvir e considerar seja o que for oferecido e adotar aquilo que nos for possível adotar (WILLIAMS, 2011a, p. 358).

A partir da citação, compreendemos a cultura vivida como uma comunidade. Assim, seguidores dessa linha de pensamento, autores como Edward Thompson (1979; 1981; 1987; 2012) e Telmo Marcon (2003), os quais também embasam a nossa tese, afirmam que cultura e experiência estão ligadas ao modo de vida. Em busca de uma organização da escrita, optamos por dividir esse capítulo, por isso, primeiramente traremos alguns apontamentos sobre cultura, tendo como referência principal Raymond Williams (2007; 2011a; 2011b;). Em seguida discutiremos o conceito de experiência em Edward Thompson (1979; 1981; 1987; 2012) e, trazendo com mais elementos a pesquisa de campo, a experiência vivida pelas mulheres e a formação/educação que contribui para a conscientização e busca pela transformação e libertação, como já apresentadas nos capítulos precedentes.

### 3. 1 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE CULTURA

Nesse item, utilizaremos a concepção de cultura em Raymond Williams, conceito ligado aos modos de vida. Williams (2011a) faz uma retomada de como o termo cultura vai tendo diversos significados em diferentes períodos históricos. Tal teorização nos ajuda a compreender o conceito de *cultura*, como: “tendência a crescimento natural”, passando por diversos significados como: “o corpo geral das artes”, até chegar em “todo um modo de vida, material, intelectual e espiritual”. Tal análise histórica e conceptualização são realizadas pelo autor, em conjunto com outros conceitos e acontecimentos na sociedade. Assim, ele afirma que o desenvolvimento está relacionado a mudanças em nossa vida social, econômica e política, ou, a experiência de mudança histórica (Op. Cit., p. 18). Como vemos na experiência dessa entrevistada:

Já comecei a participar do grupo jovem, antes do Movimento de Mulheres essa parte da saúde comunitária, trabalhava a questão do comer o natural, já fez parte desde esse período. Hoje graças a deus meu filho estudou o ensino médio na escola agrícola, está terminando agroecologia, a gente sempre comungou as mesmas ideias. Quando ele entra num debate e pedem é filho de quem? Falam que é meu, “Ah filho de peixe, peixinho é!” Isso pra mim é uma marca, uma alegria [...], pra mim é uma alegria muito forte, a [filha]<sup>59</sup> fazendo biologia também é na área de cuidar da natureza. Na alimentação também sempre tive cuidado, mesmo não conseguindo 100%, mas tive (Girassol).

Williams (2011a, p. 41) argumenta que não é possível separar a concepção de cultura e a vida das pessoas e da sociedade, assim como a educação surge de todo um modo de vida e não como uma abstração isolada, aprendida nos livros. Discorrendo sobre vários autores ingleses do século XIX e XX, o autor critica quem defende que o aumento da riqueza dava condições para a cultura, pois seria considerada cultura só a de acesso à classe dominante. Argumenta as questões, no momento de sua escrita, em meados do século XX, se concentram nos significados da palavra *cultura*, são questões diretamente produzidas pelas grandes transformações históricas, que as mudanças nas áreas da indústria, da democracia e da organização em classes sociais representam (Op. Cit., 2011a, p. 18-19).

Ao relacionar essa compreensão da cultura à nossa tese, que as mudanças no campo estão relacionadas à chamada revolução verde, correspondente a uma modernização na agricultura relacionada à industrialização. Assim, podemos ver que na fala seguinte de

---

<sup>59</sup> Posteriormente a entrevista, ainda na construção da Tese, sua filha foi cursar Medicina na ELAM, na Venezuela, passando a integrar uma turma com estudantes articulados pela Via Campesina brasileira.

Margarida, quando ela cita “antes o que a gente fazia” está relacionado ao período anterior da conscientização de que esse modelo de agricultura não serve para as mulheres camponesas nem para a classe trabalhadora.

Termina de arrancar a cenoura, se queremos sementes precisamos deixar lá, escolher os pés e não ter pressa até que a cenoura esteja pronta. E também o feijão, a outra questão é que precisamos fazer a seleção, também que a gente observa essas características desse pé é boa, tem que deixar o pé todo. **Antes o que a gente fazia** ia tirando e deixava as piores pra semente, a questão do melhoramento não tinha nada, agora com essa tecnologia do melhoramento, a gente foi aprendendo pra gente mesmo fazer o melhoramento, todas elas desde o tomate, colher os mais bonitos que a gente quer pra semente e guardar a semente pra ser tudo selecionado.

Nessa fala está a mudança de concepção necessária quando se opta pela agroecologia. No caso, tratam-se dos conhecimentos acerca do significado que assume a agroecologia como contraponto à agricultura que se desenvolve, no Brasil, com a utilização de agrotóxicos e de sementes transgênicas que causam enormes problemas à saúde, mas que rendem lucros, pois são produzidas para a exportação. E é a partir das experiências de trabalho que realizam juntas, que as mulheres vão formulando e acumulando saberes e formas de consciência acerca da agroecologia. Raymond Williams afirma que o desenvolvimento da palavra *cultura* é o registro de um número importante de reações às mudanças em nossa vida social, econômica e política e pode ser visto como um mapa no qual as mudanças podem ser visualizadas e exploradas. Williams (2011a; 2007), alega que cultura “é uma das duas ou três palavras mais complicadas [...] porque passou a ser usada para referir-se a conceitos importantes em diversas disciplinas intelectuais distintas e em diversos sistemas de pensamento distintos e incompatíveis” (2007, p. 117). Continua afirmando que “cultura – processo abstrato ou o produto de tal processo – só passa a ser importante no final do S18 e não é comum antes de meados do S19” (2007, p. 118)<sup>60</sup>. Vejamos algumas interpretações da palavra *cultura*, o que demonstra a complexidade da mesma.

Não encontrei nenhuma referência hostil ou pejorativa antes de 1860, mas, nesse contexto imediato [...] Ora, o desafio das avaliações concentradas na ideia de cultura certamente iria provocar a hostilidade dos defensores do sistema existente [...] a luta contra isso não deve ser prejudicada por nossas próprias falhas de harmonia e sentimento. A ligação com a cultura que deprecia a Ciência; a ligação que rejeita a política considerando-a uma estrita e esquelética má orientação da energia [...] A ideia da cultura é importante demais para ser abandonada a esse tipo de erro (WILLIAMS, 2011a, p. 151).

---

<sup>60</sup> Abreviações do autor para referir-se a século: S, seguido do número arábico correspondente ao século (S18; S19).



No prefácio de *Cultura e Sociedade*, Williams (2011a) expõe que o princípio organizador do livro é a descoberta de que a palavra cultura, como conceito moderno, surge no período da Revolução Industrial. Vemos que, nessas duas obras (WILLIAMS, 2007; 2011a), há um complemento e isso se dá devido ao fato de a obra *Palavras-chave* ter sido escrita como vocabulário de “cultura e sociedade”. O autor traz a teorização e evolução da realidade e da expressão cultura, juntamente com outras mudanças que vêm ocorrendo nesse período. Essa conceituação nos mostra que não podemos pensar a *cultura* em separado do que acontece na sociedade e é aí que se discute *cultura* relacionada ao modo de vida. A pesquisa nos mostra como vão se construindo os modos de vida a partir da conscientização e vivências diversas, como, por exemplo, podemos ver no depoimento de Melissa.

Desde a minha mãe, ela sempre tinha suas sementes que produzia, mesmo não participando com ela, a gente via na prática, com a proposta do Movimento queria levar adiante. A questão do resgate, na época do projeto quando a gente começou as oficinas, a gente chegava nas oficinas as mulheres diziam que não tinham mais nada, aí a gente perguntava se não tinha pipoca, amendoim, “não, mas acho que a vizinha tem”. Com as oficinas acho que o resgate foi profundo, conseguimos resgatar muita coisa, agora não precisamos nem falar, elas trazem as sementes, as mudas, as receitas, como elas produzem, a força que ela tem e assim por diante. Essa semente é uma luta que vai continuar.

O depoimento nos mostra como os modos de vida estão em construção constantemente, e que as mulheres, a partir de seu trabalho e das suas trocas de experiências e saberes vão construindo uma pedagogia política. Conceber cultura, como um modo de vida, implica conhecermos as experiências dessas mulheres camponesas, as quais produzem alimentos, e vivem as contradições de uma sociedade capitalista e, ao mesmo tempo patriarcal, que não reconhece sua produção como trabalho, pois seu papel nessa cultura imposta é o de servir. Então, o que elas fazem é serviço, conseqüentemente não é um trabalho que assume uma dimensão superior, na cultura, em relação a serviço.

Em pesquisa para a escrita da Dissertação de Mestrado (CINELLI, 2012), percebe-se como esses modos de vida, em meio a muitas contradições, vão se resignificando ao ponto em que essas mulheres se reconhecem como trabalhadoras, camponesas, autônomas, com a experiência da agroecologia. As entrevistadas trazem as características e as diferenças de uma produção agroecológica e orgânica, como um processo em construção, como vimos no depoimento de Melissa, a agroecologia é um processo avançado enquanto técnica de produção, então ela é um processo em construção, não está dada, acabada. Assim como o conhecimento não é duro, acabado, finito, mas sempre há elementos novos a apreender, as mulheres vão aprendendo e acumulando novos saberes na prática agroecológica.

De acordo com Hall (2006, p. 11), o sujeito se modifica num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’; assim, nos encontros de formação e lutas, as camponesas se relacionam e, com a troca de saberes, constroem e reconstróem sua cultura; essa relação ocorre, tanto entre elas, quanto em relação às outras as quais buscam incluir nessa relação. Freire (2005) vai dizer que ao se libertar, a oprimida liberta também o opressor que existe dentro de si mesma. Esta tese nos mostra, a partir do envolvimento com o MMC e com o sonho da agroecologia, as mulheres em processo de transformação ao afirmar o que elas aprenderam, como podemos ver nessa fala: “Até que sou ‘Melissa’, que eu me conheço, como agricultora camponesa, sempre fui, sou e vou ser, na sociedade foi desvalorizado, mas a gente se valoriza e se não tem valor, nós mulheres camponesas, persistimos para ter valor”, assim evidenciamos novos parâmetros na produção do conhecimento.

Desse modo, vão acontecendo as mudanças na vida e em relação às pessoas com as quais convivem, como nos relata Margarida, ela foi mais reconhecida na família, a partir do momento em que trouxe para a mesa os alimentos saudáveis, assim seu trabalho passa a ser mais valorizado. Podemos problematizar aqui a importância do trabalho para o campesinato. Tanto para os homens quanto para as mulheres, o trabalho é um valor, pois o mesmo, além de necessário para se manterem nessa atividade, é indispensável à sua sobrevivência pelos alimentos que produzem. Na entrevista também aparece que quando ela se ausentava do trabalho na Unidade de Produção para participar de discussões políticas, ela fazia falta e isso não era bem aceito.

As palavras de Margarida nos fazem relacionar ao que Williams (2011a, p. 263) enfatiza acerca de que a cultura de um grupo não está isolada de toda a sociedade, onde o mesmo grupo está inserido. Talvez a entrevistada tenha naturalizado esse papel, bem como o autor analisa: “uma grande parte de um modo de vida é necessariamente inconsciente. Uma grande parte de nossas crenças comuns é nosso comportamento comum”, o que envolve desde as festas de um grupo, as comemorações, as músicas, a comida, os esportes, as igrejas, enfim, tudo o que abrange as pessoas. Esse modo de vida inconsciente pode tornar-se consciente, e para ilustrar trazemos a fala de Melissa.

Tem alguma coisa que a gente já tinha natural, por exemplo, nós trabalhamos muito manualmente, fim de semana a gente tinha visita dos familiares, ir a festa ou baile. Depois que conhecemos o projeto vimos que temos esse direito, mesmo que está supercarregado de trabalho colocar na pauta, que a visita, o encontro, o lazer, a formação faz parte da vida da gente.

A partir do Projeto de Agricultura Camponesa, Melissa consegue despertar e influenciar sua família para a vivência do lazer; então essa parte inconsciente tornou-se consciente. Assim, também as mulheres incorporam a dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva no processo do conhecimento, questionando a divisão corpo/mente, sentimento/razão. Williams explica a relação da parte consciente da cultura com todo um modo de vida, bem como, o autor aponta para diferentes significados de cultura, ou seja, nem todos os significados apontam para que a mesma seja vista e entendida como modo de vida. E segue afirmando:

Aquilo que às vezes chamamos de “cultura” – uma religião, um código moral, um sistema legal, um conjunto de obras artísticas – deve ser visto apenas como uma parte – a parte consciente – daquela “cultura” que é “todo um modo de vida”. Isso evidentemente é uma maneira esclarecedora de pensar sobre a cultura, embora as dificuldades que ela expõe imediatamente sejam sérias. Pois, [...] não podemos presumir uma correspondência entre cultura consciente e todo um modo de vida [...] Devemos ser cuidadosos, portanto, e distinguir entre a relação geral e teórica entre a cultura consciente e todo um modo de vida e a verdadeira relação ou relações que podem em qualquer momento existir na sociedade. Em teoria, a metáfora de “níveis” pode ser esclarecedora; na prática, porque ela se origina da observação não só de uma cultura, mas também de um sistema de classes sociais e, além disso, porque o grau de cultura consciente é tão facilmente confundido com o grau de privilégio social (WILLIAMS, 2011a, p. 263).

Estudar cultura é complexo, pois é necessário, além de estudar e observar, conhecer as relações que envolvem a vida da comunidade, da sociedade ou dos indivíduos. Logo, implica que, ao estudarmos as camponesas do Brasil, precisamos compreender como se dão as relações de classes sociais e de poder nesse contexto em que estão inseridas as camponesas entrevistadas, quais as crenças e significados estão presentes em suas vidas, como estão produzindo sua existência/experiência, como a organização e luta dos MSP influenciam em suas formas de produzir alimentos e de praticar ou não a agroecologia. Vejamos como o MMC contribui na decisão da produção agroecológica.

O Movimento ajudou bastante, a gente via que estava errado, mas ficava naquela dúvida será que é mesmo, aí participava de reuniões e o banco dizia tem que jogar veneno porque tem que produzir mais. Com a participação do Movimento a gente começou a ver que estava fazendo tudo errado e [...] cada vez que a gente ia num encontro chegava e falava, aí hoje graças a deus a gente se libertou disso, na nossa propriedade a gente não joga veneno, a gente tem problema com os vizinhos que ainda joga, o problema é que não é fácil da gente se livrar, mas graças a deus na nossa propriedade a gente não usa mais (Dália).

Com a fala da entrevistada, conseguimos perceber que a opção pela agroecologia acontece em meio a conflitos, na contracorrente do sistema, pois “o banco dizia que tem que

jogar veneno, porque tem que produzir mais”. É o coletivo, com organização, luta e formação que contribui na decisão de se “libertar do veneno”. Esse processo vai desencadeando experiências de ensino e aprendizagens, com saberes ou práticas sociais que sejam resultados de outras epistemologias, pois “a gente tem encontro e dentro da conversa mesmo a gente vai colocando, conversando, na conversa do chimarrão” (Melissa) e assim, as mulheres camponesas vão construindo outras formas de produção.

Tais questões nos fazem pensar no princípio de que toda pessoa é capaz de produzir conhecimento e trazer esses conhecimentos a partir da vida cotidiana, a qual é permeada de contradições e enfrentamentos que se dão em diversos âmbitos, tanto na sociedade como um todo, com seus padrões estabelecidos, quanto na família, que também é uma instituição e, como tal, carrega os estereótipos da sociedade patriarcal. “Meu tio mesmo jogou agrotóxico num pedaço lá da terra. Mas eles nunca jogaram assim, sempre tiveram medo, porque eu sempre fui muito dura nesse sentido e eles percebem isso, eu sempre zelei pra não ter tanto veneno na mesa de casa” (Girassol). Essa fala nos ajuda a identificar que as contradições existem, mesmo dentro das famílias, e que as mulheres têm a responsabilidade de manter uma produção de alimentos saudáveis.

Coutinho (2011), ao falar da relação dos intelectuais com a organização da cultura traz a discussão sobre as instituições da sociedade civil enquanto campo de luta político-ideológica:

A organização da cultura, em suma, é o sistema das instituições da sociedade civil cuja função dominante é a de concretizar o papel da cultura na reprodução ou na transformação da sociedade como um todo. Um momento básico da organização da cultura é o sistema educacional: cada vez mais, com o crescimento da sociedade civil, o sistema educacional deixa de ser uma simples instância direta da legitimação do poder dominante para se tornar um campo de luta entre várias concepções político-ideológicas (basta pensar, por exemplo, na luta entre ensino laico e ensino religioso). E até mesmo nas organizações de ensino ligadas diretamente ao Estado ocorre hoje uma ampla batalha de ideias: se a sociedade civil é realmente autônoma, as universidades, por exemplo, tornam-se um campo de luta pela hegemonia cultural de determinados projetos de conservação ou de transformação das relações sociais. A luta de classes se trava também no interior das universidades. E “organizações culturais” são também as instituições que servem para difundir ideologias de um modo geral: as editoras, os jornais, os grupos teatrais etc., estejam ou não ligados diretamente a algum organismo (tipo sindicato ou partido) da sociedade civil (COUTINHO, 2011, p. 18).

A argumentação de Coutinho, nessa obra, permite-nos afirmar que as organizações da sociedade civil contribuem tanto para conservar quanto para transformar a sociedade como um todo. O MMC apresenta em seus documentos a missão de transformar a sociedade, e, para

isso, transformar as relações sociais e culturais. O Movimento tem, como uma de suas linhas de ação, a mudança nas relações de gênero; com isso pretende-se enfrentar o sistema patriarcal e ressignificar o cuidado como pré-ocupação e envolvimento com a outra. Em se tratando da relação entre cultura e trabalho, um fator presente é a produção de alimentos, enquanto uma tarefa do campo, ser de responsabilidade das mulheres. Como podemos ver:

Na verdade a mãe sempre teve a questão da alimentação saudável, por mais que tinha uma hortinha pequenininha, mas tinha a diversidade e ela trouxe muito isso de casa, ela sempre fala que a avó não sabia fazer nada dentro de casa e detestava fazer faxina essas coisas, a vida dela era na roça. Então essa coisa de ter uma mesa cheia veio dela, com o movimento só foi avançando, e a alimentação saudável foi muito do debate do movimento, não só ter uma mesa farta, mas não ter o refrigerante, não ter a margarina, ter o menos industrializado dentro de casa possível. Isso mudou, porque eu lembro na minha infância tinha muita margarina, mas a partir do momento que a gente conseguiu se aperfeiçoar, que isso faz mal, fomos diminuindo até sair, mas o refrigerante nunca foi hábito (Calêndula).

As mulheres dominam essas práticas, o que pode potencializar discussões acerca do poder que essa tarefa lhes proporciona com a *cultura* do cuidado ligada às questões de gênero. Essa é mais uma das contradições evidentes na cultura camponesa; no entanto, as mulheres afirmam que não querem abandonar o cuidado, porém ressignificá-lo como tarefa de ambos os sexos, não sendo uma responsabilidade somente delas. Sobre o cuidado com a natureza e a produção agroecológica, encarada pelas mulheres na família, a entrevistada Calêndula, afirma que, anteriormente, tinham muitos conflitos, mas com essa mudança na produção, mudam também as relações.

Ainda tem muita coisa que avançar, mas em relação ao que era antes do dinheiro, nossa! Agora sentar todo mundo, por exemplo, a gente vendeu uns bois, deu três mil reais duma vez só, sentamos e discutimos o que vamos fazer, pagar uma dívida e investir em tal coisa. Agora sempre é discutido se entra um extra, a gente conseguiu colocar no papel, qual as dívidas que tem, qual é a prioridade que vamos pagar, e aí a gente começou a fazer empréstimos pra pagar dívida, aí tem as parcelas pra pagar, então todo mundo ajuda a pagar. Então isso é, bah! E vai fazer um ano que estamos com essa experiência.

Na continuidade da conversa a entrevistada afirma que a agroecologia contribui também para o planejamento familiar. Vemos, então, que o modo de vida das mulheres pode se modificar quando elas abandonam uma *cultura* de submissão e buscam, a partir do trabalho no campo, entender melhor como se dão as relações de gênero e as relações de poder na sociedade, bem como sentir e perceber as contradições de sua opção por estar em um Movimento Social Popular feminista, de luta, que discute um projeto de agricultura camponesa e um feminismo camponês e popular.

O Projeto de Agricultura, ele é essa coisa, toda essa relação saudável com a terra, ele não se limita só nas sementes ou só na agroecologia ou só nas plantas, esse conjunto todo assim. E também o trabalho da consciência das mulheres, ele está todo englobado assim dessa forma. Eu gosto sempre de olhar essas experiências que a gente construiu aqui com essas mulheres, por exemplo, a partir do momento que elas começaram lá nas oficinas de sementes a ver que tinha um movimento que trabalhava com as mulheres, que valorizava as mulheres do campo e que trabalhava essa questão de agroecologia e elas foram vendo formas de produzir diferente, de comercialização e criou autonomia, o projeto tem muita relação com isso. Assim como diz a missão do Movimento que é a libertação das mulheres de todo o tipo de opressão e que isso se dá a partir da experiência concreta. Então é muito isso que vejo, as mulheres viram que era possível produzir, produzir alimentos saudáveis e diversificar a produção, que era possível comercializar a produção. Elas criaram uma autonomia financeira né, a primeira coisa essa autonomia criou uma libertação pra elas, da não dependência ou da família que só produzia convencional, então isso produziu também, isso gera a libertação das mulheres, todo esse projeto de agricultura camponesa (Calêndula).

A contestação e resistência são tanto relacionadas a uma sociedade patriarcal, quanto a um modelo de produção que não respeita a vida camponesa, como descrevemos no primeiro capítulo. Conceitua Carvalho (2005) que as camponesas são produtoras livres, autônomas, o que impõe laços profundos de solidariedade, que, se quebrados, ameaçam o modo de vida, o apego à terra e a permanência num mesmo lugar, o que se constitui na marca profunda do seu modo de vida. Analisando as práticas com sementes crioulas do MMC/SC, constatou-se que essas, “[...] contribui na vida das mulheres pela valorização de seu trabalho, o que muitas vezes não é visto como trabalho e sim como ajuda e serviço. Mesmo nas famílias em que as mulheres são militantes, o processo de mudança não é tranquilo” (CINELLI, 2012, p. 83). Essa dificuldade fica evidente quando perguntamos se elas conseguem influenciar a família nas mudanças de concepções.

Na parte de agrotóxicos sim. Agora, outras partes mais políticas, mais sensíveis a luta não muito, eles participam, mas não muito, porque meu vô foi coronel, sou neta de coronel, sou filha rebelde, porque eu rebelei contra o coronelismo, quando criou o partido, quando criou o Movimento em si. Meu pai ficou tão revoltando comigo, tanto que parecia que eu nem era a filha dele, depois ele viu que eu não fazia aquilo por mal, então ficou menos, mas seguir junto nunca aconteceu (Girassol).

Devido vivermos em uma sociedade classista e que privilegia o sexo masculino, como vimos anteriormente, da mesma forma que, na maioria das vezes quando se fala de cultura, é como se a pessoa que tem cultura seja proveniente de uma classe superior à outra, e, dessa forma, acumule conhecimentos, o que se expressa nas suas formas de vestir e de falar, identificadas como “superiores”. Diz Williams (2011a, p. 264-265):

Ideias da difusão da cultura normalmente tiveram um caráter dominador, em nome do ideal particular e realizado de uma sociedade existente. Isso, que eu chamaria de tom fabiano na cultura, vê-se mais claramente em um ideal que foi em grande parte construído dentro de nosso sistema educacional, e que é guiar os não iluminados para o tipo particular de luz que os líderes consideram satisfatórios para eles próprios. Um tipo específico de trabalho deve ser estendido para mais pessoas, embora, significativamente, ele exista como um todo na situação em que foi produzido. O elemento dominador aparece na convicção de que o produto não precisa ser mudado, que a crítica é apenas o resíduo do mau entendimento e finalmente que a operação inteira pode ser realizada, e o produto amplamente divulgado, sem mudar radicalmente a situação geral. Isso pode ser resumido como a crença de que uma cultura (no sentido especializado) pode ser entendida amplamente sem mudar a cultura (no sentido de “todo um modo de vida”) em cujo contexto existiu.

Relacionando a colocação do autor, no que se refere ao “sistema educacional”, temos na história da humanidade as mulheres camponesas como as “não iluminadas”, as que não sabem, as que não conhecem, principalmente após o desenvolvimento do capitalismo com a revolução industrial, de acordo com Williams em seu livro *Campo e Cidade* (2011b). A revolução verde teve um papel de reforçar essa ideia de incapacidade das camponesas e dos camponeses. E, por não serem considerados inteligentes, ou como os dizeres populares afirmam: “para virar pedra, não precisa estudar”, é reforçada, com isso, a imagem de inferioridade. De certa forma, esse pensamento está presente na vida de quem vive no campo e a mudança para *o ser mais*, na concepção de Paulo Freire, depende da conscientização. Nessa conscientização é difícil conseguir medir o que é próprio da cultura camponesa e o que foi imposto por um modelo de sociedade.

A doutrina da oportunidade na educação é uma mera silhueta da doutrina do individualismo econômico com sua ênfase na competitividade e em “progredir”. A doutrina de oportunidades *iguais* que parece qualificar a outra, era generosa em sua concepção, mas está atada, na prática, ao mesmo fim social. A redefinição de cultura “como todo um modo de vida” é vital a essa altura, pois Eliot tem bastante razão ao indicar que limitar, ou tentar limitar a transmissão da cultura para um sistema de educação formal é limitar todo um modo de vida a certos *especialismos* [...] A ortodoxia, nessa questão é hoje tão generalizada e tão confiante que é difícil até mesmo transmitir o que queremos dizer quando dizemos que uma sociedade estratificada com base no mérito é tão censurável, em qualquer termo humano, com uma sociedade estratificada baseada no dinheiro ou na origem. Da maneira como ela se desenvolveu, em um sistema econômico herdado, a ideia dessa sociedade foi funcionalmente autoritária, e ela tem até (em virtude da ilusão de que seus créditos são mais absolutos que os de origem e dinheiro e não existem recursos contra eles da mesma maneira) uma espécie de sansão utópica, o que faz com que qualquer crítica seja difícil ou impossível (WILLIAMS, 2011a, p. 266).

Consideramos relevante a teorização dos autores sobre a não limitação da “transmissão” da *cultura* para uma educação formal, pois seria limitar um modo de vida, e há muito conhecimento fora de um ambiente de especialistas. Quando as camponesas sabem a melhor

fase da lua para plantar cada espécie ou variedade de sementes, significa um conhecimento profundo da natureza e, do mesmo modo, quando conhecem as plantas.

Um exemplo, a capuchinha é flor, é alimento, melhora a terra, então não é a semente só pela semente, envolve um todo, ela contribui na natureza, na alimentação, contribui na saúde. Também algumas sementes precisam de sombra, outras precisam mais de sol, tudo é uma interliga umas com as outras e que faz parte da natureza, faz parte da própria semente (Melissa).

Percebemos o conhecimento específico de uma camponesa. Com o exemplo de uma planta ela demonstra seus saberes populares, assim não podemos dizer que existe conhecimento somente entre “doutores”. Dessa forma, como afirma Paulo Freire, na clássica obra *Pedagogia do Oprimido* (2005), não existe um saber superior ao outro, existem saberes diferentes. E, nesse sentido, Coutinho (2011), ao tratar de *cultura* e sociedade no Brasil, enfatiza que,

[...] a universidade – enquanto importante fator de produção e reprodução cultural – foi submetida, não só a processos repressivos diretos, mas também a uma crescente “racionalização” em sentido capitalista, a formas de divisão do trabalho intelectual que, adequando-se aos mecanismos da reprodução do capital, dificultam enormemente, em seu interior, a formação e sistematização de uma cultura crítica e globalizante. Portanto, as duas tendências – repressiva e monopolista “racionalizadora” – contribuíram para deprimir fortemente a presença de um quadro pluralista também na pesquisa e no ensino universitários (COUTINHO, 2011, p. 63).

As dificuldades mencionadas por Coutinho nessa obra são sentidas por nós, na Academia, no sentido de fazer a crítica a alguns modelos de educação dominantes. A questão que nos suscita é: seria essa uma universidade elitista, mesmo sendo pública, no caso, a que nos ofereceu uma formação acadêmica? Pinheiro vai trazer presente a imposição aos países em desenvolvimento, de uma academia que pense a revolução verde, na agronomia, que pense, portanto, o campo, porém, numa perspectiva puramente produtivista, associada às novas pesquisas e aplicações no campo das sementes híbridas, dos venenos, das técnicas que possibilitem uma produção mais lucrativa. “Embora exista uma academia, não há, nos países periféricos, autonomia para se pensar o saber” (2005, p. 9). Pois sabemos que a Universidade segue os padrões do Banco Mundial e do sistema capitalista e individualista, onde se valoriza o mérito do indivíduo e não é valorizada a construção coletiva do saber, embora haja experiências exitosas, não é o predominante.



Pois o que está bastante claro no novo conservadorismo (e isso o torna muito diferente e muito inferior ao conservadorismo de um Coleridge ou de Burke) é que uma objeção teórica genuína ao princípio e aos efeitos de uma sociedade individualista “atomizada” está combinada, e tem de ser combinada, com uma adesão aos princípios de um sistema econômico que é baseado precisamente nessa visão individualista “atomizada” (WILLIAMS, 2011a, p. 267-268, grifos do autor).

Ainda sobre cultura, em sua análise histórica, Raymond Williams analisa também dois críticos literários, Richards e Leavis, incluindo novos aspectos na crítica sobre o assunto, colocando as contribuições e dificuldades:

[...]A premissa de uma minoria, seguida de sua definição em nossos próprios termos, parece na prática ser uma maneira de parar antes de realizar essa transformação dos problemas e de nossos próprios ajustes consequentes. A ideia específica daquilo que é valioso é tomada, na experiência, como uma totalidade; o ponto fixo está determinado; e, como na crítica literária, um mito, uma construção significativa é comunicada persuasivamente. O mito de Leavis parece-me um tanto mais poderoso que aqueles da maioria de seus rivais, mas há um ponto em sua propagação quando nós começamos a ver suas arestas, e o perigo, então, é que, na verdade, iremos subestimá-lo (WILLIAMS, 2011a, p.282).

Williams (2011a) traz presente que na época de Leavis aparecem outras características que não existem em autores anteriores, pois agora há uma imprensa popular, a publicidade e o cinema, e, anteriormente estava mais presente a industrialização. No entanto, é óbvio que os modos de sentir e pensar, incorporados nessas instituições, não podem ser criticados sem referência a um modo de vida. Ainda sobre Leavis, foi ele quem fez a “conexão vital entre todo um modo de vida e a capacidade para a experiência literária de valor”, e está obrigado, por qualquer coisa “além das medidas defensivas imediatamente necessárias, a uma concepção do crescimento de uma sociedade e de seu modo total de vida que deveria incorporar esses tipos de experiência de maneira mais adequada (Idem, ibidem, p.283). Ainda segundo Williams (2011a, p. 287) isso é uma questão em toda nossa experiência social, de declarar que “isto vale mais que aquilo, esta e não aquela é a direção a seguir”. As dificuldades são óbvias, mas elas são aumentadas significativamente pela lealdade contínua a um esboço da história que tende a sugerir que “aquilo que é comumente descrito como progresso” é quase que totalmente um declínio.

A formação cultural deve essencialmente ser uma formação em democracia, que tem de ser uma formação em juízos diretos. No entanto, os elementos contingentes no mito levaram, no pior dos casos, a um autoritarismo pseudoaristocrático, e no melhor deles a um ceticismo habitual que se mostrou muito intolerante de qualquer compromisso social contemporâneo. A distinção de Leavis como crítico, e sua distinção semelhante como professor, são incontroversas. Mas por isso mesmo é

ainda mais necessário, para que possamos insistir nessa distinção, perceber as inadequações e os perigos daquilo que é hoje o dogma da “cultura de minoria” (WILLIAMS, 2011a, p.288).

Ainda na mesma obra, *Cultura e Sociedade*, Williams traz presente o marxismo e a cultura<sup>61</sup>. Onde afirma que o próprio Marx esboçou uma teoria da cultura, embora nunca a tenha desenvolvido plenamente. Os comentários sobre literatura são os de um homem culto e inteligente de sua época, e não aquilo que hoje conhecemos como crítica literária marxista. “Ocasionalmente, sua perspicácia social extraordinária estende um comentário, mas nunca sentimos que ele esteja aplicando uma teoria. Não só o tom de sua discussão nessas questões normalmente não é dogmático, mas ele também rapidamente refreia” (2011a, p. 290-291), na teoria ou na prática literárias, aquilo que evidentemente considerava como uma aplicação entusiasmada demais e mecânica de suas conclusões políticas, econômicas e históricas a outros tipos de fatos. Engels, de acordo com Williams, embora habitualmente menos cauteloso, tem um tom muito semelhante. Isso é dizer que Marx reconhecia a dificuldade e a complexidade e sua disciplina pessoal era uma disciplina relacionada aos fatos.

Esse reconhecimento da complexidade é o primeiro controle em qualquer tentativa válida de uma teoria marxista da cultura. O segundo controle, mais controverso, é uma compreensão da fórmula da estrutura e superestrutura. Em Marx essa fórmula é definida, mas talvez como nada mais que uma analogia (WILLIAMS, 2011a, p.292).

O autor traz um comentário de Engels que, segundo a concepção materialista, o elemento determinante na história é em última instância a produção e reprodução na vida real. Mais do que isso nem Marx nem ele jamais afirmaram. Se, portanto, alguém distorce isso em uma afirmação de que o elemento econômico é o *único* elemento determinante, ele o transforma em uma frase sem sentido, abstrata e absurda. Afirma, também, que a situação econômica é a base, mas os vários elementos da superestrutura, como a forma política da luta de classes e suas consequências, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após uma batalha bem-sucedida e “até os reflexos de todas essas lutas reais nos cérebros dos combatentes: teorias políticas, jurídicas e filosóficas, ideias religiosas e seu desenvolvimento posterior em sistemas de dogma” também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, “em muitos casos são preponderantes para determinar sua *forma*” (WILLIAMS, 2011a, p. 292, em itálico no original).

---

<sup>61</sup> O marxismo é trabalhado também na obra de Williams, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Há, então, uma interação, mas essa não pode ser entendida positivamente a menos que a força organizadora do elemento econômico seja reconhecida. Uma teoria marxista da cultura irá reconhecer a diversidade e a complexidade, levará em conta a continuidade dentro da mudança, levará em consideração a chance de certas autonomias limitadas, mas, com essas ressalvas, tomará os fatos da estrutura econômica e as relações sociais consequentes como o fio orientador no qual uma cultura é tecida e quem, seguido, nos permitirá compreender essa cultura. Isso, ainda uma ênfase e não uma teoria substanciada é aquilo que os marxistas de nosso próprio século receberam de sua tradição (Op. Cit., p.294).

Por essa concepção de cultura apresentada, especialmente a partir de Williams, relacionada com nossa pesquisa de campo, onde há diversidade e complexidade na práxis da vida, as contradições e as relações dialéticas que estão presentes nos modos de vida das camponesas, conforme pudemos ver até aqui, acontecem nas diferentes regiões brasileiras, em diferentes contextos, e se revelam na experiência das mulheres. Essa experiência está relacionada à construção da agroecologia, que pode ser sintetizada como “modo de vida, de produção, de tudo né” (Melissa). As camponesas afirmam que, para assumir a agroecologia, precisam “dizer um não bem grande” ao modelo do agronegócio. “A agroecologia ajuda a gente a pensar que tenha a diversidade de todas as plantas e que dá sustento para as famílias”<sup>62</sup>. E assim elas vão adquirindo conhecimentos e experienciando-os na luta e nas práticas de produção.

Tivemos um curso sobre derivados da mandioca, fizemos um curso de agroecologia junto com a EFA – Escola Agrícola, nós de Tabocas não fizemos ainda o banco de sementes, a gente pretende ainda trabalhar com as mulheres o banco de sementes, porque ainda é uma dificuldade trabalhar orgânico aqui, mesmo que muitos não jogam agrotóxico/veneno. Mas ainda não tem muito, estou produzindo aqui, fazendo o adubo, onde fez a cisterna ensinou fazer o adubo, mas ainda é uma dificuldade sair da compra dos produtos, dos transgênicos. Então, pra mim agroecologia na experiência que a gente fez, as vezes deixar de produzir sem o agrotóxico, o natural hoje até é uma tarefa meio difícil, o debate que tenho feito na comunidade é que ir lá plantar, molhar, cuidar, colher se gasta muito e você lá no mercado, as vezes com o dinheiro que iria pagar uma diária pra uma pessoa trabalhar ou você mesmo ter feito, você compra. Mas está comprando sem saber de onde veio, o que tem junto, então se torna muito mais caro, pode não gastar muito produzindo, mas pode dobrar o gasto pra comprar remédio pra combater aquilo que você comeu. Então esse debate do que tem na sua mesa, tem dado muito certo, isso quando vou pras comunidades, do que você produz sabendo o que é e o que você compra sem saber o que é, esse debate tem ajudado bastante as mulheres, ultimamente no município tem aparecido tanta gente com câncer que está refletindo bastante, inclusive nossa secretária de saúde morreu com câncer (Girassol).

Assim, os modos de vida construídos diariamente pelas camponesas revelam-se com a práxis a partir de cursos de formação política e técnica, buscando sempre novas práticas para

---

<sup>62</sup> De diferentes formas todas as entrevistadas trazem essa afirmação.

seu cotidiano de trabalho na roça. Assim, a experiência vivida pelas mulheres camponesas revela-se cheia de desafios enfrentados cotidianamente, pois se lançar para o novo é superar as dificuldades. Isso se dá pela opção e convencimento de que o sistema capitalista, com uma cultura patriarcal vigente, não serve para a classe trabalhadora. Então é necessário, cotidianamente, traçar táticas e estratégias de enfrentamento e resistência a esse modelo, como elas afirmam com unanimidade há “resistência e enfrentamento ao agronegócio”. Com essa relação de cultura com a experiência, comprovada na pesquisa, sentimos necessidade de aprofundar essa categoria prático-teórica.

### 3. 2 REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA EM EDWARD THOMPSON

Thompson é um historiador que traz reflexões profundas sobre, além da *cultura*, a experiência de luta da classe trabalhadora. Uma das obras consultadas para esta escrita é *A formação da classe operária inglesa* (1987; 2012), na qual aborda sobre diferentes práticas de cultura popular relacionada à classe operária. Essa cultura popular tem a ver com os problemas vivenciados pela classe operária, em especial a fome, no século XVIII, quando a sociedade inglesa sai do feudalismo e entra na Revolução Industrial, deixando as camponesas e os camponeses desprovidas/os, inclusive, de pão. Relata os vários motins que acontecem, como sinal de luta por justiça, pois o preço dos alimentos estava elevado em relação ao poder de aquisição da população pobre. O que nos interessa, nesse momento, não é a sociedade inglesa em si, mas sim os conceitos trabalhados pelo autor, para compreender a nossa realidade que não é estática.

Muitas vezes a Sociedade Londrina de Correspondência foi apresentada como a primeira organização política de perfil operário definido da Grã-Bretanha. Pedantismos a parte (as sociedades de Sheffield, Derby e Manchester foram formadas antes da de Londres), essa afirmação requer um esclarecimento. Por um lado, sociedades de debate com a participação de trabalhadores existiam esporadicamente em Londres desde a época da Guerra Americana. Por outro lado, talvez seja mais preciso pensar a SLC como uma sociedade antes ‘radical popular’ do que ‘operária’ (THOMPSON, 1987, p. 18).

A maneira de Thompson escrever é sempre trazendo elementos que foram esquecidos ou invisibilizados e chamando-nos a atenção ao risco que podemos correr ao contar a história de uma só forma, esquecendo a luta coletiva. Nesse sentido, o autor aponta diferentes formas de se dar as experiências, como, por exemplo, “causas que foram perdidas na Inglaterra poderiam ser ganhas na Ásia ou na África” (THOMPSON, 1987, p. 13). O mesmo autor, em

outra obra (THOMPSON, 1979), afirma que, em uma sociedade qualquer, só é possível compreender as partes se compreendermos sua função, seu papel e sua relação mútua e, ao mesmo tempo, a relação com o todo, e que a verdade só pode se descobrir com a prova da prática histórica. Thompson pontua questões distintas de organização e ações, como também peculiaridades de experiência, mostrando que as trabalhadoras e os trabalhadores têm suas maneiras de realizar a luta de classes.

Esta distinção entre o código legal e o código popular não-escrito é um lugar-comum em qualquer época. Mas raramente os dois códigos se distinguiriam um do outro de forma mais aguda do que na segunda metade do século 18. Podem-se mesmo considerar esses anos como uma época em que a luta de classes era travada, de um lado, em termos da praça de execução de Tyburn, das masmorras e das casas de correção; de outro lado, o crime, o distúrbio e a ação turbulenta (THOMPSON, 1987, p. 62-63).

Entre as camponesas, a história nos mostra que é necessária uma transgressão da ordem estabelecida para se garantir a continuidade da vida, por exemplo, na luta contra os transgênicos, em que as mulheres afirmam e realizam experiências mostrando que esse modelo é de morte, e, enquanto humanidade, nós necessitamos construir outro caminho, construir um Projeto de Agricultura Camponesa Agroecológico, feminista e socialista, juntamente com a luta pela transformação da sociedade.

Quando afirmam que essa agricultura do agronegócio não serve é porque está acabando com a biodiversidade, com a vida das pessoas, das águas e do Planeta. Há uma discussão entre o legal e o legítimo, o legal pode até permitir o uso de agrotóxicos, mas o legítimo luta pela vida, realizando ações de enfrentamento e experiências agroecológicas. Essas que estão em construção, não são prontas e acabadas, mas na fala da entrevistada Melissa, sobre o que é agroecologia, esta é entendida como um processo,

[...] eu acho que cada dia a gente sempre tem coisas novas, no começo pra mim já a palavra era difícil, hoje entendo, mas a agroecologia ela não começa e não termina, ela dá continuidade. Se resgatarmos os antepassados não se falava agroecologia, mas era tudo natural, não tinha diferença do que era químico e natural, mas era natural mesmo e era agroecologia [...] se quer essa proposta mais natural, que faz bem pra vida, pra saúde.

A fala nos evidencia que nas práticas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) há uma proposta educativa proposta pelo fazer da mulher no campo. O que também nos identifica com Thompson, em diferentes obras, é a ideia de que organização acontece a partir da necessidade, no caso das mulheres, principalmente, camponesas, que afirmam a

necessidade de produção de alimentos saudáveis, questionando um modelo de produção voltado exclusivamente para a obtenção do lucro, como já descrevemos, colocando em risco a saúde da população, além da destruição do meio ambiente. O autor discorre sobre os motins realizados tanto pelo preço quanto pela padronização da alimentação, na Inglaterra.

O indicador mais sensível do descontentamento popular era, não o salário, mas o preço do pão. Os artesãos, os artífices por conta própria ou grupos como os mineiros de estanho de Cornish (onde as tradições do mineiro “livre” coloriam e davam o tom a suas reações até o século 19) consideravam seus salários regulados pelo costume ou pelo seu poder de barganha. Esperavam comprar suas provisões no mercado livre, e mesmo em tempos de escassez esperavam preços também regulados pelo costume. (As “leis” divinas da oferta e da procura, segundo as quais a escassez necessariamente levava a alta de preços, não conseguiram de jeito nenhum ser aceitas pela mente popular, onde ainda persistiam noções mais antigas de barganha direta.) Qualquer aumento agudo nos preços provocava um motim. O “Tribunal do Pão” regulava, por meio de um intrincado tecido de legislação e costumes, seu tamanho e qualidade. Mesmo a tentativa de impor a medida-padrão de Winchester para a venda de trigo, contra algumas medidas consuetudinárias, podia desembocar em motins (THOMPSON, 1987, p. 66).

Thompson (1979) ainda traz presente que a história contada de cima é mais corrente do que a iniciativa de reconstrução de uma visão da história contada de baixo, a partir da classe trabalhadora, o que exige uma atenção maior aos atos de cada grupo dessa classe trabalhadora, que não é homogênea. O autor também faz reflexões sobre a família patriarcal e o paternalismo. Agregando ao que já descrevemos na compreensão da transformação social, como projeto incorporado pelo MMC, levantamos questões acerca de alguns aspectos, entre os quais, a padronização da alimentação, um problema da sociedade de consumo no século XXI, bem como da produção, como a descrevemos nos capítulos anteriores. É o que podemos ver na fala de Melissa:

Mesmo vendo a questão dos químicos, a questão dos grandes produtores, mesmo com as próprias mulheres a gente encontra resistência. Como a gente teve bastante formação no MMC, da autoestima, ter voz e vez, então elas já conseguem ter dentro de sua Unidade de Produção, uma parte que elas produzem suas sementes, frutas, isso é muito bom, antes de começar o resgate isso não acontecia. Hoje vamos à casa da mulher, ela já mostra aqui eu planto isso, aquilo, isso é uma forma dela ter autonomia, ter seus meios para a produção da sua vida.

Com essa descrição, é possível confirmar que as mulheres, com suas experiências de produção agroecológicas com sementes crioulas de hortaliças, vêm debatendo e praticando o que acreditam ser o caminho para o cuidado do ambiente. Contra as transnacionais

relacionadas, diretamente, ao agronegócio e, por isso mesmo, pregando uma agricultura sustentada no uso de sementes transgênicas e de agrotóxicos, sem preocuparem-se com a vida humana ou com a conservação do meio ambiente. Thompson (1987, p. 70) traz exemplos de organização e mobilização de trabalhadores ingleses, quando “Em Wells, ‘muitíssimas Mulheres’ detiveram navios de cereais com destino a Londres”, confirmando que as mulheres estiveram presentes nas lutas organizadas.

Thompson (1979) critica a parte do pensamento marxista que trata das classes sociais, simplificando o pensamento para apresentar uma classe dominante e uma classe operária.

Voltamos assim ao termo que falta, “experiência”, e enfrentamos imediatamente os verdadeiros silêncios de Marx. Não se trata apenas de um pouco de junção entre “estrutura” e “processo”, mas um ponto de *disjunção* entre tradições alternativas e incompatíveis. Para uma delas, a do dogma idealista, esses “silêncios” são espaços em branco ou ausência de “rigor” em Marx (incapacidade de teorizar plenamente seus próprios conceitos) e devem ser costurados aproximando os conceitos, gerados conceitualmente pela mesma matriz conceptual. Mas como já vimos [...], essa procura da segurança de uma teoria perfeita, totalizada, é a heresia original contra o conhecimento. Essas perfeitas criações idealistas, magnificamente costuradas com um ponto conceptual invisível, acabam sempre na banca de liquidação. Se Marx tivesse realmente criado uma Teoria assim, ela já estaria no balcão das pechinchas, juntamente com Spencer, Dühring e Comte, de onde seria resgatada por alguma estudante em busca de um material bizarro para costurar sobre seu jeans de doutorado (THOMPSON, 1981, p. 183).

O autor (1979) trata da tradição que dá origem aos motins, afirmando que a “plebe” se unia com formas diferentes de se manifestar. Thompson, na obra posterior (1987), nos ajuda a entender como a representação era questionada pelo interesse dos grandes proprietários de terras, em épocas de feudalismo, em que a “elite agrária” detinha os direitos de representação, como classe dominante, o que também ocorre no campo, na sociedade atual, onde as trabalhadoras e os trabalhadores são desprezados, enquanto os latifundiários decidem os rumos dos investimentos. O autor traz os reformadores, que, na Inglaterra da época, faziam o contraponto e lutavam por uma mudança social, trazendo experiência de organizações em várias regiões. Experiência com necessidade de unidade, articulação e alianças com outras organizações, tanto nacionais quanto internacionais, assim como evidencia-se nas lutas atuais. Essas lutas se dão por direitos sociais, muitas vezes, necessitando mudanças de leis, além da necessidade de Políticas Públicas para o processo de transição para agroecologia.

Esse tempo de transição que é difícil pras famílias, fazer essa volta, e não se tem nenhum apoio de órgãos e entidades, como quando veio a revolução verde se tinha apoio do governo, Epagri, empresa que mandava o técnico na família fazendo propaganda dizendo qual era o melhor período do ano. E pra agroecologia não se tem isso, a gente tem que ir buscar isso, quem não vai buscar isso não tem essa

informação, então é bem complicada essa transição. Mas que já se tem experiência que diz que a semente crioula produz o mesmo que a semente híbrida, até melhor, já se tem muita experiência por aí, algumas não tão orgânica, mas crioula com mais qualidade (Margarida).

No relato da entrevistada, vemos que é necessário um processo de luta por direitos, conjuntamente com a prática da produção. As reivindicações são de valorização do trabalho, melhor preço dos produtos, crédito para a produção agroecológica, entre outros. Ainda sobre a experiência da classe trabalhadora, Thompson frisa (1987, p. 198) que:

[...] pode parecer que este é um registro de frustrações e fracassos. Mas a experiência apresenta um outro lado muito mais positivo. Não apenas uma, mas muitas tradições se originam desses anos. Há a tradição intelectual de [...] Mary Wollstonecraft, como confirmaria Shelley. [...]; as Guerras mal haviam terminado quando Richard Carlile iniciou a reedição das obras completas de Paine. Há a tradição dos unitaristas avançados e “cristãos livre-pensadores”, conduzida por homens como Benjamin Flower e William Frend, até o *Monthly Depository* de W. J. Fox. Há a tradição de Place e dos comerciantes e artesãos sóbrios, com orientação constitucionalista [...], que ressurgiram na Eleição de Westminster de 1807, em apoio a Sir Francis Burdett, discípulo de Tooke, e que desde então permaneceram associados e ativos.

Edward Thompson ressalta que a história acontece de forma dialética, confirmando a existência de contradições nas experiências das/os trabalhadoras/es. Essas contradições, que também acontecem no campo teórico, ficam evidentes quando o autor expõe sua concepção de classe e relata que, em seus primeiros escritos, afirma ser a classe definida pelos homens ao viverem sua própria história. Uma nova geração teórica marxista avalia essa definição como empirismo ou historicismo, ao afirmar que as pessoas têm formas muito melhores para definir classe, que podem ser rapidamente apreendidas teoricamente, e não conduzem a uma profunda investigação histórica. O autor registra que, após trinta anos de prática continua com as mesmas conclusões, mas com algumas reformulações, que classe é uma categoria histórica, pois se sabe que há classe porque as pessoas se comportam de maneira classista.

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: “**experiência humana**”. É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de “empirismo”. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p.182).



Thompson (2012) problematiza sobre a influência que a Revolução Industrial proporcionou nas mudanças que ocorreram na área da *cultura*. Consta parte da natureza catastrófica dessa Revolução Industrial e algumas razões pelas quais a classe operária se formou.

O povo foi submetido, simultaneamente, à intensificação de duas formas intoleráveis de relação: a exploração econômica e a opressão política. As relações entre patrões e empregados tornaram-se mais duras e menos pessoais; mesmo sendo correto afirmar que a liberdade potencial do trabalhador tenha aumentado, visto que os empregados nas fazendas ou o artesão na indústria doméstica estava (nas palavras de Toynbee) “situado a meio caminho entre a posição do servo e a do cidadão”, esta “liberdade” significava que se sentia mais intensamente a falta dela (THOMPSON, 2012, p. 24, grifos do autor).

Se antes a situação das mulheres era considerada ruim, porque os trabalhos de aquecimento e limpeza do algodão eram feitos por elas, em suas casas, além de cuidar dos filhos e da família. Porém, após a Revolução Industrial a situação se agrava, pois as máquinas passam a fazer esse trabalho, elas ficam desempregadas e, se porventura, conseguem emprego, é precário e mal pago, assim como a situação das crianças que também trabalham. Além dessa situação específica, o autor aborda sobre a exploração vivenciada na experiência dos trabalhadores nas fábricas.

A relação de exploração é mais que a soma de injustiças e antagonismos mútuos. É uma relação que pode ser encontrada em diferentes contextos históricos sob formas distintas, que estão relacionadas a formas correspondentes de propriedade e poder estatal. A relação clássica de exploração da Revolução Industrial é despersonalizada, no sentido de que não admite qualquer das antigas relações de mutualidade – de paternalismo ou deferência, ou de interesses da “profissão”. Não há nenhum sinal do preço “justo”, ou do salário justificado em relação a sanções sociais ou morais, como algo oposto a livre-atuação das forças no mercado. O antagonismo é aceito como intrínseco às relações de produção. Funções de gerência ou supervisão demandam a repressão de todos os atributos, à exceção daqueles que promovam a expropriação do máximo de mais-valia do trabalho. Esta é a economia política que Marx dissecou em *O capital*. O trabalhador tornou-se um “instrumento” ou uma cifra, entre outras, no custo (THOMPSON, 2012, p. 31-32).

Ao analisarmos essa afirmação, podemos refletir que a relação que o capital estabelece com o trabalho, que é de exploração e de submissão das trabalhadoras, só será rompida enquanto modelo, quando seus lucros forem afetados, através de greves de trabalhadoras, entre outras ações mais radicais. No campo, em relação às mulheres, podemos retomar a ação contra a Aracruz – Celulose, em 2006, que afeta o capital e, esse reage violentamente contra aquelas mulheres que enfrentam seus usos e abusos. E, nesse contexto, a criminalização dos Movimentos Sociais Populares (MSP) envolvidos vem com muita força.

A desvalorização e a precarização da mulher aparecem também quando aquele autor trata sobre as agricultoras:

[...] coexistiam algumas das melhores e das piores condições: num extremo, havia o lavrador ou o pastor que era mantido por segurança por um fazendeiro sensato, que dava prioridade à sua mulher e seus filhos nos trabalhos casuais, vendendo-lhes leite e cereais a preços baixos; no outro extremo, viam-se jovens lavradores instalados e alimentados tão miseravelmente quanto qualquer aprendiz pobre nas primeiras fábricas, morando em celeiros e sujeitos a demissão a qualquer momento; entre esses dois casos, estavam “aqueles homens infelizes compelidos por suas necessidades a se tornarem escravos de outro homem”, [...] há uma imensa variedade: mão de obra miserável; mulheres e crianças empregadas por salários aviltantes; trabalhadores irlandeses imigrados (até mesmo trabalhadores de indústrias têxteis ou outros artesãos urbanos que abandonavam seu trabalho, atraídos pelos maiores salários na época da colheita) (THOMPSON, 2012, p. 51, grifos do autor).

Essas péssimas condições de trabalho e de sobrevivência ainda existem em muitas partes do mundo, em pleno século XXI; no entanto, as trabalhadoras não são apáticas a essas situações, pelo contrário, há mobilizações populares das mais diversas formas, exigindo mudanças. Thompson (2012, p. 58) fala da perda das terras pelos trabalhadores rurais, com o cercamento das terras comuns, e da sua organização que conseguem retomar. Os trabalhadores,

[...] conseguiram apresentar uma contra-petição ao Parlamento e, como resultado da sua pressão, os direitos comunais foram levados em conta na partilha realizada com o cercamento. [...] os cercamentos devem ser vistos dentro de uma situação global de poder e obediência típica do meio rural. [...] O fatalismo do aldeão diante desse poder onipresente e a incidência fragmentária e desigual dos cercamentos.

Essa desigualdade nos cercamentos das terras comunais, num primeiro momento, foi passiva, mas que pode ter sido superestimada; são escassas as pesquisas sobre a ação organizada dos pobres frente aos cercamentos. E as pesquisas existentes apresentam algumas dificuldades relacionadas com o analfabetismo e com as experiências diferenciadas e desarticuladas dos trabalhadores morando em centenas de vilas, durante muitas décadas.

Os motins contra os cercamentos, a destruição de cercas, as cartas ameaçadoras e os incêndios foram mais comuns do que supuseram alguns historiadores da agricultura. Mas uma das razões da irregularidade da resistência dos pobres pode ser encontrada nas suas próprias divergências internas (THOMPSON, 2012, p. 59).

Thompson (2012) nos diz que, para os pequenos proprietários rurais, em qualquer época, a posse da terra é o objetivo principal. Isso foi possível perceber em nossa pesquisa, quando as mulheres camponesas estão em famílias que podem considerar-se “donas” das terras, porém com pouca terra. No entanto, elas procuram desenvolver uma relação diferenciada com essa terra. No momento em que fazem uma opção pela agroecologia e, com diferenças nos processos, desenvolvem suas experiências, como é o caso do artesanato de sementes, conferindo outro significado à terra e à relação com esta. “É você ter algo natural, que trabalhando com aquilo ali você tem condições de produzir, fazer o colar, conservar a natureza e não é uma coisa que acaba; fazendo aquilo ali sabe que tem o recurso natural por muito tempo e não tem muito gasto, é o mínimo de gasto” (Girassol).

A partir da experiência vivida pessoal e coletivamente, as mulheres camponesas constroem diariamente formas de resistência e enfrentamento aos modelos de sociedade e de agricultura impostos. As obras de Edward Thompson, faz essa relação de que as mulheres vivenciam a luta de classes diariamente. E, com isso, continuaremos nossa escrita tratando especificamente da experiência dessas mulheres, que constroem um jeito próprio de viver e lutar no campo. Damos voz às entrevistadas e o texto é fundamentado a partir de seus depoimentos.

### 3.3 A EXPERIÊNCIA E OS MODOS DE VIDA DAS MULHERES CAMPONESAS

Abordar sobre a experiência das mulheres camponesas, a partir da pesquisa, significa retomar toda a escrita até aqui e trazer presente os passos dados na construção da agroecologia, do que elas nomeiam como Projeto de Agricultura Camponesa Agroecológica Feminista e Socialista e, ao que mais recentemente, sistematizam sobre o Feminismo Camponês e Popular.

Nossa proposta foi a de trazer para a análise os modos de vida das camponesas, suas formas de enfrentamento e resistência ao sistema capitalista e patriarcal, a partir da experiência com sementes crioulas de hortaliças e da agroecologia. Em Santa Catarina, encontramos o Programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças do MMC/SC, o qual foi assumido na instância máxima de tomada de decisão do Movimento, a Assembleia Estadual (MMC, 2008, p.40).

Tivemos a assembleia em Concórdia, a partir daí foi a proposta que nós tivesse um projeto de sementes crioulas de hortaliças. Como sementes de milho, pipoca, batatinha, outras sementes, tinha outras entidades que estavam desenvolvendo. No

MMC [...] as sementes crioulas de hortaliças então foi o projeto lançado naquela assembleia, eu já estava no Movimento, é um trabalho muito bom, por isso também comecei junto com essa proposta das sementes crioulas de hortaliças (Melissa).

Percebemos, com a fala dessa entrevistada, que há uma especificidade das sementes crioulas de hortaliças, o que nos faz retomar o discutido no capítulo dois, sobre a contradição que o modo de produção capitalista, que adota o sistema patriarcal nas relações de gênero, impõe. Pois, para as mulheres camponesas, é ditado o espaço do cuidado, ao redor da casa, a horta, além do dentro de casa e a dupla ou tripla jornada de trabalho, também no todo da Unidade de Produção.

Ao se discutir a produção de sementes crioulas de hortaliças, “colada” a um projeto societário, essa prática tende a ser avaliada, reavaliada, refletida e tida como essencial para a continuidade da vida no Planeta Terra, garantindo a diversidade e a alimentação para a humanidade, como pudemos observar em alguns encontros formativos. Sendo as sementes crioulas de hortaliças a porta de entrada para a prática e a reflexão sobre a agroecologia, as mulheres qualificam essa prática, mas não ficam somente nisso, pois levam as suas experiências e aprendizados ao todo da Unidade de Produção, discutindo e praticando a agroecologia.

Na Bahia percebemos tanto as hortaliças, quanto as sementes nativas, pois as encontramos desde a fabricação dos colares, até o trabalho com as sementes que cada comunidade escolhia de acordo com sua cultura. A questão das sementes está relacionada à própria vida e militância das mulheres.

Sim, a gente tem esse compromisso de produzir sementes crioulas, inclusive trabalhamos um projeto na região, em nível de estado, foi um projeto muito bom que a gente conseguiu ver que ainda existe muita semente crioula na região, que a gente tinha esse medo que a semente tava acabando, que não ia conseguir resgatar mais. Com o projeto a gente conseguiu enxergar, trazer isso, que as famílias ainda guardam as sementes nativas da região pra plantar, então pra mim as sementes crioulas é aquilo que a gente consegue tá guardando trazendo de pai pra filho, é o milho que você tem, mais de 20 anos que você não perde a semente, é aquela semente sem nenhuma modificação geneticamente (Dália).

Partindo das colocações das entrevistadas e da pesquisa documental, percebemos que o Programa de Sementes tem o objetivo de armazenar as sementes em um espaço coletivo do MMC, além de ter também uma proposta pedagógica e metodológica. Isso compreende a formação política e técnica de um grupo de monitoras, coordenado pela direção do MMC/SC, que conta com técnicos/as e agrônomos/as na área da agroecologia. Esse grupo de monitoras, com a formação obtida, desenvolve oficinas de sementes em diversos municípios do

estado/SC, tratando de temas relacionados à transição para uma produção agroecológica, trabalhando desde a formação do solo até práticas e manejos pertinentes a uma produção orgânica. Essas oficinas municipais fornecem assistência para as mulheres que iniciam a transição, com a troca de saberes entre elas.

Eu participei das formações, das oficinas, inclusive fui nos municípios fazer oficina. Sobre o processo das oficinas, do programa posso dizer que foi importante, porque às vezes a gente nem se preocupava em guardar essas sementes porque era pouquinho, aí na formação a gente vê esse lado, ter as sementes de hortaliças, de guardar essa semente, as trocas que a gente fazia nas oficinas. Também vinha a assessoria que podia tirar as dúvidas que a gente tinha em casa, quem vinha que participava a mais tempo, que tinha experiência podia tirar as dúvidas da gente, perguntar o prático também. O que foi difícil no começo dessa mudança pra agroecologia é que se a gente tinha um problema, um ataque, um bichinho, uma coisa, não tinha pra quem perguntar o que fazer, tinha que ir fazendo a experiência. Porque se a gente perguntar pra um agrônomo assim, eles só receitam o agrotóxico, não era o que a gente queria, então não se tinha nem onde perguntar pra se fazer o melhoramento na propriedade. Então as oficinas de sementes era um espaço que a gente tinha onde perguntar, onde levar e esclarecer as dúvidas (Joana D'Arc).

Aqui está um grande aprendizado no fazer a agroecologia, pois é desafiante iniciar um processo de transição sem ter para quem perguntar, mas na experiência se aprende com a natureza e como ela reage, além da importância do coletivo, ter para quem perguntar e ir praticando. Mesmo tendo outras experiências e iniciativas das camponesas em participarem das oficinas, elas se convencem da importância dessa prática com o Programa de Sementes, como guardar as sementes de hortaliças, pois, como vimos na fala anterior, as sementes pareciam ter tão pouco valor, que não valia a pena guardá-las. Com as formações recebidas, as mulheres percebem a importância dessa experiência relacionada às sementes crioulas e à agroecologia. A partir daí, nas suas famílias as camponesas vão saindo de uma forma de produção com “veneno” e partindo para a agroecologia. Para ilustrar essa afirmação, trazemos o relato de Calêndula:

O pai sempre foi empregado, desde a família dele teve sempre essa coisa de trabalhar de empregado, então demorou até ele se libertar disso, tanto que não está bem liberto ainda, essa coisa de trabalhar de tratorista, de cuidar de pomar, e muito distante sempre da agroecologia, sempre com grandes propriedades, grandes plantações, com muito veneno, sempre foi muito perto do veneno, muito veneno. Também longe da discussão da agroecologia porque não conhecia outra forma de trabalhar, mesmo quando trabalhava pra eles era a base de veneno, ele plantou tomate muito tempo com veneno, quando fomos pra Capão Alto plantávamos feijão com muito veneno e também trabalhando pros outros. [...] Essa coisa da agroecologia é muito recente, muito recente mesmo, não lembro que ano a gente começou a discutir sobre as feiras, começamos uma feira com apoio do Vianeí, mas não durou muito tempo [...] e também nenhuma daquelas famílias continua, só nós. Aquilo morreu e nós continuamos com essa coisa de trabalhar de empregado e vender pros outros, mas também muito individual, não tinha organizado a questão da

comercialização também. Quem trouxe a agroecologia pra dentro de casa foi a mãe pelo Movimento e depois o [nome do irmão] pela formação que ele teve pela agroecologia, mas o [irmão] não conseguiu emplacar muita coisa, pois ele se formou e logo saiu de casa. O debate da agroecologia veio bem recente agora com a oportunidade de comercializar a produção, os programas de governo PAA, PNAE e a feira, primeiro vem a demanda dos programas, a partir do momento que todo mundo viu que dava certo, aí foi centrado mais fogo na agroecologia dessa forma.

O relato da entrevistada, de quem realmente assumiu e passou a praticar a agroecologia na família foi a mulher, a partir do trabalho do MMC, e que essa família só assume quando percebe que a produção agroecológica gera renda. Essa questão da renda também é trabalhada a partir da proposta do MMC, direcionada à luta pela autonomia econômica das mulheres camponesas. Na Bahia, o trabalho com sementes, tanto na produção, quanto no artesanato, tem etapas coletivas e também visam à renda e sustento das mulheres, sendo que, com isso, são valorizadas pela sociedade e pela própria família.

O trabalho é coletivo. Depende do grupo, nós aqui da sede do Movimento fizemos mais na terça e quarta, às vezes leva pra casa e termina em casa. Nós conseguimos um lote com doação, bingo, rifa, porque esse tempo todo nós sempre tivemos apoio da paróquia, então nossa sede está no Centro Paroquial, nós pensamos em ter nossa própria sede, então temos um lote, porque projeto pra construção não é fácil. Estando em um salão da Paróquia, eles colocam caixa, coisas ali, a gente vai só estreitando, o salão é um pouco grande então a gente vem dividindo esse salão com a paróquia, mas não é bom pra vender, porque não é um lugar de acesso assim. Então a gente acha que a construção seria pra facilitar a fabricação e a venda. Aí tem outras mulheres que trabalham as hortaliças, ganharam as cisternas de produção de um projeto pela ASA, tem 30 cisternas, dessas umas 15 fazem parte do Movimento, então elas vêm trabalhando com a produção, isso ajudou também elas a se fortalecer na família. Elas também estão nesse grupo do artesanato, aí já também tem essa renda na família (Girassol).

A fala da entrevistada acima, mostra a especificidade da Bahia na organização do Movimento, sendo por grupos ou associações. Essa camponesa entrevistada participa no grupo localizado em Tabocas do Brejo Velho, tendo como principal atividade o artesanato. Nessa localidade, as mulheres se reúnem semanalmente e desenvolvem o trabalho artesanal, como também realizam as discussões do MMC.

Diferente de Santa Catarina, no estado nordestino as trabalhadoras têm dificuldades de acesso à água, por isso lutam com mais força por Políticas Públicas relacionadas à captação e armazenamento da água e programas que garantam cisternas, uma vez que estas são primordiais para que a produção seja possível. Das quatro baianas entrevistadas, três têm cisternas em suas Unidades de Produção, sendo essa uma das lutas do MMC em nível nacional. Girassol, que não tem cisterna, mora na cidade e trabalha com artesanatos, não diretamente na produção, na área da agricultura, como forma de sobrevivência. O que vimos é

que a vinda das cisternas e o trabalho em grupo são considerados importantes pelas mulheres, pois “garantem sua liberdade”.

Então são 12 mulheres no grupo, a gente tem a experiência no PNAE, até hoje a gente trabalhou com o PNAE, então a gente senta conversa, discute o que vai fazer e pronto, cada uma vai fazer o que tem que fazer. Até hoje não teve nenhum problema, a gente vendeu uns 30 mil pro PNAE, essa renda foi dividida pra cada uma de nós. Então aquilo que a gente está vendendo são produtos que a gente tem, se a gente não tem todo, mas a gente procura comprar de agricultores da região, por exemplo, se eu não tenho ovo suficiente pra fazer o bolo que eu preciso vender, eu vou procurar o ovo da agricultora que tem pra vender, então a gente procura não comprar aquilo que o agricultor tem pra vender, as frutas a gente procura mais a fruta da região, na época do umbu a gente procura tirar bastante, guardar a polpa do umbu porque tem um período ele acaba, então a gente guarda. O trabalho é gratificante, eu estou contente, a gente senta elas estão contentas com a renda que recebe que não é muita, mas que ajuda nas despesas, no dia a dia. Várias delas que queriam comprar alguma coisa mas que não podia comprar porque não tinha o seu próprio dinheiro, então agora com essa renda elas conseguem comprar aquilo que elas tinham vontade de comprar (Dália).

É necessário ressaltar que as mulheres vinculadas aos grupos, além de terem uma renda para decidirem o que comprar, também resolveram adquirir equipamentos para o grupo. Garantindo assim uma melhor qualidade no trabalho, podendo armazenar as polpas das frutas, por exemplo, além de outras facilidades, de modo que garantam a entrega para alguns programas, os quais foram mencionados. “O projeto nós trabalhamos a produção pro PAA, CONAB, trabalhamos com os produtos derivados da mandioca, o bolo, a peta, o chimango, o bolo doce, a bolacha doce. Trabalhamos com hortaliça, a produção de cheiro verde, cebolinha, abóbora, quiabo, alface” (Açucena).

A diversidade de produção é possível identificar no depoimento de Rosa, quando afirma que as camponesas vão à associação para “entregar coisa de verdura. A gente faz bolo também [...] Alface, coentro, rúcula, cebolinha, couve, beterraba, cenoura, maxixe, abóbora, quiabo”. Essas duas entrevistadas – Açucena e Rosa – fazem parte da Associação do Movimento de Mulheres Camponesas de Riacho de Santana, na Bahia, por isso a semelhança nas suas falas e produções. A renda da produção agroecológica, junto à formação política, confere autonomia às mulheres, como aponta Rosa:

Pra mim tá ajudando muito. [...] O dinheiro vem, a gente vai faz a feira, compra as coisas, comprei uma geladeira que não tinha, televisão também comprei, pra mim foi bom, graças a deus [...] Sim, pra melhorar a vida [...] Meu marido trabalhava com carvão, quase só no Baxilho, cortando madeira, fazendo carvão, ia lá ficava 15 dias. É longe, lá perto da Lapa [Bom Jesus da Lapa]. Depois veio esse projeto das Mulheres ele quase não precisou mais sair pra trabalhar.

Compreendemos na fala da entrevistada que a renda não contribui só para ela em particular, mas interfere, inclusive, na relação familiar, pois o companheiro não precisa mais sair de casa e ir tão longe trabalhar, ficar 15 dias fora de casa, além de poder gerar, dessa forma, as condições para comprar geladeira, televisão, que, com o trabalho anterior não era possível, sendo que ficava com toda a responsabilidade do trabalho da roça como conta: “Ficava lá na roça, capinando, destocando. Ficava menos tempo dentro de casa, agora fico mais tempo dentro de casa”, e considerando que na Bahia o calor é intenso, diminuir o tempo exposta ao sol é uma questão de saúde, inclusive.

Além de que “contribui muito, muito, porque tinha mulheres que não saía de casa pra nada, hoje sai pra fazer o trabalho, quando tem um encontro, quando tem formação; muitas já estão indo, então eu acho que já ajudou muito” (Açucena). Esta camponesa também fala das mudanças que ocorreram na vida das mulheres, no trabalho com a terra ou com animais, como gado, que relata ser uma opção dos homens. Além de tudo isto, na Bahia, chovendo abaixo da média nos últimos 4 a 5 anos, a falta da água interfere na produção.

É porque aqui teve uns anos que foi bom, choveu bastante, agora tem uns 4 anos que cada ano que passa está diminuindo, esse ano mesmo a chuva foi pouca. A gente perde a produção, planta o milho não colhe, o que dá ainda aqui é o sorgo pra comida pra criação, ainda ele resiste. Antes a gente plantava e dava pra vender, vendia o milho, fazia farinha, arroz também plantava feijão. Hoje não plantamos mais arroz, porque não dá, farinha também diminuiu bastante, porque a produção não é suficiente pra fazer farinha (Açucena).

Considerando que a farinha (de mandioca) está na cultura alimentar da região, considera-se uma grande perda não conseguir fazê-la. Numa região de secas profundas, como essa, a prática da agricultura é desafiadora, principalmente quanto a falta de Políticas Públicas, que começam a chegar somente nesse último período, como relatam as entrevistadas. Se a produção de gado é difícil porque o gado morre de sede, por outro lado, o sorgo, que é comida para o gado, é conservado. Mas a resistência em produzir continua, mesmo que a busca da água não seja fácil.

O carroceiro trazia água do poço, aí a gente ia buscar. Às vezes faltava água, muitos chegava lá, aquela filona de balde, até a gente chegar na vez da gente tinha acabado a água da carroça, aí podia pegar um balde só e não podia pegar mais. Aí a gente bebia, uns dois ou três dias depois ia pegar de novo, chegava lá não achava água, voltava pra trás sem água. Era difícil, tinha que pegar no Riacho [cidade], pagar uma “carrega” e trazer uma de 11 reais 20 litros de água. Às vezes ia, colocava água dentro e trazia água. Tinha a água, mas salgada que não é boa pra beber. E pra lavar roupa ia longe, agora conseguimos lavar roupa em casa (Rosa).



Na fala da camponesa fica claro que a vida mudou com as cisternas, mesmo não chovendo muito, pois no último ano choveu menos que nos anteriores, mas é possível beber água, plantar e lavar a roupa em casa. Ela continua afirmando que tem a cisterna específica para beber, desde 2009. “Essa de beber foi a que o Movimento de Mulheres trouxe, que veio setenta e cinco (75) pra Bahia, pra essa comunidade [...] É, tem o poço artesiano também que entrou. Tem água encanada, de três em três dias a água vem”. Explica ela que, com a água que vem do poço artesiano, consegue encher as cisternas, “aí deixa as caixas [cisternas] cheias. Essa do poço artesiano não dá pra beber, porque é muito salobra” (Rosa).

Essa questão da água, além de garantir a melhoria de vida das camponesas e contribuir para a renda, também está relacionada a um debate ambiental. “Onde não desmata chove mais que onde desmata. Aqui já foi muito desmatado, antigamente tinha tudo mato, agora não”. A entrevistada fala da importância em “...deixar o mato que nasça por ele mesmo”. Também traz a importância de discutir no grupo de mulheres para plantar árvores, “que aí chovia mais, pra preservar e ter mais chuva” (Rosa). Uma das dificuldades apresentadas para produção agroecológica foi o desmatamento, como aborda Girassol:

Primeiro porque desmataram tudo quase no município, nós aqui não têm muito fazendeiro, é mais agricultura familiar, graças a deus, a gente também tem essa facilidade de dizer que a agricultura é mais natural. Pra mim o que é mais dificuldade, é chegar na comunidade, fazer o debate, mas é desse tamaninho o pedaço de terra e ainda é jogado o veneno, convencer as pessoas que aquilo faz mal. Tem caso aí que irmão e pai brigaram, esses dias foi parar na delegacia que um passava mal, outro passou não respeitando, eu estou fazendo muito pouco pela necessidade que é, o outro tem alergia, tem problema de respiração, não tem esse respeito.

O depoimento confirma que o desmatamento vem causando problemas de saúde, tanto em virtude da utilização dos agrotóxicos quanto de problemas respiratórios provenientes da integração de frango<sup>63</sup>, que foi um motivo de iniciar com agroecologia. Isso nos mostra como os problemas das regiões Sul e Nordeste, no que se refere aos desmatamentos, à destruição do solo, aos problemas de saúde decorrentes da ingestão de alimentos produzidos com venenos, ou mesmo pelo fato de respirarem os ares envenenados durante a pulverização dos agrotóxicos, são os mesmos.

---

<sup>63</sup> O criador de frango integrado é uma relação na qual este criador fica submetido a uma empresa integradora, sendo obrigado a adquirir máquinas ou produtos à crédito, usar produtos para que o frango cresça mais rápido, financiar a produção e, mesmo assim, ser ameaçado de desligamento de empresa, ficar com a dívida às vezes impagável, estar à disposição da empresa 24 horas por dia e 7 dias por semana e ser remunerado mal, sem saber quanto vai ganhar na entrega dos frangos criados.

Em Santa Catarina, temos relatos dos problemas de saúde causados pela integração de aves, “no inverno trabalhava fechado, aquela poeira, o cheiro, começou a dar problema de pulmão, as crianças eram menores e ajudavam, começou a dar alergia de pele [...] Depois não deu mais esse problema” (Joana D’Arc). Para muitas entrevistadas a questão da saúde foi o que falou mais alto na hora de optar pela agroecologia.

Eu acho que pega muito forte pela agroecologia várias coisas, a questão da saúde, não só de quem produz, mas de quem consome esse alimento; essa questão da harmonia com a natureza, eu nasci e vivi aqui quase que sempre essa relação com tudo isso aqui, a gente cria uma relação tão boa com as árvores com tudo que não tem coragem de cortar elas, de passar veneno, é uma relação íntima que se tem com a natureza. Mas essa questão da saúde é uma coisa que pega muito forte, nós já plantamos fumo, por exemplo, é um inferno aquilo, não gosto nem de lembrar quando nós plantava fumo, tipo eu desbrotando fumo e o pai passando veneno atrás, ele protegido porque estava com a máquina e eu não, mas o veneno que estava no ar e vinha em mim, eu estava completamente exposta. Indo pros outros processos do fumo, como quando a gente ia amarrar ele que estava seco, me trancava a garganta, eu saía pra pegar ar, mas depois voltava. Por isso a questão da saúde pega muito forte, como o pai hoje está fazendo tratamento com bioenergético, que falou que ele tem uma intoxicação de veneno de anos, por mais que ele não está mexendo com veneno hoje ele vai levar aquilo pro resto da vida, foi dar sinais agora. Além da nossa saúde, pensar em quem come, por mais que a gente não consegue produzir tudo o que as famílias comem, mas, por exemplo, hoje a gente tem batata, feijão, várias coisas que a gente tem aqui que não precisa comprar (Calêndula).

Nas falas das entrevistadas, entre a questão ambiental e a saúde, percebemos que não podemos separar a saúde humana da saúde ambiental. O que também podemos ver em Pinheiro (2005, p. 29) quando este autor escreve:

Saúde ambiental é um tema interessante, pois para haver saúde é necessário um corpo, já que é impossível saúde sem o corpo correspondente. Sobre saúde do meio ambiente, podemos tomar a natureza sobre seu corpo e o “equilíbrio” como o estado de rigidez, contudo este estado não é ordem, nem é estático e tampouco equilibrado, ao contrário, é desordenado e dinamizado [...] Saúde é estado que todo corpo busca incansavelmente, é temporal e no espaço pode ser qualificado como uma utopia a ser alcançada [...] Entretanto, o contexto de saúde ambiental não tem qualquer significado separado do homem, seja em um local, em equilíbrio ou fora dele.

As entrevistadas concebem a saúde ambiental como um tema amplo, como também nas suas concepções relacionando a defesa do meio ambiente à saúde humana, ampliando e não fechando o debate. Nesse sentido, a questão da renda aparece, pois, ao mesmo tempo em que cuidam das pessoas, do ambiente, também necessitam de renda para sobreviver. As camponesas consideram renda o não precisar comprar, relacionando essa renda à defesa da saúde, ao direito a uma alimentação saudável.

A visão que se tem, a preocupação de ter alimentação de qualidade. Porque se olharmos no geral, a maioria está morando na cidade, eles vão precisar de alimento, mais gente depende de comprar, com menos gente produzindo. Então essa preocupação de produzir alimento com qualidade, quem consome só enlatado a qualidade é outra da alimentação, então a preocupação de estar melhorando pra produzir mais, mas com qualidade, quantidade e qualidade (Joana D'Arc).

Com a falta de políticas públicas, a venda direta ao consumidor é uma alternativa utilizada pelas camponesas, sendo uma das formas as feiras ou mostras de produção, construindo redes com esse processo, que passam a ir além da simples renda. Assim, as mulheres passam a dar mais valor ao lazer e saem mais de casa, “mas às vezes é pra ir na feira de sementes, feira da economia solidária, torna-se um momento de lazer porque a gente conhece outras pessoas, tem uma feira e as pessoas que estavam em outro lugar se encontram conversam, lembram momentos, isso também é prazeroso” (Joana D'arc).

Além da troca de experiências, há troca de amizades. “Também o lazer de estar visitando as famílias, se encontrando, tirar o tempo de ir conversar com as pessoas, às vezes a gente não tirava o tempo de se encontrar, depois a gente vê outros valores” (Joana D'Arc). Então o trabalho deixa de ser penoso, além de mudarem as relações pessoais e familiares.

No caso, não consigo falar só da minha vida, olhando pra relação da família, aos poucos a gente foi construindo uma outra forma de organizar a família, isso foi uma coisa bem interessante. Porque enquanto se trabalhava de empregado não se tinha uma discussão do que fazer com o dinheiro, onde aplicar o dinheiro, onde investir o dinheiro, foi uma coisa que foi sendo construída e está em construção ainda, de como organizar o trabalho. Mas a questão do dinheiro foi uma questão muito clara a diferença que deu, a forma de como está se ganhando e se gastando. Hoje a gente faz tudo isso junto, tudo o que se ganha, essa renda, está sendo juntada a renda da família, claro tem as externas que não são tiradas da produção, mas tem a da produção que é a grande parte, a gente junta tudo isso e vê dali as contas que tem pra pagar, o dinheiro vira um bolo comum e o que sobrar das contas que tem naquele mês é dividido em parte igual. Então a primeira coisa é a organização da renda da família que foi possível fazer diferente, uma coisa que por exemplo, a [irmã] começou até a querer opinar nas coisas, coisa que eu não peguei nem meu irmão, a coisa sempre foi muito eles dois que decidiam ou o pai só que decidia (Calêndula).

Aparece um elemento que nos faz pensar geração, onde quem decidia era o pai, ela e o irmão mais velho não passaram por esse processo de decisão, sendo que a agroecologia proporciona a irmã mais jovem a participar e opinar. Ao pesquisarem relações familiares e de gênero a partir de práticas alimentares, Wedig e Menasche (2013, p. 156) asseguram que a responsabilidade das lavouras comerciais se encontra sob o pai de família, sendo estabelecidas hierarquias na família.

Hoje tem muita dívida pra pagar de coisas que não deram certo porque não foi conversado, não foi feito uma conversa, e como ele sempre trabalhou de empregado

tinha uma renda fixa que poderia ter sido melhor aplicada. O que falou mais alto foi a necessidade de pagar as dívidas, porque hoje através dessa junção, desse dinheiro a gente se organizou pra como pagar as dívidas, porque senão ela só ia crescendo e não tinha um planejamento de como pagar, era fazendo crédito pra pagar empréstimo, mas daí nunca se acaba, aí a gente decidiu vamos juntar todo mundo e vamos discutir o que a gente faz, aí a gente conseguiu se organizar (Calêndula).

Esse outro depoimento que obtivemos no decorrer da pesquisa, observamos que, com a organização das mulheres e a formação que estas recebem, influencia as famílias, que passam a se organizar mais conjuntamente, planejando sua produção e sua vida como um todo. As mulheres não aceitam mais o papel de servir, então exigem ser ouvidas e fazer parte das decisões, dos resultados da renda e da produção, bem como do direito de serem titulares das terras, como herança que, por muitos anos, ficou nas mãos somente dos filhos homens. E vão além: “penso em fazer agroecologia nesse pedaço meu, trabalhar sem desmatar, fazer a rotatividade, provar pras pessoas que é possível produzir sem destruir, então esse pedaço meu tá lá e eu não sei bem ainda como vou fazer, mas minha ideia é voltar a produzir” (Girassol). Quem tem o debate e o convencimento da agroecologia e hoje não consegue produzir tem o sonho de conseguir, e assim, com os novos aprendizados, concebem a natureza de forma diferenciada.

Mundos diferentes exigem aprendizados diferentes, assim, surpresas e temores sempre enriqueceram o aprendizado sobre o meio ambiente. O fascínio pela natureza acompanha a humanidade em sua evolução. O aprimoramento deste conhecimento é um processo educativo e evolutivo, de tal forma que a dimensão da natureza é a dimensão da Vida, embora muitos freios sociais impeçam esta realidade e ela, erroneamente, continue sendo mostrada ou ensinada antropocentricamente, nos moldes do Século XIV e XV, após os grandes descobrimentos, como o novo exótico e bizarro, sempre de forma utilitária e não holística. A natureza não é mais “os meios de produção”, [...] a natureza é muito mais, é um vínculo de memória com seu passado e ética com o futuro (PINHEIRO, 2005, p. 43).

Assim, as mulheres afirmam que, para a produção de sementes é necessário tempo e pessoas que possam se dedicar a esta atividade, “porque a semente crioula não é só colher a semente, precisa de todo um cuidado, melhoramento, então se tivesse mais tempo conseguiria fazer com melhor qualidade” (Calêndula). As sementes crioulas, além de necessitarem tempo para produzir, elas precisam significar uma opção de vida, a qual resgata uma cultura camponesa do cuidado, vivida por muitas gerações. Essa é “uma coisa bonita, diferente, simplesmente a gente foi aperfeiçoando, não tinha claro o que era, então se abraçou essa causa e sempre melhorando, tendo mais conhecimento, a gente foi se aperfeiçoando com quem mais entendia, fazendo curso, falando com as pessoas” (Margarida).

Nesse sentido, houve um determinado momento em que se perdeu essa autonomia camponesa com a revolução verde, mas ainda há pessoas interessadas em mudar, há resistências a esse modelo de produção, que contribuem com quem vem chegando, “nas experiências, observando, vendo, e isso a cada dia a gente foi somando né”. Também afirmam que se obteve mais conhecimento, “mesmo a questão da água, a gente toma água porque acostuma e não por que a gente sabe que faz parte da necessidade do corpo. Se pegar, água, terra, verdura, tudo influencia na vida da gente e a gente sempre quer aprofundar mais, porque sempre coisas novas aparecem” (Melissa).

Nesse caminho de produção agroecológica há conhecimento empírico, camponês, científico, popular, feminista, e que esse sempre está em busca do aperfeiçoamento, trazendo as técnicas antigas das avós e os técnicos aprovando, como secar as sementes no forro da casa, que as avós colocavam, porque não corria o risco de perder, “mas hoje já tem o prendedor pra pôr a roupa no varal, dá pra pôr um pacote de papel no varal e deixar ela secar ali, desde que não caia, são tudo sementes miúdas, tem que cuidar pra não se perder, essas práticas que nossas avós faziam vale pra hoje, mas é bem manual” (Margarida). A mesma camponesa afirma:

O Programa teve muito bom uma época, quando estávamos fazendo oficina de sementes, nós tínhamos mais de 70 municípios, cada oficina tinha um assunto [...] fomos trabalhando com as mulheres até o número 20 por aí. Nós do Movimento precisamos priorizar a questão das sementes, por conta que se a gente para de falar sobre isso volta tudo de novo o sistemão. Porque quando nós trabalhávamos as sementes, não trabalhava só isso, mas a agroecologia, um novo jeito de se alimentar, fundamental pra nós garantir a saúde também das pessoas, das mulheres (Margarida).

Assim podemos ver que, coletivamente, as mulheres dão-se conta de que precisam se aprofundar nas diferentes experiências.

Foi um projeto que a gente tinha um sonho de trabalhar isso na região, inclusive a gente batalhou muito, a gente teve muita discussão a nível nacional pra ver como a gente poderia, aí conseguimos em nível de estado, o governo do estado conseguiu aprovar um projeto que a gente fez, foi um projeto até grande que nós trabalhamos em 27 municípios, trabalhamos com 50 agentes de desenvolvimento na zona rural, tinha técnico, tinha um trabalho junto, a central era Caetitê e se espalhava pros municípios, cada município tinha 2 agentes de desenvolvimento que fazia o trabalho no município, esse trabalho era feito através de um campo de sementes. Cada município escolhia um local que dava pra construir o campo de sementes, esses campos eram trabalhados juntos com um agrônomo que ajudava a gente fazer esse trabalho, ali a gente fazia esse trabalho sem agrotóxico. Isso foi gratificante porque a gente conseguiu resgatar isso, que a gente produz sem agrotóxicos, as nossas sementes nativas, em todo os campos a gente conseguiu colher sementes (Dália).

O trabalho que as mulheres camponesas desenvolvem com as sementes crioulas se dá com teoria e prática, a partir das oficinas com etapas de formação técnica e política, construídas juntamente com a vida do Movimento. Isso vem a confirmar a palavra de Freire (2005), ao registrar que, teoria e prática juntas resultam na práxis e no processo educativo. Com essa formação, as camponesas vão mudando a cultura de produção.

Teve diferença, antes eu pensava que tudo tinha que estar bem limpinho, bem organizadinho, depois a agroecologia faz parte de uma coisa que não precisa estar bem arrumado, o que precisa é conciliar e dizer aqui vou arrancar esse e esse mato pra não prejudicar muito. No final de semana é que falta tempo, preciso ficar mais por casa junto com a família, fazer desde costura, queijo, essas coisas que a gente fazia no meio da semana, agora fica pro final de semana, vejo minhas amigas indo pra festa e coisa e eu não. Mas a questão da produção tem mais produção e alimentos do que as outras que não participam do Movimento (Margarida).

Elas falam que houve diferença com a produção agroecológica, mesmo que não consigam socializar as tarefas domésticas que continuam sendo “obrigação” delas e, com isso, falta tempo, então são muitos fatores entrelaçados. “No período que a gente trabalhava com o agrotóxico, meu companheiro mesmo adoeceu, depois que a gente deixou disso não teve mais problema de saúde” (Dália). Também relatam sobre essa mudança de cultura na família, que vai para além da saúde; algumas já viviam com mais liberdade, outras nem saíam de casa e muito menos falavam em público. Mas com a participação no MMC e o envolvimento com a agroecologia foi se aperfeiçoando o cuidado com a alimentação, com a natureza e com as pessoas. Assim, afirmam, como a entrevistada, sobre as mudanças e vivências atuais:

Temos um calendário, o dia que é de raiz, o dia que é de folha, flor, antes a gente não sabia e não tinha, hoje a gente olha o dia que é bom pra plantar, pra colher [...] A gente junta tudo, vai trabalhando as sementes vai plantando, plantas medicinais, se quer fazer um chá, um suco, é uma coisa automática, a gente vai fazendo um e completando o outro. Isso faz bem, é melhor pra saúde, pra família, pra comunidade e mesmo pra sociedade (Melissa).

As oficinas realizadas com as mulheres eram para todas as idades e com experiências diferenciadas. As formações buscavam trazer um certo nível comum para todas, trabalhando com uma metodologia em que possam trocar experiências e, ao mesmo tempo em que aprendem, também ensinam. “Inclusive depois das oficinas, as conversas das mulheres era outra. Falavam de sementes, plantas medicinais, inclusive na produção de galinhas caipiras, que foi também nessa questão da alimentação saudável”. As oficinas mudaram as mulheres, inclusive, o jeito de conversar, sobre assuntos “que estavam fora e vieram à tona com as oficinas” (Margarida). Também mudou o cuidado com a terra:

A forma de ver a terra, a natureza mudou muito com certeza e assim, é um cuidar, não é um trabalhar pra agredir, mas um trabalhar pra cuidar a terra. E também assim trabalhar, mas não sofrer, ir na hora mais fresca, a gente é dono pra trabalhar a hora que a gente quer. Também com a alegria de trabalhar de fazer o que a gente faz, só que o bom, mas nem sempre a gente consegue, é não fazer todo dia a mesma coisa, cada dia mudar dá mais prazer, é mais gostoso, a gente não cansa tanto fisicamente (Joana D'Arc).

Mais uma vez, a fala vem ao encontro do prazer em trabalhar. O que nas entrevistas vemos é que, quando trabalhavam no modelo convencional ligado à revolução verde, com grande quantidade de agrotóxicos, a jornada de trabalho era mais intensa, inclusive trabalhando em sábados e domingos sem o direito de descansar com a família, como relata Calêndula. Suas formas de lazer iam ficando de lado, pois não havia autonomia, nesse caso específico devido ao fato de serem empregadas. No entanto, nos casos em que a atividade era na própria Unidade de Produção, as mulheres como também os homens, não tinham autonomia no trabalho, questões já trabalhadas no primeiro capítulo, por conta de um modelo de produção baseado exclusivamente no lucro e integrado às grandes indústrias nacionais e multinacionais. Há também uma expulsão das famílias camponesas, ponto observado por Menezes e Almeida (2013, p. 137), “à proporção que crescia a produção de leite, também aumentavam as novas unidades de resfriamento e beneficiamento no território, privilegiando os médios e grandes produtores e excluindo os camponeses, da integração”.

Com a produção agroecológica se retoma, se constrói e reconstrói a autonomia. Como indica: “hoje vou plantar isso, isso e isso, mas o domingo ou sábado e domingo vou reservar pra mim. Isso é interessante porque quando você é autônomo você não depende do patrão assim, isso é interessante que daí muda essa questão do lazer também”. A jovem entrevistada explica que a família começa a passear mais “também por causa da renda que muda, começa a ficar mais frequente, sempre ir a algum lugar” (Calêndula). Destacamos aqui um diferencial na construção das novas relações, no que se refere aos espaços, pois uma vida camponesa convencional constitui-se “no terreno privilegiado do lazer masculino” (WEDIG; MENASCHE, 2013, p. 152).

Nessa construção de novos modos de vida, a partir da experiência vivida pelas camponesas, com processos de conscientização, evidenciam-se trocas:

Essa troca vem mais do projeto. As sementes... Percebemos que é uma prática que existia e continua existindo, porém a questão do agronegócio está chegando muito, a questão dos transgênicos, o milho transgênico, então as pessoas que não tem consciência já estão plantando ele na região. As pessoas quando a gente começa a conversar, elas falam das vantagens do milho crioulo, ele é mais gostoso, então as

peças que tem consciência elas estão querendo plantar o milho crioulo. A troca veio mais com o projeto, com essa, o conhecimento através do Movimento que veio essa troca (Dália).

A camponesa se refere ao trabalho com sementes, juntamente com a conscientização que levou à mudança de cultura, com as trocas e a produção de uma alimentação saudável. “Estamos protegendo o meio ambiente, estamos com o nosso quintal produtivo, a gente sabe que é saudável, que está fazendo o certo, então acho que mudou muito” (Açucena). Desse modo, dialogamos com Freire (2014, p. 69), quando afirma que “é na *História* como *possibilidade* que a subjetividade, em relação dialético-contraditória com a objetividade, assume o papel do sujeito e não só de objeto das transformações do mundo”. E vão se transformando: “Primeiro a gente queimava tudo, agora não queima mais, vai cuidando [...] Pra terra ficar forte” (Rosa). Experiências relatadas pelas camponesas de Santa Catarina e da Bahia comprovam um aprendizado e conscientização relacionados ao cuidar da terra, recuperando o solo para a produção.

Na história como possibilidade, as camponesas vão transformando e reafirmando sua cultura. Na Bahia “sempre as pessoas tiveram esse bom humor de ter as festas, as épocas de cada uma ter o seu estilo, talvez um pouco diferente, mas assim que o pessoal tem sua cultura, isso eu vejo que continua”. Conseguem durante o trabalho “contar piadas e tudo mais, assim a gente consegue ver isso, até elas dizem assim, quando a gente está depressiva vai pro grupo de mulheres que a depressão vai embora, por ter essa capacidade de falar aquilo que sente, de ter essa liberdade de falar com as outras” (Dália). Estas mudanças e aprendizados são evidentes tanto em Santa Catarina quanto na Bahia, mas quando o trabalho é no monocultivo não tem essa alegria em trabalhar, “porque o trabalho era mais individual e hoje é mais coletivo” (Açucena).

Essas percepções ultrapassam, *a priori*, a aceitação daquilo que é genericamente determinado *como de mulher*. Enquanto parte da produção de sentidos contrapostos para a prática agroecológica, todos reconhecem que, no projeto da *monocultura* na *modernização conservadora*, a horta, o pomar e outros cultivos não tem validade, pois não são lucrativos do ponto de vista de *mercado convencional*. Contudo, nos processos de reflexão coletiva para a incorporação prática do modelo de agricultura agroecológica, as mulheres atribuem outros sentidos às suas tradicionais práticas de trabalho. E passam a inverter atividades e espaços, fazendo das produções com base ecológica uma estratégia maior associada às formas de organização de luta social (HENN, 2013, p. 71).

Existe uma relação estreita entre a fala das entrevistadas e as impressões da autora, em que as relações de trabalho mudam, mas, por outro lado, com o envelhecimento no campo e o



êxodo rural, a mão de obra fica escassa, o que compromete as relações de trabalho familiares, como comenta Calêndula:

Hoje é meio complicado as relações de trabalho aqui em casa [...] quem está aqui direto é a mãe e é praticamente sozinha né, então tem as mudanças, mas não é bem, porque a agroecologia dá trabalho se produzir. A gente foi criando outras formas de renda, tem galinha, tem vaca, a gente foi comprando carneiro pra engordar daí tem que dar a mamadeira pra eles e tudo isso dá trabalho. Hoje está bem complicado isso, porque a gente aumentou o trabalho e diminuiu as pessoas, isso eu vejo que está complicando, porque é difícil pra quem está aqui direto né, e ela não é uma pessoa que tem saúde assim pra fazer tudo o que ela faz sozinha [...] Mas se tivesse duas pessoas que ficassem direto, dava conta, porque a agroecologia dá trabalho, mas tem autonomia da produção, então se for 4 horas na roça, consegue fazer muita coisa, plantar, limpar, não precisa tanto, ficar lá direto assim, o problema hoje é as pessoas pra trabalhar aqui.

Outra camponesa afirma que, “por ser uma produção que não tem agrotóxico é uma produção melhor, mais saudável, por não ter o agrotóxico junto” (Dália). A mudança na alimentação, mais uma vez aparece, como “comer feijão, é pra comer feijão, mas o valor do orgânico e agroecológico, a batata, a salsa, a mistura, variar, a gente trouxe pra dentro de casa” (Melissa). E ainda:

Mudou, meu Deus! Todos gostam, todos vem buscar aqui, os filhos que moram na cidade ou ao redor, por aqui tem de tudo aqui, desde peixe, salame, banha, batata, fruta, verdura, mandioca, e às vezes eles mesmos falam, tem que dar uma mão pra carpir, um filho veio ajudar plantar” (Margarida).

As mulheres relatam que nessa mudança na alimentação, houve uma reeducação alimentar “não é tanta massa e carne, massa e carne, é bem diversificado, mas tudo o que se consegue produzir né, um tempo atrás que tinha o tomate caríssimo, eu dizia que não ia consumir tomate, ia comer na safra, que no resto do ano ia comer outras coisas”. Também passam a consumir sementes de forma natural. “Muitas a gente até conhecia, mas não valorizava, como o gergelim, o açafrão também, não consumia gengibre [...] porque se sabe que faz bem, e a gente aprendeu nas oficinas, é bom a gente consumir várias cores (não ser tanto amido), farinha integral e a gente acaba gostando” (Joana D’Arc). E muda a variedade do que consomem;

Mudou, porque você tem variedades, eu chego na horta, eu tenho maxixe, eu tenho alface, couve, cebolinha, coentro, abóbora, mamão, então hoje eu vou comer um tipo de comida, amanhã eu já faço outro tipo de comida, se a gente não trabalha essa questão da agroecologia a gente não tem essa diversidade, então come o que tem (Dália).

Rosa comenta que há diferença, pois na plantação agroecológica “ali a folha pode botar na boca, antigamente não, não podia botar nada na boca. Nem uma vagem de feijão, nada, agora ficou bom. Pra comer agora tem mais coisas, antes tinha que ir comprar um pezinho de cebola e agora tem mais coisas”. E continua afirmando que se precisava algum ingrediente para fazer uma farofa, antes comprava, agora “tem uma alimentação melhor, ir na horta pegar uma cenoura, ralar e fazer uma farofa”. Como afirma Wedig e Menasche (2013, p.153) “a comida se apresenta como parte fundamental da cultura de cada sociedade, pois através dela expressam-se identidades sociais”.

Um dado que foi unânime é a certeza de que a agroecologia é o caminho e não há outro, mesmo para quem faz parte da coordenação, como quem apenas participa da oficina ou formação sobre sementes. Para quem tem responsabilidade de coordenar, fica claro esse compromisso, como podemos ver em uma fala: “Mas tem todo um planejamento antes, com datas, locais, como se participa, quantas vezes, tudo isso a gente faz dentro do planejamento das sementes crioulas de hortaliças [...] A gente tem certeza que esse é o caminho mesmo e não tem outro” (Melissa).

Consideramos pertinente para essa nossa constatação relacionar a síntese de Henn (2013, p. 75), onde afirma que a agroecologia se constrói associada a outras bandeiras de lutas sociais, “as lutas assumidas pelas mulheres do campo, quando referidas ao sistema de saberes e práticas da agroecologia, tornam-se estratégias de transformação nos respectivos espaços de vida e redes de inserção social”.

Nessa estratégia de transformação nos espaços de vida com a agroecologia, vemos declaradamente a relação que fazem do micro e macro; algumas mulheres apontaram dificuldades, outras falaram que é fácil percorrer esse caminho. “É só querer, só precisa algumas técnicas, que nossas mães e avós tinham, aquelas que conseguimos recuperar seguimos, mas hoje com a modernidade precisamos ter novas técnicas com as sementes pra usar menos tempo: peneirar, secar, armazenar, tudo, há necessidade”, e afirmam, ainda, o que “a gente ganha é a paixão por sementes, semente é muito mística, é uma questão de soberania mesmo” (Margarida).

Em alguns casos, juntamente com o trabalho do MMC, outras experiências contribuíram com a transição para a agroecologia. “Foi a partir do Movimento, mas também em 2002 a gente começou a participar de feiras: Feira da Melancia, Feira do Milho Crioulo, que acho que andou meio junto com o Movimento. A gente foi vendo outras alternativas pra se ter renda, a gente já trabalhava com venda”. Joana D’Arc conta que vendiam diretamente ao consumidor, nas casas, mas “antes a gente tinha integração de frango, em 1997/98, a gente parou, por

problemas de saúde, a gente foi mudando o jeito de produzir, mas não tinha muitas alternativas; no início a gente vendia o que sobrava, surgiu a ideia do artesanato, nós fazia chinelo de pneu”.

Coloca ainda, que a primeira feira que participaram foi a “Feira da Melancia, mais o pessoal do MST<sup>64</sup>, um companheiro veio e nos motivou a ir vender, a gente fez uns noventa (90) pares e vendeu quase tudo, aquela primeira feira motivou sem ser conhecido, acho que foi em 2002”. Então, a motivação pelas vendas e, viram que era possível ter renda para além da integração, no ano seguinte levaram maior variedade de produtos para vender, “depois, com o participar do Movimento, e participando em outros espaços, como o Fórum Social Mundial (FSM), a gente foi conhecendo pessoas novas e vendo que tinha outras possibilidades. Em 2003/04 a gente foi deixando de usar agrotóxicos, foi plantando coisas diferentes”. Depois deixaram a integração, plantavam milho e feijão, e tinham vaca de leite e “até hoje na região, o forte é vaca de leite, mas a gente viu que não é só isso, que tem outras coisas que dá retorno financeiro também” (Joana D’Arc). Na questão das dificuldades enfrentadas para a transição agroecológica, as mulheres apontam a conscientização como fundamental.

Nessa questão da luta é um pouco difícil, mas que a gente tenta, essa questão da conscientização das pessoas, principalmente as pessoas que trabalham na terra mas não veem a questão de trabalhar com a agroecologia, então é uma luta que continua, que temos que continuar falando dela, das vantagens que a gente tem, da preservação do meio ambiente, da saúde que a gente tem, porque não adianta falar da saúde e colocar veneno na terra que a gente está destruindo a própria vida né. Então preservar a vida pra mim é tudo isso, é cuidar da terra, trabalhar a terra, trabalhar agroecologia, não jogar veneno, procurar sempre produzir sementes crioulas não os transgênicos e é isso, levar essa mensagem a quem a gente possa a gente está levando essa missão (Dália).

Todas as entrevistadas falaram de seus momentos de trabalho com agrotóxicos, com integração direta ou indiretamente, quando a família está envolvida. “Mas trabalhar com veneno eu sempre tive medo, minha ex-sogra mesmo ela jogava veneno pra formiga, eu dizia isso é veneno, eu sempre tive essa preocupação desde mais cedo, porque a gente tinha essa preocupação no Sindicato” e, continua:

Meu pai sempre teve duas moradas, uma no município de Baianópolis e outra no município de Tabocas, lá no município de Baianópolis é onde tem mais o buriti, o brejo, então tinha muitos brejos. Na época chegou os sulistas, os gaúchos lá na região ensinar o povo trabalhar, a ideia era essa ensinar o povo trabalhar, então eu já tava vindo estudar aqui, ia menos lá no município de Baianópolis. Sabe o que me

---

<sup>64</sup> Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

marcou muito voltar lá e ver os brejos tudo seco, sabe tinha um lugar lá que a gente chamava passagem que era a água passando a água limpinha, aí a gente ver a água tudo seco. No fundo da casa da minha vó tinha um cacimbão, a gente pegava água ali, mas não podia lavar roupa dentro porque era uma cacimba, minador ali, um buraco que minava, a gente chegava ali, cinco (5), as vezes oito (8) mulheres tudo lavando roupa, pegava água, voltava lá tava do mesmo jeito, nunca via baixado, minador tão forte daqueles, agora ver tudo seco. O progresso, aquilo ali marcou muito a minha vida e não pude fazer muito, ver minha irmã lá e outros achando que aquilo tava bom, hoje já vê que foi um prejuízo muito grande porque secou completamente a região (Girassol).

Cada uma retrata o momento em que começou o uso de agrotóxicos de uma forma, tanto como vítimas do sistema quanto numa falta de responsabilidade familiar; “na verdade teve um período que a gente começou a se desviar; eu coloco assim se desviar, porque eu lembro que, na minha família, meu pai sempre trabalhou com agroecologia, as nossa lavouras eram plantadas na mesma roça e dava tudo, dava melancia, dava abóbora...” (Dália). Ela continua listando os produtos que produziam, sem a aplicação de veneno. Aqui retomamos Pinheiro (2005) e Primavesi (1964), os quais dissertam sobre o período da revolução verde em que se convence que a terra é um corpo inerte ou um suporte inerte. E Dália continua o relato de sua experiência:

[...] dava feijão, dava milho, mandioca, tudo na mesma roça. Mas teve um período que a gente começou a fazer monocultivo, aí começamos a plantar algodão, o algodão plantava sozinho, tinha que jogar veneno porque o empréstimo do banco que exigia isso que tinha que ter uma nota pra prestar conta ao banco, aí a gente viu que isso tava errado e a gente voltou a plantar como a gente plantava antes, esse foi um período mais ou menos de uns 8 a 10 anos que a gente ficou assim. Mas vimos que não estava dando resultado, então voltamos a plantar como plantávamos antigamente.

Açucena relata que já usaram veneno na lavoura; hoje toda a Unidade de Produção é agroecológica, mas ela sempre pensou que, além do trabalho, precisa ter o momento de lazer. Por terem uma lavoura pequena, dava tempo em pensar para além do que a revolução verde ditava, “porque quanto mais você planta pensando no capital aí é que esquece mais, mas sempre nosso trabalho não foi tanto assim”. Para sair do convencional, as mulheres trazem em seus depoimentos a transição entre o cultivo com uso de agrotóxicos e o aprendizado e aplicação de práticas agroecológicas, mostrando que cada experiência é única e se concretiza de forma diferente. Nesse caso, registram que a diferença “as une”, pois são as especificidades de cada mulher, cada grupo familiar, cada comunidade, cada local, cada oportunidade que constroem essa proposta do cultivo agroecológico.

Tem uma família que entre filhos, irmãos compram um saco de feijão vermelho,

porque dizem que ninguém tem esse feijão e ele é bom. Por exemplo, arroz integral, só que o arroz é complicado pra produzir, porque dá uns dias de sol já prejudica, teve ano que não colhemos nada, mas arroz a gente vende até pra agricultor porque quase ninguém mais tem arroz, esse arroz crioulo, e pra fazer uma galinhada é outro gosto. Mas a gente teve que deixar a terra descansar, tinha ano que a gente plantava e não colhia muita coisa, porque o solo estava morto por causa do agrotóxico, fizemos cobertura de solo/adubação verde, com mucuna, tremosso, aveia, tinha lugar que a gente não plantava pra colher, mas só pra fazer cobertura e recuperar a terra (Joana D’Arc).

Autores que trabalham com a produção orgânica, como Primavesi (1964) e Pinheiro (2005), ressaltam que a terra está doente por falta de cuidado e se está doente não vai produzir. As entrevistadas falam que, nesse período de transição para a agroecologia, é necessário ter apoio, ajuda de entidades que não se tem. “Porque pra deixar o solo se recuperar por dois ou três anos, a família vai sobreviver do que? Nesse ponto, pra nós o artesanato ajudou muito, pra ter menos produção de lavoura e conseguir ter renda” (Joana D’Arc). Por sua vez, Calêndula, ao falar desse período de transição, diz que essa produção sem veneno “foi tomando força conforme nós fomos nos organizando”. Como aponta Henn (2013, p. 76) a horta passa a ser prioridade.

Esse organizar-se conta com um conhecimento sobre o processo de produção; elas vão aprendendo e, aos poucos, vão melhorando e, com o passar dos encontros, descobrem qual a importância das sementes crioulas e da agroecologia e nas formações aprofundam o conhecimento sobre “as plantas amigas e inimigas, onde uma dá e a outra não dá, a gente achava que era natural dela, que ela não deu, mas tudo tem a ver com o terreno, a sombra, tudo isso influencia”. Sobre a secagem das sementes para depois armazenar explica que pode ser em um pacote, que o mesmo “tem que ser papel, escuro, marronzinho” e que, com a prática, é que vai se descobrir quando a semente está boa para guardar.

No momento da entrevista, perguntamos se existe algum teste, como um medidor de umidade, e a resposta foi: “[risos] tudo no natural, guarda pra secar, debulha, faz a experiência de deixar no sol, tempo, por natureza a gente sabe; essa está boa pra guardar. Essa dá pra guardar hoje, essa tem que ser amanhã, a gente pega a prática, não precisa muito segredo pra guardar no pacote”. A entrevistada acrescenta que obteve conhecimentos a partir da formação. “...claro que às vezes minha mãe dizia: não leve essa semente na horta por que está muito úmido. Mas com a formação é que a gente foi vendo, mesmo que seja dentro de casa ela puxa pra si a umidade, quando a gente precisa não tem semente boa pra plantar” (Melissa).

Essa fala revela o conhecimento, partindo das experiências de vida. Desta forma identificamos os saberes diferentes, que ninguém sabe tudo, ninguém ignora tudo, mas há saberes que são diferentes (FREIRE, 2005). Na fala de Melissa, quando se refere à semente

boa, esta é a semente com qualidade genética. E essas sementes podem ter diferentes formas de serem armazenadas pelas camponesas. Podemos visualizar na foto uma forma de armazenagem das sementes pelas camponesas, inclusive fazendo reciclagem.



Unidade de Produção de Melissa. Foto: Catiane Cinelli.

Algumas sementes podem, até mesmo, terem sido guardadas desde as gerações antepassadas, enquanto outras podem ser trocadas, como podemos ver na fala de Joana D’Arc: “A maioria foi comprada, trocada; essa do arroz, uma vez nós tinha plantado uma que compramos numa agropecuária que veio do Paraná, depois conseguimos da Epagri<sup>65</sup>. Feijão foi comprado nas feiras, sempre tendo o cuidado pra que seja crioulo”. Esta é uma ressalva importante, pois hoje, nas empresas agropecuárias e lojas de sementes, se encontram apenas sementes híbridas ou, na maioria, somente transgênicas, como é o caso da soja e do milho. Joana D’Arc explica: “como colhemos, plantamos e colhemos de novo, é semente crioula, porque o híbrido a gente perde um pouco”. Nessa fala está o grande saber popular camponês, pois ela sabe que a semente é crioula pela sua produtividade. No qual compreendemos como conhecimento relacional em Freire (2014, p. 71). Identificamos em Calêndula a dinâmica em conseguir as sementes:

<sup>65</sup> Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri).

Alguma coisa é trocada, outras são compradas e poucas se conseguem aqui mesmo com a produção. Conseguimos ervilha, feijão, milho, alface, couve, coisa que é mais fácil produzir semente, porque tem algumas coisas que é mais difícil. A discussão da agroecologia veio na família e a produção é familiar, hoje a maioria da produção é agroecológica, tem uma parte que é pastagem piqueteada pra usar no inverno, a maior parte é horta, tem uma parte com plantação de feijão também orgânico, como nossa unidade de produção tem 50% de mata fechada, também a plantação não é tão grande, mas o que tem hoje a maioria é agroecológico, com plantação orgânica.

As mudanças são evidentes, a partir da fala de Calêndula, pois se antes era apenas uma horta pequenininha, agora a maior parte da unidade de produção é horta. Dália descreve como foi se dando esse trabalho com as sementes, dentro do Movimento, relacionando o trabalho com a produção. A camponesa relata que essa é uma discussão conjunta de todos os estados em que há a organização, e que também congrega a participação das mulheres, num “momento de participação dos estados e regiões juntos, [...]”. Nessa nossa luta conseguimos, em 2007, lançar a Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis”. Dália explica porque e como essa campanha foi lançada em nível nacional. E continua:

Tivemos essa convicção de que nós mulheres camponesas somos capazes de produzir alimentos saudáveis, dos quintais, das hortas, do trabalho em si das mulheres. Descobrimos que isso é alimentação saudável, sabemos que aquilo que estamos comendo é alimento saudável, sem agrotóxicos, sem veneno que muita gente joga na lavoura. Nós sabemos que nossa produção é saudável porque somos nós que produzimos, então lançamos essa campanha que fizemos esse trabalho nas comunidades pela agroecologia, pela diversidade, temos esse entendimento que é capaz de manter a saúde através da alimentação, que a gente produz nesses meios.

A campanha pela produção de alimentos saudáveis vai se intensificando e a discussão se amplia para além, pois para ter uma alimentação saudável é necessário sair desse modelo de produção imposto pelo atual agronegócio, com base nas sementes transgênicas e no uso de agrotóxicos. Nas palavras de Henn (2013, p. 75) “da mesma forma que ocorre a valorização da agroecologia [...] incentivada e apoiada pelas organizações e movimentos sociais, também os ideais, as utopias e a ideologia das lutas se referenciam pela projeção de outra forma de organização da sociedade”. Para se construir outros modos de vida no campo, é preciso discutir formas de renda, de diversificação da produção que não agrida o meio-ambiente, que não incorpore venenos, que não polua o solo e as águas e que mantenha o cuidado com a biodiversidade das mulheres e das famílias camponesas. Assim, na fala de Joana D’Arc, há uma produção de artesanato, juntamente com a transição da Unidade de Produção, dizendo que é na Unidade de Produção que conseguem a renda, nada externo, só neste último ano o companheiro se aposentou, e que há um ano, dois filhos dependiam dessa renda e o mais jovem ainda trabalha e depende dali.

Nessa diversificação da produção, as mulheres aprendem a não aplicar veneno, a controlar os bichinhos com algumas caldas que contribuem para o controle biológico, como podemos ver na fala de Rosa: “Pega o talo de fumo, deixa de molho e põe. Também casca de angico, põe de molho também pro pulgão”. Mais uma vez aparece o conhecimento relacional, na produção de interconhecimentos (FREIRE, 2014). O protagonismo das mulheres se faz presente em muitas falas, bem como observamos nas Unidades de Produção. Por exemplo, na fala de Girassol, quando relata seu trabalho com as mulheres:

Elas não dependem deles, fazem sozinhas. Meu pai, por exemplo, não gosta de comer um feijão e arroz sem molho, mas ele não é muito de molhar assim, a mãe sai de casa alguns dias ele molha uma coisa e deixa outra sem molhar, mas se não tiver quem faz, pega uma folha de mato pelo menos pra comer. Muitas vezes também as pessoas não percebem que essa é uma das grandes sustentabilidades das famílias, é uma reflexão que precisamos ajudar as mulheres fazer. Até um colega que diz você já somou no seu dia o quanto você gastaria se você fosse comprar o café, o almoço, você botou o que no almoço, o lanche e a janta, quanto você acha que gastou num dia uma pessoa, aí ele faz a matemática lá, uma semana, um mês, quantas pessoas tem na casa. As vezes a pessoa chora porque não tem um salário, mas se fosse somar vale mais do que ter um salário na cidade, o ovo, a galinha, as mulheres aqui ainda não aprendeu a fazer essa conta, que foi o que a gente debateu com o ministro, que é a produção invisível.

Essa discussão do trabalho invisível aparece nos encontros das mulheres, pois a maior parte do trabalho que realizam não é visível, e, na maioria das vezes, nem mesmo é reconhecido como trabalho. Essa invisibilidade aparece também em estudos realizados por Esmeraldo (2013, p. 240): “O trabalho produtivo é constituidor da identidade e da autoridade masculina e requer a invisibilização e omissão do trabalho feminino que, se anuncia nos roçados como ajuda”. Então é necessária uma educação-conscientização coletiva, e, do mesmo modo, as mulheres assumem o trabalho coletivamente, com algumas especificidades, onde no Nordeste, as mulheres tem o trabalho produtivo individualmente na família/Unidade de Produção, mas também há o trabalho produtivo para que se obtenha a renda, sendo este trabalho coletivo, desenvolvido na associação ou grupos de mulheres. No Sul, o trabalho em si, nas Unidades de Produção visitadas, acontece com a família. Já existe uma discussão coletiva no Movimento, ou nos grupos para a realização das feiras, mas o trabalho prático é realizado individualmente.

Na Bahia, a experiência com sementes crioulas nos grupos de mulheres se deu, como explica Dália:

A semente ficou pro grupo, mas assim em cada município, por exemplo, Pindaí nós conseguimos numa área que era menos de meio hectare, colher mais de 10 sacas de



milho e feijão. Plantamos uma área de feijão e uma de milho, conseguimos colher e começamos a distribuir essa semente nas comunidades, que até hoje ainda existe isso, as vezes alguém perdeu a semente, mas na outra comunidade não perdeu. Por exemplo, a minha semente de milho eu perdi esse ano, porque a chuva não deixou colher, acabei plantando toda. Mas nesse encontro que a gente teve ontem, eu já resgatei isso, porque Caculé que tinha essa semente me cedeu, então eu tenho certeza que eu não perdi ela, eu vou plantar e ano que vem eu posso ter pra passar pra outra comunidade.

A experiência com sementes e o trabalho político do MMC se dá nas comunidades, com ênfase ao grupo de mulheres, que conseguem se reunir, fazer e ter a formação. Dália destaca que, com a formação e trabalho coletivo, as mulheres vão valorizando mais seu próprio trabalho e “hoje se você senta e vai conversar com as mulheres, elas já conseguem falar o que elas fazem”. Com isso, relata que elas conseguem compreender seus direitos, “dizer quem fez isso foi eu, porque antigamente elas não viam isso, se perguntava se elas trabalhavam elas respondiam que não, então hoje a gente vê isso no grupo, elas conseguem falar do trabalho delas, a gente consegue ver na fala delas”. No dizer de Henn (2013, p. 85) vai para além disso porque todos reconhecem que “as mulheres têm papel fundamental no processo”. Afirmamos que as mesmas, com sua organização e produção, estão sendo visibilizadas e, de certa forma, reconhecidas como sujeitas de ação.

A partir desse protagonismo feminino no trabalho agroecológico, as mulheres camponesas conseguem influenciar as suas famílias, algumas no todo da Unidade de Produção, outras somente no pomar, mas com a convicção de que esse é o caminho. Melissa fala dessa dificuldade em ter toda a Unidade de Produção agroecológica, “só é o pomar, a horta, plantas medicinais, plantamos muito o feijão, o milho crioulo, mas hoje por causa de outras estruturas, a gente não consegue mais ter o milho crioulo, a pipoca ainda consegue, mas bem reduzido”. Também afirma que, na família, somente ela tem essa compreensão, devido à formação que obteve no MMC. Como observaram Gaspareto e Menezes (2013, p. 318) ao pesquisarem as jovens camponesas do MMC:

Algumas dessas jovens mencionaram desejos de exercitar um tipo de agricultura diferente, conforme debatem no Movimento, mas terão de enfrentar as ideias e concepções que defendem uma agricultura química, enraizada em suas famílias, principalmente na figura masculina, que é ainda quem determina e escolhe como fazer os cultivos e a gestão da propriedade. Não raramente, o confronto de tais concepções ocorre ante os novos valores que a jovem elabora no Movimento, em relação à agricultura, e aquilo que encontra na família reforça o desestímulo quanto à vida no campo. Questionar a figura do pai até alternar a decisão do mesmo não será tarefa fácil e dependerá de um árduo caminho a ser percorrido.

Essa dificuldade na transição exige que as mulheres, incluindo as mais jovens, construam estratégias de convencimento. Cada entrevistada explica como encontrou uma forma de trilhar esse caminho. Calêndula, como jovem, afirma que na família dela o que influenciou a transição foi a renda, “porque tem uma coisa que fala muito alto que é a renda, a partir do momento que se viu que a agroecologia dava certo, se apostou mais nela”. No entanto, isso teve que ser mostrado na prática que dava certo e, mais uma vez, quem fez isso foram as mulheres, com sua persistência, resistência e enfrentamento. “Como nasci e cresci vendo meu pai empregado, então demorou a ter a autonomia, teve que ser mostrado na prática, se pegar dez (10) anos atrás quando se estava na teoria da alimentação saudável, era uma coisa na horta, pra nós e tal, que não se apostava muito” (Calêndula). Ela afirma que se tivesse apostado antes, nunca tinham plantado fumo.

Seguindo as falas anteriores, sobre a produção agroecológica, encontramos diferentes estágios, algumas com a Unidade de Produção transformada, outras começando, como vemos na resposta quando perguntamos se produzem levando em conta a agroecologia: “Totalmente não. O ambiente ao redor é muito atingido, praticamente nem orgânico mesmo, porque sempre influencia o que é de fora, hoje não posso dizer; isso é uma insistência que continuo insistindo, agora até quando continuo manter isso, não sei dizer” (Melissa).

Há uma insistência e persistência pela produção agroecológica, mas quando Melissa afirma que não sabe até quando isso continua, vemos que há dificuldade e, por vezes, pode faltar força para persistir nesta luta cotidiana. Já na Unidade de Produção de Joana D’Arc obtemos uma concordância na família que trabalha pela agroecologia. Sendo que essa família faz parte de um grupo ligado à Rede Eco Vida, o qual fornece o certificado e assistência à produção em grupos e não individualmente. Joana D’Arc explica: “esse grupo e a Rede Eco Vida tem certificação participativa, aí tem um certificado que eu posso comercializar, mas daí, a cada ano é feita a vistoria e a gente diz o que vai comercializar. No caso da minha propriedade, eu trabalho toda orgânica, não tenho uma área”, ela explica que tem famílias do grupo que tem área de produção orgânica e área convencional, com híbrido e agrotóxico, “área limpa e área com agrotóxicos e eu não”.

Açucena afirma que a agroecologia veio “depois que estou no Movimento de Mulheres Camponesas, trabalho mais. A gente foi participando de formação, palestras e foi aprendendo o valor de trabalhar com agroecologia”. A definição de agroecologia aparece nitidamente na fala das mulheres, como descrevemos a partir de Dália.

Pra mim agroecologia é você dentro da sua propriedade estar preservando as plantas

nativas da sua região, é você plantar tudo aquilo que produz na região. Aqui tem por exemplo uma planta o umbuzeiro que é nativa, o coqueiro é nativa, a aroeira, o angico que são plantas nativas da região, a gente não pode acabar com isso. Por outro lado na lavoura você poder plantar de tudo o que produz no mesmo terreno, sem destruir áreas pra plantar coisas diferentes. Então pra mim agroecologia é você preservar o que você tem, o seu terreno, é preservar as plantas que existe e plantar sem destruir o que a natureza tem naquele local.

Para Açucena a “agroecologia eu entendo que é um trabalho que a gente faz, uma produção que a gente trabalha, protege o meio ambiente, com trabalho sem agrotóxicos”. Penso que a fala de Calêndula complementa essa ideia, quando ela afirma que “agroecologia pra mim é uma relação tão grande de várias coisas, não é só a ausência do veneno”. E exemplifica:

Essa questão do cuidado com a água, agora recentemente a gente foi fazer uma proteção pra fonte de água, agora bem recentemente a gente foi fazer uma fossa descente, porque até então era buraco, que se fazia direto no solo, agora que a gente conseguiu comprar fossa séptica certinho, que tem todo um esquema que se torna um pouco menos agressivo. É uma relação, são várias coisas, isso pega tanto da parte legal do orgânico, como a gente tem certificação, mas como pra parte não só pra estar legalizado, mas por compreender que é um todo que você precisa daquilo, que você precisa conviver em harmonia com aquilo que é dali que tira seu sustento, produz alimento. Agroecologia também é um modo de viver, da relação com os animais, se você ver aqui é tudo uma mistura de coisas, de galinhas, de vaca, e tudo diversificado, na horta a gente tem que avançar, ainda tem separado o lugar das coisas, a gente procura diversificar o máximo que a gente puder, da plantação das coisas, tem várias coisas plantadas, as vezes de pouquinho, mas que faz toda uma relação.

Calêndula fortalece a questão da agroecologia, reafirmando que não é só; “ausência de veneno que possibilita mudar a relação com a natureza, com a terra; está muito claro e o Movimento ensinou isso pra gente, sempre olhar a agroecologia como um modo de vida, que isso é possível e que a experiência mostra que é possível, viver de outra forma”.

Sobre as concepções de agroecologia, em cada estado há um diferencial sobre como foram desenvolvendo as práticas e formulando seus conceitos, ou seja, vivenciando a práxis. Em Santa Catarina, com o Programa de Sementes, as mulheres vão avançando nas experiências agroecológicas, ou de transição para a agroecologia, e o debate vai crescendo no todo do MMC. É importante pontuar que nem todas as mulheres que fazem parte do Movimento produzem agroecologicamente; muitas enfrentam dificuldades, algumas ainda não se convenceram. Mas há um saber acumulado sobre essas práticas, como aborda Calêndula.

Eu não peguei tanto essa parte assim, quando eu comecei a participar mais do Movimento, estava nesse processo de sementes, mas eu não me aprofundi nele assim, mas aqui nós realizava as oficinas e sempre teve muito próximo a troca de

sementes entre as mulheres e a produção de sementes foi virando uma espécie de ritual das mulheres, de trocar, recuperar e produzir as sementes em si. Então tem relação, porque esse programa de recuperar as sementes também promoveu as mulheres terem mais diversidade em casa, de hortaliças e de verdura, tem uma relação bem forte.

Calêndula ressalta que participou de outros processos internos no MMC, que cursou Licenciatura em Educação do Campo, então não conseguia acompanhar todo o processo de trabalho das sementes, como hoje mais atentamente acompanha o das plantas medicinais, sendo que o Programa de Sementes tem como princípio a diversidade, porque “se olhar hoje quantas espécies de sementes foi recuperado, foi produzido assim, isso dá uma dimensão da ânsia das mulheres em produzir a biodiversidade”. Ela cita as feiras, “sendo que a maioria das mulheres que estão na feira hoje elas pegaram esse processo também, e aquilo ali que foi incentivando elas a produzir uma alimentação saudável, a valorizar o trabalho das mulheres, a correr atrás de uma forma de comercializar”. Então, mesmo que nem todas as mulheres tenham a prática da produção como principal atividade, “aquilo ali acendeu uma chama nas mulheres de que era possível produzir diferente”.

Na Bahia, acontece o Projeto de Sementes, com a mesma orientação das discussões do MMC e as mulheres vão aperfeiçoando suas práticas a partir desse trabalho. Assim, alguns conhecimentos populares, associados aos conhecimentos técnicos da agroecologia, são colocados em ação, como afirma Dália:

Olha, algumas plantas tem praga, por conta do terreno, quando ele tá muito fraco, destruído, então a planta já tem uma tendência a sofrer. Eu costumo fazer a comparação que a planta é como nós, se nós tiver bem alimentado, o organismo bem preparado, a gente tem menos chance de adoecer, então a gente consegue fazer essa relação com a planta também, quando o terreno não tá bem preparado, a planta começa a sofrer algum tipo de deficiência. Mas isso a gente aprendeu no projeto de estar trabalhando a questão dos defensivos naturais, a questão da agroecologia já ajuda um pouco, você planta as plantas todas juntas, uma pode defender a outra. Por exemplo, você planta o milho e planta o girassol junto, o girassol costuma dar um besourinho que ele devora a lagarta que dá no milho, então você associa essas duas plantas juntos vai ter essa vantagem, o milho dá muito aquela lagarta que dá no olho, mas o próprio besourinho que dá na flor do girassol que devora. Tem outras plantas também que uma vai tirando da outra e por aí vai, a natureza tem seus segredos que a gente as vezes vai contra ela, mas quando a gente é capaz de perceber isso, tem a vantagem. E a gente joga muito o defensivo natural, por exemplo, urina de vaca, o sabão, o leite, pimenta, o fumo, algumas plantas como o angico, algumas plantas que a gente combate o inseto das plantas e isso ajuda bastante.

Ambas as experiências, que se concretizam em experiências vividas, a partir do conceito de Thompson (1987), trabalham com os bancos ou bancas de sementes<sup>66</sup>, recuperando, produzindo, melhorando e armazenando as sementes crioulas. As mulheres relatam que, com as formações, encontros e oficinas, as formas de armazenar as sementes mudaram e algumas passaram a fazê-lo a partir desse conhecimento adquirido, outras já tinham conhecimento das avós e mães. Por exemplo, Melissa relata:

Mudou, isso quase que eu não sabia, a mãe fazia do jeito que ela sabia, em pacotinho. Guardar em vasilhame mais adequado e local mais seco, podia ter pra um ano, dois anos, deixar reserva [...] Na realidade a gente tem parte que a gente guarda sementes, não a grande quantia, mas a quantia de ter pra gente e pra distribuir, sempre as mulheres tem algo que não é da mesma espécie [...] Por exemplo alface, tem que deixar quando ela está trocando de cor amarelada, colher e deixar na sombra por alguns dias, depois pôr num pacote escuro e deixa no varal uns dois dias, depois recolhe, faz a limpeza e vê se está boa pra guardar em vasilha pequena. Pronta pra plantar o que precisa, o que não precisa distribui ou guarda pra próxima etapa.

Margarida explica que tem um espaço na despensa da casa para guardar as sementes, mas reconhece que precisa organizar melhor. Ela conta que a semente dela já tem destino, a partir do grupo da comunidade, grupo de base do MMC, em que as mulheres estudaram e começaram a se organizar para suas produções específicas, para a banca do MMC. Além de outros grupos visando disponibilizar as sementes para produção de mudas, assim garantindo a multiplicação e não necessitando armazenar as sementes por muito tempo, mas sempre renovando. “Eu me favoreço muito com a banca do Movimento que lá nós estamos sempre renovando, com essa nova organização, esse grupo de mulheres vai ter essa semente também”. O depoimento de Margarida mostra que ela guarda muitas sementes e que tem a própria semente:

Que sempre planto assim é a rúcula, semeei a rúcula, mostarda, alface, chicória, repolho e couve (essencial na alimentação) e tomate, que eu tenho quase o ano inteiro, só mesmo um período ele desaparece, mas depois vem de novo, agora já tem frutinha, uns pés já estão florescido e logo começa e vai até o inverno de novo. Eu nunca fico sem essas verduras, eu tenho batata, mandioca também [...] Inclusive eu tenho um maço de alfaces pra produzir, está secando ali na área, e essa é com o plano de já levar lá pra nós produzir mudinha. Batata, mandioca, essa parte aí vai fazendo as mudas de um ano pro outro. A semente de amendoim a gente se troca com as vizinhas, pra sempre mudar a semente.

---

<sup>66</sup> A nomenclatura pode mudar, mas ambas referem-se a um espaço físico onde se armazenam sementes, podendo ser uma construção específica para isso ou um cômodo da casa, ou ainda, uma prateleira/armário, onde são guardadas as sementes.

Joana D’Arc ressalta que, armazenar sementes, não é simples e que perdeu algumas variedades de feijão, ficando só com três. Mas tem três variedades de arroz, “esse ano plantei três, ano passado plantei quatro, eu tenho um amarelão, um com o grão mais fino que não é tão amarelo, o amarelão é mais precoce pra colher e tem um que a casca é preta, mas o grão dentro é branco, é mais grossinho, fica muito bom fazer integral”. Ela diz que tem o cantinho das sementes e que guarda em garrafas reutilizadas bem fechadas, no porão da casa que é um lugar mais reservado, escuro. Explica a razão de ser nesse ambiente: “No porão, a gente percebia que ficava mais tempo, a gente foi observando e daí nas oficinas, na discussão a gente foi vendo que no escuro, bem fechada... A garrafa PET é algo novo pra guardar semente”. Mais uma vez aparece o conhecimento camponês, a partir da experiência e observação, a semente precisa ser guardada no escuro para que não se reproduza no período de armazenamento. Calêndula fala sobre essa etapa:

Algumas sementes são mais fáceis, outras mais difíceis, algumas consegue guardar de um ano pro outro [...] As sementes organizadas em garrafas PET e guardadas no galpão [...] A mãe sempre teve o hábito de guardar e trocar as sementes, que também veio de casa, com o Movimento aperfeiçoou, ou guarda ou sabe quem tem, troca ou compra das pessoas.

Na fala de Dália, “a gente não chama de banco de semente, mas uma comunidade tem uma estrutura que cada grupo cuida disso, por exemplo, aqui em Pedra Grande mesmo é uma comunidade que a gente está tentando fazer esse trabalho”. Ela fala da pretensão de melhorar essa estrutura de armazenagem, “alguns grupos que apoia como a Cáritas que está apoiando a gente, esse ano a gente tá querendo construir um galpãozinho pra que essa semente fique guardada, pra não perder essas sementes”. E continua:

Até hoje a gente guarda cada uma na sua casa, então a ideia é ter um lugar que tenha mais segurança pra essa semente [...] Eu guardo na despensa mesmo, num lugarzinho ali que eu tenho, então eu encho as garrafas e coloco ali [...] Nesse projeto com acompanhamento dos técnicos, eles ensinaram algumas técnicas de armazenagem. A gente usa essas garrafas PET, os saquinhos, então resgatar até os vasilhames de barro que o pessoal guardava antigamente, então colocar cinza em cima pra vedar ali pra não dar besouro, a gente guarda dessa forma.

A armazenagem das sementes exige técnicas específicas e o resgate de alguns saberes, conhecimentos e utensílios que já possuem e utilizaram num período antes da revolução verde em que era comum a armazenagem das sementes. Respeitando os costumes e modos de vida de cada comunidade, Dália explica que na experiência específica de produção de sementes “deixava mais a ver da comunidade, cada comunidade a gente fazia a discussão pra ver qual a

semente que tinha ali e que a gente conseguiria fazer, e com isso conseguimos alguns lugares plantar milho, feijão, hortaliças, mas que em todos os municípios foi feito esse trabalho”. Diz, também, que colheram toda a semente que foi plantada. Açucena faz seu depoimento sobre a produção e armazenamento:

Às vezes consigo, mas as vezes fica difícil pra conseguir. Pra mim eu guardo aqui mesmo, guardo nas garrafas, tem um quartinho onde guardo [...] Olha, desde antes, a gente foi fazendo, e com o trabalho no Movimento, na associação a gente sempre está fazendo essa formação, eu continuo guardando.

Rosa relata que aprendeu no projeto das sementes sobre o processo de produção e armazenamento. “Pega a semente, colhe, escolhe, pega o litro de refrigerante e coloca dentro bem tampadinho, coloca assim num lugar fresco”. Ela explica que guarda num quartinho, onde não pega sol e isso é muito importante para a produção de sementes, pois a luz solar estimula o processo de germinação, como ouvimos nas formações “o sol acorda as sementes”. Para ela produzir semente crioula “não é muito difícil não [...] Eu planto de duas vezes, guardo dois litros, planto um litro, deixo o outro ali pra plantar mais tarde. É mais fácil de não perder tudo” (Rosa).

O cuidado para não perder todas as sementes, não plantar todas de uma vez, fazer trocas é essencial para a continuidade da biodiversidade, pois, além de dificuldades naturais, como clima, chuva demais ou de menos, hoje tem a ameaça das espécies com os transgênicos. Nem sempre é fácil a produção na fala de Joana D’Arc.

É, depende as coisas, mas tem que ter as técnicas, não secar demais mas também não guardar com umidade, depois depende da variedade, se é a semente mais fininha, menor a semente, por exemplo, de hortaliça é mais complicado de produzir. Sementes como milho, feijão, pipoca é mais fácil, quanto menor a semente é mais complicado.

Pensamos que Calêndula é quem nos dá uma síntese sobre as facilidades e dificuldades, “não é fácil, mas não é impossível, o nosso problema é das pessoas trabalharem aqui, então se consegue se organizar pra ter duas pessoas ou três pessoas que estejam direto, a produção acontece”. Mais uma vez aparece a dificuldade da mão de obra e, dentre outras questões, a sucessão familiar passa a ser uma preocupação na discussão dos movimentos populares. Ou como já mostramos em outras falas, quem fica na agricultura é cooptado para essa modernização e grande produtividade. Calêndula vai dizer que conseguem ver a diferença quando todos os membros da família trabalham juntos.

Num final de semana que seja, a gente vai lá, faz e é rápido com várias pessoas. Precisa a centralidade pra produção. Você tem que trabalhar pensando que ninguém fica rico fazendo a agroecologia, mas vai poder pagar dívidas, ter uma vida mais saudável e hoje tem formas e também incentivos pra produção que há alguns anos não tinha. Também tem que se trabalhar que a agroecologia não tem um lucro grande, mas tem uma vida diferente, condições de viver de uma outra forma, então tudo isso é um processo, tem que trabalhar a consciência também. Se olha a vizinhança, eles veem a agricultura como um grande negócio que tem que dar muito lucro, não podem plantar pra receber uma miséria, então a opção pela agroecologia tem que ter uma história, vim de alguma coisa esse debate da agroecologia, ele não nasce do nada.

Dália demonstra muito apego ao trabalho coletivo e agroecológico, ela afirma sobre a produção de sementes: “Não é difícil não, pra mim eu acho que a semente crioula é mais fácil de produzir que outra”. Para quem tem dificuldades, essas se mostram das mais diversas formas, como para Melissa:

Muito sol e muita chuva, a questão dos químicos que atinge ao redor, insetos, porque os insetos procuram coisas boas, também precisa de repelente natural para não matar os insetos [...] Para cada uma de nós particularmente, mas a gente vai somando e vendo que atinge a maioria das Unidades de Produção [...] Não, não é fácil, leva muito tempo, se pegar uma semente maior como pipoca tranquilo, mas pegar uma radiche dá muito serviço, como debulhar, peneirar, e pegar as horas que contribui, não pode ser dia de chuva, ter cuidado para que não caia longe.

Essa fala vem ao encontro do que, anteriormente, foi dito por Joana D’Arc, quando esta afirmava que, quanto menor a semente, mais difícil de produzir e tomar todos os cuidados para o armazenamento. Sendo que essa camponesa também explicou que a dificuldade está na mão de obra, sendo que no início da transição para a agroecologia “as dificuldades eram a formação, depois os filhos foram buscando formação, um fez engenharia em agroecologia, então a gente já tem na família onde buscar informação, também o curso que eu fiz ajuda”. Para Calêndula que já apontou as dificuldades de mão de obra, residente na região mais fria de Santa Catarina, há outras dificuldades:

O clima aqui é bem difícil, como é muito frio, a melhor época de produzir é agora no verão, viver da agricultura como um todo, o clima é algo que interfere muito, porque nunca sabe o que vai acontecer, se vai dar uma geada que vai matar tudo ou vai dar uma chuva de pedra que vai acabar com tudo. E você não consegue produzir tudo o ano inteiro, aqui não produz algumas coisas no inverno, outras produz só no inverno, isso é uma característica da agroecologia, porque a produção convencional pode produzir em grande escala vai de um lugar pra outro, tem no mercado tem tudo o ano inteiro. As pessoas que vão numa feira agroecológica também querem que lá tenha tudo o ano inteiro, tem que trabalhar isso também com as pessoas, são as coisas da época, as frutas da época. Tudo acaba esbarrando nas pessoas, como limpar as plantas, pra não deixar tomar conta tem que limpar, dar uma controlada pra planta poder vir saudável, e pra isso precisa de pessoas.



De forma mais ampla, para Calêndula as dificuldades estão relacionadas à falta de incentivo, “já tem o que é um avanço, mas tem muito que avançar, tanto no incentivo financeiro quanto da consciência mesmo de quem produz e quem consome as coisas mais saudável”. Joana D’Arc também citou a falta de créditos, pois há muito crédito para o agronegócio e pouco para a agroecologia. Calêndula acrescenta: “a agroecologia ainda tá de quem consegue acessar, não está no povo, ela está na produção mais pequena, quantidade pequena e não atinge o povo como um todo”.

Açucena, moradora na região oeste da Bahia, onde há muitos meses não chove e há alguns anos que as chuvas, na região, estão abaixo da média, assim como Calêndula, ambas estabelecem relações com as questões climáticas, dizendo que a falta de chuva dificulta a produção de sementes.

Dificulta, tem vezes que não consegue produzir. Quando perde a gente pega, esse ano mesmo o milho a gente pegou dum vizinho, ele sempre guarda e a gente pegou [...] A dificuldade é porque você está trabalhando ali e os defensivos que está colocando é tudo natural mais e o outro não, passou ali deu um pulgão, um inseto, passou ali, acabou com ele de repente. E a agroecologia não, a gente sabe que é mais difícil, é um trabalho mais lento [...] As dificuldades são de fora (Açucena).

Como todas as entrevistadas da Bahia, Rosa também fala da seca: “Só a chuva que está pouca. Planto tudo junto, deixo uma parte pra semente, mas não planto separado”. Ela diz que mesmo com pouca chuva que prejudica muito, conseguem produzir o feijão. “O ano passado choveu pouco, esse ano também foi pouco, faz uns anos que chove pouco”.

Assim, as experiências que constroem os modos de vida das camponesas se dão com o trabalho no campo, superando as dificuldades climáticas e do modelo. Essas mulheres mostram que é possível viver de outra forma, sem depender exclusivamente do mercado. Com suas práticas despontam aprendizados, conhecimentos e um processo educativo que contribui para a continuidade da vida, com relações mais justas entre as pessoas e harmônicas com a natureza, compreendendo que somos parte dela.

### 3.4 A EDUCAÇÃO NA EXPERIÊNCIA: FORMAÇÃO E APRENDIZADOS NA LUTA

As mulheres camponesas mostram em sua experiência que há um processo educativo, sendo com aprendizados, ensinamentos, saberes e conhecimentos populares. A conscientização se dá com a educação popular ou educação libertadora, na concepção de Freire (2005; 2014). Na agricultura, as mulheres vão se sentindo donas de suas vidas, vão se

vendo enquanto gente, enquanto pessoas, num processo de luta pela sua libertação de todas as formas de opressão. Freire (2005) na clássica *Pedagogia do oprimido*, que é válido retomar, confirma-se, nesta tese, que ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, as mulheres se educam em comunhão umas com as outras e com o mundo. E, com suas experiências e persistência na luta acabam por educar, também, suas famílias.

As mulheres aprendem e ensinam umas com as outras; elas percebem que vivem num processo opressor na sociedade patriarcal e que, ao mesmo tempo, há o agronegócio impondo formas de produção. Esse “abrir os olhos” se dá com a organização, formação e lutas no Movimento de Mulheres Camponesas. A partir do envolvimento com o MMC e se constituindo enquanto militantes, dirigentes, coordenadoras, monitoras de sementes, elas se tornam verdadeiras educadoras, no sentido em que afirma Freire (1996, p. 24): “Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade”.

Nessa boniteza que envolve o se fazer enquanto educadoras, as mulheres fazem uma opção e, com isso, constroem outro modo de viver. E quando questionamos sobre os processos em que ensinam, elas nos respondem que ensinam até nas rodas de chimarrão.

O grupo que a gente tem de mulheres, a gente tem o mesmo caminho, a gente aproveita essa forma da gente ver, ‘a gente fez assim deu certo’ [...] Ensinar, ensinar não, mas passar ideia de que é bom, é por aí, que sabia a muito tempo, que aprendeu no Movimento, mesmo sem a gente dizer eu sou Movimento, a gente transmite aquilo que aprendeu no Movimento [...] Espaço que a gente tem certeza, outras entidades, no MMC, comunidade, município, regional, reuniões regionais, oficinas de plantas aromáticas, de sementes crioulas, e em todos os espaços do MMC (Melissa).

No depoimento de Melissa fica evidente que há um processo de formação/educação que se dá na sua participação no Movimento. No trecho “Ensinar, ensinar não” da fala de Melissa, compreendemos o sentido do que Freire (1996, p. 23) afirma, em sua obra quando esta camponesa deixa claro que ela não é a única pessoa, ou ser, que sabe, mas que aprende e ensina nesse processo de formação. Ela explica que, no início, tinha uma necessidade de melhor entendimento, como a libertação da mulher, pois “muitas coisas a gente achava que era natural, mas nem tudo é natural, esse descobrimento teve que se dar dentro do Movimento, porque na igreja e no sindicato não passavam essa ideia; descobrimos a partir da formação que a gente teve no Movimento”. Aqui aparece o diferencial de um movimento autônomo de mulheres – o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) –, pois em outros

espaços há uma discussão acerca da luta de classes, da sociedade em que vivemos e sobre a necessidade de transformá-la, mas, mesmo assim, as mulheres continuam com um papel de servir. Na continuidade de sua fala, Melissa vai dizer que a questão das sementes está relacionada com o todo da formação política, ou seja, não consegue separar.

Perpassa e acontece sem a gente perceber, mesmo sem estar na questão da semente, mas aparece porque é continuidade da formação, a nossa própria formação é uma semente [...] A questão da gente ser capaz, assumir e levar em frente e não se deixar dominar por qualquer coisinha, seguir no que a gente acha que é o certo, exemplo pras demais [...] Dizer pras mulheres que esse é um todo, uma coisa bonita e buscar sempre mais, precisamos enfrentar esse mundo, porque ele precisa muito de nós. Cada uma de nós é responsável pela mudança.

Essa fala de Melissa é seu recado para todas as mulheres. A partir do que aprendeu na luta, ela estende a quem talvez ainda não tenha conseguido se libertar e perceber sua importância no processo de mudança. Ao considerar as mulheres como educadoras nesse processo, mais uma vez trouxemos uma afirmação de Freire (2014, p. 49):

COMO EDUCADORES PROGRESSISTAS (sic), creio que temos a responsabilidade ética de revelar situações de opressão. Acredito que seja nosso dever criar meios de compreensão de realidades políticas e históricas que deem origem a possibilidades de mudança. Penso que seja nosso papel desenvolver métodos de trabalho que permitam aos(as), pouco a pouco, revelarem sua própria realidade.

Nessa mesma linha, Margarida relata que consegue ensinar através do Movimento, ressaltando que precisa de organização, dentre outros aprendizados. Sobre isso, afirma que: “não é eu sair aí como louca querendo fazer agroecologia”. Ela explica que a agroecologia é possível a partir da organização e articulação, cita a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), como um desses espaços. Mas deixa nítida a sua especificidade, enquanto participante do MMC.

Aqui em SC eu participo especificamente no MMC, é nessas andanças, que conseguimos organizar material, organizar oficinas, assim por diante pra avançar nesse sentido [...] Nós aqui do Movimento de Mulheres Camponesas temos um grupo de monitoras, elas tem a responsabilidade de levar o conhecimento nas oficinas, fazendo a oficina, levam material que seja bem elaborado, que não fique dúvida. A gente tem um grupo que elabora esse material, no caso tem várias pessoas, professoras, agrônomos, técnicas, muitas militantes do MMC, fazem um material acessível.

Joana D’Arc relata sobre seus aprendizados, dizendo que aprendeu “a preocupação com a vida, com a continuidade da vida, então até a gente é uma semente que germina, então até

que tiver semente que germina vamos ter vida. A preocupação com a vida e que tem ligação com as sementes”. E a partir desse aprendizado de cuidar da vida, ela afirma conseguir ensinar outras pessoas, dizendo que passa conhecimento no falar, no participar, nas visitas que vem na Unidade de Produção, para os filhos, a filha e para o companheiro.

Observamos, neste processo de construção da tese, que a Unidade de Produção de Joana D’Arc foi a cada dia se tornando uma referência de produção agroecológica, recebendo muitos grupos para conhecer essa experiência. Nos encontros de formação observados, ouvimos sobre os espaços pedagógicos, que são Unidades de Produção, como a de Joana D’Arc e de outras mulheres que ousaram romper com o modelo de agricultura convencional. Os espaços pedagógicos são no sentido de que a Unidade de Produção não é perfeita, não tem a agroecologia perfeita, como os teóricos desenvolvem, mas há um aprendizado contínuo na relação com a natureza. Há uma pretensão de vencer os obstáculos, seja internamente na Unidade de Produção, com tensões familiares, seja com os vizinhos que plantam com agrotóxicos e transgênicos. Assim, vão se colocando como problemas e a cada dia descobrindo alternativas sobre como desenvolver a agroecologia, colocando-se novas perguntas e tendo novos aprendizados, no dizer de Freire (2005, p. 31):

Desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem a si mesmo como problema. Descobrem que pouco sabem de si, de seu ‘posto no cosmos’, e se inquietam por saber mais. Estará, aliás, no reconhecimento do seu pouco saber de si uma das razões dessa procura. Ao se instalarem na quase, senão trágica descoberta do seu pouco saber de si, se sabem problemas a eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas.

Essas são perguntas que são levadas às mulheres no processo de ensino e aprendizagem, nesse processo de teoria e prática, nessa práxis, que se faz na luta diária pela transformação do campo brasileiro e, com isso, na sociedade brasileira. Calêndula fala desse processo pedagógico, que não é só falar, mas falar a partir da experiência vivida.

Eu aprendo, porque uma coisa é você dizer que a agroecologia dá certo, que é possível as novas relações, a partir do que leu e aprendeu no Movimento. E outra coisa é você falar a partir do que leu, estudou, aprendeu e também vive isso na prática. Hoje eu posso dizer, a partir do que construímos aqui: dá certo, não só na produção e gerar renda, mas principalmente construir uma relação diferente.

Calêndula afirma que o trabalho educa, porque essa construção com o trabalho e as experiências concretas mostra que é possível fazer diferente. “Educar nada mais é do que humanizar, caminhar para a emancipação, a autonomia responsável, a subjetividade moral, ética” (ARROYO, 2008, p. 144). Calêndula argumenta que, por exemplo, a irmã mais nova,

nasceu já numa outra realidade, uma realidade que ela e seu irmão mais velho não viveram. Ela relata que a irmã está sendo educada numa outra relação, tanto com a terra quanto entre as pessoas. “Ela também estuda numa escola do campo, que tem seus limites conceituais, mas já tem uma outra educação... Eu e o [irmão] sempre estudamos na cidade, essa é diferente, o que ela vê dentro da família também é diferente”. Sobre ensinar outras mulheres, Calêndula declara que:

Acho que é tudo isso junto, o trabalho da consciência vem pela prática, de mostrar que dá certo, mas também pelo debate que se tem da agroecologia e do projeto de agricultura camponesa agroecológico. Não consigo dizer se eu ou se nós conseguimos ensinar outras pessoas, mas conseguimos mostrar que há outra forma de se relacionar com tudo isso, de produzir e viver [...] Aqui a gente tem uma organização de grupo das mulheres que produzem, que gira muito em torno da produção, da feira, são as mesmas mulheres, conhecimento que a gente vai construindo coletivamente, sempre uma mostrando pra outra que é possível, uma troca. Sempre reforçando a importância da organização das mulheres, de que foi possível, é muito nos debates que acontecem, sempre tem um grande risco de que o grupo vai só pra questão da produção pra ter renda, sempre tem que dar uma puxada de que não é só isso.

Novamente, as mulheres não se colocam como únicas sabedoras, mas com o desenrolar da pesquisa fica evidente que elas educam, ao mesmo tempo em que se educam, ensinam e aprendem. Isso vem a ser concordante com Freire (1996, p. 26), quando registra que “ensinar não se esgota no ‘tratamento’ do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível”. Ao falar do aprendizado no Movimento e com o processo da agroecologia, Girassol inicia com um suspiro, seguido de: “...Oh! Quanto!”, e continua contando que cursou “Licenciatura em História, eu sei que a escola passou por mim e eu não passei pela escola, eu sei que o meu Ensino Médio, o meu período de faculdade eu não aprendi um quarto daquilo que a vida, o Movimento já me ensinou”. Afirma, ainda, que não consegue quantificar a aprendizagem com esse processo para sua vida, tanto pessoal, financeira, sua autoestima “e tudo foi ganhado nessa caminhada da vida, de tantas pessoas que já conheci nesse cotidiano da vida, muito, muito, muito”.

Sobre conseguir ensinar outras pessoas com esse aprendizado, ela afirma que consegue ir para além do MMC, “tanto nos grupos como na vida. No grupo, você consegue mais que o que você ensinou, é mais coletivo”. O depoimento de Girassol mostra que os aprendizados e os ensinamentos, ou o processo de ensino/aprendizagem, se constitui nos e com os modos de vida das mulheres camponesas.

Porque assim é, a educação a ser praticada pela liderança revolucionária se faz em co-intencionalidade. Educador e educandos (liderança e massas), co-intencionados à

realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento (FREIRE, 2005, p. 64).

Além desse engajamento citado por Freire, aplicado ao caso do aprender e ensinar na agroecologia, Dália afirma: “no dia a dia basta você prestar atenção na natureza, ela dá resposta do que está vivendo, tava dizendo essa semana, às vezes eu vou pra horta e me envolvo, começo a mexer com as plantas, arrancar um mato, plantar, fazer alguma coisa, quando vejo o tempo passa”. Nesse sentido, percebemos um aprendizado com a vida da natureza, colocando-se como parte dela, “você se envolve naquele trabalho que você faz junto à natureza ali”, então há trocas, não é um trabalho penoso e sim prazeroso. E ela diz ainda que consegue ensinar às outras mulheres, porque:

Nós tivemos um trabalho ano passado com o grupo de mulheres aqui e juntas nós conseguimos aprender a lidar mais com a terra. Por exemplo, a terra está fraca e o que vamos fazer, a gente coloca o esterco da vaca, casca do ovo. Então através disso a gente consegue passar a mensagem pra outras pessoas, nós fizemos isso era umas 20 pessoas e foi muito bom, depois a gente vê as pessoas falar, ‘ah eu fiz a horta lá e coloquei e deu certo’. O aprendizado vai se multiplicando.

Sendo assim, Freire (2005, p. 78) nos deixa uma mensagem de que a educação problematizadora e libertadora acontece através do diálogo. Por conseguinte, Açucena fala sobre seus aprendizados no projeto de sementes, relatando que já aprendeu muito e continua aprendendo. “Aprende a preservar o meio ambiente, aprende mais a cuidar da água, aprende a respeitar mais a natureza, respeitar as nossas companheiras, é um trabalho solidário de muitas aprendizagens”. Diz que há um processo de troca de saberes e conhecimentos, assim a partir do aprendizado consegue ensinar outras mulheres, através da conversa, do diálogo, “tenho uma companheira mesmo que foi muito sofredora em casa, até com o marido, então eu fui dizendo que fosse conversando e ela conseguiu superar, quando eu lembro eu tenho a maior felicidade do mundo, porque eu sei que ajudei ela superar isso”. Considerando as dirigentes educadoras, relacionamos os seus processos de ensino/aprendizagem aos ensinamentos do educador Paulo Freire (2005, p. 79):

O educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de *estar sendo com* as liberdades e não *contra* elas.

Nesse processo de educar e ser educada, Rosa nos conta que, com a formação das sementes, aprendeu que “é pra plantar coisa sem passar veneno. Antes passava um pouco de veneno, por modo do feijão”. O aprendizado vai além da produção. Isso ficou evidente em todas as falas, assim como podemos ver: “a gente aprende mais a viver com as pessoas, que antes a gente ficava tonto aí, só ir na igreja mesmo, agora no terceiro sábado a gente vai lá mais dona [nome da dirigente], a gente aprende mais coisa” (Rosa).

Nesse processo de troca de saberes, conscientização e experiência das mulheres, há formas diferenciadas, dependendo de cada realidade específica, de resistência e enfrentamento. Margarida afirma que a resistência “existiu sempre, desde que começamos a trabalhar, mas com os transgênicos o enfrentamento se acirrou muito mais, pois os transgênicos quando começaram a contaminar nossas sementes daí foi muito mais esse enfrentamento”. Ela diz que foi necessário “dizer não às sementes que sabemos que são transgênicas, que contaminam a nossa semente, aí que é o problema”. E ela continua dizendo que “nós criamos esse outro jeito de produzir sementes”. Parafraseando Freire (2005, p. 58), ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinha, as mulheres se libertam em comunhão, e é nesse processo de luta e resistência que buscam o ser mais.

O próprio processo de armazenagem de sementes crioulas é resistência e também enfrentamento ao modelo de agricultura imposto pelo agronegócio, pois se esse agronegócio afirma que o caminho são os transgênicos, guardar as sementes por dois anos ou mais é um enfrentamento direto. “Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor” (FREIRE, 2005, p. 58-59).

Assim, o enfrentamento ao sistema opressor do agronegócio se dá a partir da luta, organização e formação, como se evidencia na fala de Joana D’Arc: “antes guardava menos, em embalagem de papel, também se plantava menos, não tinha essa diversidade, também a gente nem valorizava como o gergelim, produzir e consumir o gergelim, então isso foi a partir do Movimento que a gente foi aprendendo”. Ela ainda acrescenta que a agroecologia, relacionada com o todo da Unidade de Produção, com o mínimo de produtos externos, é uma resistência ao modelo capitalista de produção que é também de exploração e subordinação. Assim, ao questionamento se a armazenagem das sementes é resistência, responde:

Sim, é uma forma de resistência, e não é fácil também fazer assim, é enfrentamento e é uma independência também, porque a gente não está dependendo deles pra comprar, a partir do momento que temos nossa semente, plantamos o quanto e quando nós quiser. Também vamos ter alimentos pra um bom tempo, não dependemos de mercado pra comer, a gente tem uma independência do sistema,

embora algumas coisas estamos dentro. É possível fazer diferente mesmo estando dentro, mas se livrar tudo é complicado, não se vive isolado, a gente precisa ter a renda, porque tem internet, celular, gasolina, tem coisas que a gente precisa ter a renda mensal (Joana D'Arc).

Impressionante como Joana D'Arc consegue fazer uma análise de todo o sistema nesta fala, que estamos dentro dele, não podemos viver isoladas, mas podemos fazer diferente e, mesmo vivendo nele, podemos não depender dele. Calêndula também vai nessa mesma linha de pensamento, afirmando que há muitas coisas relacionadas à resistência e ao enfrentamento:

A resistência quando você olha em volta e vê que é um dos poucos que produz agroecologia no meio de um monte de milho envenenado, um monte de pinus, gente que passa veneno nos potreiro. Viver num mundo completamente capitalista, consumista que, a todo o momento, diz que a agroecologia não dá certo e que você tem que produzir, passar veneno, veneno, veneno e que agroecologia é coisa de quem não tem o que fazer. E essa região também é muito forte isso, é muita monocultura, então viver de outra forma já é resistir a isso. Enfrentamento é diário, enfrentamento a toda essa forma de produzir convencional, porque está na cabeça das pessoas, de quem produz e quem consome.

Aqui nos baseamos na resistência no sentido em que traz Mesías (2012), como uma forma de ação coletiva, que se torna possível desde outra visão, que não a dominante, que permite que o sujeito individual e coletivo é capaz de viver sua própria experiência e intervir na realidade em que vive. Girassol afirma que têm muitas resistências, tanto no âmbito das relações, resistindo e enfrentando o patriarcado, quanto no âmbito do capital:

Primeiro a mulher diz: tem essa roça aqui não vamos queimar; a mulher não tem força pra isso, então você planta pra lá é seu; esse aqui é meu, ela não tem essa resistência. Mas segundo, quando ele resolve jogar o veneno o agrotóxico, a mulher tem muita dificuldade de convencer, bem difícil, e principalmente têm uns homens que nunca escuta, que são muito do contra, se a mulher disser o errado ele vai pro certo, algumas tem que aprender isso. É difícil plantar pro natural, a mulher tem muita dificuldade (Girassol).

A fala de Girassol mostra algumas contradições, pois nem sempre a mulher tem essa força, mas ela continua tentando e resistindo. Dália evidencia que há uma resistência de quem tem consciência, mas também há um processo de cooptação que atinge muitas camponesas. Ela afirma que o mercado “está cada vez mais se encharcando e você consegue ver agricultores que se deixam levar por isso, camponesas que não conseguem manter esse trabalho, sabem que é bom, que vive, mas ainda se deixam levar por outros na questão do agronegócio e tudo mais”. Açucena acrescenta: “Tem resistência. Porque é um trabalho que a gente acredita que vai dar certo e está dando certo, e então temos que resistir naquilo ali pra ter as conquistas que nós queremos”.



Essa resistência e esse enfrentamento se sustentam no sonho de um outro mundo possível, no sonho de uma sociedade transformada, justa e igualitária, na busca pela felicidade. E assim as mulheres vão se construindo enquanto gente, construindo sua libertação, essa utopia de uma vida digna com igualdade, justiça e solidariedade. Melissa diz quem ela é hoje:

Isso vai se dando dia após dia, porque não posso dizer o que vou fazer no ano que vem, mas diariamente vou tendo responsabilidade, com segurança daquilo que faço, daquilo que vejo. Sou uma peça, esse lugar é seguro pra mim, fazendo a minha parte, vou me fazendo mais como Melissa, camponesa, MMC.

O depoimento mostra que nesse processo de resistência, enfrentamento e busca pela transformação e libertação, diariamente, Melissa assume um papel de protagonista, com responsabilidade, deixando de lado, ou superando, um papel de servidão que o patriarcado impõe. Os sonhos de Melissa são: “ter uma vida com saúde, lazer, ter uma vida longa, terminar meus estudos, terminar não, porque o estudo nunca termina, como agora que estou indo na aula, é difícil, mas gosto demais”. Uma camponesa idosa afirmar que gosta de estudar, cursando uma graduação é um sinal de superação, de resistência, enfrentamento, transformação e libertação, pois essa Melissa está mudada. Ela afirma que sua autoestima mudou depois que participou do Movimento: “mudou e muito, porque é a vida que ensina. Então o remédio a gente toma quando está doente, então não precisamos ficar doentes. A gente se valorizar, essa autoestima depende da mulher, do ser humano”.

O sonho de Margarida está relacionado a uma agricultura sem veneno e ela tem a convicção que isso é possível:

Eu acho que sim, essa pergunta me fiz várias vezes, adianta o que a gente lutar tanto vai tudo por água abaixo, a semente crioula é a pura que vai construir a humanidade, o homem e a mulher. E essa semente transgênica a gente não sabe o que vai dar, acho que está com os dias contados.

O sonho pela transformação e libertação deixa a certeza da possibilidade de uma agricultura sem agrotóxicos e que é possível produzir alimento para todas as pessoas do mundo agroecologicamente. Assim como afirma Joana D’Arc:

Eu acho que é possível mais a longo prazo, porque o solo está muito morto pelo uso do agrotóxico, então se pegar um solo desses e produzir orgânico não vai render a mesma coisa que um solo recuperado que tenha nutrientes nesse solo, claro que é difícil começar produzir.

Assim as mulheres demonstram ter muita autoestima e procuram trabalhar juntas, quem sabe por participarem do Movimento, do trabalho de formação, refletindo sobre suas vidas, sobre as semelhanças dos problemas que enfrentam em suas famílias... “Participar, ver formas de participar, dentro do Movimento, assumir e dizer que é capaz e tentar que cada momento da sua vida possa servir como referência”. E qual a importância do participar? Perguntamos. “A vida precisa desse participar, porque não fomos modelados só pra uma coisa, participar do todo, da formação, participar da festa, tudo isso é a continuidade”. E estar junto é importante para a vida? “Deve acontecer, deve continuar e não pode sumir nunca, porque isso é o natural da vida da gente, tem que ter forma pra tudo organizado, mas deve acontecer, e ajustar dentro da pauta do dia” (Melissa).

Por fim, as mulheres camponesas, com sua cultura, sua experiência e seus modos de vida, aprendem, ensinam e trocam seus conhecimentos e saberes em meio a suas práticas de produção construindo a agroecologia e da luta por uma outra forma de viver em sociedade com mais solidariedade. Essa construção se dá com resistência e enfrentamento ao sistema societário capitalista e patriarcal, dizem que esse modelo não serve para as trabalhadoras, querem construir outras formas de viver que possibilite a libertação da exploração e opressão sofridas por serem mulheres e pobres.

O processo educativo vivenciado pelas camponesas na Bahia e em Santa Catarina se dá com os cursos de formação do Movimento de Mulheres Camponesas, com os Encontros Nacionais, Estaduais, Regionais, Municipais, ou nos Grupos de Base. Essa forma de estarem juntas e discutirem sobre suas vidas, descobrindo como chegaram numa situação de opressão para dela se libertarem. O reunir-se que possibilita falar sobre seus processos de produções agroecológicas ou orgânicas, mas que buscam construir outra forma de produzir, aprendendo com as experiências das companheiras. O que acontece é uma educação libertadora que transforma seu ser, seu jeito de ver a vida e com isso, transforma suas famílias e a comunidade onde vivem, pois suas ações já são outras.

## A COLHEITA DESSA PLANTAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao chegar ao final de uma etapa, ou de um ciclo vivenciado na Academia, com esta tese podemos afirmar que concluímos uma exigência para uma formação em nível de Doutorado em Educação, uma pesquisa com um determinado foco e com objetivos definidos para percorrer esse caminho. No entanto, não se encerram os desafios investigatórios no campo da Educação Popular e dos movimentos sociais populares, uma vez que, novos apontamentos nos levam a outros questionamentos e, nesse sentido, as exigências acadêmica e social persistem em nossas vidas com novos ciclos, que, provavelmente, vão se abrir.

Assim como as sementes são semeadas, cultivadas, cuidadas até desenvolver seu ciclo de maturação e produzir novos frutos e novas sementes para que o ciclo se reinicie novamente, podemos dizer que, a partir de uma colheita que ocorreu no Mestrado, novas sementes foram colhidas, armazenadas e semeadas. Essas sementes plantadas precisaram de cuidados nesses quatro anos de estudo e responsabilidade que exige um Doutorado em Educação. E, assim como as sementes, nós também dependemos do clima, da temperatura, das possibilidades e de possíveis readaptações. Somos vida e passamos por uma “temperatura”, por uma fase de desânimo, de fuga da escrita, de desculpas para deixar para amanhã, além de termos de nos adaptar ao “clima” proporcionado e às condições disponíveis. Contudo, foram quatro anos de profunda germinação, criação, cuidados, superações, até chegarmos à tese, pesquisando uma realidade vivida que não para, que também se modifica.

As entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2014, em Santa Catarina, e primeiro semestre de 2015, na Bahia. E hoje, primeiro semestre de 2016, com certeza, muitos elementos mudaram, as entrevistadas podem estar com novas percepções, assim como suas tarefas e suas idades são outras. As observações e considerações que apresentamos aqui fazem parte do que foi possível ao que nos propomos, tendo a convicção de que a pesquisa com experiências vividas por seres humanos é desafiadora, porque nos trazem grandes aprendizados, elas nos desacomodam, nos fazem mudar o caminho, nos fazem rediscutir as pesquisas feitas para alcançar o objetivo proposto. Podemos dizer que a construção da tese, a escrita propriamente dita, foi um exercício muito solitário, “eu, meu computador e meu chimarrão”, e, ao mesmo tempo, um trabalho coletivo, com a orientadora e com as pesquisadas, quando nos encontrávamos para poder tirar dúvidas que foram surgindo nas leituras e na escrita.

O ciclo da produção, nesse caso do conhecimento proposto, nos trouxe a esse lugar, a essa nova experiência que, somente ao viver conseguimos sentir a dimensão que representa,

talvez assim como as pesquisadas, ao nos perguntar: constituímos um novo modo de vida? Com certeza as minhas vivências foram outras, a de pesquisadora, a de discente numa Universidade Federal, o que me obrigou a viver numa capital – a do estado do Rio Grande do Sul, ou seja, em Porto Alegre – que me forçou a um deslocamento de um município pequeno com três mil habitantes, em Santa Catarina “que ninguém sabia onde ficava na ocasião da seleção de bolsa, quando foi feita a primeira pergunta: Primeiro nos diga onde fica essa Santa Terezinha do Progresso?” Comparada com Porto Alegre, ainda mais no centro, quanta barulheira, quanto tempo sem poder dormir e estudar, quanta vontade de desistir, mas “é por uma boa causa” e assim chegamos aqui, o que podemos dizer que este é um momento que nos parece ser de superação.

Como resultado desse processo, afirmamos que o texto da tese pode ser considerado a colheita dessa plantação, o fruto que a sementeira nos proporcionou, com um cultivo escolhido por nós. Nesse caso, conseguimos aprofundar o método e a metodologia os quais, inclusive, nos foi possível diferenciá-los entre si. Assim, o materialismo histórico dialético, nos proporcionou iniciar nossa pesquisa partindo da realidade concreta na qual vivemos, no caso, a das camponesas inseridas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Isso nos levou a teorizar sobre o campesinato e as mulheres, trazendo a história de luta das mesmas e o feminismo, além de historicizá-lo como categoria analítica. E voltamos à realidade, formando assim uma síntese, enquanto práxis, comprovando a eficácia do método na pesquisa social. A metodologia participante, por sua vez, com elementos da pesquisa-ação, nos possibilitou traçar os passos planejados e desvendar a realidade, obtendo confirmações de nossas teorias ou questionamentos, e também de nossas (in)certezas. Os instrumentos utilizados, através das entrevistas semi-estruturadas e das observações participantes, foram determinantes para a coleta de dados e a possibilidade da construção da tese, o que também possibilitou conhecer as mulheres, camponesas como eu, e partilhar suas angústias, suas superações e lutas diárias.

O solo no qual desenvolvemos nossa produção, ou o contexto, ou, ainda, a realidade em que pesquisamos é contraditória, pois, no seu processo de desenvolvimento, é obrigada a conviver com setores do agronegócio, onde o lucro está acima da vida, com um uso abusivo de agrotóxicos e sementes transgênicas, rompendo, de vez, com o cuidado e a conservação da terra, enquanto necessidades essenciais à manutenção desta vida e desta terra. Contraoando-se ao agronegócio, modalidade produtiva voltada à exportação, as mulheres – sujeitas da pesquisa –, colocam em prática outras formas de lidar com a terra, mantendo uma relação de cuidado, de respeito aos seres vivos e ao Planeta, colocando-se como parte da natureza ou do ambiente, em comunhão com este. A tese mostrou que o agronegócio retira a autonomia

camponesa, gerando dependência a mercados, tanto da agropecuária, quanto das multinacionais, pois essas últimas controlam os chamados insumos para a produção.

Em contraposição ao agronegócio, fomos à busca da trajetória de construção do campesinato, a partir de uma história de luta das Ligas Camponesas no nordeste brasileiro, na década de 1960. Os movimentos camponeses, em especial os ligados à Via Campesina do Brasil<sup>67</sup>, retomam o significado e as propostas das Ligas e resgatam o campesinato como uma categoria política. Nesse contexto, podem-se definir as camponesas como pequenas produtoras com laços profundos de solidariedade e que buscam esse maior cuidado com a terra. Esse cuidado está relacionado à luta pela continuidade da vida no nosso Planeta, com biodiversidade, com resistência e enfrentamento ao sistema imposto pelo capital, garantindo soberania alimentar, quando afirmam que ser camponesa é produzir alimentos saudáveis, com a soberania que é saber de onde vêm e como foram produzidos os alimentos que vão para a mesa da sua família, mas também do povo brasileiro.

Pudemos evidenciar que todas as mulheres entrevistadas, tanto na Bahia quanto em Santa Catarina, se assumem enquanto camponesas, tendo claro que o fato de serem camponesas aponta para quem constrói, coletivamente, a luta no campo, quem produz o próprio alimento, quem trabalha com agroecologia. Ser camponesa e assumir-se como tal, a partir do MMC, exige uma luta que problematiza a realidade do campo, que discute o feminismo a partir da realidade de quem trabalha na e com a terra e luta por ela. O que comprovamos é que o campesinato, ou ser camponesa, no MMC, se diferencia, justamente por esse ponto em que se discute, visa construir e afirmar o lugar da mulher, como protagonista e não como subalterna ou submissa.

Constatamos que houve um tempo em que as relações eram de solidariedade, companheirismo e cuidado. No entanto, isso se inverteu e as mulheres – as camponesas – viveram sim uma história de submissão e desvalorização de tudo o que vem do mundo feminino. Mas as mulheres não se acomodaram e não aceitaram esse papel do “ser menos”; assim, as pesquisadas nos mostram que, ao se darem conta de que elas vivem uma negação de si mesmas e que essa realidade não é natural, buscaram e continuam buscando, em sua experiência individual e coletiva, o “ser mais”, o “ser gente”, o serem humanas, o serem protagonistas de suas próprias histórias.

A partir do envolvimento e conscientização, no MMC as mulheres assumem-se feministas, rompendo com os estereótipos da sociedade de que são seres inferiores, incapazes

---

<sup>67</sup> Sobre a Via Campesina-Brasil e os movimentos sociais populares do campo que a constituem, consultar RIBEIRO (2011, p. 24).

e que, portanto, precisam de proteção e de quem decida por elas. Esta é uma descoberta essencial para a afirmação das mulheres do/no MMC. O feminismo vai sendo adotado pelas militantes, ao mesmo tempo em que é afirmado no próprio Movimento, que passa a caracterizar-se em seus documentos como um movimento feminista, a partir de 2004, com sua consolidação nacional. Muitas vezes as mulheres são questionadas sobre o porquê da existência de um movimento feminino autônomo. Com isso, são direta ou indiretamente acusadas de divisoras da luta porque estão excluindo os homens. Com a convicção de que o feminismo busca a justiça e a libertação para toda a humanidade, pois a luta é pelo fim das relações hierárquicas, de opressão e de submissão, as mulheres continuam a luta de cabeça erguida.

Destacamos, nesta tese, que as camponesas compreendem que as relações de gênero são construídas historicamente, então passam a pensar que tais relações podem ser desconstruídas, reconstruídas e construídas novas relações de complementaridade e solidariedade, superando a violência que caracterizava as relações anteriores. Assim, elas vão se modificando no mesmo processo em que modificam o ambiente e o próprio Movimento do qual fazem parte, sendo que este também foi construído por elas. Com o processo dialético e o movimento histórico, as mulheres camponesas partem de uma necessidade local para uma luta global, articulando-se e participando de organizações mundiais, construindo uma outra globalização. Compreendendo, deste modo, que os problemas que as afetam na família e na sociedade não são isolados, mas estão presentes no mundo, assim, elas ousam falar sobre seus problemas, aprendem a dizer a sua palavra, a respeitar a palavra da outra, a se solidarizar com os problemas das outras.

Nesse cultivar os valores e as sementes, pois a vida da mulher enquanto camponesa não está separada da lutadora, é que as mulheres constroem o MMC no intuito de serem ouvidas e de serem consideradas gente, como seres humanos que pensam, que trabalham, que lutam e pretendem obter o reconhecimento por esse trabalho. E ainda, como seres humanos que sabem, querem que esses conhecimentos/experiências sejam respeitados e valorizados, sejam eles com as sementes, com as plantas medicinais, com os cuidados no geral. Se na década de 1980, elas participavam da luta sindical, mas, ao mesmo tempo, eram barradas na hora de votar e de serem votadas, ou, de tomar decisões, elas foram buscar nas mulheres da Bíblia sagrada, suas estratégias de traçar as lutas, tendo como referência a Teologia da Libertação<sup>68</sup>.

---

<sup>68</sup> Sobre a Teologia da Libertação, consultar: DUSSEL, Enrique. Teologia da Libertação – Um panorama do seu desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1999; BOFF, Leonardo. Jesus Cristo Libertador. São Paulo: Vozes, 1972.

Assim elas vão cravando seus espaços, ou brotando como sementes no solo fértil ou árduo, mostrando sua força de vida e se juntando a outras mulheres, formando assim uma plantação diversificada, com laços fortes e construindo suas próprias formas de vida, de trabalho, de lazer, recuperando este último que tem sido negado à maioria delas. Assumiram os desafios, que nascem entre as pedras, que contornam outras plantas e que convivem harmonicamente na natureza. Mas, como na natureza, também há “plantas amigas e inimigas”. Por isso, muitas vezes elas precisam ser nem tão harmônicas assim, precisam ser guerreiras, corajosas e enfrentar situações adversas, contornando os desafios. Buscam força com as companheiras, vão formando os grupos, nos sindicatos, nos municípios, nas regiões, nos estados e no país, com as diferentes experiências de luta, organização e formação... Com isso, as mulheres da roça, agricultoras, camponesas, unidas na caminhada constroem o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil.

A construção do Movimento está relacionada com o sonho dessas camponesas, tanto na conquista de direitos, quanto na vivência de relações diferenciadas, mais coletivas, nas associações, nos sindicatos, nos grupos, na família. Com a discussão de gênero e classe, as mulheres camponesas foram construindo, ao longo da história, o feminismo camponês e popular, com base em sua experiência vivida, numa vivência camponesa com produção agroecológica, que questiona a supremacia masculina desde os seus lares, mas também em suas Unidades de Produção, na comunidade e na sociedade como um todo. Assumem “a duras penas” sua autonomia enquanto mulheres, tendo voz e vez nas decisões da plantação e da renda da família.

E enquanto feministas camponesas, esta feitura é um enfrentamento direto ao capital, e, neste longo processo de luta, elas individualmente vão se transformando. Coletivamente, elas pensam numa ação contra a Aracruz Celulose e “põem em cheque” os companheiros que duvidaram da capacidade de uma ação pensada por mulheres, mas, principalmente, mostram ao mundo que as mulheres querem ter o direito a produzir alimentos saudáveis e, para isso é preciso suspender a produção que resulta no “deserto verde” e repovoar este deserto com árvores, grama, água... Assim, o feminismo camponês e popular é o caminho, com muito esforço e luta, para a libertação das mulheres camponesas.

A construção assumida pelas mulheres apresenta uma nova cultura, mudando as formas de se organizar e relacionar entre o grupo de que fazem parte. Valorizam o encontro, o bate-papo, valorizando assim sua própria história e memória, sempre se refazendo e buscando a superação de suas próprias dificuldades. Evidenciamos que estão se construindo novos modos de vida a partir da experiência vivida por essas mulheres que, desta forma, desenvolvem

resistência e enfrentamento aos modelos de sociedade e de agricultura impostos pelo capitalismo.

A resistência e o enfrentamento resultam em transformações nas suas vidas e essas estão ligadas à renda, assim, temos uma autonomia financeira das camponesas, além de uma autonomia na produção por não precisarem comprar os insumos e as sementes para plantar, tendo o cuidado com o que compram a partir da luta contra o agronegócio. O que influencia também na saúde, um ponto muito ressaltado pelas mulheres, afirmando que tiveram muitos problemas de saúde quando desenvolviam o modelo convencional de produção. Com a agroecologia, os problemas de saúde diminuem ou acabam, mesmo sabendo que “não vivemos num mundo isolado”, como afirma Margarida. E com todas estas mudanças, também constroem novas relações com a terra e entre as pessoas.

Constatamos que, no desenvolvimento da produção agroecológica, há um processo educativo, pedagógico, envolvendo conhecimentos empíricos, camponeses, científicos, populares e feministas. Tais conhecimentos estão entrelaçados entre os cursos técnicos de agroecologia, onde aprendem como secar e armazenar as sementes, com os conhecimentos das avós que guardavam e secavam as sementes no forro da casa e, com isso, constroem formas que são possíveis hoje, como secar as sementes no varal com um saco. Confirma-se, deste modo, que teoria e prática juntas resultam na práxis do processo educativo que vai transformando a vida das mulheres na cultura, na produção e no viver. Como educadoras, nesse processo ensinam até nas rodas de chimarrão ou no fazimento da farinha.

As mulheres aprendem e ensinam com a natureza, colocando-se como parte dela. Há trocas nesse processo, o trabalho não é um sacrifício, mas é uma relação harmoniosa com a terra, com as plantas, com as águas... As aprendizagens são múltiplas. Mulheres aprendem a cuidar do ambiente, a cuidar da natureza, a respeitar as companheiras, a serem solidárias, a saírem de casa sem pedir permissão... Os frutos que colhemos nesse ciclo nos permitem afirmar nesta nossa tese: as experiências de resistência e de enfrentamento das mulheres camponesas do MMC, diante do sistema capitalista e patriarcal, para além de serem constituidoras de novos aprendizados, indicam também, as possibilidades de construir outros modos de vida. E quem sabe nesse processo de contínuo aprendizado, as mulheres camponesas possam, ao buscar libertar-se, libertar com elas seus companheiros sem os quais não caminharíamos, ambos, porque trabalhadoras/es, no rumo da emancipação humana.

Assim, ao chegarmos ao final deste ciclo, pensamos que nossa continuidade na produção é aprofundar o feminismo camponês e popular, assim, os ciclos se renovam....



## REFERÊNCIAS

- ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986.
- ÁLVAREZ GONZÁLEZ, Ana Isabel. *As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres*. São Paulo: Expressão Popular, SOF – Sempreviva Organização Feminina, 2010.
- ALVES, Maria B.; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- ALY JÚNIOR, Osvaldo [et al.]. Questão Agrária e Agricultura em São Paulo: elementos de diretrizes do Incra-SP. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- ANDRADE, Manuel Correia. As tentativas de organização das massas rurais – As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963). In: WELCH [et al.]. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Parte I – O debate nos anos 60. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 73-85.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Trabalho – Educação e Teoria Pedagógica. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 9 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.
- BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. Brasília: Liber livro, 2007.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Volume 1. Fatos e Mitos; Volume 2. A experiência Vivida. 6ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo Libertador*. Ensaio de Cristologia – Crítica para o nosso tempo. São Paulo: Vozes, 1972.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- \_\_\_\_\_; ASSUMPCÃO, Raiane. *Cultura rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- CARNEIRO, Fernando Ferreira (org.). *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- CARVALHO, Horácio Martins de (Org.). *O campesinato no século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CEPIS, Centro de Educação Popular Instituto Sedes Sapientiae. *História da Sociedade*. São Paulo: CEPIS, 2004.

CHAUÍ, Marilena. A história no pensamento de Marx, In: BORON, Atílio et alii (Orgs.) *A teoria marxista hoje*. Problemas e perspectivas. Buenos Aires/AR: CLACSO, 2007, p. 152-184.

\_\_\_\_\_. Brasil. *Mito fundador e sociedade autoritária*. 5 Reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2004.

CHESNAIS, François. *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIZZOTTI, Antonio. *A Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

CINELLI, Catiane. *Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas*. 2012. 113 p. (Dissertação de mestrado). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí, 2012.

\_\_\_\_\_; RIBEIRO DOS SANTOS, Geneci. Feminismo Agroecologia e Sustentabilidade. In: BONI, Valdete (org.). *Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica*. Tubarão: Ed. Copiart, 2015.

\_\_\_\_\_; MEZADRI, Adriana Maria. *A construção do feminismo no Movimento de Mulheres Camponesas*. 2014 [texto impresso].

CONTE, Isaura Isabel. *Mulheres camponesas em luta: resistência, libertação e empoderamento*. 2011. 156 f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2011.

\_\_\_\_\_. *O processo educativo da luta e do trabalho das mulheres: Via Campesina no Brasil, UNORCA/UNMIC e CONAMI no México*. 2014. 196 f. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

\_\_\_\_\_; WESCHENFELDER, Noeli V.; CINELLI, Catiane. A Construção do feminismo e da identidade camponesa no Movimento de Mulheres Camponesas. *Fazendo Gênero*. 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 23 a 26 de agosto de 2010, disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9>. Acesso em: 27 de abril de 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e Contradição*. Elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 4. ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.

DUSSEL, Enrique. *Teologia da Libertação – Um panorama do seu desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1999.

EGGERT, Edla. Refletir a educação popular a partir da teologia feminista. In: GONSALVES, Elisa Pereira. *Educação e grupos populares: temas (re) correntes*. Campinas: Alínea, 2002.

EISLER, Riane. *O prazer sagrado: sexo, mito e a política do corpo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.). *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.

FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1980.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 49 reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia dos sonhos possíveis*. [org. Ana Maria A. Freire]. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAJARDO, Marcela. Pesquisa participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

GASPARETO, Sirlei A. K.; MENEZES, Marilda A. As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.). *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.

GEBARA, Ivone. *Cultura e relações de gênero*. São Paulo: CEPIS, 2002.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. 3.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros (1963). In: WELCH [et al.]. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Parte I – O debate nos anos 60. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 45-55.

GUSMÁN, Eduardo; MOLINA, Manuel. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HENN, Iara Aquino. Agroecologia e relações de gênero em projeto societário. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.). *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX, 1914 - 1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

JARA H, Oscar. *O que é sistematizar experiências?* Costa Rica: [s.e.], 2011. (texto impresso).

JULIÃO, Francisco. O que são as Ligas Camponesas. (1962). In: In: WELCH [et al.]. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Parte IV – Lutas Camponesas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 271-297.

KROTH, Sirlei Antoninha. *Atalhos da luta: trajetória e experiências das mulheres agricultoras e do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, 1983-1993*. São Paulo, 1999. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

KUHN, Dione; FONTOURA, Leandro; Promessa de Ajuste Sem Mexer na Área Social. In: *Jornal Zero Hora*. Página: Notícias/Crise em Brasília. Porto Alegre/RS. Ano 53, nº 18.463, 2ª edição, 13/05/2016, p. 6-7.

LOUREIRO, Isabel Maria. *Rosa Luxemburgo: vida e obra*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LUXEMBURGO, Rosa. *Vida e obra de Rosa Luxemburgo*. Biografia. VARES, Luiz Pilla. 2. Ed. São Paulo: Editora Busca Vida, 1988. (Coleção Sempre Viva, v. 1).

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. *A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MAMA, Amina. Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

MANESCHY, Maria Cristina. Mulheres na pesca artesanal: Trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.). *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.

MARCON, Telmo. *Memória, história e cultura*. Chapecó: Argos, 2003.

MARTINS, Rodrigo. O elo perdido. *Revista Carta Capital*. Reportagem de Capa. Ano XXI, n. 875, p. 26-31, 11/11/2015.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro 1. volumes I e II. 8. ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

MEJÍA, Marco Raul. *A transformação social: educação popular e movimentos sociais no fim do século*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MENEZES, Sônia de Souza M.; ALMEIDA, Maria Geralda de. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.). *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.

MESÍAS, Paulina Lozano. El lugar en lo global: resistencia en la ciudad a través del arte callejero. In: WESCHENFELDER, Noeli Valentina [et al.] (org.). *cultura, currículo e protagonismo social em diferentes contextos educacionais*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

MEZADRI, Adriana Maria. O Feminismo Camponês e Popular no Movimento de Mulheres Camponesas. In: *Relatório do Seminário Feminismo Camponês e Popular*. Luziânia: MMC, 2015. [texto impresso].

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 30ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MMTR, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. *2º Encontro Estadual MMTR-BA*. Caetité: MMTR/BA, 1996. [cartilha].

MMUC, Movimento de Mulheres Unidas na Caminhada. *Mulheres rurais construindo sua história: a história do Movimento de Mulheres Unidas na Caminhada MMUC*. Santa Maria da Vitória: MMUC, 2003. [cartilha].

MOTTA, Márcia M. e ZARTH, Paulo. (Orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. 1: Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo, UNESP; Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008. (História Social do Campesinato no Brasil).

MMA. Movimento de Mulheres Agricultoras. *Nossa história, nossas lutas*. Chapecó: MMA/SC, 2000.

MMC. Movimento de Mulheres Camponesas. *MMC/SC Uma história de organização, lutas e conquistas*. Chapecó: Gráfica Rota, 2008.

\_\_\_\_\_. *Produção de sementes crioulas de hortaliças: as práticas de recuperação, produção e melhoramento de sementes de hortaliças do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina MMC/SC*. Chapecó/SC: Editora Estampa, 2005.

\_\_\_\_\_. *Gênero, Classe e Projeto Popular*. Passo Fundo, 2004.

MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro*. 8 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

\_\_\_\_\_. *Um mundo novo em gestação*. Campinas: Verus, 2003.

NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Orgs). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*. Coleção História Social do Campesinato no Brasil Vol. I. São Paulo: UNESP, 2008.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru/SP: EDUSC; 2005.

PÉREZ, Edelmira. *Hacia una nueva visión de lo rural*. Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100929011414/2perez.pdf>, acesso em: 13 de maio de 2015.

PINHEIRO, Sebastião. *A máfia dos alimentos no Brasil*. s/l: AEANE; CREA/RS, 2005.

PORTELLA, Ana Paula. *Corpo, sexualidade e reprodução*. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2009.

PRIMAVESI, Anna M. *A moderna agricultura intensiva: a biocenose do solo na produção vegetal*. Vol. I. Santa Maria: Ed. Palotti, 1964.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Uma categoria rural esquecida (1963). In: WELCH [et al.]. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Parte I – O debate nos anos 60. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 57-72.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

RIBEIRO, Marlene. Abordagens na História da Educação Brasileira: analítica, fenomenológica, historicista e marxista. Centro de Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS, 1991. *Caderno Didático do Departamento de Fundamentos da Educação*, nº 64, 50 p.

\_\_\_\_\_. *Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia emancipação: princípios/fins da formação humana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. Educação do campo: embate entre Movimento Camponês e Estado. *Educação em Revista*. Belo Horizonte: UFMG (Impresso), v. 28, p. 459-490, 2012.

\_\_\_\_\_. *Metodologia da Pesquisa aplicada à Educação*. Seminário Avançado oferecido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1º semestre de 2013.

\_\_\_\_\_. Educação do Campo e Escola Ativa: contradições na política educacional no Brasil. *Educação em Revista*. Marília/SP: UNESP, v. 2, nº 2, p. 23-40, jul./dez., 2011.

\_\_\_\_\_. Política educacional para populações camponesas: da aparência à essência. *Revista Brasileira de Educação* (Impresso), v. 18, p. 669-691, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes*. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 19.ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Sílvia. *Feminismo e movimentos de mulheres*. Recife: Edições SOS Corpo, 2010.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa*. v.1: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2: a maldição de Adão. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

\_\_\_\_\_. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Editora Crítica Grijalbo, 1979.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico*. Civilização capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

\_\_\_\_\_. Quem tem o direito de intervir? Os valores universais contra a barbárie. In: *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 29 – 61.

WEDIG, Josiane C.; MENASCHE, Renata. Práticas alimentares entre camponeses: expressão de relações familiares e de gênero. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.). *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.

WELCH, Clifford Andrew; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Vol. I. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. *Campo e cidade. Na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.

\_\_\_\_\_. *Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell*. Petrópolis: Vozes, 2011a.

\_\_\_\_\_. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ZERO HORA, Jornal. Um Primeiro Escalão Sem Mulheres. [capa] *Jornal Zero Hora*. Ano 53, 13/05/2016. Porto Alegre: Zero Hora, 2016.



## ANEXOS

### CARTA PARA OBTENÇÃO DO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Data)

Prezada Senhora \_\_\_\_\_

Eu, Catiane Cinelli, estudante de doutorado, portadora do CPF 046.728.069-01, RG 4524039, estabelecida na Rua Voluntários da Pátria, nº 595, apartamento 1602, Centro Histórico, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, CEP 90030-003, cujo telefone de contato é 51 99399525, vou desenvolver uma pesquisa cujo título é: *O TRABALHO DAS MULHERES CAMPONESAS: ENFRENTAMENTO E RESISTÊNCIA NA LUTA DIÁRIA PELA TRANSFORMAÇÃO*. A pesquisa será realizada no Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, especificamente nos estados de Santa Catarina e Bahia. Este estudo tem como objetivo principal: analisar elementos pedagógico-culturais presentes na vida e no trabalho das camponesas que desenvolvem práticas agroecológicas na região sul e nordeste do Brasil.

Necessito que a Senhora permita a execução desta pesquisa, porém a sua participação deve ser voluntária, ou seja, de livre escolha.

Informo que a Senhora tem a garantia de acesso, em qualquer etapa de estudo, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas. Também é garantida a liberdade da retirada de seu consentimento a qualquer momento para deixar de participar do estudo.

Eu me comprometo a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados serão veiculados através da tese, posteriormente de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos. Também assumo o compromisso da devolução dos dados às pessoas que participarem da pesquisa e à comunidade onde vivem da forma como estas assim o estabelecerem.

Anexo está o consentimento livre e esclarecido para ser assinado caso não tenha restado qualquer dúvida a respeito dos propósitos da pesquisa e da sua participação na mesma.

---

Catiane Cinelli – Universidade Federal do Rio grande do Sul  
Doutorado em Educação

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que é de minha livre e espontânea vontade, o que segue:

1. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo e de que tenho a garantia de esclarecimentos permanentes sobre os mesmos.
2. Ficou claro, também, que tenho a garantia do acesso aos resultados e de esclarecer minhas dúvidas a qualquer tempo, durante e após a realização da pesquisa.
3. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

---

Assinatura do/a informante

Nome da pessoa informante: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade – RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Telefones para contato: ( ) \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

---

Catiane Cinelli – pesquisadora.

## QUESTÕES SULEADORAS PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Primeiramente gostaria de lhe conhecer melhor. Quem é você, o que faz, quais seus sonhos?
2. Você participa do Movimento de Mulheres Camponesas? Desde quando? Como se deu esse envolvimento?
3. Quais foram os momentos fortes dessa militância?
4. Você trabalha com agroecologia? Qual sua trajetória até chegar a trabalhar com agroecologia?
5. O que é agroecologia para você?
6. Você produz a própria semente?
7. Você tem algum banco de sementes? Onde e como o organiza?
8. É fácil produzir sementes crioulas?
9. O que aconteceu na sua história de vida que proporcionou fazer essa opção/escolha pela agroecologia?
10. Quais são as experiências que você está envolvida enquanto produtora agroecológica?
11. Houve alguma mudança na sua vida depois de produzir agroecologicamente?
12. Quais as formas de vida, de trabalho e de lazer antes e depois dessa produção?
13. A forma de se alimentar mudou?
14. Quais as dificuldades encontradas para produzir sementes crioulas?
15. Por ser mulher, você tem alguma dificuldade específica?
16. As dificuldades são externas à Unidade de Produção ou há algum conflito na família?
17. Você aprende com esse processo, e se aprende poderia me explicar o que e como?
18. A partir do aprendizado consegue ensinar outras mulheres? Como?
19. O que é ser camponesa para você? Você se assume como camponesa?
20. O que é ser feminista? Você é feminista?
21. Qual a relação de resistência e enfrentamento que acontece com a produção de sementes crioulas?